

ACP 70 ANOS

HISTÓRIA DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS PROFESSORES DE CAMPO GRANDE



ACP
PARA
TODAS E
TODOS

ERONILDO BARBOSA DA SILVA





ACP 70 ANOS
História da Organização Sindical
dos Professores de Campo Grande

Edição Especial em Comemoração
aos 72 anos da ACP

Eronildo Barbosa da Silva



O papel utilizado neste livro é biodegradável e renovável. Provém de florestas plantadas que dão emprego a milhares de brasileiros e combatem o efeito estufa, pois absorvem gás carbônico durante o seu crescimento! A tinta utilizada na impressão das páginas é à base de soja, cujo componente é renovável e atóxico que não degrada o meio ambiente.

DIRETORIA EXECUTIVA – QUADRIÊNIO 2023-2026

Presidente: Gilvano Kunzler Bronzoni
Vice-Presidente: Josefa dos Santos Silva
Secretaria Geral: Renato Pires de Paula
1º Secretária: Luciane Garcia Fortes
Tesouraria Geral: Leda Márcia Nubiato Oliveira
1º Tesoureira: Gisele Maria Bacanelli
Sec. Social e Cultural: Sueleid de S.Benevides Cabreira
Sec. Educacional: Madalena Pereira da Silva
Sec. de Comunicação: Flavio Peixoto de Moura
Sec. de Esporte e Lazer: Leandro Colombo Pedrini
Suplente Sec. de Esporte e Lazer: Tony Alvarenga da Silva
Sec. de Formação Sindical: Danilo Meira Leite do Prado
Secretaria Jurídica: Leonel Alves do Bonfim
Suplente Secretaria Jurídica: Valdenir dos Santos
Secretaria dos Aposentados: Tânia Maria Ferraciolli
Secretaria do Patrimônio: Marlyse Shiroma Lopes
1ª Suplente: Lucimeiry Silva Borges
2ª Suplente: Denise Freitas de Oliveira



Conselho Fiscal:

Fernando Araujo Leigue Júnior
Daniely Rodrigues Araujo
Judith Ferreira da Silva
Olinda Conceição da Silva
Cleverton Duarte Gonçalves

Conselho Fiscal (Suplentes)

Maisa Vargas Veiga
Jaconias C. Souza Filho
João Antonio de Oliveira
Ronie Trajano Roriz
Maicon Moreno de Costa

Copyright © by **ACP - Sindicato Campo-Grandense dos
Profissionais da Educação Pública**

Direitos Autorais reservados de acordo com a Lei 9.610/98

Coordenação Editorial

Valter Jeronymo

Coordenação Geral

Eronildo Barbosa da Silva

Pesquisa de Campo e Bibliográfica

Stancy Barbosa Melo e Vladimir Barbosa da Silva

Projeto Gráfico

Life Editora

Capa (Finalização)

Life Editora

Revisão Gramatical

Madalena Moisés

Impressão e Acabamento

Life Digital



Life Editora

Rua Américo Vespúcio, 255 - Santo Antônio

CEP: 79100-470 - Campo Grande-MS

Fones: (11) 3508-1941 - Cel.: (67) 99297-4890

contato@lifeeditora.com.br • www.lifeeditora.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

ACP - Sindicato Campo-Grandense dos Profissionais da Educação Pública

ACP 70 anos: História da Organização Sindical dos Professores de Campo Grande,
Eronildo Barbosa da Silva - Campo Grande, MS, Life Editora, 2024.

320p.

ISBN 978-65-5887-247-4

1. Sindicato 2. Educação 3. Educação Pública I. Título

CDD - 370

Proibida a reprodução total ou parcial, sejam quais forem
os meios ou sistemas, sem prévia autorização dos detentores dos direitos autorais.

Prefácio

Retratar fatos, desde os primórdios da espécie, é um hábito. Pinturas rupestres em cavernas e encostas, hieróglifos egípcios, escrita suméria, os livros judaicos de Reis e Crônicas indicam que as pessoas, por diversos motivos, sempre fizeram questão de registrar o seu tempo contemporâneo para legá-lo às gerações futuras.

Nesse sentido, a iniciativa de revisitar os acontecimentos na ACP, nos seus 70 anos, é essencial para que as histórias lembradas e repassadas não se percam no tempo como lágrimas no meio da chuva (frase ícone do filme “Blade Runner”, ao qual assisti na condição de militante sindical da ACP).

É evidente que a história é sempre contada pela óptica e perspectiva do escritor e de suas fontes (testemunhais e documentais), mas o valor da materialização, do registro dessa história é fundamental, ainda que dessa perspectiva histórica se possa divergir.

Para mim, é motivo de alegria prefaciá-la história da ACP por três fatores pelo menos:

I - Faço parte de um lapso dessa história, não apenas na condição de presidente (entre dezembro de 1996 e dezembro de 1998), mas também como militante desde 1985. O presente livro me lembra que a história da ACP, antes de 1985, perpassou os momentos políticos dos governos Juscelino Kubistchek, Jânio Quadros, João Goulart, além do golpe de 1964 e seu período de repressão, da anistia, no governo Geisel, e da eleição de Tancredo Neves/José Sarney.

Tal remissão se faz necessária para não se perder de vista que a ACP, como entidade que representa os professores, sempre debateu a educação pública e o papel dos seus profissionais nesses momentos da história do nosso país, nos limites permitidos por eles, e os superou marchando sempre.

II - No curso da minha militância na ACP, convivi com relevantes personagens dessa história, especialmente os ex-presidentes professores Geraldo Silva, professor Jaime Teixeira, professor Sérgio Calheiro, professor Elton Valério, professor Vanderlei Rosa, professor Sérgio Auer, professor Amarílio Ferreira Junior e a professora Nelly Bacha, cada um com personalidade e viés político distintos, mas que inegavelmente conduziram a entidade para os dias de hoje.

III - Convivi e militei com educadores que não presidiram a entidade, mas marcaram sua história como líderes, dos quais cito aqui alguns — sem a pretensão de esgotar esse rol sob a óptica de outros:

professora Ana Lúcia Rodrigues, professora Dilnéia, professora Ana Maria, professor Dirceu, professora Mariete, professora Bartolina, professor Ezerral, professora Mariúza Camilo, professora Terezinha Granja, professor Nicola Cano, professor Zezão, professora Sheila, professora Dedê e professora Onilda Ourives.

Apesar da relevância dos acima nominados, quem mais investiu para tornar a ACP relevante do ponto de vista político e social nestas sete décadas foram seus “anônimos associados”. A base da ACP sempre foi e sempre será sua grande riqueza.

A leitura deste livro revela-nos que o caráter associativo e sindical da ACP, em sua trajetória, alterou e alternou-se à medida que a inserção dos membros do magistério no universo político se transformava para responder à conjuntura política vigente.

Este livro não encerra a perspectiva política, filosófica e sindical da ACP ao longo de sete décadas, já que não há como “enquadrar a entidade” num modelo historicamente pronto, acabado e perfeito, pois uma entidade de professores com alto grau de filiação, como a ACP, por certo expressa a exata medida das múltiplas percepções do magistério público municipal em cada momento político e social.

Sem medo de errar, digo que os 70 anos de debate, tanto interno quanto externamente, com suas reivindicações, produziram muito para a educação pública e a política municipal e estadual, basta observar que, ao longo do presente livro, são citados diversos personagens do magistério que exerceram relevantes funções públicas e ocuparam destacados cargos políticos em Campo Grande, Mato Grosso uno e Mato Grosso do Sul.

Enfim, o presente livro deve ser lido sem a preocupação de sublimar esse ou aquele personagem, esse ou aquele viés político (esquerda/direita/centro), bem como a constatação da verdade ou inverdade de determinados fatos nele relatados, deve, sim, ser lido pelo prazer da curiosidade acerca do que antecedeu o presente momento.

A atual ACP, mesmo já septuagenária, por sua história retratada neste livro, com certeza continuará sendo a entidade de defesa da educação pública e seus profissionais, bem como formando e revelando dirigentes públicos nas diversas esferas da nossa República.

Ronaldo Franco

Ex-presidente da ACP

Apresentação

O legado das gerações passadas

Apresentar o livro comemorativo aos 70 anos de existência da ACP (Sindicato Campo-Grandense dos Profissionais da Educação Pública) é um privilégio intelectual e afetivo para mim. Muito me honrou o convite formulado pelo seu autor, Eronildo Barbosa da Silva.

Tenho, neste preâmbulo, um compromisso de duas naturezas distintas, mas complementares: realizar uma arqueologia nas minhas memórias “sobrepostas em camadas” e – ao mesmo tempo – lavrar a palavra que expresse a verdade relativa às sínteses das múltiplas e contraditórias determinações históricas, educacionais e sindicais que essas “mal traçadas linhas”, como cantou Renato Russo, irão asseverar.

A segunda metade da década de 1970 foi um período marcante da minha vida. Aqueles anos ficaram assinalados pelo avanço das lutas democráticas que a sociedade brasileira empreendeu contra a ditadura civil-militar imposta pelo golpe de Estado de 1964. Para ilustrar essa afirmação, eis alguns exemplos emblemáticos: a revogação do AI-5 (1978); a anistia aos presos e exilados políticos (1979); a reconstrução da UNE (1979); a reforma partidária de 1979; e o ciclo das greves operárias do ABC paulista (1978, 1979 e 1980). Assim, quando aquela quadra estava terminando, o crepúsculo do regime político que infelicitou a Nação por 21 anos já lançava réstias de luzes sobre um “amanhã que seria um outro dia”, tal como a bela canção de Chico Buarque esperançosamente anunciava.

Foi circunscrito por esse contexto histórico que realizei concurso público, em 1981, para a carreira de professor no recém-criado estado de Mato Grosso do Sul (MS). Tratava-se de um Sistema Estadual de Educação organizado com base nos antigos Ensinos de I° e II° Graus, que foram instituídos pela reforma promovida pela ditadura em 1971 (Lei n.º 5.691). Quando cheguei à Escola Estadual Álvaro Martins Neto para assumir uma vaga de 22 horas semanais noturnas, a situação de vida e de trabalho do professorado público estava condicionada por um acelerado processo de proletarização. A Álvaro Martins tinha o carinhoso epíteto, concedido pela comunidade educacional de Campo Grande, de “Batatinha”. Ela estava localizada na Vila dos Ferroviários da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), próximo à Estação em cuja plataforma quedava o saudoso “Trem do Pantanal”.

Quando atravessasse as ruas de paralelepípedos da Vila dos Ferroviários – rumo ao “Batatinha” –, eu estava movido por ideais revolucionários tanto pedagógicos quanto políticos. Esses ideais e o desejo de mudar o Brasil e o mundo vinham da minha intensa militância política no clandestino Partido Comunista Brasileiro (PCB) desde o Curso de Graduação em História, na segunda metade dos anos 1970, realizado na antiga Faculdade Dom Aquino de Filosofia Ciências e Letras (FUCMT), que tinha como Mantenedora a Missão Salesiana de Mato Grosso. Na FUCMT, a minha incursão pela “Oficina de Clio” se pautou por um roteiro de estudo de perfil rigorosamente positivista, pois o seu currículo estava assentado em uma historiografia produzida pela larga tradição proveniente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838. Contudo, já nos primeiros anos um grupo de alunos e eu descobrimos um “tesouro enterrado” nas estantes da Biblioteca “Padre Félix Zavattaro”: era uma significativa quantidade de obras sobre a História do Brasil de inspiração marxista. Alguém do grupo, imediatamente, lançou uma exclamação: “mãos à obra!!!”. Dito e feito, as leituras de Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães, Celso Furtado, Victor Nunes Leal, Maurício Goulart e outros mudaram radicalmente a minha concepção sobre o processo de formação societária do Brasil.

Mas, no cotidiano pedagógico do “Batatinha”, eu enfrentava muitas dificuldades na organização e desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem. O “Batatinha” era uma escola arquitetonicamente modesta e o seu período noturno recebia alunos das mais variadas faixas etárias, desde os próprios trabalhadores da NOB como também as crianças das famílias que habitavam a Vila dos Ferroviários. Logo eu comecei a perceber que ensinar História do Brasil – a um só tempo – para crianças e trabalhadores, depois de uma jornada de árduo labor, era uma práxis pedagógica muito difícil e complexa. Acabei chegando à conclusão de que não bastava ter uma visão crítica relativa à história da sociedade brasileira, era preciso mais do que isso. Assim, decidi que deveria voltar aos estudos da didática e das teorias educacionais. O desenlace desse conflito que me atormentava se deu assim: prestei novamente o vestibular e passei a frequentar o Curso de Pedagogia noturno da UFMS. Mas essa tomada de decisão me custaria caro do ponto de vista afetivo: tive que romper os meus laços com o “Batatinha” e fui ministrar aulas diurnas na escola estadual situada no Parque Residencial Maria Pedrossian que, naquela época, era uma das periferias mais distantes de Campo Grande. Foi desse modo que iniciei a minha vida de professor na escola pública sul-mato-grossense, na qual permaneci até o final da década de 1980.

Mas, eu não enfrentava apenas os percalços pedagógicos que se manifestavam no âmbito das salas-de-aulas, a proletarização dos professores também se expressava de forma contundente no interior das escolas públicas e com forte impacto na qualidade de ensino dos sistemas públicos de educação obrigatória de oito anos para todos. O contexto nacional marcado pelas lutas democráticas, principalmente por influência do ciclo das greves dos metalúrgicos do ABC paulista, havia impactado o associativismo de professores públicos em várias Unidades da Federação. Proibidos do direito à sindicalização, várias categorias profissionais de servidores públicos, em especial o professorado, passaram a transformar as suas estruturas associativistas em “verdadeiros sindicatos”, notadamente pela capacidade de mobilizações e greves massivas que questionavam a lógica do chamado “modelo econômico” implantado pela ditadura militar desde a segunda metade dos anos 1960. Submetidos a um regime político ditatorial que arrochava os salários dos trabalhadores, os sindicatos e associações tinham sofrido, particularmente depois do AI-5 (1968), muitas intervenções e também fechamentos, ou seja, muitas categorias dos trabalhadores brasileiros ficaram sem o seu principal instrumento de luta econômica.

Quando cheguei à ACP para me filiar, no primeiro semestre de 1981, o associativismo dos professores públicos da Capital – de caráter “recreativo” – estava transitando para se transformar em um “verdadeiro sindicato”, ou seja, era uma entidade que mobilizava os seus filiados para defender reajustes salariais anuais e, concomitantemente, a promulgação de um Estatuto do Magistério para cada uma das duas categorias – professores estaduais e municipais –, tal como dispunha a Lei 5.691/1971. À frente de sua direção associativista havia uma diretoria que tinha sido eleita sob a influência do sindicalismo então existente no ABC paulista, ou seja, que trazia a simbologia de um novo paradigma para a luta sindical dos trabalhadores no Brasil. A Professora Onilda Ouríveis, sua presidente (1979-1981), tinha sido uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores (PT), em Mato Grosso do Sul, e sua gestão foi marcada por um grande avanço na luta do associativismo dos professores públicos de Campo Grande. Considero que a gestão da ACP liderada pela Professora Onilda significou um ponto de inflexão histórico na luta não só por melhores condições de vida e de trabalho para o professorado público; mas, também, no próprio avanço da organização associativista da categoria em âmbito estadual, principalmente no fortalecimento da recém-criada (1979) Federação dos Professores de Mato Grosso do Sul (FEPROSUL).

Os primeiros anos da existência de MS foram marcados por turbulências políticas. Criado por um ato discricionário do general-presidente

Ernesto Geisel (1974-1979), mediante a adoção da Lei Complementar n.º 31 de 1977, a nova Unidade da Federação teve três governadores prepostos pela ditadura militar entre 1979 e 1983: Harry Amorim Costa (1979), Marcelo Miranda Soares (1979-1980) e Pedro Pedrossian (1980-1983). Nesse curto interregno, a ACP concluiu a transição política que a transformou em um “verdadeiro sindicato”. Assim, ficava para atrás, como uma espécie de “pré-história”, aquele associativismo de caráter “recreativo” que tinha assinalado a sua existência desde 1952. Não quero com isto fazer um julgamento de valor sobre a estrutura associativista anterior, mas tão somente indicar os contextos distintos que marcaram a atuação de gerações de professores também distintas. Ao contrário, acho importante registrar que a fase iniciada pela Professora Onilda Ouríveis não teria existido não fosse a atuação da geração que nos antecedeu.

Desse modo, temos de realçar um fenômeno que estava em curso desde a implantação da reforma educacional de 1971. Quando os anos 1970 estavam caminhando para o fim, a categoria profissional do professorado público (municipais e estaduais) já não era mais formada, majoritariamente, por aquela ascendência que tinha vivido os últimos tempos dos chamados “anos dourados” da escola pública. Em decorrência da obrigatoriedade de oito anos para todas as crianças em idade dos sete aos quatorze anos, o decênio dos 70s assistiu a uma acelerada expansão quantitativa de escolas públicas em todo o território nacional e, por extensão, gerou impactos profissionais e sociais estruturais que gestaram uma nova categoria do professorado público de Iº e IIº Graus.

Essa categoria profissional de professores públicos, engendrada a partir de 1971, trazia no seu cotidiano social duas características distintivas: primeiramente, a ausência de reajustes anuais e submetidos a índices inflacionários galopantes que derretiam o poder de compra dos próprios salários já muito acochados. A outra estava associada com os processos de formação profissional da própria categoria. Para atender a demanda crescente por novos professores, notadamente da 5ª a 8ª séries do Iº Grau, a ditadura militar, com base na reforma Universitária de 1968 (Lei 5.540), instituiu as denominadas “Licenciaturas Curtas”, com duração de dois anos, no âmbito do Ensino Superior noturno e privado. Assim, a educação pública obrigatória de oito séries passou a viver uma contradição estrutural: se, por um lado, tínhamos a obrigatoriedade escolar estendida para todos; por outro, essa expansão quantitativa vinha estampada pela precarização na política de formação de professores em âmbito nacional. Portanto, foi esse quadro educacional que gerou, historicamente, a nova categoria profissional do magistério público perpassada pela proletarização social.

Filiado à ACP na condição de professor da rede estadual de educação, logo comecei a participar de forma orgânica da sua vida associativista. Reuniões, assembleias e manifestações em defesa da escola pública com qualidade de ensino para os filhos das camadas populares de Campo Grande, essas eram as atividades que faziam parte da minha “militância sindical”, que sempre começavam no inesquecível n.º 693 da Rua Sete de Setembro – onde está situada a nossa querida ACP – e se estendiam pelas dezenas de escolas públicas de Campo Grande. Essa “militância sindical” também estava vinculada com a “militância partidária”. Nós, professores comunistas do PCB, tínhamos como tática política a construção de uma “frente democrática” para derrotar a ditadura militar. Assim, quando cheguei à ACP, o Partido já havia articulado uma tendência na qual participavam professores de vários matizes ideológicos. O que nos unia, programaticamente, era a luta pela conquista das liberdades democráticas. Entre 1979 e 1983 foi se formando, basicamente, três tendências sindicais no interior do associativismo organizado no âmbito da ACP: uma que se vinculava politicamente às posições dos governos estaduais nomeados pela ditadura militar; e as outras duas organizadas, respectivamente, por partidos de esquerda: PCB e PT. A diferença entre os dois últimos era sobre a tática política de como derrotar a ditadura militar: “frente democrática” versus “frente de esquerda”. Foi, assim, que marchamos para as eleições da entidade que foram realizadas em 1981.

Por problemas internos, o PT não conseguiu organizar uma chapa. Desta feita, apenas a articulação de professores organizada pelos comunistas e a tendência dos professores de direita, conectada com o Edifício das Repartições Públicas (ERPE), no qual estava localizada a Governadoria, apresentaram chapas para o pleito eleitoral da ACP, que ocorreu em novembro de 1981. Os professores alinhados ao governo lançaram a Chapa “Raiz”. Por sua vez, a reunião de professores que montou a Chapa “Avante!” foi marcada por um consenso: meus colegas entenderam que eu deveria ser o candidato a presidente. Esse gesto de confiança, para mim, foi uma honra inominável, já que eu era o mais jovem e tinha uma militância ainda muito incipiente no movimento associativista dos professores públicos campo-grandenses, ou seja, eu ainda me sentia um pouco o estudante que havia participado, em maio de 1979, do Congresso de reconstrução da UNE em Salvador.

A Chapa “Avante!” venceu as eleições para o biênio 1981-1983 com uma larga margem de votos. Participar da diretoria da ACP foi, na prática, a minha “terceira graduação em educação”. Pois, passei a conviver com professoras e professores que detinham uma longa experiência no magistério das

redes públicas de ensino municipal e estadual. Não foi somente um aprendizado baseado na cultura do “movimento sindical” de professores que estava em construção na ACP desde 1979, ou seja, a dura transição que a entidade vivia entre a fase do associativismo – de cunho “recreativo” – para uma baseada nas lutas econômicas e políticas em defesa da escola pública e das melhorias de vida e de trabalho para o conjunto do professorado. Foi, também, um momento de relações solidárias e afetivas, nas quais eu tive o privilégio de aprender sobre o mundo educacional das escolas públicas campo-grandenses, com pessoas generosas e portadoras de muita “paciência histórica”. Ernestina Goubert, Nilda Rodrigues Sanfillipo, João Ronan, Nilza Gonçalves, Mário Antônio Rodrigues, Jacintha dos Santos e Izaura Matheus são, para mim, ainda hoje, referências de trabalhadores da educação abnegados e comprometidos politicamente com a escola pública.

A combinação perversa entre arrocho salarial e inflação, acima de dois dígitos mensais, impunha uma dura condição de vida para todos os trabalhadores brasileiros durante a vigência do modelo econômico instituído pela ditadura militar. Essa situação econômico-social não era diferente para o professorado público em âmbito nacional, particularmente em MS. No segundo semestre de 1981, a situação havia atingido uma condição explosiva, principalmente por conta das sucessivas trocas de governantes na chefia do Poder Executivo sul-mato-grossense. Em meio ao processo eleitoral da ACP, os professores da chamada “Grande Dourados” decretaram greve, pois a FEPROSUL ainda não havia conseguido entabular negociações em torno de uma pauta que reivindicava um reajuste salarial de 93%. Juntamente com meus colegas, alguns dos quais citados aqui, coube a mim dirigir essa greve em Campo Grande. Lembro-me de uma passeata que realizamos na Avenida Afonso Pena com milhares de professores, e conforme caminhávamos, recebíamos aplausos e aprovações das pessoas que estavam nas calçadas. Hoje, para quem inicia a sua carreira, é impensável que durante a ditadura militar a nossa entidade tenha conseguido levar às ruas uma quantidade surpreendente de grevistas, fato que certamente entrou para a história política de Campo Grande e Mato Grosso do Sul, pois as suas fotos foram impressas nas primeiras páginas dos jornais da Capital. Portanto, hoje, esse registro serve como fonte de pesquisa a quem queira estudar essa fase da nossa história.

Contudo, esses acontecimentos – a derrota eleitoral na ACP e a greve deflagrada pela FEPROSUL – desencadearam uma dura repressão política por parte do governo Pedro Pedrossian (PDS): ele criou, na sala da Governadoria, uma outra entidade estadual de professores que foi denominada “Associação de Professores de Mato Grosso do Sul”

(APMS). Para tal, contou com o servilismo político dos mesmos professores que haviam organizado a Chapa “Raiz” para concorrer às eleições da ACP. Mas não parou por aí, passou a estrangular economicamente a legítima entidade estadual dos professores estaduais quando rompeu o Convênio que permitia os descontos em folhas de pagamento dos professores. Isolado politicamente e sem condições financeiras para organizar as suas atividades “sindicais”, o movimento de professores sul-mato-grossense entrou em refluxo.

Mas a resposta da sociedade civil sul-mato-grossense às políticas autoritárias perpetradas por Pedrossian não tardaria. A “Frente Democrática”, articulada no interior do PMDB, venceu as eleições de 1982 para o governo do estado. Eram as primeiras eleições para as chefias dos Executivos estaduais desde a decretação do AI-2 (1967). Com o governo Wilson Barbosa Martins (1983-1986), as relações entre o movimento de professores e o Poder Executivo de MS assumiram um outro patamar: a FEPROSUL voltou a ser a única entidade representativa da categoria e não somente foram restabelecidas as “mesas de negociações”, mas também o Convênio que permitia os descontos das mensalidades dos professores às suas associações municipais afiliadas, entre elas a ACP.

Na diretoria da ACP, eu vivi intensamente todos esses momentos tão cruciais da história do movimento associativista dos professores campo-grandenses e, hoje, passadas as décadas, acredito que a greve de 1981 significou a “certidão de nascimento” do atual Sindicato Campo-Grandense dos Profissionais da Educação Pública. Penso que essa memorável e emblemática greve representou o momento da passagem da antiga “associação recreativa” de professores, fundada em 1952, para o que ela se tornou depois da Constituição de 1988. Simbolicamente, creio que eu possa dizer que aquela greve não só conferiu ao atual Sindicato a sua “certidão de nascimento”, mas também expressou a maturidade construída coletivamente por todas as gerações de professores públicos campo-grandenses que participaram dessa longa e vitoriosa jornada de lutas da ACP.

Amarilio Ferreira Jr.

São Carlos (SP), Outono de 2022

Sumário

CAPÍTULO I	
A gênese da ACP de Campo Grande.....	17
CAPÍTULO II	
Relações de trabalho no magistério de Mato Grosso.....	21
CAPÍTULO III	
Fundação da Associação Campo-Grandense de Professores.....	27
CAPÍTULO IV	
Discreta ação sindical.....	33
CAPÍTULO V	
Lenta mudança na política sindical da ACP.....	45
CAPÍTULO VI	
O golpe de 1964 e o sindicalismo em Campo Grande.....	59
CAPÍTULO VII	
Novas lideranças apontam caminhos para ACP.....	79
CAPÍTULO VIII	
Os desafios na década de 1970.....	85
CAPÍTULO IX	
Disputa pela hegemonia do magistério de Mato Grosso do Sul.....	91
CAPÍTULO X	
A implantação do Estado de MS e a educação pública.....	97
CAPÍTULO XI	
ACP na defesa da educação pública de qualidade.....	109
CAPÍTULO XII	
No caminho para virar sindicato.....	127

CAPÍTULO XIII	
Sindicato dos Profissionais de Educação Pública de Campo Grande.....	147
CAPÍTULO XIV	
Acordo sindical catapulta oposição ao comando da ACP.....	165
CAPÍTULO XV	
Sem tempo para choro e reclamação.....	183
CAPÍTULO XVI	
Luta difícil nos governos de Bernal e Olarte.....	195
CAPÍTULO XVI	
Lucílio Nobre no comando da ACP.....	205
CAPÍTULO XVII	
Zélia Aguiar assume a direção da ACP.....	229
CAPÍTULO XVIII	
Gilvano Bronzoni conquista a presidência da ACP.....	265
CAPÍTULO XIX	
Novos capítulos na longa luta da ACP pela Lei do Piso 20 horas.....	277
CAPÍTULO XX	
Importantes conquistas: eleição direta para Emeis's e concurso público....	293
CAPÍTULO XXI	
O futuro desejado pela ACP.....	297
REFERÊNCIAS.....	317



CAPÍTULO I

A gênese da ACP de Campo Grande

Este trabalho objetiva resgatar a história do associativismo e do sindicalismo dos professores públicos de Campo Grande. Trata-se de uma tarefa instigante, que exige investigação profunda nas dimensões econômica e política, com o intuito de se conhecer como se processou a organização dessa categoria de trabalhadores ao longo de setenta anos de história.

O processo de conhecimento desse objeto de investigação exige reflexões sobre a história do sindicalismo brasileiro e de Mato Grosso do Sul, em especial as experiências que surgiram em Campo Grande, na década de 1930, com a criação de vários sindicatos e associações de classe.

As pesquisas mostram que as ideias sindicais chegaram ao sul de Mato Grosso no início do século XX, por meio dos operários que trabalhavam nos navios que conectavam essa sub-região às principais cidades da Bacia do Prata e da Europa. E como na cidade de Corumbá se achava um dos portos mais importantes do Brasil, o intercâmbio cultural, político e comercial com povos de várias partes do mundo era facilitado. A Cidade Branca, por muitas décadas, foi a porta por onde entravam comerciantes, intelectuais, militares, políticos, aventureiros e todos que desejavam morar e trabalhar no estado.

Quase todo o processo de abastecimento de víveres e outros produtos para o consumo humano, do sul de Mato Grosso, partia do porto de Corumbá. Era comum os caixeiros viajantes explorarem as terras pantaneiras, em alguns casos chegavam à Vila Nossa Senhora de Campo Grande, para vender as últimas novidades da indústria moderna. Nesse processo, claro, as notícias e as ideias também eram intercambiadas.

Mais tarde, em 1914, com a construção e a inauguração da Ferrovia Noroeste do Brasil, ligando as barrancas do Pantanal a São Paulo e outras capitais do Brasil e da América do Sul, entrava em ação a militância dos ferroviários, trazendo muita força para o trabalho sindical no

estado de Mato Grosso.

Até a década 1920, o município de Corumbá exerceu a hegemonia econômica, política e sindical. As principais atividades trabalhistas aconteciam nesse município, lideradas pelos marinheiros, os quais tinham avançada organização sindical.

Todavia, com a inauguração da Ferrovia Noroeste do Brasil, a Cidade Branca perdeu o prestígio ostentado por décadas. Parte importante dos comerciantes estabelecidos em Corumbá, com a crise que se abateu sobre a cidade nos anos 1920, direcionou seus interesses para outras praças.¹ Campo Grande recebeu parcela importante dos habitantes e do capital desse município.

Da velha e saudosa estação ferroviária, localizada na Avenida Calógeras, em Campo Grande, saíam e chegavam, diariamente, pessoas e mercadorias para atender à expressiva maioria dos povoados e fazendas dos Campos de Vacaria e Pantanal. Eram árabes, japoneses, italianos, portugueses, espanhóis, franceses, gregos, armênios, russos, entre outros povos. Alguns traziam recursos para começar uma atividade comercial e ou industrial. Outros, já contratados, vinham exclusivamente para trabalhar nas obras públicas e privadas que estavam surgindo na cidade.

Esse processo impactou a discreta e bucólica Campo Grande, que demandava clubes, bares, cabarés, lanchonetes, mercearias, hospitais, colégios, delegacia, prefeitura, correios e telégrafos e outros equipamentos urbanos. A construção e a instalação desses empreendimentos geravam demanda agregada e consciência social e política, ou seja, havia amplo espaço para o contraditório, incluindo partidos políticos, igrejas, entidades sindicais e outras formas de organização social.

Assim, em 1928, foi criada a Sociedade Operária União dos Trabalhadores. Eram sócios dessa entidade comerciantes, construtores, profissionais liberais, comerciários, pecuaristas, trabalhadores da construção civil, carroceiros e alfaiates². Essa era uma das experiências que o capital desenvolveu para controlar os sindicatos na sua fase embrionária.

A Cidade Morena crescia a passos largos, entretanto, as condições de trabalho deixavam a desejar: jornadas longas, locais de trabalho insalubres, salários achatados, baixa qualidade das moradias e da saúde pública, analfabetismo, entre outras dificuldades típicas dessa fase do

1 SILVA, Eronildo Barbosa. Sindicalismo no Sul de Mato Grosso -1920/1980. Campo Grande - MS, Editora Uniderp, 2005, p. 63.

2. WEINGARTNER, Alisoete dos Santos. Operário nas indústrias da construção civil: Participação e luta por direitos sociais. Uma história do sindicalismo em Campo Grande/MS, 1928-1979. Dissertação de Doutorado. Franca - SP, 2001, p. 37.

capitalismo que a cidade vivenciava, afetando mais diretamente os trabalhadores.

Tudo isso ensejou os operários da construção civil e do mobiliário de Campo Grande a criar sua entidade trabalhista. Em 1930, uma comissão de trabalhadores ficou responsável pela criação e pela organização da Associação dos Trabalhadores da Construção Civil. Essa associação se transformou em sindicato em 13 de agosto de 1933, tendo como presidente o mestre de obras Rafael Peres. A expressiva maioria dos diretores desse sindicato era formada por espanhóis e portugueses.

Os trabalhadores em atividades de garimpo do rio Aquidauana também se organizaram sindicalmente. Era um sindicato muito forte. Inclusive participaram dos batalhões militares formados em Campo Grande, por conta do movimento político conhecido como Revolução Constitucionalista, em 1932, liderada no sul de Mato Grosso pelo médico Vespasiano Martins.

Ademais, ao longo de 1935, foram criadas várias entidades operárias, como a Associação dos Trabalhadores no Comércio de Campo Grande, Associação dos Trabalhadores em Veículos de Tração Animal, Associação dos Oficiais Cabeleireiros e Similares e a Associação dos Pais. Todas se converteram em sindicatos mais tarde. Geralmente isso acontecia após um ano de atividade como associação.

Em 1937, por seu turno, um grupo de profissionais liberais criou a Associação dos Engenheiros e Construtores de Campo Grande. Em 1939, então, foi fundada a Associação Mato-Grossense de Cirurgião-Dentista.³ Algumas dessas categorias, como sabemos, em decorrência de exigência formal, adotavam a denominação de associação. Esse procedimento perdurou até a Constituição Federal de 1988.

De 1937 a 1945, pouca coisa de importante aconteceu na área sindical no sul de Mato Grosso. A situação começou a mudar em 1945, quando o Brasil viveu a fase que ficou conhecida como redemocratização, conjuntura que permitiu aos gráficos, sob influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), criarem a Associação Profissional dos Trabalhadores Gráficos, em outubro de 1946, em Campo Grande. Os contadores, por sua vez, criaram a Associação dos Profissionais em Contabilidade da Cidade Morena, no mesmo ano.

Ao longo da década de 1950, novas entidades sindicais foram formadas e outras reorganizadas. A conjuntura política estimulava os sindi-

3. Jornal do Comércio. Campo Grande – MS, edição de 05 de setembro de 1939.

calistas a atuarem com mais desenvoltura. Aproveitando esse novo momento político do Brasil, os professores da Cidade Morena, a exemplo de outras categorias, criaram, em 18 de maio de 1952, a Associação Campo-Grandense de Professores, a consagrada ACP.

Podemos afirmar que a organização política dos professores e de outras categorias do estado receberam influência direta dos marinheiros e dos ferroviários. Eles pavimentaram o caminho para o desenvolvimento do associativismo e do sindicalismo nessa sub-região do Brasil.



CAPÍTULO II

Relações de trabalho no magistério de Mato Grosso

A exemplo de outras categorias de trabalhadores, os professores também criaram suas associações de classe ainda no século XIX. Há registros históricos de associações de professores datadas de 1874. As suas atividades tinham caráter claramente filantrópico, quando outras categorias já estavam liderando paralisações e greves no país, como a dos tipógrafos do Rio de Janeiro, em 1863; dos ferroviários da Estrada Ferro Dom Pedro II, em 1877; e dos estivadores de Santos, em 1890, dentre outras entidades operárias.

O magistério demorou muito tempo para atuar como entidade sindical de fato. Os professores não acompanharam a evolução das outras profissões que foram à luta como podiam e a conjuntura permitia. Esse fenômeno pode ser explicado pela insuficiente formação política e ideológica dos mestres, que desde o tempo do Brasil Império procuravam manter relações sociais e políticas com as chamadas elites econômicas. Esse distanciamento das outras categorias de trabalhadores, com raras exceções, prolongou-se até a década de 1970, quando o mercado de trabalho do magistério vivenciou forte alteração econômica e política, e exigiu que as associações agissem como sindicatos classistas, se quisessem que os professores vivessem com alguma dignidade.

À medida que a educação recebia mais gente e o poder público abraçava essa atividade com mais ênfase, pelo menos no ensino fundamental e médio, o prestígio e a situação salarial do professor foram decaindo substancialmente. Isso se deu notadamente na segunda metade do século XX, quando o processo de expansão da educação ganhou muita força, puxado pelo crescimento populacional das cidades. Ficava para trás aquele tempo de glória em que o professor gozava de ampla respeitabilidade na sociedade em que vivia. O profissional da educação, então, não vinha mais exclusivamente dos segmentos escolarizados, cuja origem familiar eram proprietários de terra, comerciantes e setores médios da sociedade. Uma parte dos novos professores vinha das classes populares.

Qual era a realidade dos profissionais da educação de Mato Grosso, quando a ACP foi criada, em 1952? A maioria estava empregada em órgãos públicos municipais e estaduais. Havia também o mercado das escolas privadas. O percentual de professores leigos era altíssimo, ademais, a remuneração era baixa e sofria com os constantes atrasos de salário. Planos de cargos e carreiras e estabilidade no emprego não existiam. A remuneração referente às férias, poucos recebiam. Todo ano era um sufoco danado dos professores em busca de renovar seu contrato, que dependia do favor de algum político. A dança de cadeiras era comum quando mudava o governador e o prefeito. Muitos profissionais se apresentavam para trabalhar, e já havia outro professor na sua vaga.

Mesmo assim, como afirma a professora Maria Constança de Barros, “Os professores daquelas longínquas décadas de 1930, 40 e 50 participavam pouco ou nada da vida política. Os movimentos de 1930 e 32 passaram por nós sem deixar marcas nas nossas lembranças”.⁴ De fato, os insumos históricos registram poucos professores na atividade política concreta nesse período. Por conta da frágil garantia do seu emprego, a expressiva maioria deles preferia o silêncio diante das iniciativas das elites que dominavam o aparelho do Estado.

A mutação dos empregos no magistério, nas décadas de 1940 a 1980, era algo inerente à atividade. Mudava o governo, o facção da demissão funcionava com força e com vontade. Como quase ninguém tinha estabilidade, nada se podia fazer, exceto esperar nova mudança de governo ou de prefeito para ver se conseguia retornar ao magistério público. O grupo que tinha estabilidade no emprego era pequeno, geralmente formado por quem tinha concurso de cátedra e gozava de relevante prestígio. Os demais comiam o pão que o diabo amassou para trabalhar como educador público.

A professora Zonir Freitas, uma das fundadoras da ACP, lembra as dificuldades para exercer, com dignidade, o magistério nas escolas públicas de Campo Grande na virada da década de 1950 para 1960:

Normalmente, quem lecionava era professor leigo, só com curso primário ou, quando muito, o curso ginásial. A minha turma de normalistas, quando nós entramos na primeira série do normal, todos nós fomos convidados a lecionar porque faltavam pessoas habilitadas, e nós também não éramos habilitadas, mas por estar-

4. Entrevista com professora Maria Constança de Barros

mos entrando no curso de magistério, fomos convidadas, então começamos a lecionar.⁵

No mesmo diapasão, temos a fala da professora Quintina Bueno, que enfatiza a questão do atraso dos salários.

Nós passávamos, às vezes, três, quatro, cinco meses sem receber, porque não havia dinheiro; simplesmente quem era nomeado ficava esperando seis meses, até que Cuiabá se dignasse a mandar a portaria de vencimentos. O início daqui foi assim. A gente vivia sem dinheiro e continuava trabalhando. Não parava de trabalhar. Olha, eu fiquei seis meses sem receber, esperando. Lutava com dificuldades, não parava.⁶

O advogado Demosthenes Martins, ex-secretário de Finanças de Fernando Correa da Costa, eleito governador de Mato Grosso em 3 de outubro de 1950, pela UDN, derrotando o candidato do PSD, Filinto Müller, conta uma história melancólica sobre a luta dos funcionários para receber seus salários na Exatoria ou no Tesouro Pagador do Estado.

No dia seguinte, quando o Tesouro começou a gastar os vencimentos em atraso do funcionalismo, ouvi, do meu gabinete, que se situava sobre o andar térreo em que funcionava a Pagadoria do Tesouro, um vozerio acalorado. Descendo ao local, deparei-me com um numeroso grupo de professores, cada uma delas querendo atingir o guichê do pagador. Puxavam-se e empurravam-se violentamente, aos gritos. Alteando a voz, impus silêncio e pedi explicação para aquela algazarra. O tesoureiro pagador esclareceu-me que aquele tumulto se originava da negativa de organizarem filas, como se praticava geralmente para atendimento de numerosos interessados. Determinei que se fizessem as filas, pois não admitia aquela balbúrdia, tão deprimente para um agrupamento de pessoas como as professoras. Disseram-me que feita a fila, as que se colocassem nos últimos lugares ficariam sem receber, porque, esgotado o numerário, o pagador fechava o guichê.⁷

A professora Maria Aparecida (Cida), atual diretora jurídica da

5. BIASOTTO, Wilson Valentim; TETILA, José Laerte Cecílio. O movimento reivindicatório do magistério público estadual de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, editora: UFMS, 1991, p. 14.

6. Idem, p. 15.

7. MARTINS, Demosthenes. A poeira da jornada: memórias. São Paulo: Resenha Universitária, 1980, p. 176.

ACP, que trabalhou como professora entre 1960 e 1970, na região da Grande Dourados, conta-nos como eram as condições de trabalho dos profissionais do magistério.

As dificuldades de ser professor no estado de Mato Grosso eram muitas. Naquela época, não havia interesse político em reconhecer a educação como prioritária, como até hoje muitos não reconhecem, e não tinha nenhuma clareza da reponsabilidade e do valor que davam à questão do ensino. Não havia planos orientadores, não havia estatuto, não tinha políticas salariais definidas. Nessa época, era muito atraso de salários, a centralização com Cuiabá, os municípios distantes, dificuldade de chegar até lá porque não havia meios de comunicação nem estradas bem definidas, não se fazia concurso, não havia plano de saúde, a valorização profissional e qualificação não eram vistas como necessidade, não existia perspectiva de crescimento. Só que nas lutas que foram travadas nesse período, a gente viu que, aos poucos, foi buscando aquilo que se chama de organização sindical. Havia muita confusão em saber o que éramos, porque ainda não existiam concursos, até os anos 1970, fazia-se contratação por admissão de portarias, que muitas vezes não chegavam a uma publicação do termo, muita gente sem documentação nenhuma, os professores eram na maioria leigos.⁸

A professora Cida também lembra como eram os precários edifícios escolares, a habilitação dos professores e a política de salários das escolas públicas das cidades de Mato Grosso.

As escolas eram simples, barracões, muitas vezes de taboa, multiseriadas. Trabalhei no período matutino, intermediário, vespertino e noturno. Dependendo de como era a escola e o número de crianças para distribuir as turmas, a gente tinha, vamos supor, 1º, 2º e 3º anos juntos. Chegava até a 8ª série já. Quando cheguei a Glória de Dourados, não havia professor habilitado para criar o ginásio. Aí veio essa leva de professores com magistério de São Paulo para todo o sul de Mato Grosso; alguns poucos cursando faculdade, assim foram abertos os primeiros ginásios estaduais. Os alunos se deslocavam de um município pequeno para outra cidade. Dou um exemplo do pessoal de Glória, que estudava em Vicentina, no

8. Depoimento de Maria Aparecida em 11 de novembro de 2021.

colégio dos padres, entendeu? Então as coisas eram muito truncadas, muito difíceis. Naquela época, não existiam bancos, eram as agências fazendárias. Então, nós recebíamos, no começo, pelo bolso de um grandão, que levava de uma regional para a outra o salário dos professores. Depois, passamos a receber pelas Agenfas, que fazia o pagamento todo mês. Lá pelo menos era assim, eu estava em Glória de Dourados. Então começamos a receber assim nosso ordenado, um mês vinha e outro mês não vinha. Ficávamos de seis a dez meses sem receber salário, como se nós nem existíssemos. Isso foi nos anos 1970. Em 1980, a coisa tinha melhorado muito.⁹

Nesse processo, claro, o professor e o aluno eram prejudicados pelo fato de a educação não acontecer de forma efetiva. Não explorava todas as condições intelectuais do aluno. Era um projeto muito limitado e só aqueles que podiam ter acesso à educação extra, com professores particulares, eram beneficiados. Os demais recebiam a educação que o poder público ofertava. A maioria dos professores não estava preparada para trabalhar com eficiência a docência. Não dominavam as metodologias e a didática, ferramentas essenciais no processo de ensino e aprendizagem.

9. Ibid.



CAPÍTULO III

Fundação da Associação Campo-Grandense de Professores

No início da década de 1950, Campo Grande vivenciava denso crescimento econômico e populacional. Habitavam no município 49.629 pessoas. Havia os seguintes colégios: Dom Bosco, Oswaldo Cruz, Maria Constança de Barros Machado, Joaquim Murtinho, Colégio Batista, Escola do Senai, Colégio Bernardo Franco Baís, Colégio Nossa Senhora Auxiliadora e Ginásio Batista. Esse era o mercado que absorvia os educadores da cidade. Era comum o profissional trabalhar em várias escolas e ainda ofertar aulas particulares.

Tomando como base o censo do IBGE de 1940, conforme mostra o professor Paulo Cabral, Campo Grande abrigava 10.404 pessoas com grau elementar concluído, o que corresponde hoje às quatro séries iniciais do ensino fundamental; 2.133 com ensino médio completo, aí incluídos os que terminaram o curso ginasial; finalmente, 311 pessoas tinham formação superior completa, correspondente a apenas 0,54% da população local. Desses com nível superior, 298 eram homens e só 13 mulheres tinha formação universitária.¹⁰ A cidade não contava com instituição universitária.

O prefeito, em 1952, era Ari Coelho, eleito em 1950. Ari não terminou o mandato. Em novembro de 1952, foi assassinado, em Cuiabá, em decorrência de disputas políticas. Uma eleição suplementar foi organizada para escolher o novo prefeito. Foi eleito o vereador e médico filiado ao PTB, Wilson Fadul.

Como parte desse processo de mudança que a cidade vivia, um grupo de professores decidiu fundar a ACP. Alguns integrantes dessa articulação mantinham contatos com lideranças do magistério das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, que desde o início do século XX contavam com associações de professores. Aliás, na virada da década de 1940 para 1950, houve ampla expansão do associativismo na categoria do magistério, algumas dessas entidades tinham se convertido em sindicato.¹¹

10. CABRAL, Paulo. Campo Grande: 100 anos de construção. Campo Grande – MS, 1999, p. 49.

11. SILVA, Robson Santos Camara. O Sindicalismo docente da educação básica no Maranhão: da associação à emergência do sindicato. Brasília, 2013.

Quem relata como se processou a criação da ACP é a professora Maria da Glória Sá Rosa, uma das fundadoras da entidade e sua presidente por dois mandatos.

Então eu via que os professores se sentiam muito assim... desprotegidos, por falta de uma entidade que lutasse pelos seus direitos, porque naquela época os professores não tinham direito a nada, não tinham direito à aposentadoria, não tinham efetivação num determinado tempo, não tinham concurso, não havia concurso. Então, parece que era uma espécie de perseguição ao magistério. A gente não tinha nada, tínhamos muitos deveres; direitos, quase nenhum, e os professores se reuniram para fundar o que se chamaria de Associação Campo-Grandense de Professores, na época Mato Grosso uno[...]. Todos queriam mais tranquilidade na vida dos professores. Todas as pessoas precisam ter alguma coisa em que se apoiar para poder viver e sentir que são dignas [...]. A ACP surgiu assim como uma estrela brilhante no céu de Campo Grande, para mostrar o caminho e para dar força aos professores.¹²

Importante também é o depoimento da professora Maria Garcia Pereira, presidente da ACP em 1962, sobre a ideia de se construir a entidade.

Uma tônica que sempre o professor trouxe, acho que desde que professor era professor, aumentos de vencimentos, sempre, melhoria da classe, concursos para que se admitissem professores, já não mais apenas com cunho político, por apresentação do político a, b ou c, mas o professor se submetia já a concursos para ser, de acordo com a classificação, colocados. Difícil, sem estabilidade realmente. Um grupo de professores idealistas no afã de criar um corpo administrativo dentro do magistério, que tivesse uma representatividade mais expressiva no seio da sociedade campo-grandense, reuniu-se para formar uma associação, o que ocorreu no dia 21 de abril de 1952. A partir daí, as reuniões foram se sucedendo, elaborou-se um estatuto, votou-se e aprovou-se também esse estatuto, assim teve início a Associação Campo-Grandense de Professores, a tão conhecida ACP.¹³

12. Campo Grande 121 anos – ACP constrói a história da educação e da sociedade campo-grandense há 68 anos. ACP MS. Campo Grande (MS). 26 ago. 2020. Disponível em: <http://www.acpms.com.br/campo-grande-121anos-acp-construi-a-historia-da-educacao-e-da-sociedade-campo-grandense-ha-68-anos/>.

13. Ibid.

É provável que, ao longo dos primeiros meses de 1952, tenha havido reuniões informais com o grupo que liderava a fundação da ACP, entretanto, a primeira reunião realizada em Campo Grande, para tratar da futura entidade, aconteceu no dia 21 de abril de 1952, na sala do Clube Libanês, no Edifício Olinda, evento que começou às 8h30, com a finalidade de deliberar sobre a fundação da associação de professores. Na oportunidade, após as falas dos presentes, foi escolhida uma diretoria provisória para tratar do processo burocrático, formada pelos seguintes professores: Alinor de Lima, José Everaldo da Silva e Nagib Raslan.¹⁴

Foi apresentado aos presentes um anteprojeto do futuro estatuto da entidade. Por unanimidade, foi criada outra comissão, com os professores Antônio Teófilo Nunes, Carlos Henrique Schrader, Paulo Coelho Machado, Wilson Loureiro de Oliveira e Antônio Vielti. Encerrada a reunião, após os tradicionais agradecimentos, ficou definido que nova reunião aconteceria no próximo dia 1º de maio, no mesmo local¹⁵

Conforme acordado na última reunião da comissão provisória, às 15 horas do dia 1º de maio, no Edifício Olinda, reuniu-se o grupo de professores com o objetivo de discutir o estatuto que estava sendo gestado. Ao longo de muitas horas, os professores avaliaram o documento e fizeram as alterações que julgaram necessárias. A ideia era chegar à próxima reunião com o documento praticamente pronto. Encerrado o trabalho, foi marcada a nova reunião para 18 maio. Como havia a expectativa de que essa reunião teria presença maciça de professores, a comissão provisória decidiu fazer o evento na Associação dos Criadores do Sul de Mato Grosso, na rua 13 de Maio, 617, no centro de Campo Grande.¹⁶

Eleição da diretoria da ACP e aprovação do Estatuto

Houve um esforço concentrado para trazer o maior número de profissionais para a reunião de 18 de maio. Convites foram enviados para parte importante deles. A assembleia ia aprovar o estatuto e em seguida escolher a diretoria que lideraria o sindicato por um ano, tempo estabelecido para cada mandato. O conselho fiscal e o consultivo também seriam eleitos com a diretoria. Quase todos os sindicatos seguiam esse padrão.

14. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 24 de abril de 1952.

15. Ibid.

16. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 01 de maio de 1952.

Os trabalhos começaram com a leitura do estatuto, o que durou longos minutos. Não houve questionamentos importantes. A matéria foi aprovada por unanimidade. Achamos importante destacar trecho do estatuto para que leitor tenha uma ideia de como se organizavam as associações sindicais na primeira metade do século passado.

A ACP foi definida como uma organização de classe, tem sua sede em Campo Grande e rege-se pelo presente estatuto. É alheia a competições partidárias, políticas e religiosas, tem por fim a promoção e a união do magistério, defendendo as aspirações justas da classe e dos seus sócios; proporcionando meios de levar a cultura cívica, moral, intelectual e profissional dos seus sócios; prestando assistência moral e material dos sócios dela necessitados; prestigiar e defender os sócios, quando necessário, em público ou em particular, na imprensa ou nos tribunais [...].¹⁷

Ainda na manhã de 18 de maio, foi realizada eleição para a diretoria plena da ACP. Estavam presentes 75 professores. Uma junta eleitoral foi organizada e, no fim da manhã, começou o processo de apuração do pleito. Não houve disputa de chapa. A ideia era eleger os mais votados para cada cargo. Era isso que o estatuto recomendava. O nome do professor Alinor de Lima Bastos recebeu a maioria dos votos. Por volta do meio-dia, foram anunciados os eleitos: presidente Alinor de Lima Bastos, vice-presidente Carlos Henrique Schrader, primeiro-secretário Emanuel Garcia de Araújo, segundo-secretário Luís Cavaleri, primeiro-tesoureiro Nagila Raslan, segundo-tesoureiro Hélio Sabino Lopes, bibliotecário José Pereira Luís e diretor social Antônio Viette.

Passados 20 dias, foram empossados os diretores na sede da Associação dos Criadores do Sul de Mato Grosso. Foi uma manhã de festa cívica. Não faltaram discursos, poesia, concerto de piano e apresentação do Coral da Escola Joaquim Murтинho. Inclusive compareceu ao evento Antônio Bitencourt, inspetor federal de ensino. Pela quantidade de pessoas que assinaram a lista de presença, presume-se ter sido um evento bastante concorrido.¹⁸

A diretoria estabeleceu o pagamento de Cr\$ 15 (cruzeiros) mensais para cada sócio da entidade. Esse recurso se destinava a comprar a mobília básica e custear as despesas administrativas. Não houve recla-

17.

18. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 08 de junho de 1952.

mação quanto ao valor, no entanto, era um trabalho duro para a entidade receber a contribuição. Não havia nenhum convênio com a prefeitura e estado para proceder ao desconto em folha. Isso só aconteceu anos depois. Esse problema perdurou por muitos anos. Em quase todas as reuniões, o tema era debatido. Em alguns casos, o tesoureiro ia às escolas para cobrar a mensalidade dos professores. Um fato importante era o fato de a ACP congregar também os professores da rede privada.



CAPÍTULO IV

Discreta ação sindical

Uma das primeiras providências da direção da entidade foi contatar o governador do estado, Fenando Correia da Costa, para pedir a publicação, gratuitamente, no Diário Oficial do Estado, cópia do estatuto da entidade. Outro pedido importante foi a designação por parte do Executivo estadual de um profissional que ajudasse nos trabalhos da entidade. Não era difícil a direção da entidade conversar com o governador, que mantinha residência e domicílio eleitoral em Campo Grande. Alguns professores filiados à associação eram integrantes da UDN, partido liderado pelo governador, entre eles Severino de Queirós e Maria Constança de Barros Machado.

A entidade também procurou dialogar com associações de professores de outros estados. Em julho de 1952, o professor José de Almeida Barreto, presidente da Interestadual de Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, com sede no Rio de Janeiro, entrou em contato com a direção da ACP colocando-se à disposição para tratar de temas comuns às duas entidades, inclusive enviou-lhe vários insumos sobre associativismo e sindicalismo. Ademais, o presidente Alinor Bastos e o diretor Severino Ramos de Queirós foram credenciados pela entidade para ir ao Rio de Janeiro, onde teriam agendados contatos com as lideranças sindicais locais.

Enquanto os dois diretores da ACP estavam no Rio de Janeiro buscando contatos e informações, em Campo Grande havia um clima pesado na categoria, os professores estavam revoltados com a política do governo do estado de não pagar o salário referente às férias dos profissionais contratados para o magistério. Essa era uma aberração. Até os anos 1970, era comum tais contratos com o poder público terem apenas dez meses de duração. Isso acontecia exatamente para não pagar os dois meses referentes às sagradas férias. O Executivo estadual, que deveria estimular relações de trabalho modernas, conforme os avanços da legislação trabalhista nacional, contraditoriamente, a burla começava pelo

próprio Estado ao negar tal direito a esses funcionários contratados.

A diretoria, sob a liderança do vice-presidente da entidade, Carlos Henrique Schrader, importante nome do sindicalismo de Mato Grosso do Sul, deliberou enviar telegrama para o deputado estadual Lenine Povoas, intelectual importante da época, que tinha como bandeira de trabalho a luta pela garantia do pagamento do período de férias dos professores. O telegrama tratava da necessidade de o governo fazer os contratos de 12 meses e não 10. A missiva foi grafada nos seguintes termos: “Professores primários de Campo Grande hipotecam irrestrita solidariedade à Vossa Senhoria pela defesa da classe a respeito das férias escolares”.¹⁹ Esse deputado era um porta-voz importante dos interesses dos trabalhadores da educação.

Os professores da ACP eram cuidadosos nas críticas ao governo. Não havia nenhum confronto. Inclusive as comunicações, por escrito, eram comedidas. Para se ter uma ideia do zelo da entidade, o telegrama enviado ao deputado Povoas não foi assinado pela associação, mas sim pelos próprios professores.²⁰ Isso pode ser explicado, a princípio, pela baixa capacidade política e ideológica dos dirigentes e ausência de estabilidade funcional. Os sindicalistas não tinham proteção nenhuma da justiça.

O presidente e a diretoria das associações poderiam ser demitidos normalmente do serviço público. Essa situação só mudou em 1983, quando o jovem advogado de Campo Grande, Celso Pereira, solicitou da Justiça do Trabalho estabilidade para dois diretores da Associação dos Trabalhadores da Empresa Energética de Mato Grosso do Sul (Ener-sul), pelo fato de estarem organizando a entidade sindical da categoria e foram demitidos. A justiça atendeu ao pedido do advogado. Depois, por todo o Brasil, a justiça reconheceu a estabilidade dos dirigentes de associação pré-sindical como eram comumente chamadas.

Além da luta pelo pagamento dos 12 meses de contrato dos professores, a ACP também iniciou algumas atividades solicitando aumento de salários da categoria. Havia muita reclamação dos professores em função da queda do poder de compra da classe trabalhadora. Desde a década de 1940, a população de Campo Grande reclamava do aumento dos preços.

Em 1941, por exemplo, os sindicalistas Manoel Francisco Leal,

19. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 31 de janeiro de 1959.

20. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 28 de julho de 1952.

presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil; Antônio Teixeira Coelho, presidente do Sindicato dos Contadores; Olyntho Borges Filho, presidente do Sindicato dos Comerciários; Elia Medeiros, presidente do Sindicato dos Motoristas; e Donir Flores de Oliveira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Calçados e Vestuários, publicaram manifesto, no “Jornal do Comércio” de Campo Grande, contra a carestia. O título do texto dizia o seguinte: “O problema da carestia de vida em Campo Grande está exigindo dos poderes públicos urgente medida acauteladora dos interesses do povo”.²¹

O jornal “Correio do Estado”, em 1955, passou a denunciar a majoração dos preços no comércio da Cidade Morena. Na comemoração do dia 1º de maio de 1956, por iniciativa de donas de casa e sindicalistas, aconteceram fortes protestos contra a alta de preços.²² Essa luta atingiu também a área de prestação de serviços. Parcela importante da população de Campo Grande e de Corumbá estava contrariada com o precário fornecimento de energia elétrica oferecido pela Companhia de Energia Mato-Grossense (Cemat). A principal queixa era contra as constantes interrupções e o preço da tarifa.²³

Em 28 de janeiro de 1959, o Sindicato dos Motoristas enviou correspondência ao presidente da República, Juscelino Kubitschek, denunciando o aumento generalizado do custo de vida em Campo Grande. Na mesma correspondência, indagava se o governo federal tinha decretado congelamento de preços no Brasil e, em caso afirmativo, solicitava autorização para fiscalizar os praticados na Cidade Morena.²⁴

Em outra oportunidade, o jornal “Correio do Estado” trouxe uma longa matéria analisando o aumento generalizado no valor dos produtos de primeira necessidade em Campo Grande. Escreveu o articulista: “Campo Grande, região cuja safra foi de milhares, o feijão vem ordinário, misturado com quanta praga existe no campo e está sendo vendido a 40 cruzeiros o quilo. Sábado e domingo, o leite escasseou na cidade. É a velha tática de forçar novos aumentos de preço de um alimento básico da dieta de uma criança e dos enfermos”.²⁵

Por tudo isso, a direção da ACP marcou reunião no Clube Libanês, em 15 de agosto de 1952, para debater com a categoria meios de conquistar aumento do vencimento do professorado primário, secundá-

21. Jornal do Comercio. Campo Grande (MS), edição de 29 de setembro de 1941.

22. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 15 de setembro de 1952.

23. Silva (2005, p. 109).

24. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição 31 de janeiro de 1959.

25. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição 18 de agosto de 1959.

rio e normal dos estabelecimentos estaduais. Na oportunidade, foi criada uma comissão para redigir memorial ao governador com os seguintes professores: Severino Ramos de Queirós, José Pereira Lins e Ernesto Garcia.

O governo do estado, dias antes dessa reunião, tinha prometido conceder aumento aos professores. Uma das demandas da categoria era a volta do abono família que havia sido cortado. No memorando entregue ao governador, também foi solicitado assistência médica e dentária para os professores e família e a construção de casa própria, por meio do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (Ipase).²⁶

Os professores particulares também foram objetos de preocupação da direção da ACP. O presidente da entidade, logo que chegou do Rio de Janeiro, explicou para os diretores que era preciso tratar do preço da hora-aula dos professores particulares. A ideia era criar uma tabela que servisse de guia para os profissionais da educação de Campo Grande.

Em meio aos debates sobre o aumento de salários dos professores, aconteceu um fato curioso, que reflete a baixa consciência política da direção da ACP naquela quadra histórica, ou seja, expressa o frágil equilíbrio entre o associativismo clientelista e a necessidade de ações sindicais ousadas. O professor Antônio Teófilo da Cunha, advogado trabalhista, sócio fundador da ACP, publicou o artigo “Salários dignos” em um pequeno jornal da cidade, a “Folha Trabalhista”. Ele avaliava a situação das relações de trabalho e de salários em Campo Grande. A escola pública e particular foram objetos da sua reflexão. O artigo provocou verdadeiro terremoto na cúpula da ACP.²⁷

A direção da entidade decidiu que o artigo depunha contra seus membros. Foi um deus nos acuda.²⁸ A suposta polêmica ganhou dimensão e adentrou o campo das especulações políticas. Passaram a achar que a intenção do professor era se promover politicamente. Por isso o professor Antônio Teófilo foi convocado para explicar as razões do artigo a uma comissão criada pela entidade. “Ele falou que o jornal era dele e tinha orientação inteiramente trabalhista, estava sempre voltado para as causas das classes trabalhadoras”.²⁹ A direção da ACP insistiu que o artigo foi prejudicial para a imagem da entidade, então exigiu do professor retratação. Teófilo se negou a cumprir a determinação. Alguns dias

26. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 15 de agosto de 1952.

27. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 21 de setembro de 1952.

28. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 08 de setembro de 1952.

29. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 11 de setembro de 1952.

depois, a direção decidiu enviar missiva à imprensa informando que o referido professor não tinha competência para envolver a associação em fins políticos.³⁰

Passados alguns dias desse imbróglio, começou o debate sobre a eleição da entidade. Chegou o tempo de renovar a diretoria, cujo mandato era de um ano. Uma circular foi distribuída para os sócios informando a ocorrência de assembleia geral com o objetivo de tratar das eleições. O pleito foi marcado para 4 de maio de 1953, às 9 horas, na sede da Associação dos Criadores, local em que acontecia a maioria das reuniões da entidade.

A direção dos trabalhos de votação e apuração ficou a cargo dos professores Severino Ramos e Maria Constança de Barros Machado, dois ícones da educação do sul de Mato Grosso. Abertos os trabalhos, vários associados fizeram uso da palavra enaltecendo aquele acontecimento histórico. O professor José Pereira Lins foi o escolhido para relatar as ações da diretoria, que seria substituída naquela manhã.

Por volta das 11 horas, iniciou-se a votação; 31 associados estavam autorizados a votar. Poucos minutos depois, como não houve disputa de chapa ou problema burocrático, a urna foi aberta e seguiu-se à contagem dos sufrágios. Havia uma discreta articulação para o professor Alinor de Lima continuar à frente da instituição. O resultado indicou isso. Ele foi eleito, e com ele os diretores para o período de 1953 e 1954: vice-presidente Ayd Camargo Cesar, primeiro-secretário Ernesto Garcia de Araújo, segundo-secretário João Cândido de Sousa, primeiro-tesoureiro Ângelo Serenza, segundo-tesoureiro Ademir dos Santos, bibliotecário José Pereira Lins, diretor social Rosian da Fonseca e procurador: Eduardo Machado Metelo.

A posse da nova diretoria aconteceu no dia 8 de julho, na Associação dos Criadores. A entidade preparou discreto evento, que começou às 9 horas. Além dos familiares dos diretores, foram convidadas muitas autoridades da cidade. Dezenas de discursos foram pronunciados. Declamação de poesia também. O professor Ademir dos Santos falou sobre a história da educação e do professor no Mato Grosso.³¹

A fala principal do evento foi feita pelo professor Luiz Alexandre, proprietário do Colégio Oswaldo Cruz que, entre outras coisas, não se esqueceu de tratar do salário dos professores do primário e secundário,

30. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 21 de setembro de 1952.

31. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 28 de julho de 1953.

inclusive defendeu a indexação do salário dos professores ao dos colegas da esfera federal. Ele se reportava aos professores dos Institutos Federais de Educação. Na ata referente a esse evento, está grafado que o diretor do Oswaldo Cruz “fez um brilhante discurso”.³² De fato, desde o início da ACP, Luís Alexandre colaborava com a entidade.

Ao longo do mês de agosto de 1953, a direção aprofundou os contatos com associações de professores de outros estados, por meio de José de Almeida Barreto, presidente do Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro. A entidade de Campo Grande começou a receber convites para participar de reuniões sindicais fora de Mato Grosso. Toda semana, a entidade carioca e a campo-grandense se comunicavam acerca do processo de dissídio coletivo dos professores particulares do Rio de Janeiro, que tramitava no Superior Tribunal Federal.³³ Essa demanda era uma luz para os profissionais de Mato Grosso, que poderiam se beneficiar de uma decisão federal que tratava diretamente do salário e de outras reivindicações da categoria.

Sobre esse assunto, a entidade não ficou apenas no debate burocrático. Um grupo de professores foi à Câmara Municipal pedir para os vereadores encaminharem expediente à Suprema Corte solicitando urgência no julgamento do dissídio coletivo dos professores da capital federal.³⁴ Também trataram de outros assuntos de interesse da categoria, entre eles a situação de miséria dos salários dos professores do estado e da proposta do vereador Nelson Borges de Barros, de isentar do pagamento do IPTU todos os professores que tivessem casa própria.³⁵

Em 1953, conforme os documentos a que tivemos acesso, foram poucas as ações políticas. Uma novidade importante foi o fato de a entidade usar um espaço no jornal local “O Mato-Grossense”, para divulgar suas atividades. Em maio do ano seguinte, houve nova eleição para a direção da ACP, e o professor Alinor de Lima continuou na sua presidência. Dessa eleição, participou a professora Maria da Glória Sá Rosa como vice-presidente e do advogado Wilson Barbosa Martins como procurador jurídico.

Wilson Barbosa, anos depois, foi um dos proprietários do Colégio Oswaldo Cruz, bem como prefeito de Campo Grande e primeiro go-

32. Ibid.

33. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 15 de agosto de 1953.

34. Ibid.

35. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 02 de agosto de 1952.

vernador eleito de Mato Grosso do Sul. Maria da Glória se converteu numa entusiasta e preparada divulgadora da cultura estadual.

Não houve chapa de oposição também nessa eleição, realizada em 10 de maio, na sede social do Círculo Militar. Votaram 39 professores. A posse da diretoria aconteceu no mesmo local, dia 6 de junho, em bonita festa, com muita música e poesia.³⁶ A diretoria eleita teve a seguinte composição: presidente Alinor de Lima Bastos, vice-presidente Maria da Glória Sá Rosa, primeiro-secretário Ernesto de Araujo, segundo-secretário Luiz Cavallari, primeiro-tesoureiro Theodofilo Botelho, segundo-tesoureiro Maria Serra, bibliotecário José Pereira Lins, diretor social Hermínia Grise Arguelho e procurador jurídico Wilson Barbosa Martins.

Tudo indica que a professora Hermínia, nova diretora social, apreciava festa. A entidade, com ela, iniciou uma série de eventos culturais com o objetivo de angariar recursos. A moda à época eram os famosos bingos dançantes, geralmente às tardes de domingo, no Centro Beneficente Português, tradicional clube de Campo Grande. Os eventos mais garbosos aconteciam aos sábados à noite. Os bingos dançantes se tornaram fontes perenes de recursos. Muitos foram organizados. Outra modalidade adotada pela ACP foram os festivais. Uma das entidades parceiras era a Associação de Combate ao Câncer de Campo Grande.

O sucesso dos bingos ganhou fama. As entidades populares queriam parceria com os professores. A venda dos ingressos era garantida. Tanto que, em agosto de 1954, a entidade foi procurada por dois jovens estudantes, Ruben Figueiró e Alcindo de Sousa. O primeiro era um importante líder dos estudantes universitários do Rio de Janeiro, e o segundo, presidente da União Campo-Grandense de Estudantes Secundaristas (UCE). Foram conversar com a presidente em exercício, Maria da Glória, para pedir ajuda na venda de uma rifa com o objetivo de construir a Casa do Estudante na capital federal. A conversa, enfim, avançou também para a realização de um festival de música cuja renda seria dividida entre a UCE e a ACP.³⁷

A entidade se prontificou a apoiar os estudantes. No caso do Rio de Janeiro, a ajuda se explicava porque uma parte dos professores de Campo Grande tinha filhos estudando naquela cidade, portanto havia interesse direto. De outro lado, alguns professores e diretores da ACP

36. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 06 de maio de 1954.

37. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 07 de agosto de 1954.

havia estudado na Cidade Maravilhosa. Aliás, cabe informar que os estudantes de Mato Grosso, na virada de 1950 para 1960, lideravam as principais entidades de estudantes daquela cidade. Inclusive quase todos recebiam proteção do senador Filinto Müller, homem poderoso da política de Mato Grosso por décadas.

Aumento salarial

A luta por aumento salarial está presente em quase todos os documentos da ACP. No dia 1º de dezembro de 1954, a categoria tratou do aumento dos professores. Havia muita reclamação na base sindical. Após delongas e fortes debates, deliberou-se enviar ao governo um memorial exigindo providências imediatas e favoráveis aos professores, a fim de evitar lamentáveis consequências. Nessa reunião, esses profissionais mostraram que estavam desiludidos com Fernando Correa da Costa por não atender às demandas da categoria.

Nessa reunião, ficou consignado em ata o seguinte pronunciamento do professor Cândido: “Não é a 1ª e nem a 2ª vez que pedimos o que é a real aspiração da classe sobre a questão dos vencimentos miseráveis dos professores. As aulas extras a que temos direito não estão sendo pagas[...]. Estamos sendo espoliados e ludibriados”. Nessa reunião, surgiu a ideia de a ACP entrar em contato com os professores de Cuiabá e Corumbá para pedir negociação coletiva ou dissídio coletivo, como orientavam os sindicalistas cariocas.³⁸

Uma das alternativas que a diretoria encontrou para diminuir o grau de insatisfação dos associados foi se socorrer da executiva da UDN local para tratar do salário dos professores. Como já falamos, existia uma ligação muito forte entre partidos políticos e educação. Severino de Queirós e Maria Constança de Barros eram próceres importantes da UDN. O partido, por meio do advogado Wilson Martins, diretor da ACP, prontificou-se a encaminhar memorial ao governador Fernando Correa tratando da demanda deles. Wilson Martins tinha muita força, inclusive havia sido convidado para ser secretário de estado no governo de Fernando Correa.

38. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 25 de abril de 1955.

Articulação com a mídia

A associação também conquistou espaço para expor suas ideias no jornal “O Mato-Grossense”, incluindo a defesa do salário e o drama de toda a categoria. Na segunda metade de 1955, a entidade conquistou outro espaço importante, a Rádio Educação Rural, ligada à Igreja Católica, que franquiou horário aos sábados para a ACP se comunicar com a população e sua base sindical.

Essa foi uma aquisição relevante, durante anos os professores usaram esse espaço. As festividades do Dia das Mães de 1955 ocorreram no auditório da emissora, com toda a apresentação feita pelos professores.³⁹ Inclusive alguns eventos culturais da associação eram realizados no auditório da emissora católica.

Aliás, parte do incipiente processo de formação sindical dos associados era feito por meio do rádio. O professor recebia informações sobre a entidade e outras notícias nacionais sobre o trabalho associativo e sindical. “A diretoria estabeleceu que o programa deveria ser bastante original e, por conseguinte, constar de palestras, diálogos e entrevistas, além de constituir um boletim informativo da ACP”.⁴⁰

No fim de 1955, o professor Alinor de Lima transferiu-se para o Rio de Janeiro. Esse processo foi muito doloroso para a entidade. Alinor era um “trator” para trabalhar e tinha contatos com vários sindicatos e associações do Brasil. Era um valente defensor do associativismo. Tanto isso é verdade que, quando se desligou fisicamente da ACP, recebeu várias homenagens. Foi declarado presidente emérito. Do Rio de Janeiro, ele foi um embaixador dos interesses do professorado de Mato Grosso. A vice Maria da Glória, que vinha exercendo a função de presidente da entidade, assumiu-a de fato e deu continuidade aos trabalhos da diretoria.

Maria da Glória é eleita presidente

Maria da Glória Sá Rosa era o quadro político que a base sindical desejava, era dona de uma energia imensa e conhecia todo mundo. Assim, em 29 de maio de 1956, por meio de eleição direta e secreta,

39. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 16 de abril de 1955.

40. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 23 de abril de 1955.

foi aclamada presidente da associação. Sua posse se deu na manhã de 13 de junho, na Associação dos Donos de Imóveis de Campo Grande. Foi a mais concorrida até aquela data. As principais autoridades ligadas ao campo da educação estiveram presentes. As cerimônias da ACP eram prestigiadas. A diretoria ficou assim constituída: presidente Maria da Glória Sá Rosa, vice-presidente João Cândido, primeiro-secretário José Everaldo, segundo-secretário Holinada Tereza, primeiro-tesoureiro Anagilda de Oliveira, segundo-tesoureiro Ademir dos Santos, bibliotecário Yeda Garcia Antelo, diretor social Theodoro Botelho e procurador jurídico Eduardo Metelo.

A ascensão de Maria da Glória à direção do sindicato coincidiu com a eleição, em outubro de 1955, do governador João Ponce de Arruda. Ele disputou o pleito com o senhor Rachid Saldanha Derzi. João Ponce nasceu em Cuiabá e era filiado ao PSD. No ano anterior, tinha sido eleito para administrar Campo Grande o médico Marcílio de Oliveira Lima, ligado à UDN. Em 1955, também ganhou a eleição para presidente do Brasil o mineiro Juscelino Kubitschek de Oliveira que administrou o país de 1956 a 1960.

Sob a liderança da professora Maria da Glória, começaram os trabalhos para adquirir uma sede para a entidade, assunto debatido informalmente pela direção por meses. Em quatro anos de criação, as reuniões e assembleias do professorado aconteciam na casa dos sócios ou em lugares emprestados. A dúvida era: comprar um terreno ou uma edificação.

O problema era que a entidade não tinha recursos para esse investimento. Mesmo com todo o esforço, as arrecadações só davam para pagar as despesas mensais. Mesmo assim, a presidente insistia nesse investimento, um sonho da categoria; a ideia principal consistia na compra de um terreno.⁴¹ Para cuidar desse investimento, foi criada uma comissão de trabalho formada por Maria da Glória, Licurgo Bastos, Luís Alexandre, Flora Rosa Pires, Hermínia Arguelho e Aurélio Baís. A comissão divulgou nota na imprensa informando que a ACP desejava adquirir um terreno com o objetivo de construir a Casa do Professor.

Passados poucos dias, chegaram às mãos da diretoria algumas ofertas de terrenos e casas, entre essas uma residência de alvenaria coberta de telhas, na rua 7 de Setembro, 693, localizada entre as ruas Rui Barbosa e 13 de Maio, com respectivo terreno medindo 20 metros de

41. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 14 de abril de 1957.

frente por 22 metros de fundo. Na casa havia três quartos grandes, uma cozinha grande, uma sala de visita, duas áreas e um banheiro, todos “fornados e mosaicados”. O valor era de CR\$ 500 mil.⁴² Após algumas reuniões, a comissão de trabalho decidiu adquirir esse imóvel. Ficou pactuado que a ACP daria uma entrada de CR\$ 300 mil e o restante pagaria em duas parcelas anuais de CR\$ 100 mil.⁴³

Em 5 de maio de 1957, o negócio foi fechado, porém, depois de contar todos os recursos de que a entidade dispunha, infelizmente, não atingiu os CR\$ 300 mil exigidos pelo dono do imóvel. Diante do impasse, os professores Teodolinda Botelho e João Cândido emprestaram CR\$ 10 mil para completar o valor da entrada.⁴⁴ Finalmente o imóvel foi adquirido. A direção da ACP não esqueceu de pedir ao poder público municipal a isenção do valor referente à transferência do imóvel.

A gestão liderada por Maria da Glória foi eficiente. Ao longo do seu mandato, ocorreram muitas celebrações objetivando angariar fundos, o que garantiu recursos para comprar a sede da entidade. Ademais, a questão dos salários dos professores particulares foi objeto de reflexão nesse período. Outra iniciativa importante foram as conversas da presidente com o governador Fernando Correa da Costa sobre a situação da categoria. Aliás, em 1956, houve concurso público para preencher algumas cátedras.⁴⁵

Como o mandato na ACP era de apenas um ano, em maio de 1957, foram escolhidos os seus novos diretores. Votaram 38 sócios. Vejamos a composição da diretoria: presidente Nelson de Sousa Pinheiro, vice-presidente Licurgo Oliveira, primeiro-secretário Arassuay Gomes de Castro, segundo-secretário Delmira dos Santos, primeiro-tesoureiro Balbina Maciel, segundo-tesoureiro Ayd Camargo Cesar, bibliotecário Edith da Rosa, diretor social Hermínia da Rosa e procurador jurídico Luís Alexandre de Oliveira.

A nova diretoria tomou posse no dia 15 de junho, na escola Joaquim Murinho. O mandato liderado por Nelson de Sousa foi de poucas atividades, se comparado com as gestões anteriores. A leitura dos documentos indica que a entidade só realizou três assembleias. Na terceira reunião, em maio, o presidente informou que a ACP estava sem condições financeiras para saldar a última parcela de CR\$ 100.000,00 refe-

42. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 28 de abril de 1957.

43. Ibid.

44. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 05 de maio de 1957.

45. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 15 de junho de 1957.

rentes à compra da sua sede.⁴⁶ O credor da dívida exigia o pagamento conforme pactuado em contrato.

A notícia dando conta de que não havia recursos para saldar a parcela da casa caiu como uma bomba na assembleia da ACP. O presidente insistiu que a diretoria não fez esforços para angariar fundos. As famosas festas e bingos que Maria da Glória e outros diretores faziam desapareceram. A alternativa encontrada foi o vice-presidente, Licurgo de Oliveira, fazer um empréstimo, em seu nome, no valor da dívida.⁴⁷ Essa operação no Banco Brasileiro de Descontos teve o aval do professor Luís Alexandre. Para ressarcir o dinheiro emprestado do vice-presidente, a entidade promoveu várias rifas e bailes.

O mandato de Nelson foi cheio de dificuldades, tanto que ele não realizou eleição para renovar a diretoria, em 1958, como manda o estatuto. Isso tudo era muito constrangedor. Mas o presidente fingia que nada estava acontecendo. Numa reunião realizada em 24 de maio de 1959, alguns associados revoltados com a situação da entidade disseram “que era preciso levantar a ACP, que não estava mais de pé”. Foi uma tensão danada. A explicação do presidente para não promover a eleição foi que a categoria, em assembleia, havia concedido mais um ano de mandato.⁴⁸ Ademais, o presidente tentou adiar a posse da nova diretoria, eleita em maio 1959, para outubro, com a desculpa de que a data coincidia com o Dia do Professor. A assembleia foi contra⁴⁹; a posse aconteceu em junho.

46. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 02 de maio de 1958.

47. Ibid.

48. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 06 de junho de 1959.

49. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 24 de maio de 1959.



CAPÍTULO V

Lenta mudança na política sindical da ACP

No dia 31 de maio de 1959, data de renovação do comando da entidade, registrou-se expressivo número de votantes, inclusive com articulação de mais de uma chapa, entretanto, só uma se inscreveu. O pleito aconteceu no Colégio Joaquim Murtinho. O professor Carlos Henrique Schrader foi o presidente da comissão eleitoral. Maria da Glória Sá Rosa e Antônio Teófilo Cunha ficaram com a responsabilidade de contar os votos.⁵⁰ Ernesto Garcia de Araújo foi eleito com o voto de 106 professores. A chapa teve a seguinte formação: presidente Ernesto Garcia de Araújo, vice-presidente Licurgo Oliveira, primeiro-secretário Arassuay Gomes de Castro, segundo-secretário Delmira dos Santos, primeiro-tesoureiro Balbina Maciel, segundo-tesoureiro Ayd Camargo Cesar, bibliotecário Edith da Rosa, diretor social Hermínia da Rosa e procurador jurídico Luís Alexandre de Oliveira

A posse da nova diretoria também foi muito concorrida. A professora Elizabete Teixeira comandou um programa cultural com Maria da Glória declamando poesia de Manuel Bandeira. A professora Dirma dos Santos alegrou os presentes com seu piano. A solenidade terminou com um luxuoso lanche. Depois de algum tempo sem que temas diretamente ligados ao campo da relação de trabalho fossem discutidos na associação, com a gestão de Ernesto Garcia, os debates sobre salário e aposentadoria ganharam importância.⁵¹

Esse presidente se esforçava para que a entidade avançasse nas ações sindicais. Provavelmente, ele percebia que a ação da ACP se parecia mais com um clube de amigos. O centro das atividades eram as festas que serviam como forma de conagração, assim, Ernesto Garcia abraçou o importante projeto do deputado federal Fernando Ferrari, de São Paulo, que tratava das aposentadorias dos professores de escolas particulares.

Esse projeto foi debatido com os sócios da ACP. Dias depois, o de-

50. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 24 de maio de 1959.

51. Ibid.

putado convidou líderes dos professores de Campo Grande para participar de um almoço de confraternização, em São Paulo, no Hotel Othon Palace, em que o tema aposentadoria foi abordado. O referido projeto defendia aposentadoria dos professores da rede privada por meio do Instituto de Aposentadoria, aos 55 anos de idade, 25 dos quais de efetivo magistério.⁵² Como informamos, a ACP zelava também pelos interesses desses profissionais.

Por outro lado, ainda em 1959, a ACP enviou ofício à Casa Civil do governo estadual pedindo reestruturação das carreiras dos professores e contratação formal dos aprovados no concurso de 1956.⁵³ O estado promovia concurso, mas não contratava os aprovados. Isso era uma prática constante.

Uma coisa importante dessa diretoria foi a criação de um jornal que passou a ser chamado de “O professor”. Maria da Glória Sá Rosa ficou responsável por coordenar e escrever a seção de artigos do jornal. O primeiro número saiu em julho de 1959. Com o lançamento do periódico, foi feita uma massiva campanha de filiação de sócios com base em atividades culturais nas escolas.⁵⁴ Alunos e professores, liderados pela ACP/UCE, levavam às escolas *shows*, gincanas, teatro e as fichas de associados.

Congresso Estadual dos Professores Primários de MT

Na segunda metade da década de 1950, brotou um debate importante no Brasil sobre o papel da escola pública e da escola privada. Havia um grupo social liderado por intelectuais, como Florestan Fernandes, Anísio Teixeira, Miguel Reale, Fernando de Azevedo e outros educadores e juristas não menos importantes, que defendiam a ampliação da educação em todas as fases. Por outro lado, havia os conservadores, liderados por setores da Igreja Católica, que viam esse processo como algo perigoso porque levaria o país ao comunismo.

Esse debate ganhou força no final da década de 1950, quando foi lançado o “Manifesto dos Educadores”, redigido por Fernando de Azevedo, cuja proposta defendia maior participação do Estado no fomento da escola pública. Havia também algumas propostas para criar a Lei de

52. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 24 de junho de 1959.

53. *Ibid.*

54. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 15 de julho de 1959.

Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que mais tarde, em 1961, foi debatida e aprovada pelo Congresso Nacional, depois de memoráveis campanhas por todo o Brasil, com a participação ativa do movimento sindical urbano e rural.

Não sabemos se havia relação entre a Campanha em Defesa da Escola Pública com o Congresso Estadual dos Professores Primários de Mato Grosso, que aconteceu em 1959, promovido pelo governo de João Ponce de Arruda. O fato é que houve intensa mobilização das escolas municipais e estaduais para participar desse evento, marcado para dezembro daquele ano. Antes, houve uma fase de preparação com plenárias regionais.

Corumbá recebeu os educadores vinculados aos municípios da parte sul de Mato Grosso. Um grupo de professores de Campo Grande e outro de Corumbá ficaram responsáveis, junto com técnicos da Secretaria de Educação, por organizar o evento, marcado para junho de 1959. O Centro do Professorado de Corumbá e a ACP atuaram juntos. Como parte desse processo, nasceu a primeira Associação dos Professores de Cuiabá.

Os municípios de Paranaíba, Coxim, Dourados, Aquidauana, Bela Vista, Três Lagoas e outros enviaram representantes. As professoras Marina Couto Fortes e Adélia Leite Kraviec foram designadas para defender as propostas da ACP em Corumbá. Ao longo de muitos dias, um grupo rascunhou e aprovou, na sede dos professores de Campo Grande, uma pauta para o magistério de Mato Grosso:

- 1º Conservação do art. 47 e suas alíneas. O Prof. Efetivo, por concurso, continuará a gozar de estabilidade.
- 2º O Prof. Efetivado na data da prorrogação da Constituição deverá ter estabilidade.
- 3º Reforma do art. 58. O normalista, para se efetivar, deverá fazer um estágio remunerado
- 4º Para ingresso no magistério primário deverá ser normalista ou ter o curso ginásial.
- 5º Ter iniciação pedagógica e administração escolar.
- 6º O professor primário de escolas rurais e urbanas deverão receber os seus atestados já visados na repartição pagadora.
- 7º Reajustamento de salários.
- 8º Mentalidade política em assunto de ensino.
- 9º Revalidação do diploma para todo o País, com as mesmas vantagens.

- 10º Uniformidade a respeito de livros a serem adotados.
- 11º Conservação dos mesmos (a exemplo do curso secundário).
- 12º Salário família dos Professores primários.
- 13º Aposentadoria do Professor primário aos 25 anos de exercício.
- 14º Que recurso poderá empregar a escola primária na entidade e favorecer o desenvolvimento das crianças.
- 15º Unificação do programa do ensino primário no Estado.
- 16º Fundação da Associação ou núcleos de Profs. nas cidades onde não existem.
- 17º Entrelaçamento entre todos os núcleos e Associações de Professores de todas as cidades, para o engrandecimento da classe.⁵⁵

Além das propostas apresentadas na Cidade Branca, uma carta enviada pelo presidente da ACP, Ernesto Garcia de Araújo, foi lida à abertura do evento.

A Associação Campo-Grandense de Professores – Órgão de união e defesa da classe, neste ato representada pelo seu Presidente, saúda fraternalmente a sua congênere de Corumbá e por este intermédio todo o professorado de Mato Grosso e que, por ocasião do Primeiro Congresso de Professores Primários, a realizar-se em dezembro próximo vindouro, na Capital do estado, e cujos primeiros passos são dados com a reunião, na Cidade Branca, de representantes de todos os recantos deste vasto Mato Grosso, congratular-se pela feliz iniciativa e emprestar-lhe o seu mais decidido apoio. Na verdade, a época em que vivemos, atribulada e indecisa, síntese de uma crise universal preparada em dezenas de anos, pelo advento de novas descobertas que operaram visíveis modificações na sociologia, na filosofia e até na teologia tradicional, tem sido, infelizmente, aos mais fogosos e mal avisados, uma oportunidade para reivindicações violentas, em que muitas vezes naufragam os melhores valores, não só da cultura multissecular, mas principalmente, a vida de milhares de cidadãos. Em vista disso, e percebendo que tais choques procuram, paulatinamente, atingir o professorado, tendo, vez por outra, conseguido embair os menos prudentes e equilibrados, mas na firme resolução de zelar pelos justos interesses da classe, à base da lei e dentro dos sadios princípios da ordem, da justiça e da moral, a Associação Campo-Grandense de Professores solidariza-se com o Centro do

55. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 15 de julho de 1959.

Professorado Primário de Corumbá e almeja que, desse encontro, em boa hora marcado e realizado, advenham capitados e duradouros frutos para o problema do Ensino Estadual. Sim, Senhor Presidente, o Magistério que tem como objetivo educar, formar cidadãos livres e lourados, capazes de amar a Deus e ao próximo como a si mesmos — na palavra do Divino Mestre —, homens que constituam reservas culturais e morais da Pátria, se não tem tido, por parte dos poderes competentes, a compreensão e os subsídios necessários ao seu cabal desenvolvimento nem por isto poderá optar por resoluções chocantes, à maneira do que fazem outras agremiações, sob pena de desmoralizar-se e perder a alta finalidade de sua gloriosa missão. Bem haja, portanto, o Centro do Professorado Primário de Corumbá que outro caminho não tinha a escolher senão o do Congresso e das proposições serenas, onde a cordialidade do ambiente, a comunidade de ideias e ideais e, sobretudo, o espírito de sacrifício comum fomentarão os estímulos e serão o apanágio da vitória e a garantia de um êxito extraordinário, ao qual, como consonância de todas as aspirações dos Professores de Campo Grande, nos incorporamos, através desta pretenciosa mensagem de otimismo, felicitações e sincera amizade. Fraternalmente, Prof. Ernesto Garcia de Araújo – Presidente da Associação Campo-Grandense de Professores.⁵⁶

O Congresso Estadual aconteceu no dia 15 de dezembro de 1959, em Cuiabá, com a presença dos delegados eleitos nas plenárias regionais.⁵⁷ Esse evento foi um dos mais importantes até então realizados no campo da educação de Mato Grosso. Campo Grande participou com vários delegados.

Um dirigente ousado.

Em 3 outubro de 1959, foi eleito prefeito de Campo Grande o ex-diretor da ACP, Wilson Martins, que administrou a cidade por quatro anos. Wilson foi um parceiro importante do movimento sindical local, inclusive foi advogado de presos políticos na década de 1960. Aliás, em apenas quatro meses da sua posse, concedeu abono salarial aos professores de Campo Grande. Essa foi uma grande novidade.

56. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 15 de julho de 1959.

57. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 30 de novembro de 1959.

A Câmara aprovou o projeto do prefeito Wilson Barbosa Martins solicitando um aumento de 29% em todos os tributos devidos à prefeitura e aumento do salário ao trabalhador braçal da municipalidade aos novos níveis do salário-mínimo criado pelo presidente da República. Como é de conhecimento público, a Comissão de Finanças da Câmara apresentou um substitutivo propondo que o aumento favorecesse também os funcionários e os professores do município. Depois de ser debatido em numerosas sessões da Câmara, o substitutivo foi aprovado ontem, por 5 votos contra 4, sendo que a melhoria salarial dos servidores saiu em forma de um abono de 1.500 cruzeiros, indistintamente. Pela decisão da maioria de Câmara, os servidores que no momento percebem menos de 3.800 cruzeiros terão os vencimentos elevados àquele nível que é o salário-mínimo da região. Quanto aos funcionários e professores, continuarão percebendo os 1.500 sem que sejam incorporados aos vencimentos, até que o prefeito receba as instruções do IBAM, que lhe permitirão fazer o reajustamento que teve em mira ao chamar a Campo Grande os técnicos daquele Instituto.⁵⁸

Ernesto Garcia de Araújo foi um dirigente ousado. Não via problemas em fazer cobranças aos poderes públicos. Toda semana disparava ofícios para o governo e outras entidades. Um desses memorandos enviados ao governador do estado, em 1959, com 150 assinaturas, solicitava mudanças no calendário educacional. O governo exigiu a prorrogação das aulas até 30 dezembro de 1959. Normalmente, eram encerradas no dia 20. Houve revolta dos professores e alunos que haviam se organizado para sair de férias.

Uma série de reuniões foram feitas para encontrar uma solução para o problema. Os deputados estaduais Wilson Pinho, Edil Pereira, Ademir Moreira e Edvard Reis Costa também foram informados das reivindicações dos professores que não concordavam com o novo calendário da Secretaria de Educação.⁵⁹ Vários telegramas foram enviados para parlamentares de Mato Grosso no Rio de Janeiro. O protesto ganhou força do estamento político e da sociedade.

Estudantes e professores, em novembro de 1959, fizeram vários protestos nas principais cidades do estado contra a mudança no calendário escolar estadual daquele ano. Uma reunião com pro-

58. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 03 de abril de 1959.

59. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 30 de outubro de 1959.

fessores e representantes dos alunos foi realizada no Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Campo Grande para debater a mudança no calendário. O clima de greve estava no ar. O governador Ponce de Arruda, em passagem por Campo Grande, ficou sabendo do impasse e da possibilidade de paralisação. Imediatamente chamou a secretária estadual de Educação, Oliva Enciso, e determinou que fosse discutido um novo calendário escolar com professores e alunos.⁶⁰

O protesto dos professores e alunos teve final feliz. O governador autorizou o encerramento do ano letivo em 10 de novembro.⁶¹ Nesse processo, então, o governador decidiu pagar os adicionais cortados do salário da categoria.

Em maio de 1960, os professores iniciaram um movimento para conseguir desconto de 50% no valor das passagens de ônibus de Campo Grande, incluindo-se tratativas com a empresa e a Câmara de Vereadores. A empresa informou que não atenderia ao pedido da categoria⁶². Poucos professores possuíam automóvel nessa época. O pedido de desconto na passagem do coletivo não teve êxito, mas naquele mês de maio, a ACP recebeu, do deputado Valdir Santos Pereira, verba de gabinete de CR\$ 40.000,00.

Ademais, conforme exigia o estatuto, a direção da ACP iniciou o processo eleitoral objetivando eleger nova diretoria cujo mandato se encerraria em 1961. Poucos dias antes do pleito, surgiu a ideia de ampliar o mandato da diretoria para dois anos. Embora o presidente Ernesto Garcia fosse beneficiado, ele não aceitou a proposta, pediu que a alteração do mandato fosse debatida em outra oportunidade. A alteração do mandato, para dois anos, só vai ocorrer em 1968, no mandato liderado pela professora Nelly Bacha.

O pleito aconteceu em 4 de junho de 1960, na Escola Joaquim Murtinho, elegendo a professora Marina Couto Fortes, na chapa que teve na vice-presidência o professor Constantino; na primeira-secretaria, a professora Magilva de Oliveira; na segunda-secretaria, o professor Otavio Gonçalves. Tivemos dificuldades em identificar todos os nomes que formaram essa diretoria. A forma como foram grafados, na ata, dificultou a leitura. Maria Ribeiro Serra, Licurgo Bastos, Flora Rosa Pires e

60. Silva (2005, p. 122).

61. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 30 de novembro de 1959.

62. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 21 de maio de 1960.

Ruth Vieira também fizeram parte dessa chapa.⁶³

Marina Couto Fortes na presidência da ACP

Sob a liderança de Marina de Couto Fortes, o tema Casa do Professor voltou a ser debatido. A ideia era criar as condições para reformar o prédio. Um importante engenheiro da cidade, Camilo Boni, ofereceu-se para fazer gratuitamente o projeto da nova sede. Houve certo entusiasmo com a proposta, tanto que a diretoria decidiu fazer um conjunto de ações para angariar fundos. Os bailes e os bingos voltaram com força e com vontade.⁶⁴

Mariana do Couto também decidiu criar mecanismos para tentar conquistar aumento de salário para os professores. A ideia da direção da ACP consistiu em escrever um texto padrão convocando os professores para um conjunto de iniciativas. O manifesto foi grafado com as seguintes palavras: “Já é tempo de exigirmos das nossas autoridades uma remuneração mais de acordo com as responsabilidades que o magistério requer de nós. Solicitamos, então, ao caro colega que colabore conosco, em seu próprio benefício, enviando, hoje mesmo, o talão abaixo devidamente preenchido à sede da ACP”.⁶⁵

O talão a que a diretoria da ACP se refere era um texto com a seguinte mensagem: “Declaro que o ordenado dos professores do nosso estado é uma insignificância, diante do alto custo da vida atual e estou de acordo com a Campanha Pró-aumento de Salário dos Professores”.⁶⁶ Essa campanha se desenvolveu ao longo de 1960 com tentativas de agenda com o governador e deputados.

Ao final do mandato da professora Marina Couto Fortes, todos os bens da entidade se resumiam a uma máquina de costura da marca Vigoreli, uma panela de pressão, um liquidificador e uma capa de veludo. Também havia saldo bancário da ordem de CR\$ 195.897,00.

Cabe destacar que Fernando Correa da Costa foi eleito outra vez governador de Mato Grosso em 3 de outubro de 1960, pela UDN, e seu mandato se estendeu até 1965. Ele derrotou o senador Filinto Müller. Em 1960, também foi eleito presidente da República Jânio Quadros, do

63. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 22 de junho de 1960.

64. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 30 de julho de 1960.

65. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 10 de agosto de 1960.

66. Ibid.

PST, apoiado pela UDN. Jânio, campo-grandense de nascimento, ganhou com larga margem de votos do candidato apresentado pelo PTB, Marechal Henrique Teixeira Lott. Oito meses depois, ele renunciou ao mandato; assumiu a presidência João Goulart, que mantinha estreita relação com os sindicalistas e políticos de Campo Grande.

Maria Garcia Pereira na direção do professorado campo-grandense

Em maio de 1961, novos diretores da entidade foram eleitos para o mandato 1961–62. O evento aconteceu no Colégio Joaquim Murinho. Venceu a professora Maria Garcia Pereira.⁶⁷ A chapa teve a seguinte composição: presidente Maria Garcia Pereira, vice-presidente Aracy Eudociak, primeiro-secretário Cândida dos Santos, segundo-secretário Alcídio Pimentel, primeiro-tesoureiro Conceição Zalta, segundo-tesoureiro Delmira dos Santos, diretor social João Correia Ribeiro e procurador jurídico Carlos Garcia de Queirós.

A primeira ação da diretoria eleita foi trazer as reuniões para a sede da entidade, mesmo com o fato de haver poucas cadeiras e espaço com conforto para receber assembleia. Os associados reclamavam por ter que ficar em pé ao longo das reuniões. A situação exigia solução. Os professores que tinham móveis em casa, sobrando, prometeram doar ou emprestar à entidade. A professora Marina Couto, por sua vez, emprestou uma mobília de jacarandá, composta de um sofá, duas poltronas e duas cadeiras.

Já a contratação de professores voltou a ser debatida na ACP. Era a velha história de que um governador autorizava concurso público quando estava próximo de terminar o seu mandato. O que entrava não reconhecia a legalidade do certame. E a corda arrebentava no trabalhador, que ficava sem o emprego formal mesmo sendo aprovado. Isso aconteceu principalmente nos mandatos liderados por Fernando Correa da Costa e João Ponce de Arruda.

Como o governador Fernando Correa da Costa insistia em não reconhecer o concurso de 1960, um grupo de professores e alunos secundaristas, sob a liderança da UCE e da ACP, promoveu protesto contra os caprichos do governo.⁶⁸ As entidades enviaram abaixo-assinado ao chefe

67. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 11 de junho de 1960.

68. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 17 de julho de 1961.

do Executivo estadual solicitando a contratação dos professores aprovados em concurso. Os mais exaltados ameaçavam acionar a justiça, por meio de um mandado de segurança, para garantir o direito dos prejudicados. Cópia do mesmo documento foi endereçada à Assembleia Legislativa e aos parlamentares federais.

Outras atividades políticas importantes foram debatidas na assembleia de 17 de junho de 1961. A primeira foi a designação do professor Cezar Maksoud para participar do Congresso da União Internacional pela Liberdade de Ensino, no Rio de Janeiro. Cezar Maksoud era professor e diretor do jornal da entidade. A segunda decisão foi a compra de uma máquina de datilografia e um telefone. Nesse ano, as finanças melhoraram. A entidade recebeu, do deputado estadual Diomedes Pires, CR\$ 50.000,00 referentes a verba de gabinete, destinada à compra de móveis e utensílios para a sede.⁶⁹

Mucio Teixeira eleito por aclamação

Na eleição de 1962, o vitorioso foi o professor Múcio Teixeira Junior. Uma novidade nesse pleito foi o fato de a diretoria ter sido escolhida por aclamação. Provavelmente isso aconteceu pelo baixo número de sócios votantes. Conforme a ata da entidade do dia 30 de maio de 1962, apenas 15 associados assinaram a lista de presença da assembleia, que aconteceu no Colégio Joaquim Murтинho, onde se elegeram os seguintes diretores: presidente Múcio Teixeira Junior, vice-presidente Ayd Cesar, primeiro-secretário Fausta Higa, segundo-secretário Sebastião Santana, primeiro-tesoureiro Conceição Zota, segundo-tesoureiro Gonçalves Gomes, diretor social Nair Coimbra, bibliotecário Cruz Freire e procurador jurídico Carlos Garcia.

A nova diretoria tomou medidas para melhorar o conforto e a segurança da sede da entidade. Foi providenciada pintura e limpeza do edifício e colocada uma placa de identificação da ACP. As coisas já tinham melhorado um pouco. Inclusive, em junho, uma delegação de professores de Campo Grande foi a Cuiabá para tratar de salário com o governo. A iniciativa era parte da campanha por aumento salarial criada em 1961.⁷⁰

69. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 11 de novembro de 1961.

70. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 31 de junho de 1962.

O presidente Múcio Teixeira assumiu a entidade num momento importante do sindicalismo nacional, algumas dessas agremiações do estado haviam se filiado à Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e até uma greve geral foi programada pelos sindicatos da Cidade Morena. Na reunião de preparação da referida greve, no Sindicato da Construção Civil, foram definidos os seguintes passos: “a) ficar em assembleias permanentes; b) promover passeata dos trabalhadores (em conjunto com os camponeses da Mata do Jacinto, Terenos e demais patriotas, e povo em geral; e c) solicitar solidariedade dos vereadores para apoiar a greve geral”⁷¹. Em que pese haver disposição de líderes sindicais para aderir à paralisação, ela não aconteceu, foi abortada pelo comando da CGT.

Não há registro da ACP nessa atividade, aliás, um item que nos chamou a atenção nessa pesquisa foi o apartamento da ACP das demais entidades sindicais da cidade. Entre 1952 e 1977, não há registro formal de atividades da entidade dos professores com outras organizações trabalhistas de Campo Grande. Mesmo nos momentos de posse de diretoria da ACP, não há menção do comparecimento de presidente ou diretor de algum sindicato da cidade. As parcerias da ACP aconteciam mais com os sindicatos patronais, onde eram realizadas as principais atividades da entidade. Essa situação só mudou, de fato, no fim da década de 1970, quando os professores assumiram postura mais combativa, quando a ACP começou a caminhar na direção do sindicalismo classista.

Um fato importante, em 1962, foi a operação-tartaruga dos professores, pelo menos é que nos informa o ex-secretário de Finanças de Mato Grosso, o advogado Demosthenes Martins,

Em princípios de maio de 1962, recebi um telegrama do governador Fernando Corrêa chamando-me a Cuiabá, que prontamente atendi. Lá chegado, expôs-me ele a séria situação que lhe havia sido criada. Os magistrados reclamavam contra o baixo padrão dos seus vencimentos, pedindo aumento. Como, porém, as finanças estaduais não permitiam, embora reconhecesse a procedência da solicitação, não era possível atendê-los. Inconformados, os reclamantes passaram a usar o processo tartaruga, que consistia em demorar as suas decisões nos processos, uma verdadeira greve branca. Às reclamações dos litigantes, respondiam eles que isso se devia ao apoucado do vencimento recebido, que os obrigava a buscar outros estipêndios em atividades, como das cátedras de

71. Weingartner (2001, p. 111).

estabelecimentos de ensino para suprir os déficits dos orçamentos familiares que deviam cobrir. Mobilizaram-se as pressões sobre o governo para que fossem atendidos os magistrados.⁷²

Alfabetização de jovens e adultos

Campo Grande, em 1962, começou a ofertar o programa de alfabetização para jovens e adultos por meio do Movimento Eclesial de Base e do governo João Goulart. Essa experiência começou na Região Nordeste e rapidamente se espalhou para outros estados. Tinha na sua raiz as ideias de alfabetização desenvolvidas pelo educador Paulo Freire. Parte importante do conteúdo dos cursos era transmitido pela Rádio Educação Rural, de Campo Grande, ligada à Igreja Católica, que estava interligada ao Sistema Radiofônico de Mato Grosso (Sirema).⁷³

Os professores ou monitores do projeto eram escolhidos na própria comunidade. A tarefa deles era tirar as dúvidas, selecionar os alunos e organizar a sala de aula que deveria estar dotada de um rádio. Esse trabalho representou uma grande colaboração no sentido de diminuir o número de analfabetos no estado. Provavelmente a UCE e a ACP participavam dessa rica experiência.

Outra frente importante de alfabetização de adultos, no sul de Mato Grosso, foi liderada pela Rede Ferroviária Noroeste do Brasil (NOB), sob a administração do engenheiro Pedro Pedrossian, a partir de 1962, quando ele criou centros de apoio ao longo da ferrovia para trabalhar com educação e cultura. Foi um período relevante de apoio àqueles que desejavam aprender as primeiras letras e acessar a cultura popular que chegava às comunidades por meio dos vagões culturais da ferrovia. Esse trabalho cificou Pedro Pedrossian para disputar e ganhar o governo de Mato Grosso em 1965.

Em que pese a conjuntura favorável para ampliação da atividade sindical em todas as dimensões, contraditoriamente, a ACP começou a claudicar. Documentos a que tivemos acesso indicam que o mandato liderado por Múcio Teixeira foi de baixa atividade formal. Havia divisão política no seio da diretoria. Ao longo do seu mandato, só encontramos uma ata que registra ações da entidade. Em 13 de agosto de 1963, esco-

72. Martins (1980, p. 229).

73. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 13 de outubro de 1962.

lheu-se a nova diretoria para a próxima gestão.⁷⁴

A nova presidente, eleita indiretamente pela assembleia, foi a professora Marina Couto Fortes, que já tinha dirigido a entidade no período 1960/1961. O grupo da presidente contou com a colaboração de Odair José Aguiar (vice-presidente), Arassuay Gomes de Casto (primeiro-secretário), Anagilda de Oliveira (segundo-secretário), Edith da Rosa (primeiro-tesoureiro), Helena Arruda (segundo-tesoureiro), Rosa Melo (diretor social), Amil Terezinha de Oliveira (bibliotecária) e Carlos Garcia (procurador jurídico).

A posse do grupo aconteceu em 15 de agosto de 1963, às 15h30, no Colégio Joaquim Murтинho. Foi um evento com discreto comparecimento de associados, inclusive parte dos novos diretores que tomaria posse também não compareceu ao evento.⁷⁵

Quem também tomou posse, em 1963, como prefeito de Campo Grande, foi o advogado Antônio Mendes Canale. Ele substituiu Wilson Barbosa Martins. Canale foi fundador da UCE de Campo Grande e foi líder estudantil no Rio de Janeiro na década de 1950.

O leitor e a leitora percebem que a ACP vivenciava um período de muita dificuldade, problema reconhecido pelo ex-presidente Múcio Teixeira, que lamentou o fato de “não poder contar com um número mais expressivo de associados naquele ato”.⁷⁶ As posses da entidade passaram a acontecer sem o *glamour* que ostentavam na década de 1950. As autoridades desapareceram dos eventos. Apenas 14 sócios compareceram à posse de Marina Couto. Mas o que já estava ruim iria piorar muito em abril de 1964.

A nova direção da ACP decidiu comprar uns lotes no Balneário Atlântico, perto de Campo Grande, a nova sensação de lazer da burguesia da cidade. Também houve um esforço concentrado para aumentar a quantidade de associados da entidade, notadamente aqueles vinculados à rede municipal. O deputado Del Nero, amigo da entidade, enviou verba no valor de CR\$ 100 mil para ser investido na construção da Casa do Professor.

Havia uma programação em que o governador Fernando Correa da Costa, passaria por Campo Grande, assim a presidente da ACP convocou o maior número possível de professores para tentar tratar exclusivamente do aumento dos vencimentos dos professores. A ideia era re-

74. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 13 de agosto de 1963.

75. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 15 de agosto de 1963.

76. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 15 de agosto de 1963.

digir um documento e entregá-lo pessoalmente em 22 março, portanto apenas nove dias antes do golpe de 1964. Não foi possível confirmar se os professores se encontraram com o governador, o certo é que os militares e uma parte dos civis tomaram o poder político e criaram sérias dificuldades para a organização das entidades populares e perenidade da democracia.



CAPÍTULO VI

O golpe de 1964 e o sindicalismo em Campo Grande

O golpe de 1964 aconteceu no dia 31 de março desse ano. Um grupo de militares apoiados por uma parcela da sociedade civil e pela CIA norte-americana promoveu um golpe de estado no país. Colocou as Forças Armadas nas ruas e forçou o presidente eleito João Goulart e seus ministros a se exilarem em outros países. Na sequência, infelizmente, o que se viu no país e em Campo Grande foi a banalização da violência e a supressão das garantias constitucionais.⁷⁷

Milhares de pessoas foram presas, algumas mortas e outras tiveram que abandonar o país. O golpe militar representou um período nebuloso da nossa história, com consequências nocivas que perduram até os nossos dias.

Campo Grande, em que pese na época ser uma cidade relativamente pequena, vivenciou uma situação não muito diferente do que aconteceu nos grandes centros do Brasil. Muita gente foi presa sem ter ligação nenhuma com comunismo. E mesmo os comunistas e nacionalistas foram presos apenas porque expressavam democraticamente sua ideologia política.⁷⁸

No sul de Mato Grosso, no início da década de 1960, existia um grupo político que ficou conhecido na história regional como Associação Democrática Mato Grossense (Ademat). Essa entidade era ligada à União Democrática Nacional (UDN) e ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad). Seus militantes eram médicos, advogados, pecuaristas, comerciantes, professores, intelectuais, jornalistas, entre outros, mas, pelo que vemos com pouco sentimento humano. Pelo menos podemos concluir diante da quantidade de intrigas e ameaças feitas por eles com o objetivo de contribuir, de alguma forma, com a instabilidade da política regional.⁷⁹

Ao longo do mês de abril de 1964, foi grande o número de pessoas

77. Silva (2005, p. 127).

78. Idem, p. 128.

79. Idem, p. 129.

presas em Campo Grande. Não havia critério para alguém ser encarcerado, muitas vezes, bastava apenas que um vizinho, um desafeto ou mesmo um adversário político denunciassem o cidadão como comunista ou simpatizante de algum partido ligado à base do governo deposto. Aliás, o denunciamento foi regra adotada em todo o país, por isso as cadeias ficaram repletas de inocentes.⁸⁰

Na semana do golpe, iniciaram-se em Campo Grande os preparativos para a chamada caminhada com Deus e pela pátria. Era uma iniciativa do clero conservador, das madames e dos políticos direitistas sem voto, os quais desejavam chegar ao poder pela força bruta. Na tarde de 2 de abril, a marcha passou pelas principais ruas de Campo Grande e, no fim da tarde, já anoitecendo, o ato foi encerrado com agitados discursos saudando o golpe militar, a família, os homens de bem e rogando a proteção de Deus. A professora Maria da Glória Sá Rosa, ex-presidente da ACP, liderança importante da categoria dos professores, discursou em nome das mulheres de Campo Grande, em enfática defesa do golpe militar, da família e da pátria.⁸¹

De abril a junho, não houve atividades na ACP, além da reeleição, em 29 de junho, por aclamação, da presidente Marina Couto Fortes. A posse aconteceu dia 20 de julho, no salão social do Sindicato dos Proprietários de Imóveis de Campo Grande, com a presença do prefeito Mendes Canale. Parte importante dos eleitos não compareceu à solenidade. A nova diretoria contou também com Orlando Mongelli (vice-presidente), Elizabeth Figueredo (primeiro-secretário), Helena Arruda (segundo-secretário), Edith Sá Rosa (primeiro-tesoureiro), Alisolete Weintgartner (segundo-tesoureiro), Alcídio Pimentel (diretor social) e Carlos de Queirós (procurador jurídico).⁸²

Entre julho e novembro, também não houve atividade na ACP, apenas a assembleia no dia 8 de novembro, com o objetivo de discutir possíveis reformas na sede da entidade. A dúvida era se reformava ou demolia o prédio para construir outro no lugar.⁸³ Cinco meses depois, conforme o livro de atas de 3 de abril de 1965, houve assembleia da ACP a pedido de um grupo de professores para tratar do aumento de salário dos profissionais da educação.

Parte da categoria claramente revoltada propôs à ACP fazer uma

80. Silva (2005, p. 127).

81. Silva (2005, p. 145).

82. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 03 de julho de 1964.

83. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 08 de novembro de 1964.

campanha pela imprensa, enviar telegrama ao governador, colocar cartazes e promover palestras em praça pública e tudo o mais necessário, caso o senhor governador se negasse a dar o aumento exigido.⁸⁴ A reunião pegou fogo. Foi criada uma comissão para tentar falar com o Executivo estadual para solicitar aumento para os professores leigos e normalistas.

Dias depois houve outra assembleia e os mais exaltados defendiam 200% de aumento no salário de todos os professores.⁸⁵ O certo é que a entidade enviou ao governo e à Assembleia Legislativa memorando solicitando aumento de salário. Antes, porém, a presidente Marina Couto lembrou aos associados “da confiança depositada no senhor governador do estado, que sempre com a máxima boa vontade atendeu aos rogos da entidade”.⁸⁶ A presidente se referia ao governador Fernando Correa da Costa, que tinha domicílio eleitoral em Campo Grande. Nem era preciso os atores políticos defenderem o governo. A presidente da ACP fazia isso — e muito bem.

O tema aumento de salário continuou em debate na ACP. No dia 30 de maio de 1965, o deputado estadual Augusto Mario Vieira marcou presença na assembleia da entidade para falar com a categoria sobre esse assunto. O deputado se propôs a defender salário de CR\$ 51,80 para os professores leigos e CR\$ 60,00 para normalistas, entretanto, cobrou da entidade o fato de o professor leigo, que trabalha na zona rural, não cumprir suas obrigações, acobertados por políticos locais. A intervenção do deputado foi repudiada pelos presentes. Aconteceu intenso bate-boca.⁸⁷

Depois da audiência com o deputado, a direção da ACP tratou da eleição para a próxima gestão, que foi marcada para 13 de junho de 1965. Nesse pleito foi aclamada presidente da entidade a professora Acinayla Antônia de Queirós. Na semana seguinte, dia 19, foram empossados os novos gestores: presidente Acinayla Antônia de Queirós, vice-presidente Cesar Maksoud, primeiro-secretário Alisolete Weingartner, segundo-secretário Maria Rosa Sena, primeiro-tesoureiro Ruth Vieira, segundo-tesoureiro Cândida dos Santos, diretor social Maria Soares, bibliotecário Vera Alba e procurador jurídico Carlos Queirós.

84. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 03 de abril de 1965.

85. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 10 de abril de 1965.

86. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 10 de abril de 1965.

87. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 30 de maio de 1965.

A primeira reunião da nova diretoria eleita teve a presença do deputado estadual Luiz Gonzaga de Del Nero com o intuito de versar sobre a situação salarial dos professores. O deputado era um amigo dos professores e tinha antiga parceria com a ACP. Ele apresentou aos associados uma nova tabela salarial que o governo criou. Com base nessa classificação, ficaram estipulados os seguintes salários para os professores. Aqueles que se enquadravam nas letras PF2 passaram a receber Cr\$ 45,00; os que atingiram as letras PF1 recebiam Cr\$ 50,00. Alguns conquistaram salário de Cr\$ 55,00 e outros, Cr\$ 56,00. Uma parte expressiva dos professores aprovaram o aumento.⁸⁸ No geral, reajustes de salários aconteciam no mês de novembro ou dezembro, nesse ano aconteceu em junho antes da eleição de 1965.

Com o discreto aumento salarial, os professores foram às compras. O grupo Zahran tinha acabado de montar uma emissora de televisão na cidade, a TV Morena. Como desejava expandir seus negócios, Jorge Zahran foi à sede da ACP para oferecer, em condições vantajosas, aparelho de TV para os professores. Poucos dias depois dessa reunião, a entidade recebeu a visita de um representante da TV Morena com uma proposta para venda de televisores. Não foi possível saber se houve negócio nessa oportunidade, mas doravante o grupo cresceu muito com a oferta de programas de televisão e venda de gás de cozinha (GLP).

Eleição, salário e repressão política

Em 1965, houve eleição para governador de Mato Grosso. Como a expressiva maioria dos professores era ligada ao estado, havia muito interesse pelo pleito, que teve características específicas, ou seja, os dois candidatos que patrocinaram a disputa tinham domicílios eleitorais no sul de Mato Grosso. Pedro Pedrossian era engenheiro civil e conquistou projeção política quando esteve à frente da diretoria da Noroeste do Brasil. Ele disputou a eleição pelo PSD. O outro candidato era o banqueiro e produtor rural Lúdio Coelho, filiado à UDN. Pedrossian foi o vitorioso e governou Mato Grosso entre 1966 e 1970.

Em 1966, também aconteceu eleição para a prefeitura de Campo Grande, quando Plínio Barbosa Martins, do MDB, derrotou os candida-

88. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 05 de junho de 1965.

tos da Arena, Levy Dias e Cândido Rondon. Plínio era irmão de Wilson Martins e ficou no mandato até 1971.

Em 1966, por sua vez, a ditadura militar indicou para presidir o Brasil o general Costa e Silva, que substituiu o general Castelo Branco, que havia assumido a presidência após o golpe de 1964. A mudança na direção da política do país objetivou maior controle das ações da sociedade civil. O regime ampliou ainda mais a repressão sobre as entidades populares e as universidades. As cadeias continuavam lotadas de gente que defendiam a democracia e a boa política.

Isso tudo impactava negativamente a organização sindical. A entidade dos professores continuava enfrentando dificuldades para realizar qualquer atividade. Não havia clima. O medo imperava no seio da ACP. Depoimento do professor Sultan Raslan corrobora o que estamos falando. “Os professores não se organizavam porque eram dominados pelo medo. A revolução de sessenta e quatro era muito exigente. O comando era duro. Qualquer movimento que se fizesse podia ser entendido como manifestação subversiva. Então, todo e qualquer movimento, que a gente pensava em desenhar, era colocado como subversivo”.⁸⁹

Wilson Barbosa Martins, ex-diretor jurídico da ACP e ex-prefeito de Campo Grande, pessoa muito benquista pela população da cidade, foi preso e teve seu mandato de deputado federal cassado em 1969, inclusive foi impedido de ministrar aula em universidade e fazer política. O vice-prefeito de Campo Grande, Nelson Trad, ficou 30 dias preso na Cidade Morena.

A questão não era apenas a repressão em si, o governo de Pedro Pedrossian não mudou a política salarial dos professores. Tudo continuava como antes. O Estado concedia aumento quando queria. Vejamos o depoimento do professor Ramão Vargas de Oliveira, de Dourados, que sintetiza muito bem a situação de penúria daqueles que trabalhavam no magistério público: “Foi difícil atravessar do início do governo Pedro Pedrossian até a entrada de [José] Fragelli. Nós tivemos um período muito difícil; foi a época em que puseram a mão em tudo. Tira, põe, coloca, esse não presta”.⁹⁰

Quintina Bueno de Oliveira, ex-presidente da ACP de 1975 a 1979, explica a verdadeira situação do professor no governo de Pedro

89. Biasotto e Tétila (1991, p. 22).

90. Ibid.

Pedrossian: “Sim, quatro anos sem aumento. E nós ficávamos esperando todo o tempo. O professor se virava, por exemplo, eu trabalhava no Joaquim Murtinho, no Oswaldo Cruz e no Perpétuo Socorro. Dava 12 aulas por dia, de matemática, para sobreviver”.⁹¹

Outra professora que viveu o drama salarial na segunda metade da década de 1960, em Mato Grosso, foi Nelly Bacha, ex-presidente da ACP e ex-vereadora pelo MDB: “A categoria não tinha qualquer voz ativa, a remuneração era praticamente um pró-labore de tão baixa que era. Não tinha nem condições de ser chamada de remuneração”.⁹²

Em 3 de fevereiro de 1967, um grupo de professoras esteve na redação do Jornal do Estado, de Campo Grande, para reclamar que seus salários estavam atrasados. O prefeito era Plínio Martins:

Recebemos ontem uma comissão de professores primários do município, que veio à nossa redação solicitar apoio para um apelo ao Executivo municipal em relação aos vencimentos em atraso. As nobres educadoras, que sempre mereceram o nosso apoio e a nossa admiração, tiveram oportunidade de expor a situação em que se encontram, com credores apertando etc. Além do mais, queixaram-se as professoras de que têm sido humilhadas ao extremo para receber o ordenado que lhes é pago. O prefeito Dr. Plínio tomou ontem mesmo conhecimento do apelo e disse-nos que irá imediatamente tomar as providências que estiverem ao seu alcance, tendo inclusive ordenado prioridades para o pagamento dos vencimentos em atraso, o que será feito tão logo a Prefeitura disponha de numerários. Reafirmando o que dissemos às professoras, esperamos que elas tenham mais um pouco de paciência, apelo que endereçamos aos próprios credores dos sacrificados funcionários do município.⁹³

Entre 1964 e 1967, a associação dos professores ficou praticamente parada. Alguns filiados mais críticos buscavam criar as condições para a entidade funcionar, mas tudo era difícil. Na verdade, não era apenas o caso da ACP, os principais sindicatos de Mato Grosso ou estavam fechados ou com diretorias indicadas pelos militares. Os sindicatos ficaram cheios de pelegos, como se chamava à época. A conjuntura política inibia ações políticas mais ousadas.

91. Biasotto e Tetila (1991, p. 24).

92. Ibid.

93. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição 03 de fevereiro de 1967.

A eleição para mais uma gestão da entidade (1967/1968) aconteceu com a presença de poucos associados, em 9 de julho de 1967, quando o professor Raul José de Carvalho foi eleito, por aclamação. O quadro dirigente ficou assim configurado: presidente Raul José Carvalho, vice-presidente Nelly Bacha, primeiro-secretário Lecio Mangelli, segundo-secretário Alisolete Weintgartner, primeiro-tesoureiro José Mandu Neto, segundo-tesoureiro Nicea Batista, diretor social Frederico Pedroso, bibliotecário Maria Aparecida e procurador jurídico Carlos de Queirós.

A primeira reunião de trabalho dessa diretoria só aconteceu no dia 16 de setembro de 1967, dois meses depois da posse, com o objetivo de preparar a comemoração do Dia do Professor. Ademais, em face da crônica falta de recursos na entidade, a diretoria resolveu contatar os deputados Del Nero, Valdevino, Valter de Castro e Cleomenes da Cunha, todos representantes do sul de Mato Grosso com o objetivo de solicitar verbas estaduais para a entidade.

Nelly Bacha conhecia o estamento político do estado e poderia abrir portas importantes para a ACP, tanto que, pouco tempo depois, a entidade recebeu verbas dos deputados Cleomenes da Cunha (Cr\$ 100 mil), Valdevino Gonçalves (Cr\$ 100 mil), Valter de Castro (Cr\$ 50 mil) e Del Nero (Cr\$ 45 mil).⁹⁴ Além desses recursos, os vereadores de Campo Grande David Balaniuc e Eudociak conseguiram verba municipal da ordem de Cr\$ 200 mil para a entidade.

Em 14 de setembro de 1968, o presidente da entidade, Raul José Carvalho, por motivo não explicitado, a exemplo de outros diretores, solicitou renúncia do cargo em caráter irrevogável. Como manda o estatuto, a vice-presidente Nelly Bacha assumiu a vaga aberta.⁹⁵

As coisas começam a mudar com a liderança de Nelly Bacha. Poucos dias depois de assumir a presidência, na assembleia de 26 de outubro de 1968, surgiu um debate sobre a possibilidade de a entidade fazer greve. Os professores tratavam dos pedidos de aumento ao governo e à prefeitura.⁹⁶ A greve não saiu, foi apenas vontade de alguns associados.

Embora Nelly Bacha já exercesse de fato a presidência da entidade, em 15 de junho de 1969, houve eleição para renovar a direção da ACP. Nelly foi eleita por aclamação. A posse da nova diretoria aconte-

94. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 26 de dezembro de 1968.

95. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 14 de setembro de 1968.

96. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 14 de setembro de 1968.

teceu no colégio Joaquim Murtinho em 13 de setembro de 1969:⁹⁷ presidente Nelly Bacha, vice-presidente Acinayla Antônia de Queirós, primeiro-secretário Custodia Fialho, segundo-secretário Aglaydes Ulysses Espindola, primeiro-tesoureiro Niceia Batista, segundo-tesoureiro Elvira Gonçalves, diretor social Maria Jose da Silva, bibliotecário Maria Aparecida e procurador jurídico Assafi Abussafi.

97. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 15 de setembro de 1969.



ACP na luta contra todas as formas de racismo



ACP na luta contra todas as formas de racismo



Curso de Formação Sindical



ACP trouxe para Campo Grande Ana Maria Freire esposa de Paulo Freire



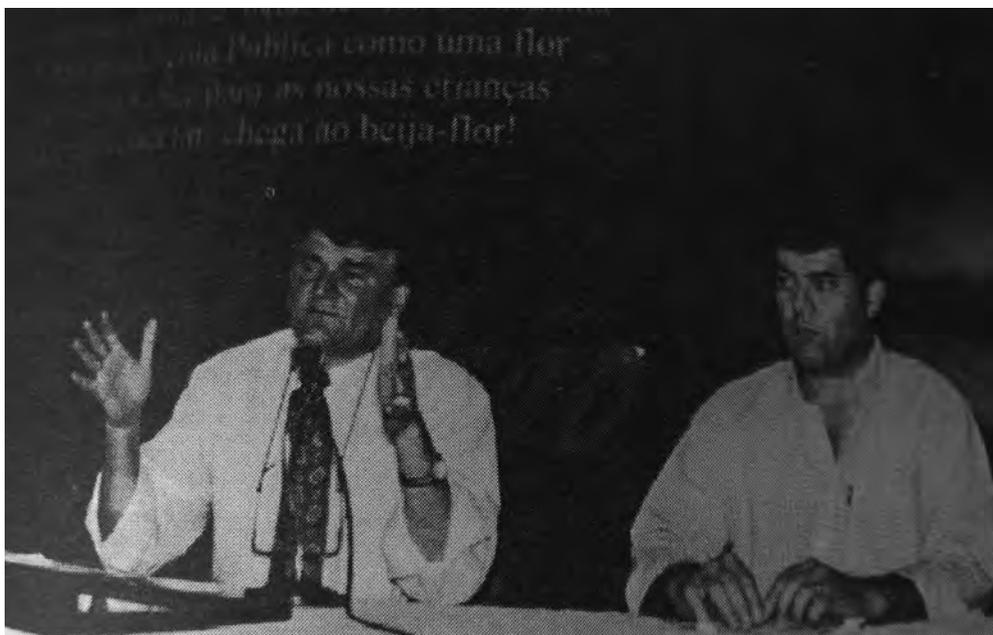
Diretoria ACP - 1994



Dirigentes da ACP visitam alunos da Comunidade Tia Eva



Professor Ronaldo Franco, ex-presidente da ACP



Professor Jaime Teixeira recebe o governador Zeca do PT na ACP



Professor Jaime Teixeira, ex-presidente da ACP, e Antonio Carlos Biffi, ex-presidente da Feprosul



Manifestação dos professores de MS na década de 1980



Primeira versão da nova sede da ACP



Professora Oliva Enciso, diretora da ACP



Professor Ronaldo Franco, ex-presidente da ACP



Delegação da ACP na luta pela Constituinte de 1988



Diretas já



Em 2012, inauguração da galeria de ex-presidentes da ACP



Professores protestam em frente a casa do governador Wilson Barbosa



Sede da ACP em 1957



Sede da ACP na década de 1990



Professores da ACP nas ruas de Campo Grande - MS



Professor Elto Valério, ex-presidente da ACP, discursando em defesa da escola pública



Professores em defesa de melhores salários e condições de trabalho



Diretores da ACP, professores e alunos em defesa da escola pública de qualidade



CAPÍTULO VII

Novas lideranças apontam caminhos para ACP

Nelly Bacha, aos poucos, começou a tirar a entidade do marasmo. Deu outra cara. Mesmo correndo risco, ela abraçava as causas dos professores. Por conta da sua ação à frente da ACP, Nelly foi perseguida pelas forças da Arena. Em duas oportunidades, foi advertida e suspensa do seu trabalho pelo suposto crime de ter desacatado autoridade.⁹⁸ O papel dela é muito importante. Por mais de duas décadas, exerceu liderança expressiva. Tinha o respeito da categoria e sabia costurar as políticas de alianças para manter a hegemonia do seu grupo à frente da entidade. Continuou sendo muito respeitada por adversários e aliados na política sindical dos professores. Na política partidária também.

A diretoria, liderada por Nelly Bacha, participou ativamente das discussões que culminaram com um aumento de salário dos professores em 1969. Também elegeu o não pagamento das férias dos professores contratados como bandeira de luta daquele mandato. No início do ano letivo de 1970, depois de debater o assunto no final de 1969, a ACP decidiu orientar os profissionais a procurar a Justiça do Trabalho para denunciar aquela prática implementada pelo poder público estadual e municipal há décadas. Não havia base legal para se pagar apenas 10 meses de contrato. Tratava-se de uma aberração e a entidade lutava há muito tempo contra essa clara discriminação.

Na busca de resolver essa pendência a direção da ACP procurou a Delegacia Estadual de Ensino de Campo Grande, para tratar do pagamento das férias, reclassificação dos poucos professores efetivos e uma programação para concurso público de professor.⁹⁹ Com base em conversas com os deputados Cleomenes Nunes e Valter de Castro a direção da ACP ficou sabendo que havia estudos, na Casa Civil, para proceder o trabalho de reclassificação dos mestres.¹⁰⁰ Ao longo do ano de 1970

98. SANTOS, Alzira da Silva. Coletânea documentário “testemunhos de mestres”. Campo Grande (MS), 2002, P. 157.

99. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 15 de junho de 1970.

100. Ibid.

a entidade tratou no essencial do concurso público, das férias dos professores e do estímulo para que a categoria se associasse ao Instituto de Previdência de Mato Grosso - Ipemat. Esse instituto, entre outras coisas, cuidava da construção de casa e da seguridade social dos associados.

Em novembro de 1970 a Delegacia Estadual de Ensino comunicou a ACP que haveria concurso público para professor. Poucos dias depois saiu o edital com as vagas para o primário e secundário. As inscrições dos interessados eram feitas na própria delegacia, com provas previstas para serem feitas em fevereiro de 1971.¹⁰¹

A década de 1970 começou com um movimento diferente na rotina da ACP. Alguns diretores de escola pública de Campo Grande pediram audiência com a direção da entidade para pedir apoio a uma demanda do setor educacional privado. Eles informaram à presidenta, Nelly Bacha, que possuíam estudos indicando que parte importante dos alunos das escolas públicas podiam pagar educação particular. Eles estavam tirando a vaga daqueles claramente pobres. Houve intenso debate sobre o assunto e a entidade resolveu fazer uma reunião com os diretores para tratar do assunto¹⁰². Tratava-se de algo de difícil solução porque não havia base para expurgar os alunos considerados ricos do ensino público.

Por outro lado, em 1971, dois assuntos entraram na pauta da entidade: os concursos que seriam realizados em fevereiro e as eleições para a entidade marcadas para acontecer em maio. A partir de 1968 o mandato da diretoria passou a ser de dois anos. A eleição para o biênio 1971/1973 foi marcada para o dia Primeiro de Maio.¹⁰³ Ao longo de uma semana de consulta não foi possível encontrar professores com disposição para disputar a eleição da ACP. A alternativa foi formar uma chapa mantendo algumas pessoas, que já atuavam na direção da entidade. Embora a professora Nelly Bacha tenha sido convidada para continuar à frente da diretoria, ela decidiu assumir outro cargo na entidade.

No dia 1º de maio de 1971, um grupo de diretores foi aclamado para dirigir a associação dos professores. A posse aconteceu em 24 de agosto, no auditório do Colégio Maria Constança de Barros Machado. A diretoria teve a seguinte composição: Ieve Garcia da Silveira (presidente), Nelly Elias Bacha (vice-presidente), Acinayla Antônia de Queirós (primeiro-secretário), Irene Izabela (segundo-secretário), Alisolete

101. Ibid.

102. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 15 de dezembro de 1970.

103. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 15 de abril de 1971.

Weintgartner (primeiro-tesoureiro), Maria Cristina de Oliveira (segundo-tesoureiro), Eleida dos Santos (diretor social) e Assafi Abussafi (procurador jurídico).

Em março de 1971, assumiu o governo de Mato Grosso do Sul o professor, advogado e jornalista José Manuel Fontanillas Fragelli, nascido em Corumbá. Fragelli foi indicado pelo presidente Emílio Garrastazu Médici e foi eleito indiretamente pela Assembleia Legislativa. O prefeito de Campo Grande era Antônio Mendes Canale, que assumiu a administração da cidade pela segunda vez. Canale ficou nesse cargo no período de 1970 a 1973.

O governador José Fragelli, conforme Tetila e Biasoto são unânimes em “afirmar que iniciou uma tímida reposição salarial, depois do forte arrocho salarial desfechado pelo governo Pedro Pedrossian, assim como houve pequena correção do déficit de vagas escolares”.¹⁰⁴ Ele também autorizou concurso para professores e tomou algumas medidas para diminuir a interferência dos parlamentares na indicação de professores e outros profissionais. O problema era que os parlamentares “insistiam em manter os seus “currais” eleitorais no interior das escolas. Do diretor ao servente a escola, de modo geral, continuou a fazer parte do esquema de reeleição de políticos inescrupulosos.”¹⁰⁵

As ações do governo no campo da educação foram positivas e recebeu o apoio da ACP, que, por décadas, denunciava a falta de concurso e a intromissão do estamento político partidário na vida concreta da educação do estado. Só que houve muita demora para se efetivar as contratações dos aprovados. Os prejudicados procuraram a associação para pressionar o executivo a garantir a efetivação do grupo aprovado.

Eram centenas de professores na porta da ACP pedindo solução para o imbróglio. A associação dos professores marcou reunião com o Delegado Estadual de Educação para saber os motivos do atraso da referida contratação. Foram dias de negociação até que veio a resposta. “Ele informou que o atraso verificado nessa demanda estava relacionado as mudanças estruturais que a Secretaria Estadual de Educação estava vivenciando. Ele também afirmou que as contratações iriam acontecer ainda em 1971.”¹⁰⁶ Houve muita comemoração na entidade.

Além do concurso houve, no final da década de 1960, intensificação da política liderada pelo Estado, com o objetivo de formar profes-

104. Biasotto e Tetila (1991, p. 34).

105. Ibid. p.36.

106. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 25 de setembro de 1971.

sores por meio do projeto conhecido como Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (Cades), que vigorou no país no período de 1953 a 1971. Uma parte importante dos professores do estado, notadamente os considerados leigos, fizeram esses cursos.

Esse processo ganhou velocidade com os acordos formulados entre o Brasil e os Estados Unidos da América, que ficaram mais conhecidos como (MEC/Usaid). A ideia básica do governo era “calar a boca” dos universitários com mudanças no perfil dos cursos, na grade curricular, no regime de créditos, na seleção do vestibular, na articulação entre os departamentos, além da implantação do terror que, durante muitos anos, atormentou a vida de alunos e professores.

Ainda como decorrência do processo de formação de professores para o ensino secundário, foi criado, na década de 1970, em todo Mato Grosso, o projeto que ficou conhecido como Bola de Neve. Essa iniciativa foi fundamental para a implementação do segundo grau nos níveis de magistério e cursos técnicos. Na época houve uma bifurcação muito grande das disciplinas. Surgiram as práticas de ensino, práticas do lar, educação moral e cívica e educação artística.¹⁰⁷

No ensino do segundo grau o governo criou os cursos profissionalizantes que, com o tempo, se mostraram ineficazes, porque os novos alunos não desejavam encerrar seus estudos no segundo grau. Eles queriam uma escola que facilitasse sua vida rumo à universidade. Daí a escolha da expressiva maioria dos estudantes pelo ginásio propedêutico. Ademais, não havia professores especializados para ministrarem as aulas nos cursos profissionais o que dificultava a qualificação dos alunos. Tanto é verdade que, em 1982, aboliu-se os cursos profissionalizantes do segundo grau. Foi uma ideia que já nasceu morta porque não se levou em consideração os interesses dos alunos que chegavam ao segundo grau, profundamente entusiasmados com a possibilidade de ser um “doutor”.

No caso de Mato Grosso, por exemplo, em algumas cidades, não havia professores qualificados para abrir uma turma de ginásio, como se ia ofertar educação técnica conforme o governo Federal desejava. A professora Cida, diretora da ACP, nos informou que o estado, na década de 1970, teve que fazer concursos para atrair professores de São Paulo e outros estados, em condições técnicas para atenderem a demanda do ginásio e do científico da época.

Aliás, a chegada dos professores de outros estados representou um

107. Depoimento de Maria Aparecida do Nascimento em 11 de novembro de 2021.

aporte muito importante para o processo de organização do sindicalismo de Mato Grosso. Uma parte relevante deles conquistaram o emprego por meio de concurso. Tinham estabilidade no seu trabalho. Isso dava mais liberdade para participarem da cena sindical e política da primeira metade da década de 1970.

Vejamos o que dizem Biasoto e Tetila sobre esses professores. “Alguns deles já haviam passados por universidades e tinham noção do que era um plano de carreira ou uma organização classista. Naturalmente que, em face, do caos aqui instaurado, muitos deles foram sensíveis ao apelo em torno da formação de entidades representativas da categoria. Eram aqueles que traziam experiências de luta, naturalmente, ajudavam a aprofundar da ideia de organização”.¹⁰⁸

108. Biasotto e Tetila (1991, p. 41).



CAPÍTULO VIII

Os desafios na década de 1970

A presidente da ACP, Ieve Garcia, desejava ampliar a relação da entidade com outras associações de professores do Brasil, inclusive havia a ideia de se filiar a alguma federação ou confederação no campo do magistério. Essa era uma meta da entidade desde 1952, quando a ACP estabeleceu relação com entidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Mas não era associado a nenhuma dessas entidades.

É fato que, em 1965, havia sido recriada a Associação dos Professores de Cuiabá. Na década de 1950, muitas associações de professores foram formadas, entretanto, nos primeiros anos da década de 1960, a maioria delas ficaram adormecidas ou fecharam suas portas. A associação dos professores de Cuiabá viveu essa dificuldade, mas, na década de 1970, havia retomado suas atividades, inclusive atuava como uma federação de associações.

Porém, por conta das divergências históricas entre o norte e o sul de Mato Grosso as duas entidades pouco conversavam. Havia enorme distância política entre elas. A notícia de que a ACP procurava se filiar a uma entidade de caráter nacional chegou aos diretores da entidade dos professores de Cuiabá, que não gostaram da iniciativa. Fizeram chegar a Campo Grande a informação de que seria praticamente impossível a filiação da ACP a um órgão de classe de nível nacional, enquanto essa associação não se filiasse à entidade de Cuiabá.¹⁰⁹

Os professores associados de Campo Grande ficaram em clima de guerra. Uma reunião extraordinária foi convocada urgentemente para debater o assunto. A direção da Associação dos Professores de Cuiabá se sentia, equivocadamente, no direito de cobrar a filiação da ACP. Só que as associações não estavam interligadas à estrutura formal do Ministério do Trabalho, cada entidade se movimentava com base nas forças endógenas.

A decisão da ACP foi esperar as consultas que havia feito a entida-

109. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 06 de novembro de 1971.

des de professores de São Paulo, Minas Gerais e Porto Alegre. Aliás, nesse processo, a Associação de Cuiabá também foi consultada.¹¹⁰ Depois de muita polêmica, os professores decidiram não se filiar à associação de Cuiabá.

As articulações da ACP com outras entidades nacionais renderam um importante convite. Lideranças dos professores de Campo Grande foram chamadas para participar do 1º Congresso Nacional de Professores realizado em Porto Alegre (RS), em janeiro de 1974. Esse congresso foi objeto de disputa com os professores de Cuiabá. Eles conseguiram impedir que a ACP apresentasse delegados no evento. Alegaram que a entidade de Campo Grande não era filiada à associação de Cuiabá, a alternativa foi eleger um representante de Campo Grande para participar do evento como observador. A primeira secretária da ACP, Acinayla Antônia de Queirós, representou a entidade no evento.¹¹¹

A representante da ACP foi eleita relatora do grupo que debateu a tese Profissionalização do Magistério. Logo que ela voltou a Campo Grande, apresentou proposta para fazer, na Cidade Morena, um simpósio para debater o Estatuto do Magistério Público de Mato Grosso. A iniciativa foi aprovada pela diretoria da ACP e uma comissão foi formada para cuidar do evento marcado para março de 1974, no colégio Maria Constança de Barros Machado. Concomitantemente a esse evento, ocorreu o 1º Encontro dos Professores de Campo Grande.¹¹² A direção da ACP esperava contar com 300 inscrições, entretanto, participaram 600 professores.

Em meio ao trabalho de buscar articulação nacional por meio de uma confederação ou federação, houve, em 1973, eleição dos novos diretores da ACP. A entidade publicou edital nos principais jornais da cidade convidando os professores da escola pública e privada para participarem do pleito, marcada para acontecer no dia 12 de setembro. Geralmente as eleições ocorriam em maio ou junho.

Essa eleição aconteceu no colégio Maria Constança de Barros Machado. Não houve chapa de oposição. Os associados decidiram renovar o mandato da diretoria liderada pela professora Ieve Garcia da Silveira, que ficou à frente da entidade no período de 1973 a 1975. A diretoria permaneceu praticamente a mesma do mandato anterior.¹¹³

110. Ibid.

111. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 20 de dezembro de 1973.

112. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 10 de fevereiro de 1974.

113. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 13 de outubro de 1973.

Presidente Ieve Garcia da Silveira, vice-presidente Nelly Elias Bacha, primeiro-secretário Acinayla Antônia de Queirós, segundo-secretário Give da Silveira, primeiro-tesoureiro Alisolet Weintgartner, segundo-tesoureiro Maria Cristina, diretor social Hilda Abussafi, diretor cultural: Sérgio Calheiros e procurador jurídico Assafi Abussafi.

Em 1973, foi empossado como prefeito de Campo Grande o advogado e ex-sargento da Aeronáutica e líder estudantil Levy Dias. Aliás, Levy liderou a construção de uma bonita sede social para a União Campo-Grandense de Estudantes (UCE) ainda como estudante secundarista. Nos anos 1990, irresponsavelmente, um grupo de supostos líderes estudantis secundaristas venderam a entidade e não se sabe onde foi parar o dinheiro dessa triste transação política e imobiliária. A UCE, patrimônio dos estudantes de Campo Grande, foi adquirida pelo Sesc.

Os professores também conseguiram eleger, em 1972, a ex-presidente da ACP, professora Nelly Bacha, que assumiu seu mandato de vereadora, em 1973. Mais tarde, ela se tornou prefeita e teve vários mandatos de vereadora.

Derrocada da ditadura militar

Os congressos e encontros de professores que começaram a ser realizados tiveram imensa importância no processo de organização dos professores de Mato Grosso. Houve oportunidade para eles debaterem temas relevantes sobre os caminhos do sindicalismo no estado. Isso aconteceu porque crescia, em todo o Brasil, diversos movimentos políticos claramente contrários ao governo militar. Esse fato abriu espaço para os movimentos populares voltarem a participar da vida política do país.

Para ter uma ideia, a partir de 1974, o governo federal começou a perder popularidade. A economia perdeu vitalidade com a crise do petróleo de 1973. O chamado milagre econômico se esgotou, abrindo espaço para a volta do desemprego associado à inflação. A conjuntura forçou o governo a trabalhar com a ideia de uma distinção lenta, segura e gradual.

Tanto que, nas eleições de 1974, o governo foi flagrantemente derrotado. Naquele ano, que completava dez anos do golpe militar, o MDB apresentou os nomes de Ulysses Guimarães e Barbosa Sobrinho para disputar a presidência do Brasil contra o general Ernesto Geisel,

da Arena, por meio do colégio eleitoral, criado pelos militares. Geisel ganhou as eleições, entretanto, a Arena foi derrotada politicamente. O MDB se recuperou espetacularmente da derrota de 1970, elegendo 16 senadores das 22 vagas em disputa, e por pouco não obteve a maioria da Câmara — conquistou 161 das 364 cadeiras, ou 44% delas.¹¹⁴

Ao conquistar mais de um terço da Câmara, o MDB adquiriu o direito de pedir comissões parlamentares de inquérito e exercer de fato o papel de oposição. Líderes como Ulysses Guimarães e Franco Montoro saíram fortalecidos das urnas. Em meio a esse novo momento que o Brasil vivenciava a construção de novos espaços para a atuação do movimento popular, em particular do sindicalismo, a direção da ACP decidiu, seguindo o estatuto, escolher nova diretoria. A eleição aconteceu no dia 11 setembro de 1975, na sede da ACP. Concorreram nessa campanha duas chapas: uma liderada por Quintina Bueno e outra pela ex-presidente da ACP Acinayla Antônia. Votaram 917 sócios e Quintina foi a vencedora do pleito com uma vantagem de 234 sufrágios.¹¹⁵

A posse aconteceu em 27 de setembro.¹¹⁶ Eis a nova diretoria escolhida para o período de 1975 a 1977: presidente Quintina Bueno de Oliveira, vice-presidente Luís Torres, primeiro-secretário Aparecida Barros, segundo-secretário Olenka Maria, primeiro-tesoureiro Adélia Guenka, segundo-tesoureiro Nadir Pereira, diretor social Nair Coimbra Motta e procurador jurídico Cesar Maksoud.

Em 1975, os professores de Campo Grande conquistaram a redução de 50% no preço dos coletivos urbanos. Essa era uma demanda que começou na década anterior como forma de fazer render um pouco mais os baixos salários que recebiam. A proposta foi apresentada pelo vereador Pedro Dobes. A primeira empresa que aderiu à proposta de desconto foi a Viação Cidade Morena. Essa conquista foi muito comemorada porque algumas escolas, a partir do governo de Plínio Martins, começaram a ser construídas nos bairros considerados mais distantes do centro.

Ao longo do primeiro semestre de 1976, a discussão principal na diretoria da ACP era a construção da sua sede social. Esse imbróglio começou ainda na década de 1950. De tempo em tempo, entrava uma diretoria disposta a derrubar a velha sede para construir uma nova. In-

114. Especial: Senado 74 – A eleição que abalou a ditadura. Brasília (DF). Agência Senado, 14 de novembro de 2014. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/11/14/especial-senado-74-2013-a-eleicao-que-abalou-a-ditadura>.

115. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 20 de setembro de 1975.

116. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 27 de setembro de 1975.

clusive já falamos sobre o assunto em outra parte do livro, só que a diretoria liderada por Quintina Bueno criou as condições para tornar real o sonho dos professores de erguer a Casa do Professor de Campo Grande.

O prefeito Levy Dias, que tinha trabalhado em parceria com a ACP quando era um jovem líder da UCE, dispôs-se a ajudar na construção do edifício. O governador José Garcia Neto também se prontificou a contribuir com a obra. Garcia Neto foi indicado governador em 1974 pelo regime militar.

No dia 15 de outubro de 1976, Dia do Professor, a ACP fez um grande evento para comemorar o lançamento da pedra fundamental da sua sede. Foi um acontecimento na época. Compareceram ao ato as principais autoridades da cidade e do estado, inclusive o prefeito de Campo Grande e o governador Garcia Neto.¹¹⁷ O velho prédio da ACP se converteu num edifício mais moderno e confortável. Essa foi a primeira reforma que o prédio recebeu. Depois, em 1989, o presidente Elto Valério procedeu a melhorias substanciais no bucólico e histórico edifício.

Ademais, em 1976, os professores municipais conquistaram aumento de salário de até 70%. Houve um processo de reclassificação dos funcionários que, há muito tempo, reivindicavam mudança de letra. O plano da reclassificação previu aumento, em alguns casos, de até 70%.¹¹⁸ Foi uma grande conquista da categoria. Essa vitória foi comemorada e aconteceu no mandato de Levy Dias.

Já em 1977, produto da ligação da ACP com outras entidades sindicais, inclusive a Associação dos Professores de Cuiabá, a direção começou a trabalhar com a ideia de converter a ACP numa entidade capaz de representar as associações de professores do sul de Mato Grosso. A decisão se justificava porque o Sul se tornou uma unidade federativa. Não havia nenhum problema nessa pretensão. Ela era a única entidade dos professores de Mato Grosso com atividade perene desde 1952. Dispunha de todas as condições técnicas e políticas para cumprir essa função. Outras entidades dos professores também tinham essas credenciais.

Em 1977, o prefeito passou a ser o engenheiro Marcelo Miranda Soares, da Arena. Já em 1978, o governador de Mato Grosso era Castro de Barros, que sucedeu a Garcia Neto. Castro entregou o governo para Harry Amorim Costa, que o assumiu em 1979.

117. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 17 de outubro de 1976.

118. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 04 de maio de 1978.



CAPÍTULO IX

Disputa pela hegemonia do magistério de Mato Grosso do Sul

O fim de 1977 foi de muita comemoração para a população do sul de Mato Grosso. Por meio da Lei Complementar n° 31, nasceu Mato Grosso do Sul, em 11 de outubro de 1977. Esse era um sonho antigo. Desde o fim do século XIX, grupos radicados na porção sul de Mato Grosso desejavam emancipar essa sub-região.

O sul de Mato Grosso tinha todas as condições de administrar o território com base em suas forças endógenas. A sociedade civil e a política podiam andar com os próprios pés, como diziam os pioneiros da divisão ainda nas primeiras décadas do século passado. Não foram poucas as revoltas e movimentos políticos para que esse sonho se materializasse, por isso foram mais do que justificáveis as celebrações que se fizeram entre 1977 e 1979, quando o estado passou a existir de fato e de direito, com as estruturas formais que toda unidade federativa demanda.

A criação do estado ensejou novas entidades de caráter estadual e municipal. A conjuntura política do fim dos anos 1970 permitiu isso. O processo de anistia, as greves dos metalúrgicos em São Paulo e a situação de profundo descrédito dos militares pavimentaram o caminho para a reorganização do movimento popular e sindical em todo o Brasil. O incipiente movimento de Mato Grosso do Sul, aos poucos, ganhou vitalidade. Vejamos o depoimento do advogado sindical João José de Sousa Leite sobre a reconstrução do sindicalismo do estado nesse período.

O sindicalismo aqui no Mato Grosso do Sul, nos anos setenta e no início de oitenta, era ainda nascente, tanto na área urbana quanto na área rural, e na organização dos servidores públicos. Servidores públicos, porque nós não tínhamos ainda o estado de Mato Grosso do Sul formado, então o que tínhamos eram associações de professores municipais. Só com a criação do estado é que surgiram as associações de servidores públicos com caráter estadual. O sin-

dicalismo dos trabalhadores rurais também era nascente, porque, como no restante do Brasil, era um sindicalismo que retomava desde que José Francisco retomou a Contag da intervenção militar, aí foi formada a Fetagri/MS.¹¹⁹

Quintina continua à frente da ACP

Em 20 de setembro de 1977 houve eleição para escolher a nova diretoria da ACP. Duas chapas disputaram aquele pleito. “Participe e Construa” liderada por Acinayla Antônia e “Renovação” comandada por Quintina Bueno. A Chapa Renovação foi vitoriosa. Os eleitos tomaram posse em 15 de dezembro, na sede social da ACP: Quintina Bueno (presidente), Luis Torres (vice-presidente), Aparecida Bogalho (primeiro-secretário), Nadir Pereira de Oliveira (segundo-secretário), Nilza Gonçalves (primeiro-tesoureiro), Mário Antônio Rodrigues (segundo-tesoureiro), Emi Thomaz (diretor social) Cesar Maksoud (procurador jurídico).

Os professores estaduais, notadamente a partir de 1978, iniciaram um processo lento e perene de reorganização. Algumas associações de professores municipais de Aquidauana, Paranaíba, Corumbá, Nova Andradina, Três Lagoas e Dourados, principalmente, passaram a participar ativamente do sindicalismo do magistério estadual.

Com base nessas associações, a ACP começou a colocar em prática a ideia de representar todas as entidades de professores do estado numa configuração do tipo federação. Havia dúvida se a ACP poderia cumprir essa função em decorrência de problemas burocráticos e de patrimônio. No grupo de diretores, havia uma corrente que defendia a criação de uma entidade específica para dirigir o movimento de professores de todo o estado. Inclusive foi escolhido um nome, Associação Sul-Mato-Grossense de Professores (ASMP). O núcleo dirigente, pela proposta, era ligado à ACP, e a sede seria em Campo Grande. A princípio, esse não era um problema. A entidade tinha experiência política para cumprir a empreitada.

Com esse intuito, a diretoria estudou estatutos de várias entidades associativas do Brasil. Ao longo de novembro e dezembro, os diretores da ACP, liderados por Quintina Bueno, trabalharam arduamente para

119. Silva (2005, p. 157).

ter uma proposta até o início de 1978.¹²⁰ Sabiam que havia outros dirigentes sindicais interessados em também criar uma entidade estadual dos professores. Era um pleito legítimo e aberto para as várias correntes do magistério público.

Líderes das associações de professores de Dourados (ADP) e Aquidauana (APA) trabalhavam com a ideia de formar uma entidade estadual desses profissionais. Em Dourados, havia um grupo combativo liderado por Sultan Raslan, Wilson Biasoto e Laerte Tetila. Em Aquidauana também. Eusébio Garcia Barrio estava à frente de um grupo desses desde 1974. O professor era espanhol e contatou muitas vezes os governadores de Mato Grosso antes da divisão. Quando ele sabia que dirigente estadual estava no sul de Mato Grosso, procurava meios para entregar-lhe uma carta com reivindicações do professorado local.

Briga de foice no escuro

A direção da ACP tinha pressa. O pessoal de Dourados também. Os dirigentes de Campo Grande sabiam que era preciso trabalhar rapidamente para não perder a disputa pela hegemonia do movimento sindical dos professores, por isso foi criada uma comissão para viabilizar o anteprojeto, integrada por Everaldo Dias, Maria Helena Flores, Cesar Maksoud, Haroldo Pereira, Marisa Serrano e Euler Ribeiro. Ao grupo cabia estudar os estatutos e propor a melhor solução que o problema demandava.¹²¹ A conclusão da comissão indicou que o mais apropriado para aquela situação era criar uma entidade específica, ou seja, não havia como a ACP cumprir a tarefa de representar todas as entidades dos professores, havia imbróglia jurídica e outros. O caminho mais acertado era criar a ASMP.¹²²

Nessa perspectiva, ocorreram muitas reuniões lideradas pela ACP, inclusive em 18 de maio de 1978, na Delegacia Regional de Educação e Cultura, no edifício das repartições públicas do estado, conforme relata Eusébio Garcia.¹²³ É importante esclarecer que, depois dos estudos da comissão de professores, a diretoria passou a trabalhar exclusivamente com a ideia da ASMP. Esse foi um avanço importante e ajudou a

120. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 24 de novembro de 1977.

121. Ibid.

122. Ibid.

123. BARRIO, Eusebio Garcia. Uma história a ser preservada: FEPROSUL: fundação e crescimento do sindicalismo magisterial de Mato Grosso do Sul 1979 a 1982. Campo Grande: FETEMS, 2015, p. 43.

diminuir as tensões entre os grupos políticos dos professores do estado.

O plano dos dirigentes da ACP, de hegemonizar o sindicalismo dos professores do estado andava de vento em popa no segundo semestre de 1978. Em 27 de julho de 1978, por exemplo, a direção se reuniu, no colégio Joaquim Murtinho, em Campo Grande, com representantes dos professores dos municípios do sul de Mato Grosso, a fim de debater a minuta do estatuto da Associação Sul-Mato-Grossense de Professores.

A professora Mariza Ferzeli ficou responsável por ler o texto.¹²⁴ em seguida, o professor Cesar Maksoud pediu aos dirigentes das demais associações para se filiarem à nova entidade. Todos os participantes receberam cópia do estatuto com o objetivo de debate-lo com as suas bases. Depois de muitas palmas e discursos, ficou acertado que nova reunião do grupo aconteceria dia 9 de setembro de 1978.¹²⁵ Inclusive a ADP de Dourados ajudou a divulgar o convite para esse evento, que tratava, entre outras coisas, da criação da ASMP.¹²⁶

Embora houvesse alguma parceria do grupo de Dourados com o de Campo Grande para formação da entidade estadual, sabia-se que os professores douradenses estavam criando associações de magistério na sua região, de olho na disputa pela hegemonia do sindicalismo dos profissionais da educação.¹²⁷

Em 9 de setembro de 1978, sob a liderança da ACP, em Campo Grande, reuniram-se os representantes das associações municipais e aprovaram o texto do estatuto da AMSP.¹²⁸ Mas os profissionais do interior continuavam alimentando o sonho de criar uma federação, ideia que ganhou força com a dissidência dos professores de Campo Grande, que desejavam criar uma federação e não uma grande associação. Nelly Bacha liderou um grupo da ACP para apoiar a ideia da federação.

Assim, produto de muita disputa política, a Federação dos Professores de Mato Grosso do Sul (Feprosul) foi criada em 7 de março de 1979, na Escola Maria Constança de Barros Machado. O clima para eleger a diretoria da entidade não foi muito amigável; vários grupos do interior e da capital digladiavam. Foi eleito presidente da Feprosul o professor Eusébio Garcia Barrio, líder sindical de Aquidauana.

Sua eleição aconteceu porque o interior se uniu, enquanto a capital se dividiu em dois grupos. Eis as palavras do professor Wilson José

124. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 27 de julho de 1978.

125. *Ibid.*

126. Biasotto e Tetila (1991, p. 52).

127. *Ibid.* p. 51.

128. Barrio (2015, p. 53).

Moreti sobre esse fato: “Havia duas alas, uma de esquerda e uma de direita. O pessoal do interior não tinha chapa, muito menos candidato. Percebemos certa divisão do pessoal de Campo Grande; ali, no momento, resolvemos montar uma chapa, e foi eleita”.¹²⁹

129. Biasotto e Tetila (1991, p. 57).



CAPÍTULO X

A implantação do Estado de MS e a educação pública

A solenidade de posse do primeiro governador de Mato Grosso do Sul, Harry Amorim Costa, e dos deputados estaduais aconteceu dia 1º de janeiro de 1979. Harry já conhecia parte dos líderes dos professores do estado, pois visitou várias cidades do sul e conversou com dirigentes da Feprosul e, quando estava em Campo Grande, visitava a ACP.

Era do interesse do governador e seus principais técnicos criar uma unidade federativa assentada nas ideias liberais. A propaganda do governo dizia que Mato Grosso do Sul seria um estado moderno, entretanto, aos poucos, Harry percebeu que não tinha força política para mudar a forma como a burguesia local administrava o aparelho de Estado há décadas. A visão administrativa de Harry estava em contradição com a oligarquia que mandava na agora nova unidade federativa.

Havia alguma expectativa de que a área de educação seria prestigiada. O governo até tentou fazer algo diferente, falava de um estado compacto, leve, flexível e aberto para estabelecer parcerias com os municípios. A ideia era que o Poder Executivo ficasse com a incumbência de planejar, orientar, supervisionar, coordenar e controlar, pois a responsabilidade pela execução das atividades seria descentralizada e delegada às prefeituras.¹³⁰

Ele conseguiu criar a Supersecretaria de Desenvolvimento de Recursos Humanos (SDRH), responsável pela relação com os prefeitos e pela regularização da vida funcional dos trabalhadores. Essa secretaria criou muita dor de cabeça para o governo. A elite política percebeu que perderia poder com a sistemática do governo, de tratar as coisas diretamente com os prefeitos. O ciúme brotou com força e vontade.

As primeiras negociações salariais com Harry Amorim, por meio da Feprosul, foram promissoras. Amarílio Ferreira participou desse processo e escreveu sobre o assunto.

130. BIGARELLA, Nadia. Divisão do estado de Mato Grosso do Sul e o movimento de municipalização do ensino na década de 1980. Campo Grande (MS): UCDB, 2004.

Quanto aos salários, as primeiras negociações entabuladas pela Feprosul com o governo Harry Amorim Costa acabaram resultando em medidas concretas; ficou estabelecido um vencimento-base fixado em Cr\$ 2.350,00, que na época correspondia a US\$ 110,77. Além disso, manteve-se o escalonamento tanto vertical (habilitação profissional) quanto horizontal (tempo de serviço) para o chamado Grupo VIII – Magistério (professores e especialistas em educação), tal como estava estipulado pelo Estatuto do Magistério de Mato Grosso uno. Logo em seguida, após a apresentação de um arrazoado sobre “os baixos níveis salariais vigentes para os professores dos diversos graus de ensino e a necessidade de fixar uma justa remuneração para a classe”, foi concedido um abono provisório de 30% com base no argumento de que era “premente a tomada de medidas que visassem minimizar os efeitos da desvalorização da moeda e a sua repercussão no campo social.” O próprio governo reconhece que era impossível o professor estadual manter a sua família com menos de US\$ 111,00 mensais.¹³¹

O governo de Harry também tratou de estabelecer um plano de cargos e salários para a categoria dos professores. Maria Aparecida do Nascimento, diretora da ACP, informa que uma comissão foi formada, por meio do Decreto-Lei n° 102/79, com a participação de três mestres indicados pela categoria para ajudar na reformulação dos cargos.

Em 1979, começou a organização do estado já aqui em Mato Grosso do Sul. O governo viu que precisava reestruturar o quadro que veio de Mato Grosso, então foi restabelecida uma segunda fase de enquadramento, em que se contava o tempo de quando a pessoa começou a trabalhar lá no Mato Grosso, até dezembro de 1978, e de 1979 até 1980, que foi quando foi criado o estado. Isso tudo para saber qual era a situação em que a pessoa se encontrava. Essa reclassificação só se concretizou em 1981, quando tivemos o primeiro concurso em Mato Grosso do Sul. Tudo isso foi organizado, claro que houve a participação das associações pela Comissão de Valorização do Magistério. Ela fazia a progressão funcional. Foi muito difícil esse processo, muita burocracia, mas deu certo, a vida do professor começou a melhorar.¹³²

131. JUNIOR, Amárico Ferreira. Professores e Sindicalismo em Mato Grosso Do Sul : 1979-1986. Campo Grande (MS): Editora UFMS, 2003, p. 68.

132. Depoimento de Maria Aparecida em 11 de novembro de 2021.

Não houve tempo para saber se o governo de Harry, mesmo seguindo a orientação geral do regime militar, continuaria prestigiando o magistério. Ele tinha pretensões políticas e sabia o peso do magistério numa eleição. Nelly Bacha enfatiza que Harry Amorim foi muito importante. “Talvez surja alguém como o nosso inesquecível Harry Amorim Costa, que determinou, em 1979, a remuneração para um professor do meu nível e tempo de serviço, equivalente a nove salários mínimos. O que foi feito por vários anos sem inviabilizar o estado nem estourar as finanças públicas”.¹³³

Harry foi tirado do governo em 13 de junho de 1979, apenas sete meses após sua posse, por pressão de Pedro Pedrossian e outros parlamentares incomodados com sua suposta autonomia política. Em seu lugar, assumiu o ex-prefeito de Campo Grande, Marcelo Miranda Soares, apadrinhado de Pedrossian.

Governo Marcelo Miranda

Dois meses após a queda do governador Harry Amorim, com quem a professora Quintina Bueno tinha boas relações, uma notícia pegou de supressa a direção da ACP. A presidente, que havia liderado a entidade num momento muito difícil da vida nacional, de 1975 a 1979, quadra política em que o sindicalismo contabilizava importantes vitórias e a sociedade brasileira caminhava a passos largos na direção da democracia, Quintina Bueno renunciava ao cargo de presidente. Na noite de 28 de setembro de 1979, com a presença do conselho fiscal e consultivo, além da maioria dos diretores, a presidente apresentou sua renúncia irrevogável.

Não tivemos como saber as razões do afastamento, a ata dessa reunião não permite inferir nenhuma conclusão, o que se sabe é que a ACP vivenciava intensa disputa política entre forças de esquerda e um grupo considerado independentes, que fazia oposição àquela diretoria. A disputa com o grupo do interior, que conquistou a hegemonia da Feprosul, pode ter contribuído com a decisão da presidente.

Depois de muitas reflexões, a diretoria finalmente aceitou a demissão da professora. Como havia eleição marcada para mudar a direção da entidade, os associados concluíram que o mais acertado era criar uma

133. Santos (2002, p. 161).

comissão provisória para dirigir a entidade até o novo pleito que estava marcado para novembro de 1979. Assim, durante três meses, essa comissão dirigiu a entidade.

Na data de 17 de novembro a eleição foi realizada com duas chapas inscritas: Onilda Ouriveis concorreu com a “Chapa Posição”. Durvalino Francisco liderou a “Chapa Luta pelo Professor”. Onilda foi a vencedora. A posse da nova diretoria aconteceu em 19 de dezembro, no plenário da Câmara de Vereadores. A diretoria para o triênio 1979–1981 teve a seguinte formação: presidente Onilda Ouriveis, vice-presidente Vanda Peres, primeiro-secretário Nilda Rodrigues, segundo-secretário Cleuza Saturnina, primeiro-tesoureiro Gilsia Ribeiro, segundo-tesoureiro Fátima Aparecida, diretor social Therezinha Mesquita Granja e procurador jurídico Zenilde Guimarães Nascimento.

Em fevereiro de 1980, os diretores da ACP se reuniram para preparar as demandas salariais e outras que deveriam ser entregues ao governador Marcelo Miranda por meio da Feprosul, acontece que ele fazia um conjunto de reformas na administração, desmanchado no essencial o desenho criado por Harry. Nesse processo, foi criada a Secretaria de Educação de Mato Grosso do Sul. O professor Hércules Maymone foi seu primeiro-secretário. Depois, assumiu a pasta o advogado Juvêncio da Fonseca que, mais tarde, se tornou prefeito de Campo Grande.

A entidade dos professores da capital preparou uma pauta salarial com proposta para a prefeitura e o governo do estado. Essa era a sistemática porque as datas-bases das duas unidades eram diferentes. Aliás, tudo era diferente. A categoria concluiu que, para a prefeitura, o pedido de aumento era da ordem de 72% e para o governo, 170%.¹³⁴ A diferença de percentual estava relacionada às últimas negociações. Geralmente a referência principal era o processo inflacionário, mas os professores pediam outros penduricalhos.

As conversas com Marcelo Miranda fluíam normalmente, considerando a temperatura das negociações coletivas, em que as partes procuravam fazer valer suas verdades transitórias, entretanto, no seio do partido do governo, a Arena, havia uma briga generalizada pelo comando político no estado. Pedro Pedrossian fazia de tudo para ser o governador de fato. Sem apoio político e vendo seu cargo sair pelo vão dos dedos, Marcelo Miranda prorrogou, por tempo indeterminado, a aplicação do plano de carreira dos professores.

134. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 13 de fevereiro de 1980.

Havia problemas jurídicos e burocráticos para serem equacionados. Harry queria contratar o magistério pela CLT e Marcelo desejava manter a estrutura de funcionalismo público, como se conhecia e praticava anteriormente.¹³⁵ As coisas não andavam, se comparadas com a gestão de Harry no campo educacional. O Plano de Carreiras do Professor continuava parado, por isso o magistério decidiu começar o ano letivo de 1980 com ousada passeata pelas ruas de Campo Grande.

Nessa oportunidade, 27 de março, mais de 6 mil profissionais do magistério de quase todas as cidades protestaram em frente ao antigo prédio da Assembleia Legislativa, no centro da cidade. “A escolha do dia 27 de março, para a realização de um maciço movimento reivindicatório dos professores, prende-se ao fato de que esta data, a partir de 1980, passou a ser considerada “dia nacional de solidariedade entre professores”, por decisão da Confederação dos Professores do Brasil (CPB)”.¹³⁶

Depois da passeata, do dia 27 de março, o governo convocou os líderes sindicais para conversar. Após algumas rodadas de negociações, ele concedeu aumento de salários e se comprometeu a apressar a aprovação do estatuto do magistério.

Nesse período, pouco mais de 6 mil professores remanescentes de Mato Grosso foram enquadrados como funcionários públicos estáveis de Mato Grosso do Sul. A quase totalidade da categoria aceitou a proposta do estado, mas ficou algo entalado na garganta dos profissionais por que o aumento concedido pelo governo atendeu mais diretamente aos quadros que tinham magistério, enquanto os demais receberam 50% de aumento.¹³⁷ Por isso, aos poucos, o magistério começou a preparar outra manifestação.

Prefeito Albino Coimbra

As negociações com o governo caminhavam bem. A direção da ACP precisava resolver as dificuldades com o prefeito Albino Coimbra, indicado pelo governador Marcelo Miranda a pedido de Pedro Pedrossian. Em fevereiro de 1980, começaram as conversas. Pouco mais de 250 professores se reuniram na escola Maria Constança de Barros Machado para uma assembleia cuja reivindicação era aumento de salário

135. Junior, Amarílio Ferreira (2003, p. 73).

136. Junior Amarílio Ferreira (2003, p. 78).

137. Ibid. p. 80.

com base na inflação de 1979 acrescido de 10%.¹³⁸

O “Correio do Estado” noticiou essa assembleia com as seguintes palavras: “Quanto às reivindicações dos professores municipais, parecem muito mais justas e merecem a atenção do prefeito Albino Coimbra. Dificilmente, porém, os índices solicitados serão atendidos, porque o orçamento municipal não suportaria, mas pode haver condições de melhoria especial para os professores do município”.¹³⁹

Ainda com relação às manifestações dos professores da capital, liderados pela ACP, vejamos algumas considerações de Albino Coimbra.

O prefeito Albino Coimbra disse ontem que já está estudando “com muito carinho e interesse” um reajuste maior para os professores municipais lembrando, porém, que não adianta ter apenas boa vontade, porque há que se compatibilizar o aumento com o orçamento municipal. Segundo o prefeito, “não adianta conceder reajuste e depois não ter como pagar”, porque um mau planejamento acabaria piorando ainda mais a situação do professorado, que correria o risco de receber com muito atraso, com implicações sobre o planejamento familiar de cada professor do Município. Até o final da semana que vem, a Prefeitura deverá ter mais ou menos definido o índice global de reajuste do funcionalismo público, estimado em 50% inicialmente, anunciando depois qual o índice de reajuste que será concedido aos professores, principalmente os de nível I a IV, que são os mais renumerados.¹⁴⁰

Enquanto tramitavam as mudanças administrativas patrocinadas pelo governo Marcelo Miranda, Pedro Pedrossian conseguiu derrubar o governo e assumir a direção administrativa do estado, em 7 de setembro de 1980. Pedrossian também influiu na prefeitura de Campo Grande, tirou Albino Coimbra e colocou Levy Dias, que já tinha administrado a Cidade Morena.

Governo Pedro Pedrossian

A ascensão de Pedro Pedrossian atrasou, outra vez, a aprovação do Estatuto do Magistério, que caminhava no governo Marcelo Miranda

138. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 14 de fevereiro de 1980, p. 09.

139. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 15 de fevereiro de 1980.

140. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 15 de fevereiro de 1980.

com a contribuição da comissão de professores criada especificamente para esse trabalho. Aliás, quando tiraram Marcelo do governo, o estatuto estava pronto para ser votado pela Assembleia Legislativa. Em comunicado oficial, a Assembleia, em 30 de novembro de 1981, Pedrossian falou sobre as diretrizes do seu governo para a área da educação:

As diretrizes que norteavam as ações do setor educacional discutiam alguns aspectos considerados principais: a expansão das oportunidades educacionais, com reforma, construção e ampliação de unidades escolares e adequação de seus equipamentos; a elevação do índice de produtividade do ensino, com capacitação de recursos humanos; a dinamização do sistema de atendimento técnico-pedagógico às Agências Regionais de Educação e a implantação do sistema de informações estatísticas para a educação, com o objetivo de fornecer subsídios para o planejamento educacional.¹⁴¹

A secretária de educação da gestão de Pedro Pedrossian, inicialmente, foi a professora Mariza Serrano, destacada líder sindical da ACP, na década de 1970 e início de 1980. Depois, ela foi substituída pelo professor Fauze Scalf Gattass Filho, que permaneceu à frente dessa secretaria até o término do mandato de Pedrossian.

O governo estadual concedeu aumento de 15% em maio de 1981. A categoria pleiteava 108%. O descontentamento era visível e o clima para uma nova manifestação ganhava densidade. Mas o que já era difícil começou a piorar em função dos constantes atrasos de salário. Essa combinação explosiva entre arrocho salarial e atraso no pagamento resultou num movimento de paralisação espontânea dos professores, particularmente os de Campo Grande. Diante dessa situação, a ACP tomou as seguintes decisões com relação ao atraso de salários:

No começo de agosto do ano de 1981, a ACP, em assembleia geral, adotou as seguintes resoluções em torno da questão dos atrasos de pagamento: (A) manutenção dos professores paralisados nas salas de aula, expondo aos alunos as condições de ensino público e de vida dos professores; (B) promoção de reuniões durante o período letivo na sede da ACP, nas quais eram organizados grupos de estudos sobre o Estatuto do Magistério e a CLT; e (C) manifestações de massa em frente das agências bancárias responsáveis

141. Bigarella (2004).

pelos pagamentos dos salários dos professores. As greves brancas, ordenadas pelo movimento sindical dos professores, foram uma forma de protesto constante ao longo do governo Pedro Pedrossian pelo simples fato de que a política de atraso salarial era uma das práticas administrativas corriqueiras daquele período.¹⁴²

Prefeito Levy Dias

A direção da ACP, em 1981, liderada por Onilda Ouriveis, teve que atuar em duas frentes de ação em defesa do salário e das condições de trabalho da categoria. Tanto o governo do estado como a prefeitura de Campo Grande insistiam em não conceder aumento salarial condizente com a dignidade da categoria. Diante do impasse, o magistério municipal decidiu participar das manifestações promovidas ao longo do mês de fevereiro, inclusive decidiu entrar em greve branca em abril.

Os professores de Campo Grande, área do Município, poderão deflagrar, em abril, uma “greve branca” como forma de protesto contra a decisão do prefeito Levy Dias de não conceder um reajuste salarial de pelo menos 70%. As informações foram liberadas ontem por fontes ligadas à classe, assinalando que essa é uma “nova modalidade de greve”, tendo em vista que não será total: os professores comparecerão normalmente aos estabelecimentos de ensino, ministrarão o primeiro período de aulas e, após o intervalo, cruzarão os braços, permanecendo, entretanto, no recinto da escola.¹⁴³

O jornal “Correio do Estado” de 27 de março anunciou que os profissionais da capital entrariam em greve em abril. O articulista informava que o professor estadual estava sendo pessimamente remunerado e que o reajuste concedido não atendia nem parte às reivindicações. O salário de quase Cr\$ 38 mil para uma normalista, com jornada de 44 horas semanais, era considerado irrisório e até ridículo. Na área municipal, a situação era mais séria, tendo em vista que o professor normalista recebia pouco mais de Cr\$ 10 mil e as perspectivas de reajuste girariam em torno de 20 a 30%, no máximo.¹⁴⁴

142. Junior, Amarílio Ferreira (2003, p. 88).

143. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 14 de fevereiro de 1981.

144. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 27 de março de 1981.

O movimento que acontecia em Campo Grande servia de exemplo para outros municípios. Parte das associações de professores estavam paralisando as escolas ou tentando parar à revelia da Feprosul, que não havia decidido entrar formalmente em greve¹⁴⁵, dependia de consenso das direções municipais. Era preciso aprovação em assembleia para a entidade indicar greve ou outro movimento.

É importante esclarecer que a ACP era filiada à Feprosul; hoje é associada à Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (Fetems). Entretanto, não foram poucas as vezes que comandou paralisação dos professores locais a despeito da decisão da federação. A entidade de Campo Grande continua tendo muita autonomia na sua estratégia política.

Sobre a paralisação de 1981, a categoria dos professores estava claramente dividida quanto a aderir à greve, ademais, o governo agiu rápido para abafar o movimento que ganhava densidade. O fato de os professores da rede municipal terem aceitado a proposta salarial da prefeitura serviu de freio para os professores do estado.

Sobre esse episódio, é importante a entrevista do prefeito Levy Dias, horas depois da liderança dos professores da Cidade Morena anunciarem que não haveria greve em Campo Grande:

Nós não podemos dar aos professores tudo que eles querem, mas sem dúvidas oferecemos tudo aquilo que podemos dar. Felizmente a classe compreendeu o nosso esforço e a impossibilidade da equiparação salarial aos níveis do professorado estadual, impossível na atual conjuntura, mas que será alcançada tão logo a Prefeitura possa atender a essa justa reivindicação. [...] sinto-me gratificado com a decisão dos professores representando, sobretudo, um posicionamento equilibrado e justo [...]. A decisão dos professores municipais em aceitar os índices de reajustes anunciados na área municipal reflete, na realidade, a satisfação do professorado e é um rude golpe contra a pretensão de alguns líderes da área estadual, que defendem a deflagração de um movimento grevista em busca de aumento salarial da ordem de 108%.¹⁴⁶

Em 20 novembro de 1981, o governo estadual ofereceu aumento de 50% a ser aplicado em março do ano seguinte. A Feprosul e as asso-

145. Biasotto e Tetila (1991, p. 116).

146. Jornal do Comercio. Campo Grande (MS), edição de 29 de abril de 1981.

ciações rejeitaram mais uma vez a proposta. Alguns dirigentes sindicais decidiram parar suas escolas. A ACP, por exemplo, decretou paralisação em Campo Grande logo após o impasse com o governo.¹⁴⁷ A paralisação se espalhou pelo estado. Em Dourados, os profissionais da educação já estavam parados desde 10 de novembro.

Como não houve acordo o movimento paredista se espalhou por MS como um rastilho de pólvora, Pedrossian decidiu enfrentar os grevistas com as armas da repressão. Inicialmente ameaçou cortar os salários e promover remoção em massa dos professores, depois cortou o convênio da Feprosul com o estado a fim de o Tesouro Estadual proceder ao desconto em folha dos associados. Desse recurso, 10% ficava para a Feprosul e 90% voltava para as associações filiadas. O corte prejudicou imensamente as entidades.

Outra aposta do governo foi incentivar a criação da Associação dos Professores de Mato Grosso do Sul (APMS), federação paralela à Feprosul. Essa entidade teve vida curta. Não nasceu pelas mãos do magistério, mas pela burocracia da gestão Pedro Pedrossian como forma de dividir o movimento sindical. Enquanto a APMS existiu, criou muita dificuldade. Só para se ter uma ideia, Pedrossian concedeu aumento de 70% aos professores por meio de negociação com essa entidade.¹⁴⁸

Em função do cansaço da paralisação aliado às práticas ditatoriais adotadas pelo gestor público, o movimento paredista começou a perder força, e em 30 de novembro de 1981, os professores voltaram às salas de aula.

Disputa pela hegemonia da ACP

Em meio ao turbilhão político que se formou na gestão de Pedrossian, com reflexos negativos para o sindicalismo estatal, a ACP anunciou a abertura de inscrições para as chapas que desejavam disputar o comando da entidade. Havia uma briga aberta dos comunistas ligados ao PCB e seus aliados com os chamados independentes que, em 1979, na criação da Feprosul, votaram com líderes do interior.

Essa eleição foi muito concorrida, expressou as contradições do movimento sindical e do movimento político geral do estado. Aquela

147. Junior, Amarílio Ferreira (2003, p. 90).

148. Biasotto e Tetila (1991, p. 125).

quadra histórica estava marcada por intensa disputa dos espaços sociais de Mato Grosso do Sul. O ex-presidente da ACP, Amarílio Ferreira, comentou aquela disputa sindical de 1981.

O processo eleitoral serviu de proscênio para a disputa de duas das tendências político-sindicais que se organizavam no seio do movimento associativista dos professores públicos estaduais do ensino básico. De um lado, a chapa “Avante”, composta por professores militantes comunistas do PCB e professores sem filiação partidária, que defendia um programa baseado no espectro geral da luta organizada na resistência democrática contra a política sócio econômica do regime militar. Do outro, a chapa “Raiz”, agrupamento de professores filiados ao PDS e seus aliados, que apregoava, por meio de um manifesto, uma mensagem apologética do “apoliticismo” da sua formação.

A Chapa Avante esteve sob a liderança de Amarílio Ferreira Junior, que em 19 de novembro de 1981 foi aclamado presidente da entidade para o triênio 1981-1983, vencendo a Chapa Raiz. Votaram nessa eleição 1.535 associados. A Avante teve o dobro dos votos da Raiz. Os vencedores tomaram posse em 15 de dezembro, na sede social da ACP: Amarílio Ferreira Junior (presidente), Ernestino Goubert (vice-presidente), Nilda R. Sanfilippo (primeiro-secretário), João Ronan (segundo-secretário), Nilza Gonçalves (primeiro-tesoureiro), Mário Antônio Rodrigues (segundo-tesoureiro), Jacinto dos Santos (diretor social) e Izaura Matheus (procurador jurídico).



CAPÍTULO XI

ACP na defesa da educação pública de qualidade

O primeiro semestre de 1982 foi de baixa produtividade para o movimento sindical sul-mato-grossense; o presidente da ACP assumiu a direção da entidade ao fim de uma greve da categoria. O clima era o pior possível. Essa situação de tensão política se expressava na relação da ACP com o prefeito municipal e o governo estadual. A Feprosul praticamente estava alijada das conversas com o governo, toda negociação era feita com a APMS.

Esse clima foi, em parte, decorrência da derrota das manifestações de 1981 quando os professores tiveram que aceitar a proposta de Pedrossian a contragosto. Nesse espaço temporal o governo ampliou sua cota de perseguição contra os professores que participaram da referida paralisação. Mesmo havendo reposição das aulas, ele promoveu desconto dos dias parados.¹⁴⁹ Essa decisão impactou negativamente a economia dos profissionais do magistério e jogou a categoria contra as suas associações. Era uma iniciativa que apostava na despolitização do movimento.

Todas as associações foram prejudicadas. A direção da ACP passou a enfrentar dificuldades imensas. O prefeito Levy dias, naquela quadra histórica, seguia de perto a política salarial adotada pelo governo do estado. Mais tarde, em março de 1982, Pedro Pedrossian tirou o cargo de prefeito de Levy e colocou no seu lugar o engenheiro Heráclito Figueiredo, que ficou até março de 1983 na frente da prefeitura de Campo Grande. Ele também seguia as orientações de Pedrossian.

O quadro era muito difícil para o sindicalismo público. Só que havia esperança daquela situação ser superada com a eleição de algum governador de oposição nas eleições programada para outubro de 1982, em que haveria a escolha pelo voto direto e universal do primeiro governador de Mato Grosso do Sul.

149. Junior, Amarílio Ferreira (2003, p. 94).

Governo Wilson Barbosa Martins

Quando começou o período das convenções partidárias o PMDB indicou Wilson Barbosa Martins para disputar o governo. Ele era uma liderança política muito articulada com os professores do estado, desde a década de 1940, quando se iniciou na política partidária. Inclusive havia sido diretor da ACP. O PDT, por sua vez, participou do pleito com o ex-deputado federal Wilson Fadul Filho. O PT apresentou o jovem deputado Federal Antônio Carlos, e o PDS disputou o pleito com o ex-prefeito de Dourados, José Elias. A categoria dos professores de Mato Grosso do Sul apoiou maciçamente Wilson Barbosa Martins. Ele sagrou-se vitorioso para o período de 1983-1987.

Pedrossian, sem mandato, continuou aplicando a política de atraso de salários. No limite, a categoria dos professores decidiu parar, dia 21 de fevereiro de 1983, em protesto. A greve se arrastou até 3 de março. Nesse mesmo período, os professores de Campo Grande decidiram parar. A ACP passou a atuar em duas frentes: paralisação ou greve branca, como se falava na época. O problema era que tanto o Estado como a prefeitura de Campo Grande estavam com salários atrasados.

Durante os debates, foi novamente colocada a posição de greve “branca”, enquanto a Prefeitura de Campo Grande e o Estado não efetuarem o pagamento de todo o funcionalismo da área de educação. Até que isso ocorra, os professores comparecerão às escolas, mas não entrarão nas salas de aula. [...] “Em Campo Grande, nós já estamos parados desde sexta-feira”, afirmou Amarílio Ferreira Junior, da Associação Campo-Grandense, acrescentando: “Só retornaremos quando recebermos nossos vencimentos”. Em Dourados, a situação está sendo levada da mesma forma, devendo o professorado entrar em greve hoje, segundo informou o presidente da Feprosul, Antônio Carlos Biffi. “Em todas as regiões do Estado, as decisões são as mesmas, até o momento em que sejam efetuados os pagamentos, não entraremos nas salas de aula”.¹⁵⁰

Após dez dias daquilo que os professores chamavam de greve branca, a prefeitura decidiu pagar os salários atrasados.

150. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 21 de fevereiro de 1983.

A Prefeitura começa a pagar o mês de janeiro para os professores da Rede Municipal nesta terça-feira, a partir das 13 horas, segundo informou o prefeito Heráclito, de acordo com decisão adotada durante reunião realizada em seu gabinete com os representantes da classe. Ele informou que espera colocar em ordem a folha de pagamento até o final de seu mandato, e para tanto está agilizando outras fontes de recursos. Dessa forma, hoje receberão os professores dos níveis 31, 32 e 33, no Banespa, a partir das 13 horas. Amanhã, também naquela agência bancária, serão pagos aos professores dos níveis 34 e 46 e, no Paço Municipal, dos níveis 37 ao 45. De um modo geral, 900 professores estão incluídos na folha de pagamento, além de outros funcionários dos níveis um até o sete e mais 70 pensionistas, totalizando 2.600 servidores. Os demais serão pagos nos dias seguintes.¹⁵¹

Logo que o pagamento caiu na conta dos professores, em 3 de março de 1983, a ACP orientou os profissionais a retomarem as aulas. Como era início de ano letivo, os profissionais trataram de debater o planejamento das escolas estabelecendo discussões sobre a escolha dos livros didáticos e análise do conteúdo programático. Também houve palestra proferida por técnicos da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul para os educadores da Reme, da quinta à oitava séries e do ensino médio, sobre educação e meio ambiente.¹⁵²

Nesse ínterim, provavelmente para criar problema para o governo que assumiria a direção do estado — senão ele teria decidido conceder aumento antes do pleito —, Pedro Pedrossian concedeu reajuste de 97% para todo o funcionalismo estadual. Deixou um bom problema para Wilson administrar.¹⁵³

Logo que Wilson Barbosa Martins anunciou o seu secretariado, surgiu o primeiro problema entre ele e a Feprosul. Líderes sindicais dessa entidade desejavam indicar um professor do magistério público para dirigir a poderosa Secretaria de Educação. De acordo com Antônio Carlos Biffi, ex-presidente da Feprosul, “Wilson Martins prometeu indicar um professor para o cargo de secretário de Educação numa reunião com os professores em Dourados. Só que ele não cumpriu a promessa, roeu a corda”.¹⁵⁴ Inclusive a Feprosul encaminhou os nomes de alguns

151. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 01 de março de 1983, p. 4.

152. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 22 de fevereiro de 1983.

153. Biasotto e Tetila (1991, p. 134).

154. Depoimento de Antônio Carlos Biffi em 22 de dezembro de 2021.

professores que poderiam cumprir essa tarefa, mas o governo indicou o advogado, simpático ao PCB, Leonardo Nunes da Cunha.

A indicação de Leonardo passou a ser questionada pela direção da Feprosul, inclusive, em vários momentos, seu presidente Antônio Carlos Biffi pediu a substituição do secretário. A militância do PCB, que fazia parte da diretoria da ACP, liderada pelo presidente Amarílio Ferreira, ficou contra as críticas públicas ao secretário de Educação. Como havia algumas rugas entre as duas entidades desde a criação da Feprosul, com o caso Leonardo Nunes, a temperatura subiu. Vejamos as lembranças de Amarílio Ferreira sobre esse imbróglio:

O movimento de professores na época era, basicamente, influenciado por duas tendências político-sindicais: a que controlava politicamente a direção da Feprosul, desde a sua fundação de forma majoritária, e a corrente minoritária dos professores comunistas organizados no PCB. A disputa ficou ainda mais aguda quando o presidente da entidade, professor Antônio Carlos Biffi, anunciou a nova tática sindical que o movimento de professores adotaria para enfrentar o governo. Para o grupo político-sindical liderado pelo presidente da Feprosul, a greve deveria assumir os seguintes posicionamentos: primeiro, que não se aceitava mais a intermediação da comissão de secretários estaduais (Educação, Fazenda e Administração) nas negociações com o governo, e segundo, o movimento de professores exigia a substituição do secretário estadual de Educação [...]. Já para a tendência sindical dos comunistas, o movimento de professores não se restringia apenas aos interesses econômicos corporativos, eles estavam politicamente comprometidos com o governo de oposição ao regime militar e à sua proposta educacional. Os comunistas do PCB não concordavam com o pedido de exoneração do secretário estadual de Educação.¹⁵⁵

Logo no início do mandato, Wilson Martins apresentou os postulados básicos para o campo da educação, havia uma expectativa enorme, porque sua eleição ocorreu em um quadro político marcado por lutas importantes, como o retorno da democracia e das eleições diretas. Ele ajudou a eleger ampla bancada capaz de oferecer suporte político ao seu governo que, apesar dos confrontos da atividade político-sindical, de acordo com a professora Maria Aparecida, atual diretora jurídica da

155. Junior, Amarílio Ferreira (2003, p. 114).

ACP, trouxe importantes conquistas para o magistério.

No governo do Wilson, nós reformulamos o estatuto, foi a primeira coisa que fizemos. Ele instituiu o benefício da promoção funcional, havia apenas a progressão até então, com isso tivemos as primeiras mudanças de letras da carreira. A diferença é que a promoção funcional é por tempo de serviço e avaliação pessoal, como é até hoje, e a progressão era de acordo com estudo que você tinha, se você ia estudando, ia mudando de nível. Na promoção, existia a questão de que tinha de haver vaga, porque já tínhamos quantitativo de cargos estabelecido. Voltando para cá, em 1981, eu digo que foi o ponto de partida para a estruturação da carreira e reconhecimento da qualificação profissional e para a valorização do magistério mesmo. Se perguntam para mim o que eu destaco do governo Wilson, eu destaco isto: tivemos a oportunidade de trabalhar uma reclassificação de todos que estavam já em MS, colocando cada um no seu lugar, Campo Grande incluso, porque aí estamos falando do estado de MS.¹⁵⁶

Embora a Feprosul não tenha tido sucesso na indicação do secretário, seus líderes procuraram o governo para apresentar algumas demandas que ficaram congeladas em 1982, como a disponibilização de sindicalistas para as entidades, porém com ônus para o Estado, e aumento salarial da ordem de 25%. Quanto à APMS, que tanto desserviço prestou ao sindicalismo de MS, logo que Wilson assumiu, a entidade desapareceu do cenário político estadual. Dirigentes da Feprosul também reivindicaram do governo o pagamento em dia do salário da categoria.

O pedido das associações era justo e correto. Todo trabalhador deseja receber seu salário no dia combinado, conforme o processo de negociação das partes. O problema foi que, a partir do segundo semestre de 1983, o pagamento dos professores voltou a atrasar. A categoria não esperava que esse problema continuasse com Wilson.

As várias reuniões do magistério com o governo não resolviam o impasse, e em novembro, a categoria decidiu pressionar o cumprimento dos compromissos. Nessa oportunidade, exigiram o pagamento em dia e aumento salarial, porque o poder de compra dos profissionais estava se desvalorizando rapidamente.¹⁵⁷ Caso não fossem atendidos, a ideia dos professores era começar greve no início de março de 1984. Uma co-

156. Depoimento de Maria Aparecida em 11 de novembro de 2021.

157. Biasotto e Tetila (1991, p. 135).

missão de dirigentes sindicais foi criada para negociar com o governo os pontos aprovados pela categoria no II Congresso Estadual de Professores. As reivindicações principais eram 30% de aumento retroativo a novembro de 1983, ascensão funcional do professor e concurso público.¹⁵⁸

Eleição de Sergio Auer para ACP

Enquanto os professores públicos de Mato Grosso do Sul se preparavam para mais uma greve, a ACP organizava mais uma escolha de dirigentes. Mesmo em clima de tensão política, nomes da capital conseguiram indicar um candidato que unia o grupo liderado por Amarílio Ferreira e a professora Nelly Bacha, que mantinha muita força na entidade.

Sergio Auer era um consagrado professor de língua portuguesa de Campo Grande, tinha vindo do Paraná, onde nasceu e trabalhou como professor. Quando aqui chegou, já tinha alguma experiência com a luta sindical docente. O professor do Paraná tem larga tradição de luta. Conta Amarílio Ferreira que ele era um excelente orador e tinha paciência para o debate político. Foram essas condições que o grupo de Nelly Bacha enxergou para fazê-lo presidente da entidade.

A eleição de 1983 aconteceu em 18 de novembro. Não houve disputa conforme ata número 14, da ACP, do dia dezoito de novembro. Provavelmente pelo fato de ter havido contenda eleitoral apenas 150 associados votaram, sendo 12 votos nulos e 3 em branco. A posse dessa nova diretoria aconteceu em 15 de dezembro e teve a seguinte composição: Sergio Auer (presidente), Vanderlei Rosa de Oliveira (vice-presidente), Amarílio Ferreira Junior (primeiro-secretário), Marinês (segundo-secretário), Nilza Gonçalves (primeiro-tesoureiro), Mario Antônio Rodrigues (segundo-tesoureiro), Eunice de Lima (diretor social) e Izaura Matheus (procurador jurídico).

Sergio Auer iniciou sua gestão havendo no horizonte uma paralisação dos professores da rede estadual, o problema foi que o governo Wilson Martins não aceitou tratar do percentual de aumento dos professores. A Feprosul reuniu os presidentes de associações e iniciaram a preparação da greve. A notícia de que haveria greve dos professores públicos estaduais chegou às redações dos principais jornais do estado no início de fevereiro de 1984: “Na sexta-feira, dia 10, representantes de

158. Junior, Amarílio Ferreira (2003, p. 107).

40 associações municipais de professores estarão reunidos em Campo Grande para decidir sobre a deflagração ou não de movimento grevista de professores pelo não atendimento de suas reivindicações”.¹⁵⁹

Em 5 de abril, a greve arrebentou. No primeiro dia, 36 municípios aderiram ao movimento paredista com a participação de 52 associações. Um acontecimento que chamou a atenção dos cronistas da política de Mato Grosso do Sul foi a mudança dos parlamentares sobre a greve.

Quando os professores lideraram a greve e paralisações contra o governo de Pedro Pedrossian, a bancada do PMDB lhes ofertou imenso apoio. Não eram poucos os políticos que visitavam a ACP para prestar solidariedade. Como o movimento era contra o governo do PMDB, os combativos deputados dessa legenda ficaram, em sua maioria, ao lado do governo¹⁶⁰, à exceção de Valter Pereira, Sergio Cruz, Manfredo Correa, Ari Rigo, Djalma Barros e Cecílio Gaeta.

Com a intermediação de Valter Pereira, a categoria aceitou a proposta do governo de aumento salarial de 35% a partir de setembro, abono das faltas dos dias parados, desde que se fizesse a reposição dos conteúdos, ascensão funcional com abono de 10% para 4,3 mil professores com mais de cinco anos nos quadros do estado.

Sobre o resultado dessa greve, vejamos as palavras do presidente da Feprosul, Antônio Carlos Biffi:

Nós estamos voltando às aulas devido ter conseguido esse aumento de 35%, que vigorará a partir de setembro. Nós vamos continuar com o restante das reivindicações e pretendemos conseguir todos os objetivos. Existe muita coisa para ser feita daqui por diante e temos a certeza de que agora nossa classe será acolhida, como sempre mereceu.¹⁶¹

A greve se encerrou em 12 de abril, depois de grande passeata pelas ruas de Campo Grande.

Peleja com o prefeito Lúdio Coelho

Pouco tempo depois do encerramento da greve estadual, a direção

159. Biasotto e Tetila (1991, p. 136).

160. Ibid. p. 139.

161. Junior, Amarílio Ferreira (2003, p. 117).

da ACP reuniu a categoria para debater três pontos que julgava serem fundamentais na busca de melhorar a situação do professor da rede municipal. O primeiro então visava exigir do IMPCG o pagamento integral das consultas dos seus filiados. A demanda se justificava porque o associado era obrigado a pagar uma parcela do fator previdenciário. Outra exigência era a redução da carga horária dos professores. Por último, pleiteavam aumento de salário da ordem de 40% para todos os professores imediatamente.¹⁶²

Lúdio Coelho foi informado da demanda e não respondeu à categoria, ficou de estudar a proposta com sua equipe. Enquanto aguardavam a posição da prefeitura sobre a pauta de negociação, em outubro de 1984, representantes da ACP participaram do congresso da Feprosul, em Corumbá.

Nesse evento, surgiu discreta polêmica, pois Sergio Auer não se conformava com o critério de escolha de delegados, ele achava que a ACP tinha direito de indicar delegados de acordo com o número de filiados. Advogava o voto proporcional. A Feprosul, por meio do seu presidente Antônio Biffi, colocava-se contra a proposta. Aliás, essa polêmica estabeleceu-se já no início da Feprosul. Até o tempo presente, as regras da entidade são as mesmas; todas associações têm o mesmo peso.

O congresso em Corumbá converteu-se em evento preparatório para o Congresso da Organização dos Professores Brasileiros (OPB), em Vitória (ES), dias 17 e 18 de janeiro de 1984. Na escolha dos delegados da ACP, surgiu nova polêmica: só participariam do evento de Vitória os representantes que tivessem participado do evento estadual, além do mais, só havia quatro vagas para serem disputadas. Depois de muita negociação, a caravana de Campo Grande foi finalmente autorizada a participar do evento ao lado de outras associações do estado.¹⁶³

Passados alguns dias, a prefeitura mantinha-se silente quanto à demanda dos professores. As conversas eram evasivas. O gestor municipal ganhava tempo, como diziam alguns sindicalistas. Desde junho que eles aguardavam posição do governo municipal. Em função disso, no dia 20 de novembro, 1.500 associados à ACP e à Associação dos Servidores Municipais debateram assuntos relacionados às duas categorias em assembleia conjunta na Sede a UCE de Campo Grande.¹⁶⁴

Ao final dessa reunião, as entidades exigiram aumento de salário

162. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 21 de setembro de 1984.

163. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 20 de novembro de 1984.

164. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 21 de novembro de 1984.

de 97%, conforme o Índice Geral e Preços (IGP) da época. A assembleia também referendou que, caso o salário referente ao mês de novembro não fosse pago na data compromissada, a categoria voltaria a se reunir para decidir medidas contra o descaso do município.

Greve da Reme

A peleja entre a prefeitura e a ACP continuou ao longo do primeiro semestre de 1985. No limite, os profissionais da Reme decidiram recorrer aos instrumentos de defesa dos trabalhadores, e em 14 de junho, a categoria implementou a chamada greve branca, enquanto acumulava força para promover uma greve de verdade, ou seja, paralisar toda a estrutura da rede municipal. O projeto foi alimentado com muito cuidado, era preciso preparar a estratégia para que tudo desse certo.

Em 10 de agosto de 1985, a categoria anunciou que entraria em greve. A direção da ACP explicou os motivos e a proposta da entidade à mídia local.

A proposta salarial apresentada pelos professores da rede municipal é a de reposição variando de 42 a 110 por cento, para todos os níveis, e retroativo a julho. Além dessa reposição do salário, a classe exige o reajuste normal de setembro, de 68,4%. Na verdade, os professores apresentaram quatro propostas: no mínimo 42%; outra de 52%, a partir de julho; a terceira, de 68,3% em novembro, totalizando dois salários mínimos; e a última de 2,5 salários mínimos, ou seja, 110,39% em novembro.¹⁶⁵

Na edição de 16 de agosto, o “Correio do Estado” divulgou que os professores da Reme entrariam em greve:

A partir de segunda-feira (17), os professores da Rede Municipal de Ensino paralisam todas as suas atividades. A decisão pela greve foi tomada em assembleia, na tarde de ontem, na Associação Campo-Grandense de Professores, diante do silêncio do prefeito Lúdio Martins Coelho. A paralisação será total, pois cerca de 300 professores estavam presentes à reunião de ontem. O prefeito Lúdio Coelho não deu seu posicionamento sobre a proposta dos pro-

165. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 17/18 de agosto de 1985, p. 4.

fessores, alegando que ainda não teve tempo de analisar os estudos feitos pela Secretaria de Administração. Ele chegou na quinta-feira à tarde de Brasília e esteve envolvido o tempo todo com a convenção do PMDB, não tendo tempo para estudar a proposta dos professores. Diante deste silêncio do prefeito, que pediu o prazo de até quarta-feira para dar uma resposta definitiva ou apresentar uma contraproposta; os professores resolveram por unanimidade entrar em greve na segunda-feira. “Nós estaremos em greve até quarta-feira, quando o prefeito dará o seu posicionamento a respeito da nossa proposta. Se for o negativo, continuaremos com o movimento até que as negociações cheguem a um denominador comum”, frisou Maria Bertonha Aguiar, da ACP.¹⁶⁶

A decretação da greve trouxe preocupação para a gestão municipal. Os dirigentes da ACP pediram para os professores não participarem do desfile de 26 de agosto, data do aniversário de Campo Grande. Como se sabe, as escolas participam historicamente desse evento. A ausência dos alunos da Reme era algo muito ruim para a imagem do prefeito, principalmente porque naquele ano estava marcada eleição, pelo voto direto e secreto do eleitor, do novo prefeito.

A campanha política estava nas ruas, inclusive os candidatos de oposição procuravam tirar proveito da greve. A ACP nunca havia recebido a visita de tantos candidatos a prefeito e a vereador como naquele período. Daí que algo deveria ser feito para os professores suspenderem a paralisação. Lúdio Coelho percebeu esse detalhe, tanto que o “Correio do Estado” de 19 de agosto, três meses antes das eleições municipais, divulgou que “questões da negociação dos professores da Rede Municipal de Ensino extrapolavam o campo político”.¹⁶⁷ Ele citava supostos interesses políticos por trás da greve.

A suposta politização da greve forçou o presidente Sergio Auer a procurar a imprensa para informar que “a greve não estava ligada a nenhuma atitude paralela de qualquer professor com lideranças políticas da Capital ou do Estado. O objetivo da greve é apenas fazer com que o prefeito atenda às reivindicações da classe”.¹⁶⁸

Como havia a possibilidade de a paralisação se estender por muitos dias, o presidente da ACP orientou a criação das comissões de imprensa, divulgação, arrecadação e avaliação do movimento. Essa providência

166. Ibid.

167. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 17/18 de agosto de 1985, p. 4.

168. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 20 de agosto de 1985, p. 4.

era essencial para manter a organização e a comunidade estudantil informada dos acontecimentos.

No terceiro dia de paralisação, a direção do movimento paredista foi chamada à prefeitura para falar com o prefeito Lúdio Coelho. Algumas horas de conversa não resultaram em avanço das negociações. O prefeito pedia aos profissionais para voltarem à sala de aula, entretanto, uma parte dos grevistas não aprovavam o retorno. Eles iam às escolas, porém não entravam na sala de aula. Aliás, nessa conversa, Lúdio pediu o prazo três dias para apresentar uma proposta.

A prefeitura divulgou nota à imprensa informando que não havia como atender às pretensões salariais dos grevistas da forma como as reivindicavam, e assim justificou: “Nós estamos estudando uma maneira de fazer uma negociação geral com todos os funcionários do poder público municipal. Nós não podemos comprometer todos os recursos com os professores e deixar as outras categorias sem nenhum atendimento”.¹⁶⁹ Lembrou o prefeito que o pedido dos professores era normal, mas o que as outras categorias também estavam exigindo era merecido, e as verbas da prefeitura não permitiam o atendimento de todas a contento.

No quarto dia de greve, em 19 de agosto, o secretário de Administração, Osmar Ferreira, anunciou “que o prefeito continuava estudando a proposta dos professores com muita calma.”¹⁷⁰ Após novas rodadas de negociação, a prefeitura decidiu atender à parte do pleito dos grevistas. Houve um aumento escalonado para os meses de setembro e outubro. A categoria aceitou. A greve foi encerrada no dia 27 de agosto, quando completou onze dias de paralisação.

Como o clima político-partidário tinha “tomado” a cidade e a ACP recebeu muitos políticos, sua direção promoveu um debate com os candidatos a prefeito. Era a primeira vez que a capital escolheria seu gestor público por meio de eleição direta. A proposta recebeu apoio da comunidade escolar. Os candidatos também aprovaram a ideia. Uma comissão de diretores da ACP entrou em contato com os candidatos para explicar as regras do debate e informar dia e hora de cada um. Os elegíveis aceitaram a proposta da ACP (18 de setembro).

A partir das 19 horas, apresentaram-se na sede social da ACP os seguintes candidatos: Wilson Okama, pelo PTB; Jurandir Oliveira, do PT; Juvêncio Cesar da Fonseca, pelo PMDB; Levy Dias, do PFL; Fausto

169. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 19 de agosto de 1985, p. 5.

170. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 20 de agosto de 1985, p. 4.

Mato Grosso, pelo PCB; e Sergio Cruz, do PDT. O debate começou às 19h30, com as explicações das regras que norteariam o evento. Cada candidato, na primeira parte do debate, teria direito a 5 minutos para explanação. A duração do evento foi de 90 minutos. A mediação ficou a cargo do presidente Sergio Auer. Havia uma parte do debate em que os candidatos respondiam a perguntas dos presentes.¹⁷¹ O debate foi um grande sucesso. Parte importante dos atores políticos e da mídia compareceram à entidade para acompanhar o evento. Aliás, doravante, a ACP sediou outros debates políticos.

Vanderlei Rosa, preside a ACP

O nome eleito para administrar Campo Grande na eleição de 1985 foi o de Juvêncio da Fonseca. Ele havia sido vereador e secretário de Educação no governo Marcelo Miranda. Recebeu 63.565 votos. O segundo colocado foi Levy Dias, que obteve 38.136 mil votos. Juvêncio governou Campo Grande de 1986 a 1988. Em 1992, foi novamente eleito.

Dia 19 de novembro, portanto, pouco tempo após a eleição municipal, a ACP escolheu sua diretoria para o período de 1985 a 1987. O pleito aconteceu no dia 19 de novembro de 1985. Participaram dessa eleição duas chapas: “Vozes”, defendida por Vanderlei Rosa e “Alternativa” liderada por Aladir Shirado. O eleito foi o professor Vanderlei Rosa de Oliveira, vice-presidente na gestão que se findava, alcançando 684 votos contra 348 da Chapa Alternativa. Vejamos os componentes da chapa liderada por Vanderlei: Lucia Gomes (vice-presidente), Sergio Auer (primeiro-secretário), Aldemar Fernandes (segundo-secretário), Maria Socorro (primeiro-tesoureiro), Elto Valério (segundo-tesoureiro), Luísa Helena (bibliotecário), Valdomiro Silva (diretor social) e Isaura Martins (diretor jurídico).

Vanderlei Rosa abriu sua gestão em 1986 cobrando formalmente do prefeito Juvêncio da Fonseca o pagamento do salário de dezembro e o décimo terceiro salário, que, até 13 de janeiro, não tinham sido depositados. O presidente da ACP não esqueceu de dizer que “os professores encaram como um desrespeito o não cumprimento de uma das tantas

171. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 18 de outubro de 1985.

promessas do partido do PMDB, quando em campanha eleitoral”.¹⁷²

Como as negociações com Lúdio Coelho foram marcadas por intensas dificuldades, conforme o leitor pôde observar, havia esperança de que as coisas poderiam funcionar melhor com Juvêncio, um advogado com excelente relação com a categoria dos professores. Em março, aconteceram as primeiras negociações da ACP com a prefeitura. Havia tempo que a categoria lutava para conseguir piso de três salários mínimos. Essa era bandeira central. Na busca desse pleito, a entidade convocou assembleia geral para debater a pauta a ser encaminhada para apreciação do prefeito.

Na tarde de 12 de março, centenas de professores lotaram o auditório da ACP. O clima era alvissareiro. Por mais de mais de duas horas de debates, diversos profissionais expuseram seus pontos de vista sobre as demandas dos professores. Um ponto comum foi a defesa do piso de três salários mínimos. Segundo os mais afobados: “caso o prefeito Juvêncio não se comprometa em assinar o piso de três salários mínimos, em maio, o movimento vai se intensificar. Medidas práticas e extremas, como a greve, manifestação pública, assembleia permanente e outras semelhantes poderão ser adotadas pelos professores.”¹⁷³

A reação da categoria estava atrelada a uma notícia — que foi divulgada pela imprensa — dando conta de que o prefeito estudava conceder aumento de 5,2% para todos os funcionários públicos.

O clima piorou. Mas as conversas entre prefeitura e ACP apontaram para a criação de uma comissão para estudar caminhos que pudessem atender aos educadores, entretanto a categoria tinha pressa para definir a política salarial com o prefeito, tanto que começou a trabalhar a ideia de paralisação. A insatisfação da categoria “saiu” da ACP e foi para as páginas dos jornais da cidade:

Os professores da Rede Municipal de Ensino podem ir à greve. Amanhã eles estarão reunidos em assembleia geral, prevista para as 15 horas, e a diretoria da ACP vai propor a paralisação como forma de pressionar o prefeito Juvêncio a aceitar a reivindicação da categoria, por três salários mínimos de piso. A reunião desta quarta feira será o ponto de partida da mobilização. Segundo o presidente da ACP, Vanderlei Rosa, diante da manifestação do prefeito, de só conceder os 52,8% de reajuste, dentro dos parâmetros fixados

172. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 13 de janeiro de 1986, p. 10.

173. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 21 de março de 1986, p. 11.

no “pacote” da reforma econômica, as negociações tomam um novo rumo. “Vamos fazer essa reunião — informal — para que a categoria possa tomar um posicionamento”. [...] Com criatividade e boa vontade, o senhor prefeito tem condições de dar o reajuste”, disse em seu depoimento Vanderlei Rosa.¹⁷⁴

Em 30 de maio, a categoria decidiu aprovar indicativo de paralisação a partir de 6 de junho. A decisão foi tomada ontem na assembleia-geral dos professores, após a avaliação dos entendimentos que a categoria vem mantendo com o prefeito Juvêncio em torno do piso salarial. O magistério vai iniciar o movimento numa tentativa de pressionar o prefeito a conceder o piso de 2,5 mínimos já a partir de maio, além de assumir o compromisso de elevar a três salários mínimos ainda este ano.¹⁷⁵

Entretanto, antes do mês de maio terminar a ACP iniciou um movimento de recuo da sua demanda, passando a trabalhar com a possibilidade de 2,5 salários de aumento para o mês de maio. Mesmo assim, Juvêncio da Fonseca reagiu à iniciativa dos professores e anunciou que a prefeitura não ia pagar o piso de 2,5 salários mínimos a partir de maio. Ele deixou clara sua posição numa longa entrevista à imprensa:

“A diretoria da entidade (ACP), quando apresentou proposta de greve na assembleia, esqueceu-se de que os próprios professores têm dados nas mãos que confirmam a impossibilidade de pagamento de 2,5 salários mínimos. [...] A Reme tem 400 novos professores e em 1985 tinha piso de apenas um salário, passou para dois em 1986 e, agora, no mesmo ano, é impossível conceder 2,5 ou três mínimos de piso. [...] O magistério tem uma situação privilegiada dentro do quadro de funcionários da prefeitura. Um normalista, com apenas o 2º grau, recebe Cr\$ 1.804 por meio dia de trabalho (22 horas/aula), mas a maioria tem 44 horas/aula em dois períodos, portanto ganham Cr\$ 3.608, enquanto 2.865 outros servidores do mesmo nível recebem menos do que isso e trabalham dois períodos diariamente[...]. Sou favorável ao avanço salarial, mas tal reajuste seria a própria degola da prefeitura mais tarde, com o atraso do pagamento do funcionalismo em geral”, disse o prefeito Juvêncio, que já enfrentou uma greve de professores em março de 1981, quando secretário de Educação do Estado.¹⁷⁶

174. Ibid.

175. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 06 de maio de 1986, p.09.

176. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 06 de maio de 1986, p.09.

O ambiente político-sindical de Mato Grosso do Sul estava totalmente tensionado. A Reme, em greve, e os professores da rede estadual tentando construir uma greve, se o governo não lhes concedesse 2,5 salários como piso. Essa situação criou as condições para que Juvêncio procurasse o governador Wilson Barbosa Martins para encontrar uma solução conjunta para o problema. Como resultado das tratativas, reafirmou sua posição de não atender à reivindicação. O governo se posicionou no mesmo diapasão.

O problema era que, a cada dia, aumentava o número de escolas paradas ou parcialmente paradas. “Aumentou de 90 para 95% a adesão à greve dos professores da Rede Municipal de Ensino”.¹⁷⁷ A ACP buscava apoio político para resolver o impasse antes que os professores do estado entrassem em greve. O receio era ter de cuidar de duas greves concomitantemente. Nessa caminhada, procuraram o Legislativo municipal para pedir a intervenção da bancada do PMDB no sentido de ajudar a encontrar solução para o impasse.¹⁷⁸

Após quatro dias de greve, as partes não chegaram a um acordo. Na noite de 10 de maio de 1986, os professores municipais receberam proposta apresentada pela prefeitura. Concretamente, foram-lhes oferecidos 2,34 salários de imediato; 2,5 a partir de julho e regência de classe (gratificação de 25%) para quem lecionava no pré-escolar e de 1ª a 4ª séries.¹⁷⁹ Não houve consenso, a categoria rejeitou a proposta. Segundo proposta aprovada em assembleia, a ACP lideraria passeata pelas ruas da capital em função da insensibilidade do prefeito. O movimento ganhou mais densidade. “A greve atinge o sexto dia hoje, com maior adesão, e uma passeata está sendo organizada para amanhã às 8 horas, com a participação dos professores da rede estadual e da população”.¹⁸⁰ Inclusive as associações de bairro foram convidadas para participar das manifestações.

Em que pese a tensão, a disputa acontecia no campo republicano. A prefeitura queria o fim da greve, assim anunciava que não haveria represálias aos grevistas ou desconto dos dias de paralisação.¹⁸¹ Entretanto, com o aumento das atividades dos grevistas, mudou o humor do prefeito, ele procurou a justiça para julgar a greve ilegal.

177. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 08 de maio de 1986, p. 09.

178. Ibid.

179. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 10/11 de maio de 1986, c. 2, p. 08.

180. Ibid.

181. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 08 de maio de 1986, p. 09.

O prefeito Juvêncio decidiu agir com rigidez com os professores da Reme, em greve há uma semana. Ele recomendou estudos à Procuradoria Jurídica para a declaração da ilegalidade do movimento grevista. Declarada a greve ilegal, todos os professores que não comparecerem em sala de aula terão seus dias cortados e com isso deixam de receber seus salários referentes ao mês de maio. “Deus queira que o bom senso ainda impere”, afirma o prefeito, que sempre tem procurado “agir com ponderação, mas isso não tem sido compreendido pela classe”. Juvêncio mostra-se preocupado com algumas posições mais radicais que se prenunciam, com a montagem de um acampamento de professores em frente ao Paço Municipal. “Com esse procedimento — comenta —, eles não estariam dando uma boa lição, pois são pessoas esclarecidas, pertencem a uma categoria organizada”, além de que essas atitudes “não chegam a lugar nenhum”.¹⁸²

Os professores ficaram preocupados com a iniciativa de Juvêncio e, automaticamente, mudaram a tática, desistiram de promover passeata de protesto, preferiram ações mais leves, substituíram a passeata por uma manifestação defronte ao prédio da Assembleia Legislativa durante a solenidade de posse do governador Ramez Tebet.¹⁸³ Na oportunidade, dia 14 de março de 1986, Ramez assumiu o governo de Mato Grosso do Sul em substituição a Wilson Barbosa, que deixava o governo para pleitear uma cadeira de senador nas eleições marcadas para outubro de 1986.

A paralisação, com muita dificuldade pela longa duração (14 dias), chegou ao fim dia 21 de maio. Havia muito cansaço e alguns professores já estavam voltando às aulas por conta própria.¹⁸⁴ “A greve acabou, os alunos podem voltar às salas de aula a partir de amanhã”, anunciou às 11h15, no programa “Cultura”, o secretário-geral da ACP Sergio Auer minutos após o encerramento da assembleia que pôs fim à paralisação. [...] “A luta agora é pela implantação do Estatuto do Magistério, que vai assegurar alguns benefícios salariais, tais como a regência de sala (gratificação de 25%) para os professores de 1ª a 4ª séries”.¹⁸⁵

Nem bem a greve acabou, a ACP já estava engajada numa articulação para organizar um movimento paredista no segundo semestre de

182. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 14 de maio de 1986, p. 09.

183. Ibid.

184. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 21 de maio de 1986.

185. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 22 de maio de 1986, p. 09.

1986. A origem dessa nova greve estava ligada à pretensão da Feprosul de conquistar piso salarial da ordem de 2,5 salários mínimos. As conversas com o governo não avançavam porque estava em andamento o Plano Cruzado, que inibia aumento de salários. Pelo menos, essa era a justificativa de alguns gestores públicos, incluindo-se Ramez Tebet, novo governador de MS.

No dia 3 outubro de 1986, a Feprosul teve audiência com o governo do estado. Em apoio ao trabalho da federação, os professores de Campo Grande decidiram parar suas atividades. Uma parte importante deles foram para a frente da governadoria acompanhar as negociações. Esse fato gerou um tumulto danado, o governo suspendeu as conversas, foi preciso muita articulação para que ele voltasse a conversar com os professores naquele dia.¹⁸⁶

Ainda em outubro, no dia 28, acontecia o XIII Congresso de Professores em Ponta Porã. Os dirigentes municipais, entre eles Vanderley Rosa, decidiram começar uma greve independentemente das conversas da Feprosul com o governo. Essa paralisação durou três dias.¹⁸⁷ O governo jogou duro para que a terminasse logo. Líderes da Feprosul foram pegos no contrapé, não esperavam que, em plena campanha política, com Biffi candidato a deputado federal pelo PMDB, haveria paralisação, evento que podia criar algum problema para a *performance* do partido. O certo é que direção da ACP, em 1986, administrou duas paralisações.

186. Biasotto e Tetila (1991, p. 146).

187. Ibid. p. 147.



CAPÍTULO XII

No caminho para virar sindicato

As lutas efetivadas pela ACP, na primeira metade da década de 1980, deram muita musculatura à entidade. Ficou para trás aquele tempo em que a instituição focava seu trabalho em atividades festivas, em eventos sem uma relação direta com a atividade sindical classista. O movimento sindical dos professores de Campo Grande, independentemente de quem presidia a entidade, empurrava a ACP para a luta. A conjuntura política animava os associados a fazê-lo.

Essa nova fase exigia novas parcerias e estratégias ousadas. As atividades passaram a ser próprias de uma entidade sindical combativa. Uma mostra desse novo patamar eram as disputas entre as correntes políticas que formavam a ACP. Nas eleições da diretoria não faltavam chapas, das mais diversas correntes políticas, todas querendo a chance de administrar a mais antiga e importante associação de professores de Mato Grosso do Sul.

O segundo semestre de 1980 foi de muita luta e esperança para os trabalhadores brasileiros. Nova Constituição estava sendo elaborada pelo Congresso Nacional. Os estados também iam elaborar suas constituições. A nova Carta Magna exigiria da sociedade civil e da sociedade política muito trabalho.

A novidade de 1986 foi a eleição de Marcelo Miranda. Ele venceu o pecuarista Lúdio Coelho em novembro. Marcelo Miranda, em 1981, quando governador por curto período, tentou estabelecer um bom diálogo com os professores, por isso havia esperança de melhorias efetivas para a categoria.

O período de trégua entre os professores e o governo durou pouco. O centro dos embates era a exigência dos mestres para que o piso chegasse a três salários mínimos ainda em 1987. O governo apontava a possibilidade de pagar esse valor a partir de 1988. Havia outras demandas secundárias, como reforma estatutária, eleições diretas para diretor e diretor-adjunto das escolas, ensino público e gratuito e verbas para as

escolas públicas.¹⁸⁸

Em maio, a ideia de greve geral começou a ser costurada pela Feprosul. Havia um clima entre a categoria de que era possível conquistar a demanda deles. Como o atraso no pagamento de salário continuava, a ACP decidiu que os professores estaduais em Campo Grande, que estavam havia 48 dias sem receber seus vencimentos, cruzariam os braços em 11 de abril. Ficaram parados por quatro dias. Outras associações também paralisaram suas atividades. Os professores só voltaram depois que o pagamento caísse na conta.

A promessa do Estado, de que o pagamento dos salários, em atraso há 48 dias, começará a ser feito hoje, levou a categoria a interromper o movimento. Depois de decidir pelo fim da greve, os professores se empenharam na discussão da reposição das aulas [...]. Com a informação de que o pagamento sairia hoje, os professores decidiram suspender a passeata programada para ontem à tarde. Eles só irão continuar parados até terça-feira em solidariedade aos colegas do interior, que deverão receber nesta data. O presidente da ACP, Vanderlei Rosa, rebateu algumas críticas recebidas durante a paralisação: “Nós não entendemos que o Governo esteja financiando greves, nós, trabalhadores, estamos exercendo um direito que é de todos”.¹⁸⁹

A paralisação patrocinada pela ACP foi um aviso do que poderia acontecer no segundo semestre daquele ano, se todas as associações, sob a liderança da Feprosul, decidissem parar. O governo apostou que teria o controle do movimento ao indicar que atenderia à demanda dos professores em 1988. Foi um erro.

Em 14 de outubro, a greve estourou. Os profissionais da Reme decidiram paralisar também em solidariedade ao movimento estadual. O resultado da junção dos dois grupos foi uma grande manifestação pelas ruas de Campo Grande, com pais de alunos, estudantes e populares.¹⁹⁰ “A passeata desta feita não foi silenciosa, houve muito barulho com panelas e tudo quanto se pudesse imaginar e, enquanto os professores se dirigiam à prefeitura, eram aplaudidos por populares que apoiavam a greve”.¹⁹¹ Essa paralisação durou 18 dias. O governo decidiu pagar piso

188. Biasotto e Tetila (1991, p. 152).

189. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 15 de maio de 1987, p. 05.

190. Biasotto e Tetila (1991, p. 153).

191. Ibid.

de três salários a partir de março de 1988. Os professores aceitaram porque o governo anunciava medidas duras contra os grevistas.

Elto Valério na presidência da ACP

Ao longo do mês de outubro, começou o debate para formar as chapas que disputariam a direção da associação para o período de 1987 a 1989. Sobravam chapas inscritas. Ao longo da greve, não eram poucos aqueles que tentavam se destacar como forma de se viabilizar para a disputa. Um dos diretores, Elto Valério Pereira, segundo-tesoureiro da entidade, com perfil mais conservador e ampla capacidade de conversar com amigos e adversários, começou a se destacar tanto nas assembleias como nas atividades técnicas. Durante a greve de 1987, ele assumiu a função de dialogar com os professores todas as noites. Ficava de plantão para receber o pessoal que vinha em busca de informação. Também esteve à frente do trabalho de confecção do Estatuto do Professor Municipal.

Em função desse trabalho, então, Elto ganhou capilaridade. O grupo liderado por Nelly Bacha passou a defender o seu nome para concorrer à presidência da entidade. A eleição de 1987 foi uma das mais disputadas da história da ACP, inscreveram-se 3 chapas, uma ligada ao PCdoB, outra ao PT e uma liderada pelos independentes. O pleito aconteceu no dia 6 de novembro de 1987, no período da noite, na sede social da ACP. A chapa liderada por Elto Valério foi vitoriosa e contou com o vice-presidente Sergio Calheiros, primeiro-secretário João Arruda Brasil, segundo-secretário, Nadja Maria, primeiro-tesoureiro Maria de Lurdes, segundo-tesoureiro Jesus Fernandes, bibliotecária Maria Rodrigues e diretora jurídico Luísa Helena.

Elto Valério contou aos autores como se deu o processo de filiação dele à ACP quando a entidade ainda era dirigida por Sergio Auer. Valério ajuda a entender a realidade da ACP na segunda metade da década de 1980:

Olha, Eronildo, o professor Sergio Auer era presidente da ACP e foi lá conversar comigo, disse que precisávamos dar outra cara para a ACP. Eu não tinha ainda nenhum conhecimento nem muito interesse no assunto sindical. Mas um dia participei de uma reunião e gostei muito. Vi que havia uma turma politizada [...]. Na época,

éramos um quadro muito pequeno de sócios. O próprio sindicato tinha uma estrutura física muito ruim. Uma casinha muito simples. Só que ia ter eleição para o sindicato, acho que foi em 1987. Aí o professor Vanderlei me convidou para ser o financeiro da ACP. Eu fiquei naquela dúvida porque não queria sair da escola [...]. Aí surgiu aquela greve, na época do Juvêncio, e eu percebi que podia ajudar. Decidi aceitar o desafio. Nossa reivindicação era conquistar o estatuto do magistério. Ficamos 32 dias de greve cuidando das demandas do sindicato. Não pisei na escola. Nessa confusão, surgiu uma tarefa nova, eu fui escalado para dirigir as assembleias da noite. Durante esse tempo, fiquei atendendo, porque a ACP lotava toda noite. Eu passei a gostar do que eu fazia. Eu sei que saímos dessa greve com o estatuto debaixo do braço, foi a maior conquista que a ACP já teve até hoje, toda a categoria foi beneficiada, tudo que você tem de ganho na carreira está estabelecido nesse estatuto.¹⁹²

As primeiras ações lideradas pelo novo presidente visaram resolver as pendências ligadas à implantação do Estatuto do Professor, era algo muito difícil, porque não havia padronização, era preciso equalizar os diversos níveis de professores, e isso tomava muito tempo. Era imensa a lista de reclamações dos professores que não se enquadravam nos requisitos do plano. Uma comissão composta de professores e técnicos foi organizada para tentar resolver essa pendência que estava gerando muita tensão. O Estatuto do Professor de Campo Grande foi relevante conquista, mas sua implantação levou algum tempo para se efetivar e garantir a todos os profissionais as conquistas com que sonhavam. Ademais, nesse período, a ACP estava envolvida com o XXI Congresso Nacional de Professores, que se realizaria em Brasília, e com o Terceiro Plano de Educação de Mato Grosso do Sul. Conforme a ata da ACP de 6 março de 1988, o congresso dos professores não teve a importância que o grupo de representantes da ACP desejava, porque os debates se concentraram mais no campo político-sindical dos grupos que defendiam a CUT e o outro, a CGT.

Vejam as lembranças do presidente Elto sobre o evento: “Muito pouco se tirou do congresso, em Brasília, pelas agressões lá ocorridas e poucos assuntos sobre educação”. De fato, o ano de 1987 agasalhou um intenso debate sobre a formação de centrais sindicais. Essa temática foi muito discutida no movimento sindical de Mato Grosso

192. Depoimento de Elto Valério em 12 de novembro de 2021.

do Sul. Biffi, por exemplo, dirigiu a CGT de Mato Grosso do Sul antes de se filiar ao PT.

Quanto ao Terceiro Plano Estadual de Educação, a ACP criou uma comissão especificamente para participar desse processo. A professora Marlene foi designada para representar a entidade nesse evento. Os debates que antecederam esse plano, na ACP, foram duros com o governo. Uma das críticas estava ligada à criação da Universidade Latino-Americana de Mato Grosso. A preocupação era que uma parte dos recursos que deveriam ser dirigidos para a entidade de ensino superior saísse da mesma fonte destinada a custear o ensino público não universitário.

Convênio com o comércio de Campo Grande

Elto Valério decidiu atender a uma demanda antiga da categoria. Os associados solicitavam da direção da ACP convênio com algumas lojas da cidade. Parte dos diretores era contrária, achavam que convênios eram política assistencialista, e isso não ficava bem para uma entidade sindical, entretanto, com Elton, mesmo sob duras críticas de alguns, a entidade estabeleceu convênios com várias lojas e supermercados da cidade.

O desconto era feito na folha de pagamento. A medida foi um sucesso, como lembra Elto.

Uma das coisas que minha gestão fez — e quase ninguém fazia — eram os convênios com lojas e supermercados. O pessoal da oposição era contra, achava que era peleguismo, criticava duramente aquela iniciativa, mas eu ia ampliando a rede de convênios. A categoria aprovou tanto a iniciativa, que virou praga, as outras diretorias nunca conseguiram acabar com os convênios. Eu tenho a carteirinha até hoje. O Waldemar é quem cuida disso. É vantajoso para o servidor e nunca deu problema de desvio de nada”.¹⁹³

Outra atividade social importante, nesse período, foi o início da construção da sede de campo da entidade, outro pleito antigo da categoria. Na época, era caro se associar aos clubes tradicionais da cidade. Na década de 1960, a entidade chegou a comprar um terreno para erguer sua sede social, mas o projeto não foi realizado. Em 1997, a diretoria

193. Depoimento de Elto Valério em 12 de novembro de 2021.

solicitou ao prefeito Juvêncio da Fonseca uma área pública onde deveria ser construída a sede de lazer dos professores. O prefeito se comprometeu a doar, mas dependia da autorização dos vereadores. Os diretores foram à luta e, em setembro de 1988, conseguiram a doação.

Nós queríamos ter a nossa área de lazer. Fomos conversar com Juvêncio, que era um bom parceiro. Já levamos um esboço de projeto informando o que queríamos fazer. Mostramos o projeto, ele pegou o mapa e falou: “Aqui tem quatro áreas, sei que é muito difícil vocês conseguirem, porque a Câmara de Vereadores tem que votar, eu não posso dar e tal, agora, se vocês conseguirem com a Câmara, vocês escolhem”. Falamos com os vereadores; Fausto Mato Grosso foi muito legal, ele tinha como premissa nunca votar doação de área que entendia não ser correta. Conversamos com esse Fausto uma manhã inteira, daí ele falou: “Como vocês são professores e eu também sou, vou abrir mão dos meus princípios e vou votar a favor”. Isso foi uma vitória. Tinham uns que não queriam votar nem amarrados, diziam que professor tinha que dar aula, que não tinha que ter clube de campo, aqueles meios chucros, que querem dar de entendidos das coisas. Resumindo a história, no dia da votação, que foi no prédio da Fetems. Eu tentei convocar todos os professores de Campo Grande, lotamos a Câmara, todos os votos dos vereadores foram favoráveis. Agradecemos muito aos companheiros que ajudaram.¹⁹⁴

A categoria comemorou muito a conquista da área. Logo surgiu a ideia de fazer rifas e outras atividades para gerar recursos e começar a construir as obras. Havia muito entusiasmo dos diretores, mesmo diante das dificuldades de chegar ao terreno por absoluta falta de estrada. No início, foi construído um barracão e contratado um vigilante para evitar invasão. Depois, em 1989, foram inaugurados os campos e uma piscina. As novas diretorias deram sequência às obras. Hoje é um dos melhores clubes da cidade.

Nova safra de greves

O projeto de parar as atividades da Reme não se efetivou em abril, como os dirigentes sindicais desejavam, mas em agosto de 1988 a ideia

194. Ibid.

voltou a ganhar força. No dia 11, surgiu a orientação para parar. Era uma manifestação de alerta para que a prefeitura atendesse às demandas da categoria. Daí que não houve a adesão que os diretores queriam, entretanto, o recado foi dado. Sim, essa foi a primeira paralisação da ACP em que os trabalhadores administrativos e da área de limpeza e conservação das escolas participaram ativamente.

Vejam a versão da prefeitura para essa paralisação reproduzida pelo jornal *Correio do Estado*:

A greve dos funcionários da prefeitura, iniciada ontem, foi parcial. O movimento não afetou o atendimento ao público no Paço Municipal. O funcionalismo reuniu-se em assembleia na Praça Ary Coelho, de onde seguiu em passeata até a prefeitura. Lá fizeram uma concentração, “abraçaram” o Paço e cantaram o Hino Nacional. [...] O maior grau de adesão ao movimento foi alcançado nas áreas de limpeza e do setor administrativo da Secretaria de Educação.¹⁹⁵ A referida greve teve vida curta. Dois dias depois, na data de 26 de agosto, a categoria voltou ao trabalho, carregando a esperança de que Juvêncio concederia aumento logo que a prefeitura tivesse disposição financeira.¹⁹⁶

Por outro lado, as negociações entre a Feprosul e o governo, que começaram em maio, não avançaram como a categoria desejava, por isso começou o processo de articulação de paralisação ou greve. Dia 12 de julho, a categoria foi convocada pela ACP para decidir o que fazer diante do atraso do pagamento dos professores. O clima era de paralisação. Para o presidente Elto, a categoria deveria se preparar para iniciar uma greve branca. Outra proposta aprovada indicava que todos os professores deveriam ir para a frente do banco portando faixas e cartazes como protesto contra o atraso dos salários do estado.

Em agosto, dia 11, os professores de Campo Grande ligados ao estado decidiram parar suas atividades. As informações diziam que em outros 40 municípios, as atividades educacionais estavam paralisadas.¹⁹⁷ Em meios às providências que a greve exigiu, surgiu a notícia de que Assembleia Legislativa analisava um pacote administrativo que poderia trazer prejuízos para os funcionários do estado. O clima, que já era

195. *Jornal Correio do Estado*. Campo Grande (MS), edição de 24 de agosto de 1988.

196. *Ibid.*

197. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 07 de setembro de 1988.

ruim, piorou. Diretores da ACP passaram a defender que os professores da Reme deveriam participar das manifestações contra o pacote do governo, inclusive se fazendo presentes na Assembleia Legislativa no dia da votação do projeto.

Os sindicalistas não esqueceram de criar comissões para conversarem com pais de alunos e líderes comunitários, isso porque, nas últimas manifestações, alguns desses grupos se colocaram contra a paralisação dos professores do município, daí a importância de ganhar o apoio desses setores. Outras providências fundamentais foram a criação do famoso fundo de greve e as diversas comissões responsáveis por ações ligadas ao movimento paredista.

Em meio à crise na educação estadual sem que houvesse uma luz no fim do túnel, o ex-deputado Valter Pereira, que por muitos anos foi um apoio importante dos professores de Mato Grosso do Sul, solidário nas suas manifestações e greves, inclusive intermediando as negociações, assumiu a Secretaria de Educação estadual. Valter explicou aos autores sua decisão:

Eu não desejava ser secretário de Educação, entretanto, o partido e parte importante do governo defendiam minha ida para a pasta. Era uma alternativa para ver se debelava a crise. Fui para o sacrifício. A política exige coragem. Tentei muito, mas não foi possível resolver os gargalos políticos e administrativos que havia no meu caminho e no dos professores. Ademais, assumi a secretaria no meio de uma greve.¹⁹⁸

Mesmo com a mudança de secretário, a paralisação continuou. O governo prometia colocar o pagamento em dia mas, ao mesmo tempo, alegava problemas de ordem burocrática criados pelo movimento paredista.¹⁹⁹ Essa greve, com altos e baixos, durou até setembro. Ademais, como 1988 era ano eleitoral, a população de Campo Grande ia escolher pelo voto direto e secreto seu prefeito e vereadores, e a direção do sindicato dos professores promoveu um debate com todos os prefeitáveis. O evento aconteceu na tarde de 10 de outubro, na sede social da ACP. Plínio Barbosa (PMDB), Ana Cláudia (PCdoB), Alan Pitan (PCB), Bernardo Lahdo (PL) e Alcides Farias (PT) expuseram seus projetos para centenas de professores e outros eleitores num

198. Depoimento de Valter Pereira em 18 de janeiro de 2022.

199. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 03 de abril de 1988.

evento que durou duas horas, inclusive responderam a perguntas da assembleia. A ausência de Lúdio Coelho foi muito criticada pelos candidatos e demais pelos presentes.

Entre vitórias e derrotas no campo sindical, encerrou-se 1988. Em 1989, a luta teria como um dos pilares a conversão da ACP em sindicato. Essa foi outra luta muito importante.



Delegados da ACP em Brasília



Dia de eleição sindical na ACP



Festa de comemoração dos 51 anos da ACP



Ex-prefeito de Campo Grande André Pucinelli no Dia do Professor no Clube de Campo da ACP



Encontro de diretores e ex-dirigentes da ACP



Inauguração da biblioteca da ACP



Professor Jaime Teixeira, ex-presidente da ACP, comanda assembleia no sindicato



Manifestção da ACP em frente a governadoria



Posse da Diretoria da ACP liderada por professor Geraldo Alves Gonçalves



Posse da diretoria liderada por Geraldo Gonçalves



Posse do professor Jaime Teixeira na presidência da ACP



Professores da ACP participam de manifestação em Brasília



Vencedores do 10º Festimpe da ACP



ACP na luta pelo Piso Salarial Profissional Nacional da Educação



Assembleia da ACP para debater o Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério



Oficina dos aposentados da ACP



Confraternização de Natal dos aposentados da ACP



Delicioso café da manhã

Confraternização de Natal dos aposentados da ACP



Festa do Dia das Crianças na ACP



Festa Junina no Clube de Campo da ACP



Passeata dos Professores da ACP nas ruas de Brasília



Viagem dos Aposentados da ACP



CAPÍTULO XIII

Sindicato dos Profissionais de Educação Pública de Campo Grande

Em 1989, os professores sofreram um grande prejuízo com a criação de um salário de referência, iniciativa do governo federal, no lugar do salário mínimo, como era normalmente no processo de negociação. O salário referência era muito menor do que o mínimo, esse fato provocou uma queda brusca no poder de compra da categoria. Por isso, nos corredores das escolas, a conversa era que uma greve estava sendo preparada para abril ou maio.

A ideia ganhou asas e criou alguma preocupação na prefeitura de Campo Grande. No processo de negociação coletiva, marcada para maio, o prefeito Lúdio Coelho ofereceu uma proposta (abono) até que houvesse condições de formalizar um aumento geral em junho. Como era algo provisório, a categoria decidiu aceitar com alguma reserva, pois não sabia o que viria pela frente. Lúdio e seus técnicos foram à ACP debater com os professores a proposta da prefeitura.

Em junho, conforme acordado, os professores procuraram o poder público para tratar do novo piso salarial. Não houve resposta. A direção da ACP propôs deflagrar greve logo após o recesso de junho. A decisão foi tomada na ACP. Caso até o fim das férias a Prefeitura Municipal não reajustasse os vencimentos, os educadores prometiam parar.²⁰⁰ Claro que era jogo da categoria. O ano de 1989 foi também de muita dificuldade para a ACP.

As políticas de Marcelo Miranda e Lúdio Coelho não permitiram avanços efetivos no salário dos funcionários. Essa não era uma realidade apenas de Mato Grosso do Sul. O quadro político do Brasil não permitia avanços nas relações de trabalho, era o fim do melancólico governo Sarney. Mas havia uma notícia relevante: os professores públicos de Campo Grande conquistariam seu sindicato.

200. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 15/16 de junho de 1989, p. 06.

O sindicato virou realidade

Ao longo do segundo semestre de 1989, a ACP concentrou seu trabalho na transformação da associação em sindicato. A Constituição promulgada em outubro de 1988 garantiu a sindicalização dos funcionários públicos em todos os níveis. No dia 6 de setembro, foi realizada assembleia geral da entidade para debater o processo de sindicalização. Era apenas uma iniciativa formal. Havia alguns anos que a entidade atuava como sindicato classista. Na data de 8 de novembro de 1989 foi aprovado o estatuto do Sindicato dos Profissionais de Educação Pública de Campo Grande.²⁰¹

A Feprosul trabalhava com a ideia de sindicalizar todos os trabalhadores do campo da educação, ou seja, quem trabalhava nas escolas, exercendo qualquer função pedagógica, metodológica ou de apoio ao processo de ensino e aprendizagem poderia se associar ao sindicato. A ACP não tinha posição fechada sobre essa alternativa; havia dúvida na categoria. Os demais trabalhadores do estado e do município já tinham seus sindicatos. A Federação Estadual dos Trabalhadores Públicos, liderada por Athayde Nery, era contra a filiação dos demais trabalhadores das escolas públicas aos sindicatos dos professores. Na prática, ele era contra a criação de um sindicato único que agregasse professores e outros trabalhadores da educação. Essa polêmica ganhou força e densidade. Os embates entre as duas posições aconteciam na ACP. As assembleias eram lotadas. Depois de muitos debates, os associados de Campo Grande votaram contra a proposta da ACP de representar os demais trabalhadores da educação. Por outro lado, a Feprosul também virou sindicato e mudou de nome, passando a se chamar Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (Fetems).

Reeleição de Elto Valério

No fim de 1989, logo após as eleições municipais, o Sindicato Campo-Grandense de Professores escolheu sua nova diretoria e conselho fiscal. A expectativa era que várias chapas se inscrevessem, mas quando se aproximou a data do pleito, apenas duas chapas protocolaram suas inscrições, uma comandada por Elto Valério, presidente, com o

201. Registro Civil de Pessoas Jurídicas. Cartório do 4º ofício. Campo Grande (MS), 1989.

nome fantasia de Chapa Unidade Independente, e outra liderada pela professora Marinez Cesco, cujo nome fantasia era Unidade Independente. A eleição ocorreu em 11 de dezembro, na sede social da ACP.²⁰²

A comissão organizadora do pleito teve dificuldade para acalmar os ânimos dos apoiadores das chapas. O problema estava ligado à famosa boca de urna. Era proibido pedir voto no recinto eleitoral, entretanto, alguns professores não respeitavam essa premissa, daí os atritos, coisa que acabava logo após a contagem dos votos e a indicação do grupo eleito. Todos eram professores e sabiam da necessidade de estarem juntos e misturados.

O processo de votação se encerrou às 18 horas. Dezenas de fiscais se aproximaram da mesa apuradora para acompanhar a contagem dos sufrágios. Fora da ACP estava outro grupo de apoiadores aguardando, com muita animação e preocupação, o fim da contagem. Por volta das 20h30, o resultado foi anunciado pela comissão eleitoral. A chapa Unidade Independente conquistou 589 votos, contra 371 da chapa Movimento Alternativo.²⁰³ Elto Valério e sua diretoria estavam eleitos para dirigir o sindicato de 1989 a 1991. Na mesma noite, foram empossados os ocupantes dos seguintes cargos: Elto Valério (presidência), Sérgio Calheiros (vice-presidência), Luísa Helena (secretária-geral), Antônio da Silva (primeira-secretaria), Aldemar de Jesus (tesouraria-geral), Augusto Rodrigues (primeira-tesouraria) e os seguintes secretários: Antenor Manoel (lazer e esportes), Plácido da Rosa (imprensa), Maria de Lourdes (formação sindical), Sandra Gomes (social e cultura) e José Anchieta (jurídico).

Em 15 de fevereiro de 1990, a diretoria do sindicato convocou os profissionais da Reme para conhecer e debater as propostas que seriam incorporadas ao projeto de negociação coletiva referente aquele ano. A assembleia aconteceu no período noturno, com a presença de centenas de trabalhadores da educação. A preocupação da direção da entidade era o fato de que a negociação estava agendada para março. Somava-se a isso a necessidade de boa tratativa para repor as perdas de 1989.

Negociação parada

A negociação da prefeitura com o sindicato continuava parada, nada de avanço, exceto o fato de que o Executivo municipal tinha en-

202. Registro Civil de Pessoas Jurídicas. Cartório do 4º ofício. Campo Grande (MS), 1989.

203. Ibid.

viado para a Câmara Municipal edital para concurso público de professores e outros trabalhadores ligados à educação. Isso era importante, porém aumento de salário zero. Na tarde do dia 23 de abril, a categoria resolveu reagir. Lotaram a ACP trabalhadores municipais da educação para discutir a proposta de greve. Um detalhe foi o fato de os administrativos serem os mais ousados na construção da paralisação.²⁰⁴ Outro ponto que chamou a atenção foi a dificuldade de parar toda rede; quase sempre as paralisações eram parciais.

Mas, em setembro, ela eclodiu. A demora estava relacionada com a resposta da Justiça do Trabalho, que analisava o dissídio coletivo da educação. Antes de a greve começar, em 15 de setembro, Lúdio Coelho pediu calma à categoria e que não fizesse paralisação. Mas a decisão estava tomada. Vejamos a reação da prefeitura e como a mídia tratou o movimento:

Antes de ingressar na Justiça contra a greve dos professores, que entra hoje em seu 25º dia, a Prefeitura de Campo Grande vai aguardar o resultado da votação, pela Câmara Municipal, do projeto que reajusta os salários dos servidores em 35%. A decisão foi tomada depois que os professores anunciaram a formação de um “lobby” para pressionar os vereadores a modificar a redação original do projeto, que deve ser colocado em votação na manhã de hoje. Os professores, que decidiram ontem manter a greve, querem que a Câmara retire do texto a parte que a prefeitura considera que os 35% zeram a defasagem existente entre os aumentos reais já concedidos e a inflação acumulada no período de dezembro de [19]88 a setembro de [19]90. A Prefeitura, disse Osmar Ferreira Dias, desde o primeiro dia da greve, vem estudando formas legais de pôr fim ao movimento. Contudo, afirmou, o Executivo vem optando por agir com cautela, já que não pensa em criar arestas com os servidores ao mover um processo de ilegalidade da greve antes de esgotadas todas as alternativas de negociação.²⁰⁵

Essa greve, com avanços e recuos típicos desse tipo de enfrentamento, durou até 19 de outubro. A Câmara de Vereadores cumpriu um papel importante e garantiu um avanço relevante nas negociações entre o governo municipal e o sindicato.

204. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 23 de abril de 1990.

205. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 10 de outubro de 1990, p. 06.

Os professores da Reme decidiram ontem, em assembleia, retornar ao trabalho na próxima segunda-feira. A decisão foi tomada um dia depois de a Câmara Municipal aprovar emenda ao projeto de reajuste salarial dos servidores, obrigando a Prefeitura a gastar 75% do que arrecada com a folha de pagamento. Ficou acertado que não haverá desconto dos dias parados e que no início da próxima semana a Prefeitura discutirá a extensão da regência de classe, de 25%, para todos os profissionais da REME de 1º e 2º graus. [...] Elto Valério disse que a categoria entendeu que os avanços conseguidos já representavam “uma grande conquista” e que não haveria necessidade de o movimento se estender por mais tempo. A assembleia que decidiu pelo fim da greve começou às 14h, com a expedição da emenda ao projeto de reajuste salarial do funcionalismo enviado à Câmara pelo prefeito Lúdio Coelho, considerada pelo sindicato como sendo “a maior conquista” da categoria no movimento. Ao aprovar a emenda, os vereadores garantiram aos servidores um aumento de no mínimo 80% em outubro, contra os 35% oferecidos pelo prefeito.²⁰⁶

A greve dos trabalhadores em educação de Campo Grande aconteceu em meio a uma dura disputa eleitoral pelo governo de Mato Grosso do Sul, com o fim melancólico do mandato de Marcelo Miranda, que convivia com uma greve generalizada e radicalizada, sem que o Executivo estadual tivesse controle do que acontecia.

O PMDB não teve como apresentar candidato para disputar o governo porque a crise no governo afugentou seus principais aliados e alguns políticos filiados a essa agremiação, incluindo Wilson Barbosa Martins e André Puccinelli. Concorreram ao governo: Manoel Bronze, pelo PT; Pedro Pedrossian, pelo PTB; e Gandhi Jamil, pelo PDT. Pedrossian foi o vencedor, obtendo 59,39% dos votos. Gandhi Jamil teve 30,90%. A posse do eleito aconteceu em março de 1991.

Ocupação da governadoria

A exemplo do ano anterior, tudo indicava que 1991 seria marcado por muitas greves, tanto que, no dia 14 fevereiro, a rede estadual de professores, sob a liderança da Fetems, decidiu parar. Outras categorias

206. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 20/21 de outubro de 1990, p. 05.

também cruzaram os braços. Nesse processo, surgiu a ideia de ocupar a governadoria, missão inicialmente executada pelo Sindicato dos Policiais Cíveis de MS (Sinpol/MS) seguido de outros sindicatos, incluindo-se o dos professores, liderados pela ACP e pela Fetems, que participaram ativamente desse processo.

Mauricio Godoy, presidente do Sinpol/MS, conta como se deu o processo de ocupação da governadoria em fevereiro de 1991:

Escolhi alguns colegas e vimos que tínhamos 80 policiais civis. Depois apareceu o Mário, da Secretaria do Trabalho, e o Biffi, dos professores, querendo participar também da ocupação da governadoria. Falei para eles que tinha de ser algo sigiloso. Também falei com outros sindicalistas ligados à Polícia Militar. A coisa não ficou tão sigilosa, vazaram algumas informações. Aí chegou o dia da invasão, sei que foi no início de dezembro. Contratamos uns caminhões e outros carros após uma reunião na praça do Rádio Clube, depois seguimos para o Parque dos Poderes. Chegamos à governadoria e desceu um aposentado, não sei de que categoria, gritando com uma corda na mão: “Vamos enforcar o governador!” Aí virou uma baderna e todo mundo correu para dentro da governadoria. Já tínhamos conversado com a segurança do governo para amolecer a entrada. O problema foi que, naquele dia, foi trocada a segurança do prédio [...]. Trouxeram policiais que não sabiam do esquema. Um deles saiu do edifício pedindo calma. Algum baderneiro jogou uma pedra na cabeça dele, e jorrou muito sangue. Ele sacou o revólver e ia atirar. Pereira, nosso companheiro, segurou no braço dele e a bala saiu para cima. Aí a invasão começou. Lembro que veio um colega correndo e quebrou a vidraça da porta [...]. Entramos, e quando subíamos a escadinha da governadoria, o Silas foi na minha frente, demos de cara com um capitão. Houve um forte entrevero. As armas foram sacadas. O capitão, depois de dura e curta conversa, entendeu nossa reivindicação. A coisa ficou sob o nosso controle. Ficamos por mais 30 dias lá na governadoria. O Marcelo Miranda ficou despachando da casa dele. Surgiu uma conversa de que o choque vinha desalojar o prédio. Os companheiros do interior e de Campo Grande trouxeram mais armas e reforçamos nossa posição. Outros sindicalistas nos ajudaram nessa luta.²⁰⁷

207. SILVA, Eronildo Barbosa; MIRANDA, Giancarlo Corrêa. Sinpol MS 30 Anos: Servindo e Protegendo o Policial Civil. Campo Grande (MS): Life Editora, 2021, p. 55.

Quem também participou da ocupação da governadoria foi o ex-presidente da ACP, Sergio Calheiros, que nos deu alguns detalhes do evento que teve ampla repercussão nacional e internacional:

Naquele tempo, a gente não tinha medo de enfrentar os governantes nem em nível municipal nem estadual. Eles não cumpriam o que acertavam com a categoria, por isso íamos à luta. Invadimos a governadoria no governo de Marcelo Miranda, ficamos lá 30 dias. Na invasão da governadoria, saiu até tiro; era fevereiro de 1991. Era muita briga. A gente não brincava para melhorar as condições de trabalho e de vida dos professores.²⁰⁸

Marcelo Miranda abandonou seu local de trabalho e passou a despachar de sua casa. Os dirigentes sindicais foram chamados à residência do governador para tratar da greve. Eis as lembranças de Elto Valério:

A situação era a seguinte: o governo Marcelo estava com as mãos amarradas, não conseguia dinheiro para pagar o pessoal. Dizia que [Pedro] Pedrossian criava dificuldades para que ele conseguisse empréstimo. Um dia fomos lá conversar com o Marcelo, ele foi gente finíssima, fez uma reunião na casa dele, montou uma mesa de café da manhã do tamanho dessa sala toda aqui, com fruta e tudo que você imaginar, aí ele falou: “Tão com fome, então vão comer”. Depois ele disse: “Vocês fiquem tranquilos, que não vou expulsar vocês; o trabalhador precisa receber seu salário, não tiro a razão de vocês, mas quero fazer um alerta: quando Pedrossian assumir, vocês desocupem a governadoria, pois se não saírem, ele vai mandar meter bala em vocês.”²⁰⁹

Os grevistas só desocuparam a governadoria após a posse de Pedro Pedrossian. A dificuldade era que o governo, sob o pretexto de que recebeu o estado falido e com algumas folhas de pagamento para serem quitadas, não poderia debater com os sindicalistas o pagamento dos atrasados. Mas criou uma comissão liderada pelo médico Alberto Rondon para conversar com os grevistas sobre o pagamento dos salários. Concretamente o governo se dispôs a pagar o vencimento dos funcionários em dia e garantiu o décimo terceiro salário para o dia 20 de dezembro, porém, com relação ao aumento de salário, a proposta foi “índice zero”

208. Depoimento de Sergio Calheiros em 18 de outubro de 2021.

209. Depoimento de Elto Valério em 12 de novembro de 2021.

para todos os trabalhadores, o máximo que o governo ofereceu foi estudar os reajustes salariais para o início de 1992. Depois criou um calendário com as datas dos pagamentos em atraso.

Pedrossian era duro na relação com os funcionários. O prefeito Lúdio Coelho era mais flexível. A categoria achava que poderia conquistar avanços importantes na negociação de 1991, havia uma história de que os governadores e prefeitos ficavam bonzinhos quando iam sair do cargo. Essa conversa não tinha base científica, era achismo puro de alguns sindicalistas. Mas foram à luta. A demanda do sindicato era da ordem de 95% de aumento, e a prefeitura só reconhecia déficit de 33%. Depois de muitas rodadas de negociação, a prefeitura ofereceu 58% de aumento.²¹⁰ Não foi aceito. Elto Valério propôs indicativo de greve para 3 de abril, entretanto, a categoria rejeitou.²¹¹ Não há registro de greve ou paralisação nessa negociação de 1991.

Esse foi o último ano de atividade de Elto Valério como presidente da ACP. Antes de entregar o cargo, ele liderou o início da construção de novas piscinas e quadras e a reforma do prédio da sede social. “Fizemos um projeto físico que praticamente mudou toda a cara da ACP, a sede ficou muito diferente. O professor Shimitu ficou encarregado do projeto. Mexemos na parte de baixo, depois fizemos a sala onde funciona o consultório odontológico, uma conquista da minha época e do Vanderlei, que me substituiu à frente do sindicato.”²¹²

Sergio Calheiros à frente da ACP

Elto Valério, em 1991, resolveu deixar a atividade sindical por recomendação médica. Ele estava vivendo um profundo estresse, com reflexos negativos na sua saúde física e mental. “Tive uma crise de vômito e de sangue, fiquei internado uns 15 dias no Hospital do Pênfigo de Campo Grande. O médico perguntou o que eu fazia da vida, eu contei tudo, aí ele disse: “Você tem duas opções: ou muda de profissão ou morre. Você tem gastrite nervosa, e ela só vai aumentar com sua atividade”.”²¹³

Sergio Ferreira Calheiros era o vice-presidente da ACP nos dois

210. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 27 de maio de 1991.

211. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 25 de abril de 1991.

212. Depoimento de Elto Valério em 12 de novembro de 2021.

213. Ibid.

mandatos de Elto, tinha toda confiança da diretoria e de parte muito significativa dos associados, por isso seu nome foi escolhido para substituir Elto na direção do sindicato. A ligação de Calheiros com a ACP começou quando ainda era associação:

Naquele tempo, ela tinha uma atitude de sindicato, apesar de legalmente não ser sindicato. Tratávamos as questões com o Estado e com o município do qual fazíamos parte. Nosso trato com os prefeitos e governadores eram em nível sindical. Avançarmos naquelas questões que dizem direito e respeito aos professores.²¹⁴

Sergio também lembra das principais bandeiras defendidas pelo sindicato a partir da segunda metade da década de 1980, quando as demandas passaram a ser mais densas e as tratativas com os prefeitos e governadores mais difíceis.

Nossa luta naquela época era difícil em função das dificuldades que a gente tinha. O pagamento atrasava muito. Entrava governo e saía governo, e ficavam três ou quatro folhas atrasadas. Nós tivemos casos gravíssimos de pessoas que passaram necessidade, até fome, e a gente ia para a rua fazer movimentos, promoções para arrecadar alimentos, dinheiro para as pessoas cumprirem seus compromissos com água, luz, telefone, enfim.²¹⁵

Sergio Calheiros disputou a eleição de 1991 contra duas chapas, uma liderada por Ronaldo Franco, com o apoio do PT e da CUT, e outra pelo professor Nicola Cano, que tinha o apoio do PCdoB. O grupo do PT se dividiu. Jaime Teixeira (PT), que tinha entendimentos com Ronaldo Franco, decidiu ser vice na chapa de Nicola. Essa mudança enfraqueceu o projeto liderado pelo PT, como lembra Ronaldo:

Eu tinha chamado o Jaime para ser o meu vice. Ele ficou de pensar. Era período de férias e ele viajou para Tupã, em São Paulo. Eu fiquei aguardando, porque ele era do PT. Quando ele voltou, aceitou ser o vice na chapa de Nicola. Essa foi a eleição mais disputada da ACP. Perdi por 41 votos, em 1991, para o Sergio Calheiros. Tive 701 votos, o Sergio teve 742, e a chapa do Nicola, 400 votos. Eu teria ganhado com o Jaime de vice. Nós trabalhamos muito

214. Depoimento de Sergio Calheiros em 18 de outubro de 2021.

215. Ibid.

nessa eleição. Mas eu assumi um risco na campanha, identifiquei minha campanha como cutista, e isso me trouxe muito desgaste. Basicamente, ganhei na rede estadual e perdi na rede municipal por conta desse discurso esquerdista que adotei.²¹⁶

A diretoria eleita em 1991 teve a seguinte composição: Sergio Calheiros (presidência), Elto Valério (vice-presidência), Lidalia Monteiro (secretária-geral), Luísa Helena Gonçalves (primeira-secretaria), José Anchieta de Albuquerque (tesouraria-geral), Augusto Rodrigues (primeiro tesoureiro), Maria Ednalva do Nascimento (secretaria educacional), Elias Meira (secretária de esportes), Ademar Plácido da Rosa (divulgação e esporte) Maria de Lurdes Santa Barbara (formação sindical) e Aldemar de Jesus Fernandes (secretaria jurídica).

O novo presidente já estava acostumado a comandar greves e paralisações. Todo ano havia algum tipo de protesto contra a prefeitura ou o estado, daí que não houve dificuldade para lidar com as tarefas da entidade. Sergio Calheiros e sua diretoria começaram o ano de 1992 administrando o processo de organização da eleição direta para diretor de escola da rede estadual, uma conquista fundamental para a educação de Mato Grosso do Sul.

Em março de 1993, por exemplo, Calheiros liderou a paralisação dos professores da Rede municipal, quando cerca de 95% dos professores pararam as atividades, deixando 56 mil alunos sem aulas. A paralisação durou 24 horas e foi um protesto contra o índice de reajuste salarial anunciado pela prefeitura, da ordem de 64,9%.²¹⁷ O movimento paredista foi para as ruas e praças da cidade. Um grupo de aproximadamente 80 professores se manifestou na frente da prefeitura. Esse evento foi marcado para coincidir com a negociação de uma comissão de representantes da categoria com o prefeito Juvêncio Cesar da Fonseca.

Calheiros, logo após a reunião com o prefeito, conversou com a mídia sobre as razões da suspensão das aulas em caráter de advertência. “A categoria do magistério estava, até setembro, com 90,18% de perdas acumuladas. O índice oferecido pelo governo para julho e agosto foi de 64,9%, o que nas contas do sindicato deixou um resíduo de perdas de 16%, além da inflação de 36% registrada em setembro”.²¹⁸

216. Depoimento de Ronaldo Franco em 15 de outubro de 2021.

217. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 02/03 de março de 1993, p. 06.

218. Ibid.

Novas greves do magistério estadual

A ACP, sob a direção de Sergio Calheiros, teve participação intensa nas negociações, paralisações e greves do magistério estadual. Nas tratativas de 1993, entre governo e Fetems, que culminou em greve no início de março, a ACP fazia reunião quase todos os dias. A categoria de professores da capital procurava o sindicato para saber em que pé andavam as negociações. Numa dessas reuniões, por exemplo, em 12 de março, foi discutida a proposta de aumento apresentada pela Casa Civil do governo, depois de 11 dias de paralisação dos professores.

O “Correio do Estado” repercutiu a reunião da ACP com as seguintes palavras:

À tarde, o Sindicato Campo-Grandense dos Profissionais em Educação (ACP), filiado à Fetems, também realizou assembleia com cerca de mil associados. A sede do sindicato não comportou o número de professores presentes e muitos acompanharam as discussões do lado de fora, na varanda e no passeio público. Os professores da capital também não aceitam a proposta do governo e permanecem parados. O governo incluiu em sua proposta o abono dos dias parados em março, desde que houvesse retomo imediato. Mas a cláusula não surtiu efeito positivo.²¹⁹

Nessa greve, os professores reivindicavam três salários mínimos. O reajuste deveria compreender 136% de reposição das perdas salariais no ano anterior mais 60% referente à inflação dos dois primeiros meses de 1993. O governo apresentou duas novas propostas para os professores e funcionários das escolas numa tentativa de debelar a greve da categoria. As propostas incluíam o pagamento de antecipações salariais até maio, quando as negociações seriam retomadas. Os representantes do magistério rejeitaram as ofertas e determinaram a continuação da greve.²²⁰

Depois de 15 dias, o movimento grevista saiu do sindicato e foi para as ruas de algumas cidades do estado. Pelo menos foi o registro que a mídia identificou na tarde de 17 de março de 1993.

Os trabalhadores em Educação no Estado promoveram ontem uma das maiores manifestações de rua da capital. A Polícia Mili-

219. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 16 de março de 1993, p.10.

220. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 04 de março de 1993, p.07.

tar estimou número de manifestantes em 30 mil pessoas[...]. Nas ruas, faixas, cartazes e palavras de ordem contra o governo e a política salarial de Pedro Pedrossian. As estrelas pretas fulminadas por um raio viraram símbolo do protesto e cintilaram em plena tarde. O comércio das ruas 14 de Julho e 13 de Maio parou para ver a passeata passar, até com bom humor. Professores vestidos de luto carregavam uma rede, simulando um enterro. Um cartaz dizia: “Governador, este morreu de fome”. A pantomima provocou o riso dos populares. A chegada ao Parque dos Poderes, entretanto, foi um pouco tensa. Na rotatória antes da governadoria, 40 policiais militares e diversas viaturas da Tora esperavam os manifestantes. Capitão Cruz, da Polícia Militar, deu ordem para “fechar” a rua e não deixar ninguém passar [...]. Uma Veraneio do Comando da Companhia de Guarda do Palácio levou oito porta-vozes até a governadoria, que também já estava guarnecida. Lá conversaram com o subchefe da Casa Civil, Albino Coimbra, para que o carro de som pudesse passar. Nessas alturas, o carro já havia passado e os manifestantes o seguiam. Tanto o vice quanto o governador estavam na cidade, mas nenhum se encontrava na governadoria.²²¹

Em 3 de abril, os professores decidiram, por meio de seus representantes, encerrar a greve que durou 50 dias. Dos 61 sindicatos filiados, 39 votaram pelo retorno às aulas, 16 pela continuidade da greve e seis se abstiveram. A decisão de voltar ao trabalho ficou condicionada ao pagamento do salário de março, à suspensão dos processos administrativos por abandono de emprego e à abertura imediata de negociações em abril.²²²

Unidade na diversidade

Em setembro de 1993, aconteceu uma verdadeira metamorfose no sindicato. Sergio Calheiros costurou uma chapa com o professor Ronaldo Franco, um dos líderes da oposição dentro da ACP. Sem que ninguém esperasse, ele convidou o sindicalista para participar da sua chapa na eleição daquele ano. Ele explicou para Ronaldo que aquele era o seu último mandato como presidente da ACP, portanto, o campo estava aberto para outros nomes pleitearem a presidência da entidade.

221. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 18 de março de 1993, p.05.

222. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 10 de março de 1994, p.09.

Na visão de Calheiros, conta Ronaldo Franco, “O novo presidente ou presidenta deveria sair do grupo que compôs a sua diretoria”.²²³ A proposta era interessante, a oposição teria as condições de organizar um trabalho estratégico e apresentar um candidato que contaria com o apoio de toda a diretoria.

As conversas, inicialmente, foram diretamente com Ronaldo Franco, que concordou com o projeto político. Ronaldo discorreu para este livro sobre o movimento político que pegou quase todo mundo de surpresa, inclusive gente do seu grupo que, a princípio, não via a alternativa com simpatia. Alguns lembravam a eleição de 1991, quando os professores ligados ao PT racharam e Ronaldo não ganhou a eleição por 41 votos. O que lhe dava segurança nessa nova estratégia era o fato de Sergio Calheiros ser conhecido por cumprir acordos.

Eu e Jaime éramos diretores da Fetems, tínhamos montado um projeto para atuarmos na entidade numa composição com Biffi, Sergio Calheiros percebeu nosso movimento e procurou se aproximar, com a seguinte proposta: “Ronaldo, eu quero disputar a eleição da ACP e quero que você venha para a direção da entidade comigo. Te informo que meu sucessor pode ser o dirigente da entidade que estiver melhor posicionado, pode ser você ou pode ser outro”. Eu, contra todo o meu time, faço aliança com Sergio e vou para a direção da ACP. Fui eleito secretário de formação sindical e indiquei Jaime Teixeira para ser o vice [...]. Nesse período, rompemos com Biffi e fiquei apenas na ACP costurando minha candidatura para a eleição de 1996. O Sergio tinha em mente uma candidata que era membro da direção da ACP, acontece que ela não se viabilizou.²²⁴

Quem se lembra desse acordo político é o diretor financeiro da ACP, Waldemar Gomes de Carvalho, que tomou um susto quando Jaime Teixeira explicou as bases do entendimento costurado para a direção da entidade. “Eu estava no Banespa, aí o Jaime me encontrou lá e falou de uma composição com o Sergio. Achei estranho, porque o Sergio era de uma corrente política oposta à do Jaime e Ronaldo. No final, eu fiz parte da chapa do Ronaldo como diretor financeiro.

A eleição de 1993, para o triênio 1993–1996, foi realizada dia 18

223. Depoimento de Ronaldo Franco em 15 de outubro de 2021.

224. Depoimento de Ronaldo Franco em 15 de outubro de 2021.

de novembro, às 19h30, na sede social da ACP, e tomaram posse, na mesma noite: Sergio Calheiros (presidente), Jaime Teixeira (vice-presidente), Sueli da Graça (secretário-geral), Mariuza Aparecida (primeiro-secretário), José Anchieta (tesoureiro-geral), Sidália Sousa (primeiro-tesoureiro) e os responsáveis pelas seguintes secretarias: Valdemar Gomes (lazer e esportes), Ronaldo Franco (imprensa e formação sindical), Iolete Moreira (social e cultural), Maria de Lourdes (jurídico) e Augusto Rodrigues (Aposentados).

O ano escolar de 1994, na Reme, começou com paralisação. Em 6 de março, a categoria decidiu cruzar os braços. A greve foi parcial. Algumas escolas funcionaram e outras não. Foi adotada a chamada operação tartaruga.

Na quinta-feira, primeiro dia da paralisação, a escola “José Valentim” funcionou normalmente. Na sexta-feira e ontem, a escola aderiu parcialmente, e duas salas de aula continuaram em atividades. Na “Isaura Benta”, nenhum professor aderiu à greve. Já no “Alcídio Pimentel”, o telefone não parava de tocar. O único funcionário que trabalhou na sexta-feira, o vigia Tomás, tinha a todo momento que avisar a um pai que a escola estava em greve e que não era para o filho ser levado ao colégio {...}. Após três dias, a paralisação foi encerrada. As escolas da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande voltam às aulas hoje. A votação para o retorno à aula foi tranquila, com a proposta sendo encampada pela maioria absoluta dos professores presentes na assembleia do Sindicato dos Professores (ACP). O presidente da entidade reconheceu que os ânimos favoráveis à manutenção da greve foram arrefecidos depois da melhoria apresentada pela proposta de Juvêncio. Outro fator que determinou o encerramento foi a parcialidade de algumas escolas. Houve casos em que os próprios representantes sindicais foram os primeiros a ir contra a paralisação, o que desmobilizou grande contingente de professores. O prefeito deixou em aberto a possibilidade de renegociar as perdas num prazo de 60 dias.²²⁵

O ano de 1995 também foi de muita luta. Em março, as escolas da Reme suspenderam as aulas. Os cerca de 50 mil alunos ficaram sem aulas por causa da greve dos professores iniciada dia 26 daquele mês. O “Correio do Estado” cobriu o processo grevista:

225. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 29 de março de 1994, p.08.

Segundo informou o presidente do Sindicato Campo-Grandense de Professores (ACP), Sergio Calheiros, não houve avanço nas negociações salariais entre o sindicato e a Prefeitura de Campo Grande. Na sexta-feira, os professores fizeram um movimento de paralisação que deveria durar apenas 24 horas, mas decidiram continuar em, alegando que o prefeito Juvêncio Cesar da Fonseca se negou a manter novas discussão sobre o índice de reajuste salarial para a categoria. Essa versão foi contestada pelo secretário municipal de Educação, João Batista Mesquita. Segundo ele, as negociações estavam sendo desenvolvidas normalmente, até a decisão dos cerca de 2 mil professores de entrar em greve por tempo indeterminado. Os professores pedem reajuste salarial de 97,6% já no mês de março, explica Calheiros. A contraproposta da Prefeitura de Campo Grande, segundo a ACP, é de 25% [...]. Além da greve, os professores prometem passeata e protesto até conseguirem novas negociações com o prefeito, interrompidas por causa da greve que colocou Juvêncio e a ACP em situação de oposição.²²⁶

Como não houve consenso, a prefeitura solicitou da justiça a ilegalidade da paralisação. Por outro lado, seguiu a folha de pagamento dos professores, ou seja, não enviou o pagamento para o Banco Bamerindus, pagador dos funcionários municipais.

Um pedido de ilegalidade da greve dos professores da Rede Municipal de Ensino (Reme) foi encaminhado ontem ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) pela Procuradoria Jurídica da Prefeitura de Campo Grande. Com o pedido, o prefeito Juvêncio Cesar da Fonseca tenta acabar com o impasse nas negociações e fazer os professores voltarem ao trabalho. Eles estão parados há mais de uma semana, deixando cerca de 50 mil alunos sem aulas na Capital. Além da confirmação do pedido de ilegalidade da greve, enviado no final da tarde ao TRT, fontes revelaram que na folha de pagamentos dos servidores municipais, encaminhada para o Banco Bamerindus, não estavam relacionados os professores. A informação provocou uma reação da Câmara Municipal, onde os professores estão acampados desde ontem para forçar um entendimento.²²⁷

226. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 27 de março de 1995, p.11.

227. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 05 de abril de 1995, p.08.

Ronaldo Franco participou ativamente dessa greve. Vejamos as lembranças dele sobre os 30 dias em que as escolas de Campo Grande ficaram paradas ou com atividades parciais, seguindo o que os professores chamavam de operação tartaruga. Essa greve foi uma das mais importantes até aquela data, demorou 35 dias e o professorado voltou às salas de aula com conquistas reais.

A greve de 1995 foi decisiva para me tornar o presidente da ACP. Chamamos uma greve de advertência de 24 horas. O *staff* do Juvêncio entendeu errado, entendeu que tínhamos eleição naquele ano e que aquela greve era um evento simplesmente para alavancar a sucessão da direção da ACP, e reagiu de forma truculenta. O secretário à época era o professor João Batista e o Pêrsio era secretário de governo. A avaliação errada foi do Pêrsio [...]. A prefeitura cometeu um segundo erro, ela levou a greve da ACP para a justiça do trabalho, que não é órgão competente para decidir greve de servidor público, e isso só foi dando força, porque o que alimenta uma greve é a esperança. Fomos para a Câmara [de Vereadores], que tentou intermediar, e não tinha acordo. A categoria radicalizou de tal jeito, que o Juvêncio fez umas quatro ou cinco propostas durante a greve, e todas foram rejeitadas. A cada proposta que ele fazia, ele tinha de fazer outra melhor, e quando chegou perto de 30 dias, a própria direção percebeu que tinha avançado muito em termos financeiros [...]. Que não tinha para onde ir [...]. Marcamos uma assembleia às 5h30 da tarde e, por unanimidade, a categoria decidiu aceitar a última proposta do prefeito, inclusive teve reajuste de 32%, assim encerrou a greve. Essa greve me legitimou a disputar o comando da ACP.²²⁸

A greve chegou ao final, mas as consequências demoraram ainda algum tempo. O *staff* da prefeitura resolveu provocar o sindicato exigindo que alguns diretores à disposição da entidade voltassem para a sala de aula. Uma iniciativa claramente no campo da retaliação. Pêrsio, secretário de governo, determinou que os sindicalistas Waldemar e Jaime Teixeira retornassem às suas escolas para assumir carga horária, mesmo sabendo que havia um pedido formal para liberação de ambos.

228. Depoimento de Ronaldo Franco em 15 de outubro de 2021.

As coisas melhoraram com o Fundeb

O ano de 1996 começou com uma boa novidade para o campo educacional. O governo federal criou o *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica* (Fundeb). Sergio Calheiros e a diretoria da ACP acompanharam de perto a implementação desse fundo nas escolas de Campo Grande. O referido teve — e tem — papel muito importante na melhoria das escolas e no apoio financeiro, metodológico e pedagógico dos profissionais do magistério. Só que os problemas não desapareceram com esse fundo, tanto é verdade que, em fevereiro de 1996, no segundo dia de aula da rede estadual, os professores decidiram cruzar os braços. Em meios as greves e negociações a ACP criava as condições para oferecer aos sócios lazer e esportes. A frente dessa missão estava o professor Waldemar Gomes de Carvalho um entusiasta da prática esportiva. Ele nos conta o esforço hercúleo para dotar o ginásio de condições para receber com segurança e conforto os sócios e seus familiares.

Eu sou muito orgulhoso desse sindicato. Eu vim para participar da diretoria da ACP em 1994, na gestão do meu amigo Sergio Calheiros, como diretor de esportes. Eu sou professor de educação física e gosto muito de esportes. Só que, na época, tudo era muito difícil, o clube era considerado muito distante porque não havia ruas asfaltadas para chegar lá. Quando chovia, ninguém passava. O sindicato tinha um Kombi velha, que era o meio de transporte que usávamos para chegar ao Clube de Campo. Ou íamos em nossos carros. Mas, na chuva, era quase intransitável. Eu lembro que havia um ginásio precário e uma casa de madeira, para o caseiro. Não havia muro, era uma cerca. Aos poucos fomos trabalhando, assim colocamos primeiro uma piscina. Foi uma dificuldade danada, porque o lençol freático da região é muito raso, em qualquer escavação surgia água. A solução foi fazer piscina de vinil. Fizemos uma de biribol, uma para crianças e outra para adultos. Mas o nosso sonho era ter um campo de futebol e uma quadra. Essa era uma demanda importante, porque o nosso futebol se realizava em campo locado ou emprestado. A Copa 18 de Maio, uma das mais importantes da cidade, com mais de 30 edições, era realizada no campo do Senai. Eu ia cedo para esse campo para marcar as linhas com cal. E, sim, quando faltava árbitro, eu apitava os jogos, e a turma gostava. Uma coisa importante sobre a Copa 18 de Maio

era a participação de ex-jogadores profissionais de futebol. Mais tarde, o prefeito Nelsinho Trad asfaltou as ruas próximas do clube, isso foi muito importante, porque facilitou o acesso. Depois, claro, vieram novas reformas. Cada diretoria fez um pouco. Hoje, sem dúvida, nosso clube é o melhor da cidade. Temos piscina para a prática de biribol, piscina para adulto e para criança, piscina semiolímpica, uma sauna muito boa, ginásio de esportes, campos de futebol, quadra de tênis e outras atividades. Está lindo e confortável nosso Clube de Campo. Valeu o esforço de vários diretores que administraram essa praça esportiva.²²⁹

Em 1996, houve duas eleições importantes para a categoria dos professores: escolha de prefeito de Campo Grande e da nova diretoria da ACP, que a comandaria no período de 1996 a 1999. No próximo capítulo trataremos desses dois eventos diretamente relacionados com a educação municipal.

229. Entrevista com o Professor e secretário da ACP Waldemar Gomes de Carvalho em 24 de junho de 2022



CAPÍTULO XIV

Acordo sindical catapulta oposição ao comando da ACP

O acordo firmado entre Sergio e Ronaldo, em 1993, teve perenidade. As partes cumpriram os termos do entendimento. Na eleição de 1996, Calheiros se retirou da disputa pela hegemonia da ACP. Naquela quadra histórica, Ronaldo Franco já era um nome consagrado na categoria. Em 1986, ele começou e participar ativamente das atividades da ACP junto com uma turma de professores recém-saídos da UFMS, entre eles, Maria Dioneia, Ana Maria, Ana Lucia Rodrigues, Ezerral e outros ligados ou simpatizantes do PT.

Na greve de 1995, de que falamos anteriormente, Ronaldo teve relevante papel, ajudou a buscar caminhos para resolver os impasses que as greves e as paralisações criam, inclusive foi ele quem defendeu, na assembleia geral da ACP, o encerramento da referida paralisação. Aquela greve criou as condições para Ronaldo disputar aquele pleito.

Em agosto de 1996, a diretoria decidiu que o nome a ser apoiado para disputar a presidência da ACP era o de Ronaldo, aí começou a campanha bastante polarizada. O *slogan* da sua chapa era “Inovar, Manter e Renovar”. As coisas iam bem, embora o pleito fosse muito difícil, mas um encontro entre André Puccinelli e Ronaldo quase criou problema para a empreitada de se tornar presidente do sindicato dos professores de Campo Grande. André disputava a prefeitura de Campo Grande contra Zeca do PT num pleito muito duro. Quem conta essa história é Ronaldo:

A minha eleição teve um acidente que quase me custa caro, ela vai ocorrer em 1996, 10 dias antes do segundo turno entre André e Zeca. A eleição da ACP quase repetiu a polarização da capital. Quando o segundo semestre letivo da rede municipal começou, o Juvêncio, para alavancar o André, que estava mal das pernas, convocou os professores da rede municipal para o Teatro Dom Bosco, na avenida Mato Grosso. Levou para André fazer política [...]. Acontece que André Puccinelli andou dando entrevista

dizendo que aquelas manifestações contra Wilson Martins eram manipuladas pelo [Antônio Carlos] Biffi, pela Elza [Jorge] e pelo Ronaldinho [Franco] [...]. Eu não participei de nada disso, fiquei muito “puto”. André foi lá e foi vaiado, e saiu apertando a mão do pessoal. Eu estava escorado no corrimão por onde as pessoas saem do teatro e ele estendeu a mão para me cumprimentar. Eu peguei e enfiei a mão no bolso e falei que não ia cumprimentá-lo. Disse umas coisas para ele [...]. Ele ficou branco e desceu uns quatro ou cinco lances de escada e voltou. Aí foi um deus nos acuda, o sangue do italiano subiu e ele veio para cima de mim. Ele era deputado federal. Foi um bate-boca, um rolo danado. Ele saiu muito puto.

André Puccinelli confirmou para os autores “que de fato aconteceu uma rápida desinteligência entre ele e Ronaldo no Teatro Dom Bosco. Riu bastante e fez questão de contar a origem do embate

Tudo começou com uma conversa sobre a criação e instalação do Fundef, de Fernando Henrique Cardoso, que Ronaldo era contra ou não conhecia com profundidade. Eu tentava explicar e Ronaldo não se convencia da importância daquele programa. Devia ter outras coisas políticas também. Havia a disputa com Zeca pela prefeitura de Campo Grande. Mas devo dizer que eu e Ronaldo fizemos muitos debates republicanos. Eu defendo o que eu acredito e ele também. Aliás, já tive muitos choques com sindicalistas. Mas não deixo escapar para o campo pessoal. Eronildo, você conhece muito bem porque eu vi no livro que você escreveu sobre o Símpol, as disputas que travei com Paulo, Barbosa e Gian. Só que tenho muito carinho por eles e outros dirigentes. Cada um está fazendo o seu trabalho. Eu fui escolhido pelos eleitores para dirigir o Estado e eles pelos associados para liderar o sindicato.²³⁰

Ronaldo Franco na presidência da ACP

Puccinelli virou prefeito de Campo Grande, vencendo Zeca do PT, e Ronaldo tornou-se presidente da ACP. A eleição da ACP aconteceu dia 6 de novembro, disputada por duas chapas, uma liderada por Ronaldo Franco e outra pelo professor João Carlos. A chapa comandada

230. Depoimento de André Puccinelli em 22 de janeiro de 2022.

por Ronaldo Franco foi vencedora, alcançando 1.032 votos, enquanto a de oposição conquistou 807. Votaram em branco, 13 associados. O total de votantes somou 1.888.²³¹ Governaram a entidade, no período de 1996 a 1999, os seguintes professores: Ronaldo Franco (presidente), Jaime Teixeira (vice-presidente) Valeria Mendonça (secretário-geral), Luísa Maria de Brito (primeiro-secretário), Waldemar Gomes (tesoureiro-geral), Augusto da Silva (primeiro-tesoureiro) e os secretários Iolete Espindola (cultural), Sandro Fantini (formação sindical), Adonias da Silva (imprensa), Maria Aparecida do Nascimento (jurídico), Maria Augusta (aposentados), Iara Cuellar (educacional) e Paulo Lima (esportes).

Logo nos primeiros dias de 1997, a nova diretoria estava reunida para tratar de alguns cursos de formação sindical, que desejava implantar naquele ano, a adequação da política de convênios criada por Elto Valério, eleição de representantes do sindicato nas escolas, implantação de novas regras para uso do Clube de Campo, bem como as conversas da entidade com o prefeito André Puccinelli acerca da política de reajuste dos salários dos trabalhadores, do décimo terceiro salário e férias, os quais o ex-prefeito Juvêncio deixou atrasados.

Só que a conversa com o novo prefeito dependia da interferência de amigos para aparar eventuais arestas em função do diálogo nada amistoso que o presidente da ACP e o prefeito tiveram dias antes do pleito. Ronaldo lembrou que podia contar com a colaboração do vereador Athayde Nery, recém-eleito. O parlamentar fez a ponte e eles tiveram um encontro altamente civilizado, como se recorda Ronaldo:

Eu faço contato com Athayde e digo que preciso de uma conversa com André. Ele diz que vai falar com Mario Sergio para marcar [...]. Mario Sergio confirmou para as 11h30. Eu e o Waldemar fomos para a reunião [...]. As luzes estavam quase todas apagadas na prefeitura. Sentamos a uma mesa e eu tomei a palavra e disse: “Prefeito, deixa eu falar uma coisa para o senhor: se dependesse do senhor, o presidente da ACP que estaria sentado aqui seria outro, mas se dependesse de mim, o prefeito que estaria sentado nessa cadeira aí também seria outro, mas o fato é que o senhor foi eleito prefeito e eu fui eleito presidente da ACP, e nós vamos conversar”, aí quebramos o gelo. Tivemos uma conversa muito boa.

231. Registro Civil de Pessoas Jurídicas. Cartório do 4º ofício, Livro 31. Campo Grande (MS), 1986.

Negociações com André Puccinelli em 1997

A categoria começou a cobrar do prefeito melhorias efetivas nas relações de trabalho e de salário. Março de 1997 foi dedicado a organizar a pauta de negociação que seria entregue ao chefe do Executivo municipal. Uma assembleia foi marcada para a categoria conhecer e aprovar as demandas. Os professores queriam saber o que foi tratado com o prefeito em audiência marcada antecipadamente. Havia muita expectativa, mas a direção da ACP informou que a audiência com o prefeito foi desmarcada estrategicamente pela prefeitura, pois o titular não tinha uma definição clara da política de salários para oferecer aos trabalhadores da educação.²³²

O bicho pegou. Houve todo tipo de proposta nessa assembleia, incluindo paralisação e operação tartaruga, mas alguém informou que o décimo terceiro estava na conta, em seguida, sem perda de tempo, começou uma caminhada danada em direção ao banco. A reunião foi encerrada rapidamente.

Só que os embates com o prefeito estavam apenas começando. Os primeiros meses foram tensos. E tudo ficou pior a partir de abril, quando o sindicato divulgou nota na imprensa dizendo que André estava mentindo para a categoria. A nota teve ampla repercussão. A reação do prefeito foi de profunda irritação.²³³

O sangue do italiano “subiu de novo”. Em conversa com diretores da ACP, ele explicou os erros que a entidade cometeu na nota. Disse, primeiro, que a tese da eleição direta para diretor é inconstitucional, mas que existe uma possibilidade de negociar; com relação ao aumento salarial, outra temática tratada na nota, o prefeito disse que havia prometido à categoria reajustar o salário na ordem de 39%. O Executivo municipal também procurou a mídia local para explicar, segundo a visão dele, os erros cometidos na nota da ACP.

O clima só foi piorando. O sindicato criou o boneco “Andrenoquio” e queimou um caixão, com o boneco dentro, na frente da prefeitura. “Aí as coisas desandaram de vez, o prefeito ficou com mais raiva ainda”, lembra Ronaldo Franco. Mais uma vez, o vereador Athayde Nery entrou no circuito para marcar nova reunião de André e a direção do sindicato. Passados alguns dias, Ronaldo Franco teve nova conversa com o prefeito.

232. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 06 de março de 1997.

233. Ibid.

Eronildo, aconteceu o seguinte nessa nova reunião: o André reclamou que eu estava batendo nele e não sei o que mais, aquelas chorradeiras, que ele queria um bom entendimento e tal [...]. Lembro que eu disse para ele: faço um compromisso com o senhor de não te criticar no plano pessoal. Falei também que podíamos trabalhar junto em várias coisas, aí surgiu o debate sobre o plano de cargos e carreiras.²³⁴

Novo Plano de Cargos e Salários do município

Passado o período de tensão entre a direção da ACP e o prefeito, surgiu a oportunidade da negociação para a reforma do Plano de Cargos e Salários do município. Essa foi uma conquista importante, porque valorizou quem estava em sala de aula ou prestava serviço na área educacional. Quem estava cedido não foi contemplado com a gratificação. Essa iniciativa criou uma polêmica danada com os professores cedidos, mas a diretoria concordou com o plano, porque valorizava quem estava em sala de aula. Os diretores da entidade que não estavam em sala de aula, mesmo trabalhando em defesa da categoria, foram excluídos da referida gratificação.

A diretoria do sindicato percebeu que dois problemas precisavam ser tratados com urgência. O primeiro estava ligado diretamente ao instituto de previdência dos trabalhadores do município (IMPCG). Alguns meses antes, sugeriram denúncias de que os recursos arrecadados dos funcionários públicos estavam indo para o Tesouro da Prefeitura e não para o caixa da entidade, trazendo problemas para o usuário dos planos. Inclusive os médicos não estavam atendendo porque conviviam com longos atrasos no pagamento dos salários.

O presidente do instituto, Moacir Sales, foi convocado a ir à ACP para tratar dessa grave denúncia. Na sua exposição, depois de muitas críticas, Sales confirmou que estava havendo problema. Os presentes perguntavam aos gritos onde estava o dinheiro arrecadado dos trabalhadores.²³⁵ O diretor informou que os recursos ficaram retidos na tesouraria da prefeitura, na gestão passada, mas que o prefeito André Puccinelli estava repassando os recursos. O clima dessa reunião foi muito pesado. O presidente do IMPCG saiu da ACP com o couro doendo de tanta

234. Depoimento de Ronaldo Franco em 15 de outubro de 2021.

235. Ata da ACP-MS. Campo Grande - MS. Reunião de 26 de abril de 1997.

crítica que recebeu, inclusive saiu uma proposta para criar a CPI do IMPCG. A proposta não andou.

Outra luta importante da ACP foi contra o Programa de Demissão Voluntária (PDV) de Wilson Martins. O governo estava caindo pelas tabelas, como dizia um boleiro da Enersul, que foi “premiado” com o PDV. Wilson voltou à direção do governo, em 1995, vencendo o ex-prefeito da capital Levy Dias, que teve 33,31% dos votos, contra 53,70% de Wilson. Logo que começou sua gestão, os salários estavam atrasados e nada de reajuste. Para tentar melhorar as contas do Estado, o governo decidiu vender suas empresas estatais, incluindo a Enersul, e fazer uma reforma administrativa com a extinção de cargos e demissão de funcionários. Havia a esperança de uma parte dos funcionários de que, com a venda da Enersul e a reforma, o governo reorganizasse as finanças e tratasse da política salarial. Foi um erro. O que se viu após a reforma foi o aumento do desemprego.

A política adotada pelo governo Wilson seguia as orientações neoliberais emanadas pelo governo federal, sob o comando de Fernando Henrique Cardoso, cujo resultado era mais desemprego. As entidades sindicais eram contra. Milhares de professores se deslocaram para o prédio da Assembleia Legislativa, no decorrer de abril de 1997, para tentar sensibilizar os deputados a não votarem o pacote de medidas enviadas pelo Executivo. Nesse imbróglio, o secretário de Educação, Aleixo Paraguauçu, pediu demissão. O pacote foi aprovado. Aprovada também pelas entidades foi a proposta de greve estadual. A ACP participou ativamente dessa empreitada.

O sindicato dos professores de Campo Grande tem tradição de celebrar as datas e eventos históricos. A turma gosta de trabalhar, receber em dia e festejar. Em 1997, houve várias oportunidades. O Arraial da ACP, por exemplo, que aconteceu no dia 28 de junho, teve quadrilhas, comidas típicas, bingo e muito folclore. Logo em seguida, foi realizado o Encontro dos Aposentados no Clube de Campo da entidade.²³⁶

Outra grande atividade foi a entrega do “Prêmio Paulo Freire” dia 1º de outubro, no auditório da Casa da Indústria, para sete professores que se destacaram no exercício do magistério nas escolas públicas de Campo Grande. A professora Ana Maria Freire, esposa do falecido Paulo Freire, entregou pessoalmente os prêmios a José Claudio, Cristina Gonçalves, Regina Cordeiro, Lindinalva Martins, Eny da Glória, Vera

236. Revista Expressão. Edição. 6. Campo Grande (MS), 1997.

Lucia e Cleuza Cristina.²³⁷

Ao longo da história da ACP, muitas foram as iniciativas voltadas para melhorar o processo de comunicação da entidade com seus associados e a comunidade. Na década de 1950, a associação conseguiu ter programa de rádio e coluna nos jornais de Campo Grande. Outras gestões criaram seus mecanismos de divulgação. No caso da diretoria liderada por Ronaldo Franco, duas iniciativas tiveram imenso sucesso: o jornal “O Expressinho” e a revista “Expressão”. A revista entrou em circulação dia 4 de abril de 1997. Houve um grande evento para apresentar o veículo de comunicação à população. A proposta da revista ultrapassava os limites da temática sindical. Questões ligadas à emancipação da mulher, racismo e educação, reforma agrária e problemáticas indígenas receberam amplo espaço no periódico.

Tensão entre ACP e Fetems

Os embates da ACP em 1988 não aconteceram só com os governos estadual e municipal, no cardápio entrou também a Fetems, dirigida por Fátima Silva. Desde o fim da década de 1970, havia rugas políticas e administrativas entre as duas entidades. De tempos em tempos, os problemas surgiam exigindo muita paciência e articulação política para superá-los. Nos primeiros meses de 1998, a diretoria da ACP percebeu que estava sendo discriminada no rateio da divisão da contribuição dos associados descontada na folha de pagamento do Estado, daí que surgiu a ideia do repasse do governo ser feito diretamente à ACP e não à Fetems que depois o dividiria.

Os bombeiros políticos foram chamados para equacionar a peleja entre as duas entidades. Não foram poucas as reuniões da diretoria da ACP com a da federação, mas não houve acordo. Ronaldo Franco resolveu convocar uma assembleia geral da ACP para debater a desfiliação da entidade da Fetems. Foi uma confusão danada. A Fetems procurou dificultar o processo. Trouxe dirigentes sindicais de todo o estado para inibir a iniciativa da entidade da capital. Não teve jeito, em 5 de dezembro a assembleia dos professores associados à ACP votou a favor da desfiliação. Alguns de seus dirigentes, como João Carlos e Nelly Bacha, foram contra a desfiliação, mas foram derrotados. O “Correio do Esta-

237. Ibid.

do” noticiou o fato:

A ACP decidiu ontem se desfilar da Federação dos Trabalhadores na Educação (Fetems). A medida será oficializada em 15 dias, se a federação não atender às reivindicações do sindicato. A presidente da Fetems, Fátima Silva, disse que não há mais o que discutir e considera consumada a desfiliação. Durante assembleia realizada ontem, por volta das 9h, na sede do sindicato, houve muita discussão e troca de ofensas. De acordo com o vice-presidente da ACP, Jaime Teixeira, foi “uma discussão meramente sindical”. Já a professora Fátima Silva vê uma briga política por cargos na administração do governador eleito, o deputado estadual José Orcírio Miranda dos Santos.²³⁸

Quem esteve nessa assembleia e participou ativamente do processo que culminou com a autorização da categoria para a ACP proceder à desfiliação foi o professor Waldemar. Ele gravou depoimento sobre o evento:

Ronaldo Franco quis desfilar a ACP da federação, ele não concordava com algumas questões administrativas e financeiras, era uma disputa que já vinha lá de trás. Fizemos uma assembleia na ACP e a categoria aprovou a desfiliação. Depois, com a saída do Ronaldo do sindicato, para trabalhar no governo Zeca do PT, disseram que a nossa posição ia quebrar o sindicalismo, quebrar o movimento, e quem iria ganhar era à direita, o patrão e tal. Aí nós não desfiliamos, procuramos caminhos para tornar a relação mais democrática, mais transparente, mais justa para os dois lados, mas pelo Ronaldo, não tinha acordo, e eu estava com ele naquela luta.²³⁹

No segundo semestre de 1998, Ronaldo Franco pediu um período de afastamento da ACP para concorrer ao cargo de deputado estadual, pelo PT, partido ao qual era filiado e apresentava como candidato ao governo de Mato Grosso do Sul o ex-bancário Zeca do PT. Ronaldo não foi eleito, entretanto, Zeca do PT conquistou o governo de Mato Grosso do Sul ao vencer Ricardo Bacha, do PSDB, numa campanha que contou com intensa participação de líderes sindicais do funcionalismo público estadual.

238. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 05/06 de dezembro de 1998, p. 06
239. Depoimento de Waldemar Carvalho em 10 de outubro de 2021.

Consultando amigos e familiares e recebendo convites para trabalhar no governo, Ronaldo decidiu deixar a presidência da ACP, e em seu lugar assumiu o vice-presidente Jaime Teixeira.

Jaime Teixeira assume a direção da ACP

Não estava no projeto político de Jaime Teixeira assumir a direção da ACP em 1999, entretanto, com a decisão de Ronaldo, coube a ele completar o mandato. Concretamente, em janeiro daquele ano, Jaime iniciou seu trabalho à frente da entidade, que durou até 2005, quando o professor Geraldo Gonçalves se tornou presidente do sindicato.

A ligação de Jaime com a Associação dos Professores de Campo Grande começou na segunda metade da década em 1980, inicialmente como associado e, depois, como representante de base nas escolas, junto com um grupo de professores simpáticos ou filiados ao PT. Em 1993, como o leitor já foi informado, Jaime participou do acordo que uniu oposição e situação na direção da ACP.

O ano de 1999 foi de muita expectativa e apreensão para os trabalhadores do magistério público de Mato Grosso do Sul. Pela primeira vez, a população elegia um sindicalista para comandar o estado. Zeca do PT tinha sido diretor do Sindicato dos Bancários, ademais, como deputado estadual, o agora governador tinha se posicionado ao lado dos trabalhadores rurais e urbanos. Esteve diversas vezes na ACP e na Fetems, apoiando greves e paralisações. Havia apreensão pelo fato de o governador eleito receber o governo com três folhas de pagamento atrasadas, o que exigia muita negociação com os servidores. Era um tempo difícil para todos.

Poucos dias após o início da sua gestão, Zeca concedeu longa entrevista para a revista “Expressão”, órgão da comunicação da ACP, em que ele analisava a situação da educação do estado. Vejamos os trechos em que ele fala mais diretamente do magistério:

Estamos fazendo o diagnóstico da situação do Estado, precisamos estudar datas e valores de aumento salarial para o funcionalismo. Antes de falar em aumento, precisamos equilibrar a máquina pública para evitar o caos financeiro. Mas temos vontade política e clareza da necessidade de recuperar o poder aquisitivo dos salários dos professores e do funcionalismo público. Assumimos compro-

missos de aplicar na educação aquilo que é estipulado pela lei, pela Constituição estadual, o que não era respeitado pelos governos anteriores. A educação é fundamental para o progresso, para a formação de mão de obra especializada e pessoas conscientes dos seus direitos e responsabilidades. [...] O respeito aos trabalhadores da educação é outro ponto importante. Queremos um relacionamento claro, aberto a contribuições na busca de saída para a crise em que nos encontramos. A dotação das escolas de condições mínimas de funcionamento é outro aspecto relevante, que influencia a qualidade do ensino nas escolas públicas [...]. Os trabalhadores em educação podem esperar um governo efetivamente comprometido com a educação. Sei, pela minha própria história de vida, a importância que tem a educação para os trabalhadores em nossa sociedade, então os professores podem esperar um compromisso real para com a educação. Perseguimos, durante os próximos quatro anos, o objetivo de um ensino público de qualidade, que sirva de instrumento para o progresso social.²⁴⁰

Antes de assumir o mandato, o governador e os sindicatos se reuniram várias vezes, e a ACP esteve nessas audiências. A direção sindical sabia das dificuldades que o Estado teria para honrar os compromissos. Os professores de Campo Grande, por exemplo, desejavam saber qual era a proposta do governo. Em fevereiro de 1990, Jaime Teixeira convocou reunião da categoria, cuja pauta era o atraso no pagamento dos professores.

O presidente explicou detalhadamente o que havia conversado com o governador em janeiro e fevereiro sobre o tema salário e educação. A informação que havia recebido dizia que estava sendo organizado um calendário de pagamento, inclusive o salário referente a janeiro seria dividido em três parcelas. Havia expectativa de que ele colocasse o salário em dia. Não foi possível. Ao longo de 1999, o tema atraso no pagamento de salário esteve presente em quase todas as reuniões da ACP. Em algumas delas, o secretário de Educação, Pedro Kemp, foi convidado para falar com os professores sobre as dificuldades da sua pasta.

Pressionado pelas categorias de trabalhadores, Zeca orientou os funcionários a contrair empréstimo no Banco do Brasil com aval do governo. Essa decisão foi muito criticada. O Fórum dos Servidores Públicos de Mato Grosso do Sul, do qual a ACP fazia parte, publicou longa

240. Revista Expressão. Edição 1. Campo Grande (MS), 1999, p. 32.

carta na mídia estadual colocando-se contra a política salarial adotada pelo novo governador.

O Fórum dos Servidores Públicos, composto por representantes dos vários sindicatos e federações, há vários dias vem discutindo com representantes do Governo, buscando uma solução para o pagamento dos salários atrasados, tendo o Fórum cobrado uma definição por parte do governo. Depois de muitas discussões e das alegações governamentais do caos que se instalou na economia do Estado e das dificuldades que estaria tendo, foi apresentada uma proposta de pagamento com um cronograma de parcelamento em até 13 vezes [...]. Ficou deliberado que será cobrada do governo uma nova proposta de pagamento dos salários atrasados, que deverá ser apresentada até o dia 26 de março, em no máximo quatro parcelas, com os juros incluídos.²⁴¹

Mesmo com salário atrasado e as contas do Estado críticas, os professores estaduais passaram a exigir concurso público, novo Plano de Cargos e Carreira e salário pago até o quinto dia útil de cada mês. O governo concordou com a realização de concurso público para professores e com a construção de um Plano de Cargos Carreiras. O problema foi que Zeca, ainda em 1999, resolveu fazer a chamada reforma administrativa, isso atrapalhou muito os acordos que vinham sendo costurados com as categorias. Todas negociações com o governo foram transferidas para o ano 2000. Ademais, naquela quadra histórica, o governo decidiu procurar um caminho diferente para o Instituto Previdenciário do Estado (Previsul), que vivenciava um conjunto de problemas. Inclusive uma CPI foi criada para avaliar a administração dessa autarquia. Os sindicatos decidiram ajudar o governo a encontrar uma solução para aquela entidade.

Ao mesmo tempo que se discutia o caso do Previsul, a ACP criou uma comissão para tratar da reforma da previdência dos professores da capital morena. Um grupo de oito professores foram destacados para essa tarefa, que incluiu um seminário sobre o tema e debates nas escolas. Os insumos colhidos nessas seções de debates foram enviados à prefeitura para embasar a nova previdência municipal.²⁴²

241. Silva e Miranda (2021, p. 82).

242. Revista Expressão. Edição 1. Campo Grande (MS), 1999, p. 21.

A luta pela Grates em Campo Grande

O quadro político sul-mato-grossense era difícil, mas a situação dos professores de Campo Grande não era menos complicada, embora os trabalhadores recebessem o salário em dia. Waldemar Carvalho, tesoureiro da ACP, costuma dizer que “era muito difícil negociar com André, ele só queria dar 5% de aumento e gratificação de regência, entretanto, pagava o pessoal da prefeitura rigorosamente em dia. O que você acertasse com André ele cumpria. Não tinha conversinha de assessor querer mudar qualquer decisão tomada por ele. Isso era muito importante”.

A ACP pleiteava da prefeitura aumento de 87% referente à inflação do período e à perda com a reforma da previdência, que levou parte dos salários dos professores, mas o prefeito Puccinelli sinalizava com aumento de 5%. A esse percentual se somava um aumento na gratificação conhecida Grates. Como havia uma distância enorme entre o que a ACP desejava e a prefeitura queria pagar, a direção do sindicato começou a trabalhar com a ideia de paralisação.

Tanto que a assembleia aprovou greve branca para o dia 22 de setembro de 1999, além da distribuição de panfletos e passeata pelas ruas de Campo Grande. Provavelmente essa foi uma decisão para pressionar o prefeito e ver se conseguia avanços na proposta. A conjuntura não favorecia uma paralisação. Ao final das negociações, lideradas por Jaime Teixeira, houve aumento de 5% mais Grates, o que deixou muita gente com o grito de greve na boca.

Em 1999, pouca coisa aconteceu de diferente nas relações de trabalho em MS. Havia muita esperança de que em 2000 as coisas melhorassem. Nessa perspectiva, em dezembro, houve eleição da nova diretoria que dirigiria a entidade de 1999 a 2002. Jaime Teixeira decidiu concorrer, e foi eleito.

Eis a composição da diretoria que ele liderou: Jaime Teixeira (presidente), Maria Aparecida, a “Cida” (vice-presidente), Elza Portela (secretário-geral), Paulo Cesar Lima (primeiro-secretário), Waldemar de Carvalho (tesoureiro-geral), Augusto da Silva (primeiro-tesoureiro), além dos titulares das seguintes secretarias: Tania Ferracioli (cultural), Ademar Plácido (formação sindical), Denise Batista (imprensa), José Vidal (jurídico), Alzira dos Santos (aposentados), Iara Cuellar (educacional) e Ruy Jorge (esportes e lazer).

O ano de 2000 começa para os professores da ACP com a notícia

de que o Plano de Cargos e Carreira do grupo magistério estadual havia sido publicado no Diário Oficial. Ficou estabelecido que a estruturação dos grupos ocupacionais das carreiras, dos cargos e funções seria ampliada, mas a implantação dos planos específicos ocorreria por etapas, começando pelo grupo magistério, por representar 53% dos servidores do Estado. “Cida”, diretora da ACP, fala da imensa importância dessa conquista:

Foi muito importante a conquista do nosso Plano de Cargos e Carreira em 2000, no governo Zeca do PT. Tivemos o enquadramento como um ponto de reclassificação do pessoal respeitando o tempo que todos trabalharam no Mato Grosso, ainda como contratados, que eram a expressiva maioria dos professores. Nesse processo, tivemos avanços porque já tinha sido estabelecido o piso, que levou dez anos para ser implantado. O piso começa em 1978, com a Lei do Piso, e só vai se efetivar em 1988, com a Constituição.²⁴³

Em 2000, a ACP e a Fetems levaram os professores para as ruas com o intuito de participarem da paralisação nacional, em 7 de abril, à tarde, tendo como ponto de encontro a Praça Ary Coelho. A paralisação era um aviso ao prefeito de Campo Grande e ao governador. Após o ato, os professores seguiram para a frente da Prefeitura da capital com o objetivo de protestar contra os 5% de reajuste salarial concedido. Também aproveitaram para pedir pagamento do Grates, concurso público e eleição para diretores.

Em seguida, seguiram até o Parque dos Poderes, em caminhada. Ao governo do estado, eles foram pleitear piso salarial para os funcionários administrativos, concurso público para os administrativos, implantação do Estatuto dos Profissionais da Educação Básica, posse dos aprovados no concurso do magistério e atualização do piso da categoria em função do reajuste do salário mínimo.

Nem só de protesto vive o sindicato! O trabalho de formação sindical era uma das prioridades da ACP, tanto que, em 15 de março de 2000, no Clube de Campo da entidade, aconteceu uma oficina para capacitar líderes sindicais. Durante todo o dia, dirigentes debateram o planejamento das ações para esse ano. A reunião contou com a palestra do prof. Raul Nunes Delgado, que abordou o tema: “Análise da conjuntura estadual”.

243. Depoimento de Maria Aparecida em 11 de novembro de 2021.

Esse trabalho de formação objetivava reforçar as tarefas dos representantes sindicais nas unidades escolares. Dirigentes das escolas ocupam papel importante na estrutura e na organização da entidade, é um órgão consultivo e de encaminhamento das deliberações aprovadas, principalmente em assembleia e congressos da categoria. Cada unidade escolar tem o direito de eleger um representante e respectivo suplente por turno, com mandato de um ano.

Ainda como parte do processo de formação de líderes sindicais, em junho de 2000, o sindicato dos professores de Campo Grande promoveu amplo debate sobre as verbas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Participaram professores, diretores, representantes sindicais e especialistas. Os palestrantes desse evento foram a presidente do Conselho de Fiscalização dos Municípios, Maria Trindade, e o secretário de Estado de Administração, Antônio Carlos Biffi.

Disputa pela prefeitura de Campo Grande

A eleição de 2000, para prefeito de Campo Grande, foi polarizada entre André Puccinelli (PMDB) e Ben Hur Ferreira (PT). Puccinelli foi eleito e administrou a cidade por mais quatro anos. Logo após o pleito, a revista “Expressão”, da ACP, entrevistou o prefeito sobre temas relevantes ligados à política educacional da capital. Vejamos alguns trechos dessa matéria:

Entendo que a educação pública é aquela a que toda pessoa tem direito e que todo Estado legalmente constituído tem obrigação de oferecer gratuitamente [...]. O poder público pode — e deve — investir também na melhoria do acesso e da permanência nas escolas, buscando novos padrões de gestão educacional [...]. Considero a melhoria da educação pública resultado de um conjunto de ações que devem se somar, convergindo sempre para o aluno. Essa ação envolve desde a estrutura física da escola, que deve ser segura e funcional, passa pela valorização salarial do educador e desemboca na oferta de condições para que o aluno frequente e permaneça na escola — transporte escolar, uniforme, merenda, material didático etc. [...]. Pretendo ampliar e consolidar os programas e políticas atualmente adotadas, em busca de qualidade

em todos os segmentos. Isso passa, é claro, pelo reforço do salário do professor. [...] O magistério obteve avanços reais de salário que podem ser facilmente constatados. Na nossa administração, os professores com 40 horas semanais (com Grates + regência) obtiveram um reajuste médio de 87,24%. O mesmo aconteceu com os professores com carga horária de 20 horas semanais. É mais de 70% de ganho real num período que o poder público, de modo geral, praticamente congelou vencimentos ou, no máximo, repôs a inflação. Esse avanço pode não corresponder totalmente à expectativa dos professores, mas representa a exata possibilidade da administração que paga rigorosamente em dia [os salários].²⁴⁴

Essa entrevista teve muita relevância nas rodadas de negociação coletiva que a ACP estabelecia com o prefeito. Os diretores, discretamente, levavam a revista com a entrevista completa. Quando necessário, eles mostravam para o prefeito os compromissos que ele anunciou publicamente. Geralmente, quando isso acontecia, era motivo de brincadeira e servia para distencionar o ambiente. Todo processo de negociação tem uma carga emocional muito forte, principalmente quando se negociava com o italiano, conhecido por gestos e frases nem sempre corteses. Ele gosta de dizer até hoje que “vira burro empacado” quando provocado.

Em defesa do pluralismo

A luta contra o racismo foi incorporada ao projeto político da ACP. Atividades com essa temática se tornaram comuns na entidade, que passou a contar com um núcleo de professores comprometidos com a luta contra todas as formas de racismo, liderado pelas professoras Edna Portela e Marlei Corrêa. Nessa perspectiva, nos dias 17 e 18 de maio de 2001, foi realizado o “II seminário racismo na educação: o negro e o índio”. O evento foi realizado na Associação Comercial de Campo Grande e contou com a presença de autoridades do movimento negro da cidade, bem como dos indígenas, da Fundação Cultural Palmares e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Ademais, o Sindicato Campo-Grandense dos profissionais da Educação Pública (ACP) obteve vitória importante, em março de 2001,

²⁴⁴ Revista Expressão. Edição 2. Campo Grande (MS), 2000.

contra a prefeitura municipal, garantindo aos professores com diploma de magistério assumir as aulas na rede municipal. O departamento jurídico da ACP defendeu a tese de que o artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) estaria sendo afrontado pelo edital do concurso da Rede Municipal de Ensino. O certo é que a entidade conseguiu fazer valer o direito dos trabalhadores. O despacho da justiça obrigava a prefeitura a dar posse aos profissionais até que fosse decidido o mérito da questão.²⁴⁵

Outra atividade importante à qual a ACP deu ampla contribuição foi a criação da Cassems, em março de 2001, depois de muita luta de líderes sindicais e do governo Zeca do PT, para criar um plano de saúde digno aos funcionários públicos. Essa foi uma luta muito importante liderada pelo Fórum dos Servidores Públicos de Mato Grosso do Sul.

Jaime Teixeira conquista mais um mandato

Em novembro de 2002, convocou-se a inscrição das chapas que desejavam disputar a direção administrativa e política da ACP. O clima era de forte concorrência política. Quatro chapas brigaram pelo apoio do professorado campo-grandense nas urnas, e o pleito teve o seguinte resultado: “Unidade, trabalho e renovação”, 903 votos; “Metamorfose”, 555; “ACP alternativa”, 312; e “Novos rumos para a ACP”, 255 votos. A chapa 1, liderada por Jaime Teixeira, venceu com larga margem de votos.

A solenidade de posse da nova diretoria aconteceu dia 20 de dezembro, no salão do Clube União dos Sargentos, evento que contou com a presença do presidente do clube, Lourival Ribeiro da Paixão; o secretário de Gestão, Ronaldo Franco; a secretária de Assistência, Cidadania e Trabalho de MS, Eloísa Berro; a secretária de Educação de Campo Grande, Nilene Badeca da Costa, representando o prefeito André Puccinelli; a presidente do Conselho Municipal de Educação, Marlene Dala; e representando o MST, Egídio Brunetto. Houve homenagem especial à professora Joaquina Ângela de Lira Ramos, morta em acidente automobilístico dia 16 de dezembro daquele ano.²⁴⁶

Tomou posse a diretoria para a gestão 2002–2005: Jaime Teixeira (presidente), Geraldo Alves (vice-presidente), Elza Portela (secretária

245. Revista Expressão. Edição 2. Campo Grande (MS), 2001, p. 18.

246. Revista Expressão. Edição 2. Campo Grande (MS), 2003.

ria-geral), Edla de Faro (primeira-secretária), Waldemar de Carvalho (tesoureiro-geral), Marcos Lecio (primeiro-tesoureiro) e os secretários Marlene Batista Alves (cultura), Valdirene Ungari (sindical), Paulo Cesar (imprensa), Maria Aparecida (jurídico), Maria Augusta (aposentados), Iara Cuellar (educacional) e Ruy Jorge (esportes e lazer).

O ano de 2003 começou com uma conquista importante: a categoria dos professores da Reme começou a receber os precatórios referentes ao chamado Plano Bresser. Desde a década de 1990 que a entidade, por meio do advogado João José de Sousa Leite, travava intensa luta pelos precatórios daquele plano econômico, que trouxe prejuízos nas negociações salariais. Nessa perspectiva, o pagamento iniciou-se dia 25 de fevereiro, depois de inúmeras negociações da ACP com a prefeitura. O precatório foi pago em nove parcelas.²⁴⁷

Ademais, o Sindicato dos Professores lutava na planície e no planalto, tanto que dia 27 de abril de 2004, em Brasília, participou ativamente da paralisação nacional convocada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Milhares de trabalhadores em educação de todo o país marcharam pela Esplanada dos Ministérios para exigir que o governo adotasse uma política oficial e permanente para a educação nacional.²⁴⁸

Nelsinho Trad prefeito de Campo Grande

No segundo semestre de 2004, após a negociação coletiva daquele ano, em abril, com o prefeito André Puccinelli, Jaime Teixeira decidiu concorrer a uma vaga na Câmara Municipal da capital. Nessa perspectiva, pediu afastamento da diretoria da ACP, em junho, para fazer sua campanha ao lado do candidato a prefeito Vander Loubet, que disputava a vaga com Nelsinho Trad. Venceu Nelsinho Trad. Conforme indica o estatuto da entidade, o vice-presidente Geraldo Gonçalves assumiu a direção durante o período eleitoral. O presidente da ACP ficou na suplência. Ouvimos Jaime Teixeira sobre essa campanha política, ele discorreu sobre a escolha de Geraldo Gonçalves como seu substituto, bem como sobre algumas ações do mandato que liderou:

247. Revista Expressão. Edição 3. Campo Grande (MS), 2003.

248. Revista Expressão. Edição 7. Campo Grande (MS), 2004.

Eu fui para campanha de 2004 com muita chance de vencer, havia todas as condições de ser eleito, estava muito bem. O Vander era candidato a prefeito e a nossa chapa era muito forte. Trabalhamos para fazer cinco ou seis vereadores, mas fizemos quatro. Lembro que, na época, o último a entrar foi o Bernal naquela chapa, e eu disputava justamente com ele. Elegemos Teruel, Cabo Almi, Bernal e mais um. Terminou a eleição e eu decidi não ir para a reeleição de 2005, na ACP. Estava cansado [...]. Geraldo era meu vice e o tínhamos colocado no Conselho Municipal como representante da ACP. Aí passamos a trabalhar o nome dele para me substituir no sindicato [...]. Eronildo, sobre as ações, eu posso destacar algumas, não me lembro de todas. Eu dei prosseguimento à construção do Clube de Campo, construí todos aqueles muros e quiosques, depois as piscinas, tudo no nosso mandato. Inaugurei a quadra de futebol [...]. Também fizemos um baita projeto cultural, com teatro, coral, artesanato, bailes e outras iniciativas culturais.²⁴⁹

Fechamos este capítulo com uma reflexão do professor Jaime Teixeira sobre os desafios da ACP e do sindicalismo de Mato Grosso do Sul:

Eronildo, tenho muito carinho pela ACP, sou muito orgulhoso por ter ajudado a dirigir essa entidade. Sou muito agradecido também aos diretores que trabalharam comigo. Avançamos bastante. Vejo a ACP dentro do contexto atual marcado, infelizmente, por muita dificuldade para todos que trabalham com sindicalismo classista. Existe dificuldade imensa para fazer greve atualmente. Isso vale para todas as categorias. As políticas neoliberais inibem ações classistas. Poucas entidades têm condições de levar sua base para as ruas. O fim do imposto sindical matou muitas entidades. Nós, do magistério público, conseguimos sobreviver com muita dificuldade [...]. O fim do imposto sindical, a reforma trabalhista do governo Temer e essa política de terceirização têm sido um problema muito sério para os sindicatos [...]. O Dieese, por exemplo, fez uma pesquisa e constatou que apenas 32% dos sindicatos fizeram greve em 2021, e desses 70% foi por atraso de salários e apenas 31% das categorias tiveram reajuste acima da inflação. O quadro é muito difícil, temos que trabalhar muito para devolver as conquistas históricas à classe operária.²⁵⁰

249. Depoimento de Jaime Teixeira em 22 de novembro de 2021.

250. Ibid.



CAPÍTULO XV

Sem tempo para choro e reclamação

Agora vamos falar do tempo que o professor Geraldo Alves Gonçalves dirigiu a ACP. Professor muito conhecido em parte importante das escolas públicas e privadas da cidade, teve seus primeiros contatos com o Sindicato dos Professores da Cidade Morena na segunda metade da década de 1990, quando a entidade era presidida pelo professor Sergio Calheiros. Mais tarde, em 1997, integrou o Conselho Fiscal da chapa liderada pelo professor Ronaldo Franco.

Em face do dinamismo de Geraldo e sua ampla capacidade de dialogar, ascendeu na estrutura administrativa da ACP rapidamente. Em 2000, quando Jaime Teixeira venceu a disputa para presidente, “seu” Geraldo, como é chamado carinhosamente, assumiu a vice-presidência. Em 2002, na reeleição de Jaime Teixeira, Geraldo foi mantido no cargo. No segundo semestre de 2004, por ocasião das eleições municipais, Jaime se desligou provisoriamente da entidade para disputar o cargo de vereador, então Geraldo assumiu a direção da ACP.

Em 2005, o professor encabeçou uma chapa apoiada pela diretoria para dirigir o sindicato na próxima gestão. Em campanha muito concorrida, conforme registraram os cronistas da época, o voto do professorado foi disputado por três chapas: “Experiência e trabalho”, “Resistência e luta por uma ACP independente e classista” e “União e ação”.

No dia 18 de novembro, professores da rede pública de Campo Grande escolheram, pelo voto, a diretoria que estará à frente do sindicato no próximo quadriênio 2005–2008. O processo ocorreu dentro da normalidade, com uma disputa sadia entre as três chapas concorrentes. A votação se iniciou às 8h da manhã e seguiu até o final da tarde, 18h, quando os mesários entregaram suas urnas e, na sequência, a mesa apuradora iniciou a contagem dos votos das 14 urnas. O resultado foi oficialmente divulgado por volta das 2h30 do dia 19 de novembro de 2005. Os professores que acompanharam a contagem dos votos, antes mesmo de a última urna ser apurada, já comemoravam

a vitória da chapa 1 “Experiência e trabalho”. Eis o resultado oficial do pleito: chapa 1, 908 votos; chapa 2, 738 e chapa 3, 696. A eleição ocorreu dentro da normalidade, com a participação de 2.397 professores filiados dos 3.729 aptos a votar; 27 eleitores votaram nulo.²⁵¹

Diretoria eleita para o quadriênio 2005–2008: Geraldo Gonçalves (presidente), Amarildo Sanches (vice-presidente), Marlene Batista (secretário-geral), Lucílio Nobre (primeiro-secretário), Waldemar de Carvalho (tesoureiro-geral), Elza Portela (primeiro-tesoureiro) e os secretários Tania Ferracioli (cultural), Sueli Veiga (sindical), Jamir Costa (imprensa), Maria Aparecida, “Cida” (jurídico), Heloisa Helena (aposentados), Arlene Aparecida (educacional) e Claudio Mário (esportes e lazer).

“Seu” Geraldinho

O professor Geraldo estava na entidade havia mais de oito anos, conhecia toda a dinâmica da ACP. Nessa perspectiva, deu sequência às ações buscando, discretamente, imprimir sua marca. Ainda em março de 2005, em reunião com os professores e especialistas da Reme, discutiram as demandas que seriam apresentadas ao prefeito Nelsinho Trad por conta da negociação coletiva marcada para abril de 2006.

Enquanto a direção da ACP negociava o acordo coletivo com a prefeitura, uma parte dos diretores da entidade estavam envolvidos com as manifestações lideradas pela Fetems contra o governo estadual. O movimento, na manhã de 24 de abril, consistiu num abraço simbólico à Escola Estadual Maria Constança de Barros Machado, uma das mais antigas de Campo Grande. O ato contou com pelo menos 500 representantes de alguns sindicatos e escolas do interior e serviu como ponto de partida para a celebração da Semana Nacional em Defesa e Promoção da Escola Pública, de 24 a 28 de abril, numa iniciativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.²⁵²

Ademais, no processo de planejamento para 2006, a diretoria liderada por Geraldo Gonçalves decidiu começar o segundo semestre daquele ano com a realização de um curso de formação sindical. Aliás, desde 1996 a entidade ofertava mais de um curso por ano voltado para preparar líderes para atuarem nas negociações coletivas e outras ativida-

251. Revista Expressão. Edição 10. Campo Grande (MS), 2005.

252. Revista Expressão. Edição 11. Campo Grande (MS), 2005, p. 08-09.

des sindicais. O curso foi ofertado nos dias 25 e 26 de junho, no Hotel Internacional, em Campo Grande, com a participação de 40 dirigentes.

André Puccinelli governa MS

Em 2006, pelo calendário político eleitoral, haveria eleição para governador de Mato Grosso do Sul, deputados estaduais e federais e senador. A principal cadeira da governadoria foi disputada por Delcídio do Amaral (PT) e André Puccinelli (PMDB). O último foi eleito com a ajuda de forte bancada. Geraldo Já conhecia André Puccinelli, participou de muitas reuniões com ele quando era prefeito de Campo Grande. Por isso, logo após a eleição, procurou o novo governador para conversar sobre as demandas do magistério, pois havia a informação divulgada pela “rádio peão” que o Estado poderia ter dificuldade para honrar o vencimento de dezembro. O governador explicou para os dirigentes sindicais que faria o pagamento nem que buscase empréstimo para honrar o compromisso salarial.

O problema é que o caixa do Tesouro estadual não teve recursos para efetuar o pagamento referente a janeiro de 2007. Aí começou um problema muito sério. Os funcionários do estado perceberam que estavam diante de um problema de grande monta. Os sindicatos cobravam o governo que, por sua vez, ofereceu como alternativa a possibilidade de eles fazerem empréstimo no Banco do Brasil com o aval do Estado. Só que havia um problema: parte dos 55 mil funcionários tinha restrição de crédito, não pôde fazer a operação de financiamento, e o salário de dezembro somente chegou em 16 de fevereiro. Juros e multas por atraso nas contas de água, luz, telefone e compromissos com alimentação e cheques pré-datados corroeram o bolso dos trabalhadores nesse período.²⁵³

Outra alternativa oferecida pelo governo foi parcelar o atrasado em seis vezes fixas. A proposta foi rejeitada integralmente. Aliás, para debater esse assunto foi realizada assembleia na ACP, os professores não queriam nem ouvir o assunto. O presidente professor Geraldo Gonçalves procurou a mídia e condenou a proposta, disse que “o pagamento do salário é a forma digna de reconhecer e valorizar aqueles que contribuem para a construção da escola pública de qualidade. O mínimo que se exige de um governo que respeita os educadores é o pagamento em dia”.²⁵⁴ Não houve jeito, os funcionários públicos tiveram que contrair empréstimos do Banco do Brasil até que o pagamento se normalizasse.

253. Revista Expressão. Edição 12. Campo Grande (MS), 2007.

254. Ibid..

A diretoria liderada por “seu” Geraldo sabia da importância de celebrar as datas relevantes relacionadas à categoria. No Dia do Professor, em outubro, era festa na certa. Essa cultura já vinha de outras diretorias havia décadas. Diferente era o fato de a entidade ter sua área de lazer, que oferecia conforto e segurança para os professores comemorar seu dia.

Nessa perspectiva, em 15 de outubro de 2007, a ACP reuniu cerca de 1,2 mil trabalhadores em festividade teve início às 8h, com direito a almoço, sorteio de prêmios, música e lazer. O salão do Clube de Campo foi transformado em palco de muita descontração. Prestigiaram o evento autoridades municipais como o prefeito Nelson Trad Filho, a vice-prefeita e senadora Marisa Serrano e os secretários de Educação, Maria Cecília Amêndola da Motta, e de Administração, Nelson Yutoku Tobaru, além do presidente da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (Fetems), Jaime Teixeira, e do deputado estadual reeleito Pedro César Kemp.²⁵⁵

A força dos aposentados

Ao longo da década de 2000, cresceu muito o número de professores aposentados, as diretorias da entidade passaram a desenvolver muitas ações para ajudar a manter os antigos professores com atividades culturais e outras, tanto que a secretaria dos aposentados é uma das mais ativas. Essa é uma forma de reconhecimento do valor do educador aposentado. Ademais, o peso eleitoral deles faz toda a diferença. Geraldo e sua diretoria ampliaram as atividades voltadas para o público da terceira idade associado à ACP. Assim, por exemplo, em fevereiro de 2007, promoveu várias ações dentro do projeto Viver Melhor. Geraldo lembra algumas dessas atividades de uma iniciativa que começou ainda nos anos 1990.

A diretoria desenvolvia oficina de artesanato. Uma coisa boa foi I Encontro Municipal de Professores Aposentados, evento que serviu de preparação para o II Encontro Estadual dos Trabalhadores (as) em Educação Aposentados (as), promovido pela Fetems. Havia - e continuam havendo - visitas solidárias aos colegas com problemas de saúde; participação em feiras de artesanato para comercialização dos produtos da oficina; bazar das mães, em maio; exposição de artesanato, em agosto. Uma coisa muito boa são as viagens. Cida,

255. Ibid. p. 42.

diretora da ACP, cuidava das viagens pelo Brasil. Fizemos duas viagens em 2007, a primeira em maio, e teve como destino Foz do Iguaçu (PR), com três dias de maravilhosos passeios. Nos meses de setembro e outubro, visitamos o Nordeste - 19 dias de muita alegria. Quando eu podia, eu ia também, mas eu gostava mesmo era de ficar no sindicato, resolvendo os problemas.²⁵⁶

Não só de festa vive o sindicato

Todo ano, com chuva ou sol, a diretoria da ACP seleciona as demandas da categoria e apresenta à prefeitura no processo de negociação coletiva que sempre acontece formalmente em abril. Em 2008, por iniciativa do sindicato, o acordo começou a ser debatido em 30 de março, em assembleia geral dos professores, para discutir a proposta de aumento apresentada pela prefeitura que, em linhas gerais, oferecia reajuste de 18,13% para os 3 mil professores e aumento da regência de classe de 20 para 35%. A proposta não foi aceita inicialmente, pois os professores demandavam aumento de 10% no valor do salário-base, além de 30 pontos percentuais na regência, em duas etapas: 35% em abril e 50% em outubro.²⁵⁷

As negociações continuaram. A direção da ACP e o prefeito cultivavam boa relação, inclusive novas rodadas de conversa foram marcadas. O prefeito decidiu ampliar a proposta, ofereceu aumento na regência de classe de 20% para 50%. Os professores aceitaram. Com o novo aumento, os salários ficaram assim definidos: professor com nível superior e jornada de 40h passaria de R\$ 1.793,41 para R\$ 2.118,47 em maio desse ano (regência de 35%). Com o acréscimo de 10 pontos percentuais em outubro, o valor atingiu R\$ 2.196,93. O último acréscimo de 10 pontos ocorreria em março de 2009, como o vencimento chegando a R\$ 2.353,85.²⁵⁸

Geraldo é reeleito

Pelo calendário eleitoral da ACP, em 2008, seria escolhida a diretoria que administraria a entidade de 2008 a 2011. “Seu” Geraldo concorreu com a chapa “ACP para todos nós”. A oposição organizou a cha-

256. Depoimento de Geraldo Gonçalves em 13 de outubro de 2021.

257. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 31 de março de 2008, p.13.

258. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 02 de abril de 2008, p.11.

pa “Resistência e luta”. O processo eleitoral começou com regras duras para não haver nenhuma interferência que prejudicasse o resultado do pleito, inclusive foi isolado o local de votação, cujo acesso só permitido a pessoas autorizadas e eleitores. Havia alguma tensão no lado de fora do prédio da ACP, coisa normal numa disputa eleitoral.

Às 18 horas, encerrou-se o processo. O que não faltavam eram fogos no meio da rua e os tracionais gritos de “já ganhou”, que partiam de apoiadores das duas chapas. A mesa apuradora, ocupada pelos professores Maria Cecília, Jean Patrocínio e Newton Cosme, começou os trabalhos, os quais foram concluídos às 23h. A oposição conquistou 632 votos, contra 1.122 da situação.

Dos 2.226 associados que registraram seu apoio aos candidatos, oito votaram em branco e 117 anularam a cédula eleitoral. Os escolhidos pelos professores para administrar a entidade educacional no quadriênio 2008–2011 foram: Geraldo Alves Gonçalves (presidente), Amarildo Sanches da Silva (vice-presidente), Vilson Guedes (secretário-geral), Peter Paul Ferreira (1º Secretário), Waldemar Gomes de Carvalho Junior (Tesoureiro-geral), Jamir Costa Gomes (1º Tesoureiro), os secretários Tania Maria Ferracioli (Social e Cultural), Sueli Veiga (Formação Sindical), Marlene Batista Alves (Imprensa e Divulgação), Maria Aparecida do Nascimento, “Cida” (Jurídico), Heloísa Helena Calzolaio (Aposentados), Adriana Banar da Silva Pleutin (Educação), Claudio Mário Abrahão Barbosa (Esportes e Lazer) e Claudio Morinigo Ribeiro (Formação Sindical), além dos suplentes Eliane Medeiros e Luiz Pereira. Conselho Fiscal: José Vidal Flores, Alceu Wanderley, Francisca Fátima de Oliveira, Márcia Vicente Ferreira Guardiano e Eudes Fagundes Ferreira Faustiano. Suplentes: Lucilio Souza Nobre, Edia de Faro Valença, Marlene Aparecida Carrenho, Gisele Alves Zuza de Castro e Altair de Oliveira da Silva.

O ano de 2009 registrou importante movimentação política dos membros da educação. Ainda em abril, cerca de 3 mil professores e servidores da rede pública de ensino de Mato Grosso do Sul participaram de marcha, na região central de Campo Grande, alusiva à décima edição da Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública. Cerca de 70% das escolas municipais e estaduais da capital fecharam em decorrência desse evento, como registrado nas páginas do “Correio do Estado”:

A manifestação teve duração de quase duas horas, passando pelas ruas 14 de Julho, Antônio Maria Coelho, 13 de Maio e Afonso Pena, causando congestionamento nos principais cruzamentos

do centro. Com apitos, faixas e cartazes, os professores pediram o cumprimento do piso nacional da educação, no valor mínimo de R\$ 950, pela jornada de 40 horas, para profissionais com nível de escolaridade médio, a implantação da hora-atividade suspensa por liminar do Supremo Tribunal Federal, além de políticas públicas para preservação da integridade física e moral dos profissionais [...]. A caminhada ocorreu sem apoio de policiamento de trânsito, apenas uma viatura da PM acompanhou a marcha em seu trajeto final, próximo à Praça do Rádio Clube.²⁵⁹ A CP e a Fetems lideraram esse evento.²⁶⁰

Apenas três dias após a paralisação dos professores da capital, a ACP convocou a categoria para conhecer a proposta salarial que a prefeitura estava oferecendo para o magistério. A assembleia foi realizada na sede da entidade. O salão lotou. Havia muita expectativa e a categoria estava orgulhosa da passeata que havia feito naquela semana.

Com a calma que Deus lhe deu e voz pausada, “seu” Geraldo iniciou a apresentação da proposta oficial da prefeitura. Durante alguns minutos, fez-se um silêncio ensurdecedor. Em síntese, o aumento anunciado era da ordem de 3% mais a incorporação de 100% da regência de classe. Ao final, gerava aumento de 6,5%. O silêncio virou alvoroço rapidamente. A proposta foi solenemente rejeitada. Os professores reivindicavam reajuste linear de 10%, além da incorporação da regência.²⁶¹

A negociação empacou. A direção da ACP procurou os vereadores para intercederem junto ao prefeito na busca de convencê-lo a melhorar a proposta. O clima ficou tenso, algumas escolas paralisaram as atividades e outras começaram a fazer operação tartaruga. Nelsinho procurou a mídia e informou da possibilidade de conceder reajuste maior, mas avisou que não negociaria com a categoria em greve ou em paralisação. Também falou da movimentação de um grupo de xiitas, formado por umas 50 pessoas, que estava mobilizando os colegas para não irem para as escolas. “A prefeitura não dispensou o ponto, é para ter aula, e quem não for vai ter o ponto cortado e vai ter falta”, avisou o prefeito.²⁶²

Depois de idas e vindas e da participação dos vereadores, as partes litigantes chegaram a um acordo. O prefeito ofereceu reajuste de 10% aos professores da rede municipal. A proposta foi aceita pela categoria e

259. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 25 de abril de 2009, p. 10.

260. Ibid.

261. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 28 de abril de 2011, p. 10.

262. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 29 de abril de 2011, p.16.

as aulas retomadas.²⁶³

Ouvimos o prefeito Nelsinho Trad sobre as manifestações de 1999. Vejamos as suas lembranças.

Me lembro muito bem dessa manifestação. Eles fizeram uma assembleia na ACP, ali na rua 7, de tanto professor e funcionário da educação que tinha fechou a rua, saíram para fora. Quando me falaram que estava tendo essa assembleia e eu tinha todos os dados no *power point*, eu peguei o notebook que tinha esses dados, botei debaixo do braço e fui para lá. O motorista parou o carro na Rui Barbosa e fui andando a pé, entrei por dentro daquele povo, entrei dentro da associação e pedi a oportunidade para mostrar os dados do balanço financeiro para a categoria do município. Moral da história, eu fui aplaudido naquele momento em função da receptividade que eles me deram, e acabei dando mais do que eles estavam pedindo. Essa relação de entrega entre nós e a educação sempre foi muito forte. Eu quero dizer, Eronildo, que sou admirador da ACP. Gosto daquele pessoal. Até hoje, onde eu vou, tem funcionário da educação que me abraça, pede para bater uma self e mostra carinho. Minha relação e a melhor possível desde o tempo de Jaime Teixeira, depois com Geraldo e, agora, com Lucílio Nobre.²⁶⁴

No ano seguinte, na eleição federal e estadual, os principais concorrentes foram Zeca do PT e André Puccinelli. O magistério se envolveu intensamente nessa campanha. Venceu André Puccinelli.

As entidades sindicais da educação têm interesse nas eleições estaduais e municipais, uma vez que a categoria pode ser ajudada ou atrapalhada, dependendo do gestor público, entretanto, conforme estatuto e orientação ética, mantém a independência em relação aos candidatos e partidos, tanto que nas celebrações da entidade, autoridades de vários calibres ideológicos são convidadas. Claro que há certo cuidado com os fascistas, os negacionistas e todos aqueles que são contra a ciência e a educação plural, pública e universal.

Muita luta aguardava 2011. O processo de negociação coletiva foi marcado por muitas idas e vindas, entretanto, a categoria saiu vitoriosa graças ao espírito de luta coletivo. A prefeitura insistia em oferecer índices que não atendiam à expectativa da categoria. Nos últimos dias de

263. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 01 de maio de 2011, p.13.

264. Depoimento de Nelson Trad Filho em 12 de fevereiro de 2022.

abril, os professores decidiram endurecer a negociação.

A categoria aprovou, em assembleia, a seguinte pauta: ou o prefeito oferecia piso de R\$ 1,187 para jornada de 20 horas ou haveria paralisação. Durante três dias, os professores deixaram suas escolas e cerraram fileiras dentro da ACP. A prefeitura resolveu ceder e aceitou a proposta do sindicato.²⁶⁵ Nessa negociação aconteceu um fato inusitado com seu Geraldo. O ex-prefeito Nelsinho Trad, médico, conta o que percebeu.

O professor Geraldo estava do meu lado direito. Comecei a notar que ele falseava os pensamentos, e ele começou a ficar pálido. Sou médico e logo percebi, falei: “Professor, o senhor não está bem, vamos suspender a negociação agora, procure o IMPCG para ver o que o senhor tem, depois a gente retoma”. No outro dia me ligaram para informar que o professor Geraldo teve um AVC”. Isso me marcou muito, mas depois ele ficou bom e a gente acabou retomando as outras negociações {...}. Eu gostei muito de negociar com Geraldo, Waldemar, Cida, Jamir velho botafoguense e outros diretores. A gente tinha um acordo informal. Um ano eu investia nas escolas, construção e reforma, no outro eu melhorava o salário dos professores. Tanto que quase cheguei a pagar integralmente o piso nacional dos professores. Andamos pertinho em 2011 e 2012. Chegamos a 92%, faltavam 8% para atingir aquilo que era a única capital do Brasil que iria conseguir esse feito. E tem mais: fui o prefeito que mais fez concurso para professores. Quando entrei havia 2.334 e quando deixei a prefeitura tinha 4.576 professores todos concursados. Informo ainda que o número de escolas em nosso mandato aumentou 22%.²⁶⁶

Por outro lado, em 11 de maio, o grupo do magistério foi às ruas da capital com o objetivo de participar da celebração do Dia Nacional de Paralisação organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Elegeu como bandeira de luta a valorização da carreira do magistério, aplicação integral do piso salarial nacional em todos os municípios brasileiros e destinação de 10% do PIB para a educação. A caminhada saiu da sede da ACP e se dirigiu para a Praça Ari Coelho. O ato foi muito animado e contou com a presença de vários artistas e personalidades da cidade.²⁶⁷

265. Revista Expressão. Edição 1. Campo Grande (MS), 2011, p. 33.

266. Depoimento de Nelson Trad Filho em 12 de fevereiro de 2022.

267. Revista Expressão. Edição 1. Campo Grande (MS), 2011, p. 30.

“Seu” Geraldo conquista mais um mandato

Em setembro de 2011, Geraldo Gonçalves decidiu disputar mais uma vez a presidência da ACP. A conjuntura estava favorável à sua eleição, fizera um trabalho considerado positivo à frente da entidade, por isso expectativa da sua eleição. O ex-presidente da ACP e dirigente da Fetems, Jaime Teixeira, também decidiu concorrer, assim foram inscritas duas chapas: “ACP para todos” e “ACP viva e ativa”. Eleição muito concorrida ocorreu em 18 de novembro.

Mais de 2 mil filiados escolheram o grupo que geriria o sindicato de 2011 a 2014. O processo de apuração foi uma festa, torcida dos dois lados disputavam no grito cada eleitor que entrava nas dependências da ACP. Parecia a escolha do prefeito da capital, uma coisa muito bonita, que se encerrou por volta das 22h, quando foi divulgado o resultado. O professorado municipal deu a Geraldo Alves Gonçalves 61% dos votos (1.248 dos 2.031 apurados). A chapa encabeçada por Jaime Teixeira contabilizou 649 votos (34,17%); brancos e nulos somaram 4,38%.

Foram empossados em 20 de dezembro, na sede campestre do sindicato, o presidente Geraldo Gonçalves, sua vice Gerusa Ferreira, o secretário-geral Wilson Guedes, a primeira-secretária Adriana Banar, o tesoureiro-geral Waldemar de Carvalho, o primeiro-tesoureiro Lucílio Nobre e os ocupantes das secretarias de cultura (Tania Ferracioli), sindical (Sueli Veiga), imprensa (Marlene Batista Alves), jurídica (Maria Aparecida), dos aposentados (Heloísa Helena), educacional (Lilian Cristiane), esporte e lazer (Claudio Morinigo), formação sindical (Gerusa Ferreira) e imprensa (Marlene Batista), bem como a suplente Eliane Medeiros Alcarás.

O mandato da nova diretoria começou com o processo de planejamento estratégico. No dia 3 de março de 2012, cerca de 220 professores, das mais diversas escolas de Campo Grande, participaram de atividades culturais como parte do Encontro Anual dos Representantes Sindicais. O escritor e pesquisador de assuntos sindicais, Vito Gianotti, proferiu palestra sobre a história das lutas sindicais no Brasil, destacando as lutas dos professores brasileiros na busca de se organizarem como categoria sindical. Os diretores do sindicato campo-grandense também tiveram a oportunidade explicar os trabalhos que cada pasta pretendia desenvolver ao longo de 2012. Os representantes sindicais tiveram uma prévia das demandas salariais e outras que seriam apresentadas ao prefeito municipal por ocasião do acordo coletivo previsto para abril.

Junho, por sua vez, foi de muita celebração para os aposentados. Os dias 28 e 29 foram reservados para o VI Encontro dos Profissionais da Educação Aposentados. Foi uma grande festa no clube da ACP, com a presença de 250 pessoas, representando os profissionais da educação, dos planos de saúde municipal e estadual, entre eles Ricardo Ayache, da Cassems, e Elto Valério, do IMPCG.

Ainda no primeiro semestre, o sindicato realizou sua 10ª Colônia de Férias, evento destinado ao lazer das crianças. A festa da garotada aconteceu no Clube de Campo. Aliás, todo ano a entidade promovia essa atividade. Em março, claro, as mulheres foram homenageadas, no dia 8. O sindicato organizou uma discreta estrutura para receber suas associadas. Quem passou pela sede social teve a oportunidade de receber muitos mimos, como massagem, manicure, corte e escova. O evento também contou com palestras e reflexões sobre o papel da mulher na sociedade brasileira.

Ainda falando em festas e celebrações, não menos importante foi o tradicional “Arraiá da ACP”. Mais de 1.800 pessoas prestigiaram o evento no Clube de Campo, dia 23 de junho. Mas a grande celebração da entidade foi a comemoração dos seus 60 anos.

60 anos de conquistas

Todo ano, o Sindicato dos Professores de Campo Grande reúne a categoria para celebrar seu aniversário. Em 2012, a festa foi especial, os professores aproveitaram para comemorar o aumento de 22% conquistado com muita luta. Para comemorar as seis décadas de vida de um dos mais importantes sindicatos de Mato Grosso do Sul, a diretoria da ACP promoveu, de 14 a 19 de maio, uma série de eventos, como palestras sobre assuntos da carreira do magistério, resgate histórico desses 60 anos, inauguração de investimentos no patrimônio, como a nova piscina no clube de campo, e, no dia do aniversário, 18 de maio, inaugurou-se, durante uma solenidade de homenagens, a Galeria de Presidentes da ACP.

Outras atividades marcaram esse aniversário. A secretária jurídica Maria Aparecida do Nascimento relatou a participação da entidade nos eventos pedagógicos, administrativos e nas lutas da educação pública de Mato Grosso do Sul nos últimos 60 anos. A plateia admirou-se dos registros históricos, como a ata de fundação da Associação Campo-Grandense de Professores e as imagens da sua primeira sede, adquirida em 1956.

“Seu” Geraldo, o presidente, fez um entusiasmado pronunciamento: “Este é um momento histórico para os professores, mas vejo ainda muito a fazer, pois no nosso histórico de lutas e conquistas por meio da luta sindical ainda temos defasagens que precisamos vencer, como a questão salarial, pois ainda faltam 48% de reposição e melhores condições de trabalho”.²⁶⁸

Para coroar a semana de comemorações, a diretoria realizou, dia 19 de maio, o “Baile da ACP – um brinde aos 60 anos”. O evento aconteceu no clube Círculo Militar e reuniu mais de mil pessoas. Foi uma noite de descontração, de rever amigos, lembrar histórias e principalmente de comemoração.

Antes de passarmos para o próximo capítulo achamos importante destacar o respeito que o ex-prefeito Nelsinho Trad devotou – devota – a ACP.

Eu quero dizer que a ACP tem um papel preponderante na valorização dos seus associados. Seus dirigentes são preparados. Quando você tem credibilidade e vem para uma negociação com honestidade, a metade do que você quer já está conversado, porque você está tabulando e se entendendo com quem tem credibilidade perante a seus patrões, no caso, os agentes políticos, secretários de educação e prefeito. Eles sabem fazer voltar para o associado todas as conquistas {...}. O professor Geraldo é extremamente educado, envolvente, que tinha um jeitinho mineiro de conquistar as coisas, que quando você via você estava dando mais do que ele pedia, pela forma como ele conduzia as tratativas. A diretoria dele eu me lembro de algumas pessoas, era sempre muito unida. Todas as tabulações que tinha eles iam juntos ao gabinete, sempre inseparáveis. A professora Cida era uma professora enérgica que sabia defender o seu ponto de vista. Tínhamos o professor Waldemar que era o algodão entre os cristais. Quando a coisa estava para poder entornar entrava o professor Waldemar para poder apaziguar os lados. A gente sempre atendeu os professores pela postura do sindicato perante a gestão. Aliás, quando prefeito a gente mudou o traçado do asfalto na região justamente para atender e valorizar o Clube deles, que hoje é uma referência para a cidade. Eu desejo muito sucesso ao sindicato e que esse livro, então, seja um instrumento que permita a categoria conhecer sua história e suas lutas.²⁶⁹

268. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 18 de maio de 2012, p. 10.

269. Depoimento de Nelson Trad Filho em 12 de fevereiro de 2022.



CAPITULO XVI

Luta difícil nos governos de Bernal e Olarte

Outra eleição marcou 2012, desta vez para prefeito e vereadores. Foi muito disputada. Os partidos apresentaram os seguintes candidatos: Alcides Bernal (PP), Edson Giroto (PMDB), Marcelo Bluma (PV), Reinaldo Azambuja (PSDB), Sidney Melo (PSOL), Suél Ferranti (PSTU) e Vander Loubet (PT). No segundo turno, Bernal venceu Giroto com 62,55% dos votos válidos. O vice-prefeito foi Gilmar Olarte.

A direção do sindicato, como faz todo ano, reuniu seu Conselho de Representantes para traçar o planejamento referente ao ano de 2013. Durante dois dias, a categoria debateu os pontos principais que deveriam constar do processo de negociação coletiva. Bernal era conhecido dos professores, fora vereador e participara de reuniões com os dirigentes da entidade, só que a diretoria não imaginava o trabalho que teria com a dupla Bernal/Olarte.

As primeiras conversas com o prefeito foram frias. De acordo com Waldemar, diretor da ACP, “Bernal tinha um comportamento em relação ao sindicato de muita desconfiança, ele não travava as conversas de forma aberta, havia muita burocracia e formalidades desnecessárias. Tudo era truncado”²⁷⁰. Não demorou muito para a direção da ACP perceber que viveria tempos difíceis nessa gestão. Em abril, por conta da negociação coletiva, a categoria pediu reajuste de salário da ordem de 31,61% referente às perdas com o processo inflacionário e para integralizar o piso nacional do magistério, fixado por lei federal de 2010 número 11,738. O prefeito ofereceu apenas 8%.

Em pleno processo de negociação, ainda em março, uma “bomba” caiu no sindicato, ou seja, o prefeito questionava judicialmente o reajuste de salário que os servidores municipais tinham conquistado no ano anterior. A alegação equivocada dizia que não houve previsão de recursos no orçamento para o exercício de 2013. Também questionou a integralização do piso. Bernal procurou a imprensa para dizer que,

270. Depoimento de Waldemar Carvalho em 10 de outubro de 2021.

se houvesse constatação de que a lei que concedeu o aumento dos salários não tinha sustentação jurídica ou legal, possivelmente os servidores seriam obrigados a ressarcir o município.²⁷¹ O prefeito foi além. Por meio da Procuradoria do Município, pediu apuração da legalidade dos aumentos pelo Ministério Público Estadual (MPE), inclusive disse que funcionários do município poderiam, inclusive, ter de restituir tais valores aos cofres públicos.²⁷²

As conversas pararam, não havia disposição do prefeito de corrigir os salários, existia, sim, o receio de que os 6 mil professores da Reme continuassem a receber salário inferior ao piso nacional do magistério. Em abril, por exemplo, Bernal informou: “Não há condições para realizar o reajuste almejado pela classe, pois a Prefeitura Municipal, em sua situação atual, não dispõe de recursos financeiros para conceder o aumento”.²⁷³

No fim de abril, o prefeito voltou a negociar com os professores, ofereceu proposta de 9% de aumento linear e integralização do piso até 2015. Houve discreta comemoração na assembleia do sindicato, na noite do dia 29 daquele mês. Geraldo Gonçalves se pronunciou sobre a novidade, sustentando que novo prognóstico apresentado pela prefeitura estava mais próximo do que queria a categoria, isso porque a integralização do piso seria feita até 2015, e não mais em 2016. “O que a categoria sempre prezou foi a integralização do piso para este ano, mas a prefeitura alega dificuldades financeiras para cumprir a Lei Municipal n° 5.060, de 2012, que previa a integralização, com mais de 31% de reajuste, já para 2013”.²⁷⁴

A peleja continuou. Dia 8 de maio, o professorado deslocou-se até a prefeitura. A Guarda Municipal impediu a entrada dos mestres no saguão principal do prédio. A tensão aumentou muito. O pessoal do magistério queria entregar uma nova proposta ao prefeito. Ele decidiu fazer breve reunião com Geraldo Gonçalves e outros integrantes da entidade. Os professores insistiram no reajuste de 31,61% até 2014 e de 8% em maio.

O imbróglio salarial não foi solucionado. Como também não foi atenuada a disputa política entre o prefeito e a maioria dos vereadores, bem como sua relação com seu vice-prefeito, o pastor Gilmar Olarte.

271. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 09 de março de 2013.

272. Ibid.

273. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 28 de abril de 2013, p.14.

274. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 01 de maio de 2013, p.8.

Tudo indicava que Bernal poderia ter o mandato cassado.

Além da luta concreta pelo piso salarial nacional, a ACP travou outras batalhas correlatas em 2013. No dia 25 de abril, por exemplo, mais de 800 mestres participaram da caminhada pelas ruas centrais da capital cobrando apoio e investimento na educação. O ato fez parte da 14ª Semana Nacional em Defesa e Promoção da Escola Pública.²⁷⁵

Três meses depois, em 11 de julho, os professores voltaram às ruas e praças para participar do Dia Nacional de Lutas organizado por centrais sindicais e movimentos populares e estudantis, entre eles CUT, MST e UNE. Juntaram-se à “Marcha das mulheres negras e do movimento indígena”. A passeata foi pacífica. Os trabalhadores exigiam redução da jornada de trabalho, fim do fator previdenciário, 10% do PIB para a educação, valorização dos aposentados, reforma agrária, bem como democracia e melhores dias para a classe operária.²⁷⁶

Outro assunto relevante trabalhado na ACP, em 2012 foi a violência nas escolas. Amplo trabalho com alunos, professores, pais e comunidade em geral envolveu também um seminário sobre o tema, em 8 de outubro, na sede do sindicato, conduzido por especialistas em violência nas escolas. Com base nos insumos colhidos no seminário, a ACP organizou um documento com sugestões para combater a violência. Entre as recomendações, destaca-se: criação de comissões internas nas escolas para orientar os alunos e conciliar conflitos, patrulha escolar, divulgação de experiências de sucesso sobre mitigação da violência nas escolas e fechamento de pontos de vendas de droga e bebida no entorno das unidades educacionais.²⁷⁷

Olarte assume a prefeitura

Crise política em alta temperatura explodiu já no início de 2014. Parte majoritária dos vereadores faziam imenso esforço para caçar o mandato do prefeito. Depois de idas e vindas e firulas jurídicas, Bernal perdeu provisoriamente o mandato de prefeito no dia 14 de março.

As primeiras conversas das autoridades do sindicato com Olarte, sobre as demandas dos professores, aconteceram no início de abril. A direção da entidade solicitou ao prefeito compromisso com a aplicação do

275. Revista Expressão. Edição 1. Campo Grande (MS), 2013, p. 55.

276. Ibid. p. 53.

277. Ibid. p. 52.

piso salarial nacional do magistério para 20 horas de trabalho, demanda já aprovada pela Câmara de Vereadores.

Olarte prometeu estudar o caso e se comprometeu a visitar a ACP para conversar com a categoria, pois havia a expectativa de paralisação. De fato, ele esteve na ACP e mostrou disposição para melhorar o salário e as relações de trabalho dos mestres do município. Na negociação de abril, concedeu reajuste para os professores da ordem 18,33% previsto em lei.

Mas, infelizmente, pouco tempo depois, ele mudou de ideia, inclusive judicializou o aumento do piso salarial nacional dos professores. Lucílio Nobre acompanhou de perto esse imbróglio que virou uma bola de neve. Desde 2013 o sindicato lutava por essa bandeira. Entra prefeito e sai prefeito, e o déficit salarial só aumenta. Quanto a Olarte, eis a impressão do atual presidente da ACP: “O Olarte foi um desastre total, ele judicializou o piso dizendo que era inconstitucional. Perdemos no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, mas entramos com embargo de declaração, isso manteve a chama da luta acesa. O debate aumentou a nossa esperança de conquistar o piso. Não nos faltava vontade e energia para exigir que a prefeitura da capital cumprisse a lei”.²⁷⁸

O debate sobre aumento real de salário perdurou por quase todo 2014. A situação ficou mais do que pesada. O prefeito se recusava receber a direção do sindicato, o que forçava a categoria a ocupar pacificamente algumas áreas públicas municipais para tentar ser recebida. Quando isso acontecia, a Guarda Municipal se valia da truculência, gerando, em alguns casos, conflitos desnecessários. A ideia da categoria era dialogar com o prefeito e solicitar cumprimento da lei municipal que criou o piso.

O quadro piorou com o envio de um projeto de lei da prefeitura à Câmara com o objetivo de adiar o pagamento do piso nacional para maio e outubro de 2015. A categoria lutava para receber em outubro de 2014, conforme pactuado em 2013, quando a lei foi criada e aprovada pelos vereadores.

Essa iniciativa potencializou os problemas daquela quadra histórica. Tudo indicava que a categoria entraria em greve. O prefeito preferia ir para os programas de rádio e TV criticar o sindicato a receber seus diretores. O famoso “chá de cadeira” era o mecanismo mais adotado por ele. “Seu” Geraldo e seus diretores ficavam várias horas na prefeitura e

278. Depoimento de Lucílio Souza Nobre em 13 de fevereiro de 2022.

não eram recebidos pelo alcaide.

Em 10 de outubro, em nova conversa, mais uma vez não houve acordo. O prefeito oferecia aumento de 8,46% dividido em oito meses. Por tudo isso, em 9 de novembro, a categoria decretou paralisação.

Campo Grande assistiu, dia 17 de novembro de 2014, a uma enorme passeata de professores em direção ao paço municipal. O movimento contou com amplo apoio do estamento político e da comunidade escolar. Os grevistas foram recepcionados por um forte aparato policial, como se a passeata tivesse caráter bélico. Os professores, sem meios de diálogo, resolveram suspender a greve e se preparar para lutar em 2015. Após greve de dez dias, a categoria foi “forçada” pela conjuntura política a aceitar 8,46% de aumento dividido em quatro parcelas.

A pressão do prefeito, o cansaço natural da greve e a determinação do Tribunal de Justiça de dissolver o movimento, por meio do despacho do desembargador Romero Osme Dias, decretando o retorno de 80% dos grevistas às salas de aula, foram fundamentais para o fim do movimento paredista de 2014. O sonho da conquista do piso foi transferido para 2015, e também não se realizou.

Era ano de eleição no sindicato; o pleito e a paralisação estavam juntos e misturados. No debate sobre a formação do grupo que dirigiria o sindicato entre 2014 e 2018, o nome de Lucílio foi lembrado para encabeçar a chapa, com o apoio da diretoria. “Lembro que conversei com Geraldo e Waldemar, isso foi em setembro, aí eu aceitei o desafio. Estava terminando o meu mandato de diretor no colégio Joaquim Murтинho”, rememora Lucílio.²⁷⁹ Como havia pouco tempo, porque a eleição aconteceria em setembro, a diretoria colocou a campanha na rua.

Na pressa, os organizadores da campanha não atentaram suficientemente na legislação e nas exigências formais do estatuto, enviaram algumas comunicações informando aos professores que Lucílio era o candidato da diretoria, isso foi motivo de protesto por parte das chapas de oposição. A isso se somaram outras firulas burocráticas que concorreram para que a justiça suspendesse o pleito.

Após várias reuniões das chapas, houve consenso de que a eleição poderia ser realizada com alguns ajustes para que não houvesse nenhum privilégio para nenhuma chapa. Só que esse processo de costura política levou um ano; a eleição que deveria acontecer em 2014 foi transferida para 2015. Assim, entre dezembro de 2014 e dezembro de

279. Depoimento de Lucílio Souza Nobre em 13 de fevereiro de 2022.

2015, o sindicato foi dirigido por “seu” Geraldo, que já ocupava o cargo de presidente. Esse foi o tempo necessário para se realizar a nova eleição

90 dias de paralisação da Reme

O ano de 2015 foi rico em greve. Em abril, em pleno processo de negociação salarial, voltaram os protestos em defesa do piso. Em maio, a categoria dos professores de Campo Grande parou as atividades educacionais. Mais de 100 mil alunos ficaram sem aulas na capital.²⁸⁰ Essa foi uma paralisação de advertência que contou com a adesão de outras categorias do serviço de público da capital.

O protesto tinha caráter de advertência, entretanto ganhou outro rumo completamente diferente. Os professores da Rede Municipal de Ensino anunciaram greve por tempo indeterminado. O motivo foi o mesmo da greve de 2014, ou seja, não pagamento do piso de acordo com a Lei. A categoria exigia reajuste salarial de 13,1%, para equiparar o piso salarial pago aos profissionais que atuam 40 horas semanais com os que tem carga horária de 20 horas.²⁸¹

O clima de tensão só aumentou ao longo do mês de maio. Os professores não aceitaram a proposta do prefeito de negociar o aumento salarial só no mês de novembro. E mais: também não aceitaram uma carta, escrita de próprio punho pelo prefeito, se comprometendo a aumentar o salário dos professores em novembro. A referida missiva foi entregue ao presidente da entidade, Geraldo Gonçalves, pelo presidente da Câmara Municipal, Mario César, durante assembleia na sede da ACP.²⁸² A estratégia do prefeito não funcionou.

Geraldo Gonçalves explicou a imprensa os motivos da categoria não ter aceito a carta e a proposta de Olarte. “A categoria não acolheu porque não apresentava nenhuma garantia que seria cumprida a Lei municipal 5.411/14 e Lei federal 11.738/08 que estabelecem a aplicação da correção anual do piso nacional. Não aceitaremos um reajuste, queremos o pagamento dos 13%”.²⁸³

A paralisação ganhou força. A prefeitura tentava acabar com o movimento, mas não havia jeito. Pais e alunos se juntaram aos professores e

280. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 03 de maio de 2015, p. 9.

281. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 20 de maio de 2015, p. 9.

282. Brum (2015).

283. Ibid.

acamparam nas dependências da Câmara Municipal de Campo Grande. A bandeira de ordem era integralização do Piso Nacional de Professores para quem trabalha 20 horas por semana. A prefeitura conseguiu que a justiça intervisse na greve. Assim, por ordem judicial, o Tribunal de Justiça concedeu liminar determinando que 66% dos docentes retornassem ao trabalho para não resultar em prejuízo aos alunos, sob pena diária de R\$ 50 mil por dia em caso de descumprimento.²⁸⁴

Só que a greve não parou. As ruas e praças passaram a ser palcos importantes de luta. A assessoria de comunicação da ACP, liderada pela competente jornalista Laiana Nantes, produziu material original e riquíssimo sobre os 90 dias de greve, que está disponível no site da entidade. Usamos parte desse insumo para mostrar a bravura dos professores contra a opressão do poder público municipal.

A luta era estritamente política, infelizmente, entrou no campo da violência física e moral. Não foram poucas as vezes em que os professores sofreram danos como o “impedimento da entrada na Câmara Municipal e outros constrangimentos, mas nunca deixaram de cobrar dos vereadores que cumprissem seu papel de fiscalizadores do poder. Os professores ocuparam o espaço da prefeitura com acampamentos, panfletagens, buzinaços, manifestações na rua e até atos culturais de protesto como as festas juninas e de aniversário de dois meses da greve.

Várias estratégias foram usadas para buscar o apoio da população parceria fundamental para manter a categoria entusiasmada. Tanto que as adesivagens majoritariamente realizadas no centro da cidade, foram deslocadas para os bairros e saídas da cidade. Essa postura aproximou mais os professores da população.

Mesmo com todo cuidado para evitar que o governo municipal usasse a polícia contra os grevistas, situação vivenciada em outras oportunidades pela direção sindical da ACP e da Fetems, no Brasil e no Mato Grosso do Sul, a violência se manifestou contra os professores, na sua forma mais perversa e covarde. O pior de tudo foi o fato de que parte importante o parlamento de Campo Grande nada fez para evitar constrangimento e tristeza.

O dia era 04 de agosto de 2015. Os educadores retornaram à sessão da Câmara de Vereadores. Naquela ocasião, a operação “Lama Asfáltica”, da Polícia Federal, tinha acabado de ser divulgada e os professores também cobraram uma resposta dos parlamentares sobre suposta

284. Jornal Correio do Estado. Campo Grande (MS), edição de 03 de junho de 2015. p. 9.

compra de votos de vereadores para a cassação do prefeito Alcides Bernal. Apoiadores do então prefeito Gilmar Olarte também estavam na sessão e causaram tumulto e provocações aos educadores. Nesse clima de tensão, a presença ostensiva da Guarda Civil Municipal inclusive com tropa de choque, chamou a atenção. Ao final da sessão, em meio aos apoiadores de Olarte, um guarda civil à paisana iniciou uma série de agressões contra os professores, atacando com palavras, empurrões e apertos no braço da professora Zélia Aguiar e Arethuzia Bittencourt e os professores Gilvano Bronzoni e Marcelo Araújo Alves – este último, agredido, atirado ao chão e ainda retirado da Câmara algemado e jogado no camburão da Guarda.²⁸⁵

A greve foi muita dura. O dia 04 de agosto passou a fazer parte do calendário de atividades da ACP. Ele passou a expressar a força da categoria diante da opressão e de toda forma de barbárie.

Havia cansaço no seio da categoria e o quadro não era favorável aos professores. Depois de inúmeras tentativas de negociação com a prefeitura sem nenhum sinal de que o prefeito cumpriria a lei, “os professores decidiram, em assembleia do dia 24 de agosto, encerrar a greve e esperar o julgamento da Lei do piso pelo TJMS. O último ato do movimento foi marcado para o dia 26 de agosto, durante as comemorações do aniversário da cidade”.²⁸⁶ Um fato inusitado que quase ninguém acreditava, logo após a volta dos professores as salas de aula, foi o afastamento do prefeito Gilmar Olarte e o retorno do prefeito Alcides Bernal ao cargo.²⁸⁷

A categoria foi parcialmente derrotada nessa greve. Ganhar e perder fazem parte das disputas políticas. Houve acúmulo na luta. Mas a guerra pelo piso salarial continua sendo um farol importante a iluminar os caminhos do presente e do futuro da ACP. Essa é uma bandeira que continuará desfraldada até a vitória. A política não é como os atores querem. Ela é produto da luta de classe e da correlação de força de cada instante histórico, avalia o atual presidente da ACP Lucílio Nobre.

O guerreiro foi descansar

Em novembro de 2015 teve eleição para escolher a nova diretoria

285. Revista Expressão. Edição 1. Campo Grande (MS), 2015.

286. Ibid.

287. Ibid.

da ACP. Seu Geraldo decidiu dar uma pausa na atividade sindical. No dia 25 de dezembro ele passou a direção da entidade para a diretoria eleita. Foram 13 anos militando pelas causas trabalhistas. O legado dele é imenso para o movimento sindical dos professores de Campo Grande.

Em sua gestão, por exemplo, os filiados saltaram de 2 mil em 2005 para 5 mil em 2015. O patrimônio material e imaterial também se desenvolveu enormemente. Não menos importante foi o incremento nas áreas social e esportiva. Ele gostava de celebrar com discreta pompa as festas tradicionais da entidade. A bela Revista Expressão, datada de dezembro de 2015, órgão de comunicação da ACP, sintetizou muito bem a herança de Geraldo, ao dizer que ele “deixou uma marca de dedicação, trabalho, seriedade e afeto”. Afeto que distribui sem parcimônia para os amigos e amigas que gozam da sua amizade.²⁸⁸

288. Revista Expressão. Edição 1. Campo Grande (MS), 2015.



CAPÍTULO XVI

Lucílio Nobre no comando da ACP

O professor Lucílio Nobre foi o escolhido pela categoria para dirigir a ACP na celebração dos seus 70 anos de história. Sua relação sindical com a ACP começou em 2000, logo ao conquistar uma vaga de professor por meio de concurso público estadual. Com pouco tempo de trabalho na Escola Joaquim Murtinho, Lucílio assumiu a direção daquela instituição. O sucesso como gestor escolar o credenciou a participar de uma chapa da ACP, como suplente, depois, como diretor efetivo no mandato liderado por Geraldo Gonçalves.

Em 2014, não houve eleição na ACP, mas em 2015, a parte burocrática foi resolvida. O processo eleitoral foi completamente diferente dos anteriores. Todas as chapas tiveram apoio para fazer suas campanhas. A entidade garantiu paridade de estrutura. Aliás, esse quesito está grafado no estatuto. Todas as chapas têm as mesmas condições para fazer suas campanhas.

A eleição transcorreu de forma tranquila. O grupo liderado por Lucílio venceu em todas as urnas as outras duas legendas concorrentes. Dirigiram a ACP entre 2015 e 2018 os seguintes nomes: Lucílio de Souza Nobre (presidente), Zélia Aparecida Aguiar (vice-presidente), Socorro Maria Arguelho (secretário-geral), Deroci da Silva (primeiro-secretário), Waldemar Gomes de Carvalho (tesoureiro-geral, Eudes Fagundes Ferreira (primeiro-tesoureiro), em conjunto com o secretariado formado por: Tania Maria Ferracioli (cultural), Lilian Cristiane Teles (educacional), Ataíde Oliveira Conceição (imprensa), Maria Aparecida do Nascimento (jurídico), Maria Augusta Coimbra (aposentados), Claudio Morinigo Ribeiro (esportes e lazer) e Gilvano Kunzler Bronzoni (formação sindical). Os suplentes foram Weld Vicente Carlos e Adriana Banar da Silva. No Conselho Fiscal tomaram posse Francisca Fátima de Oliveira, Luiz Pereira, Marcia Vicente Ferreira, Luciane Toledo Monteiro e Wanda Fernandes Belo. Na suplência do Conselho Fiscal assumiriam Mariluce Burgos Cavalheiro, Altair de Oliveira da Silva, Leda Marcia

Nubiato, Jaqueline Pereira e Heloisa Helena Calzolaio.

A nova diretoria assumiu o comando da ACP tendo que administrar as consequências da greve de 2015. O sindicato e a prefeitura voltaram a conversar sobre as demandas de 2016. A direção continuou exigindo da prefeitura o piso salarial nacional para os professores com 20 horas e outras demandas vinculadas ao acordo coletivo. As tratativas foram feitas com Bernal, pois em 25 de agosto de 2015, em mais uma reviravolta política, Olarte teve seu mandato cassado. Mesmo depois de quase dois anos fora da prefeitura, as dificuldades para negociar com o então prefeito continuavam. Lucílio discorre sobre as dificuldades para negociar com a prefeitura nos mandatos de Olarte e Bernal:

Uma coisa que percebemos nas conversas com Bernal e Olarte era a pouca disposição deles para tratar democraticamente das demandas sindicais. Uma lógica completamente diferente da gestão de André Puccinelli e do Nelsinho Trad. Era uma dificuldade imensa para receber o sindicato. Não havia disposição para diálogo aberto e franco. Tínhamos que usar a linguagem do enfrentamento para manter as conquistas históricas. As greves de 2014, 2015 e 2016, por exemplo, nasceram exatamente porque o prefeito não queria negociar o piso salarial. Esse foi um período muito triste para as categorias do funcionalismo público municipal. Não pagaram o piso de 2015 e 2016. Marquinhos também não. Estamos lutando com todas as nossas forças, temos um prejuízo acumulado de 33% no salário.²⁸⁹

O sindicato iniciou o primeiro semestre de 2016 ofertando curso de formação sindical como parte do encontro anual dos representantes sindicais. O evento debateu os seguintes temas: os desafios do sindicalismo do magistério público, a Lei da Mordça e a reforma do ensino médio. Naquela edição, quatro professores doutores foram ao sindicato falar sobre essas temáticas. Os trabalhos foram dirigidos pelo secretário de formação sindical Gilvano Bronzoni, que recebeu os participantes com o seguinte pronunciamento: “Acreditamos e lutamos por um cenário melhor, a esperança e a representação democrática tenham espaço na transformação. É fundamental contarmos com a valorosa participação de professores doutores da UFMS, que nos dão um grande exem-

289. Depoimento de Lucílio Souza Nobre em 13 de fevereiro de 2022.

plo de pesquisa, debate e participação”.²⁹⁰ Um dos autores deste livro, Eronildo Barbosa da Silva, foi convidado para participar desse momento de formação. Sua palestra versou sobre os 100 anos do sindicalismo em Mato Grosso do Sul.²⁹¹

A volta de Bernal e o piso salarial

Em abril, iniciou-se o debate entre a prefeitura e o sindicato sobre o acordo coletivo. O impasse sobre o pagamento do piso salarial referente aos anos de 2015 e 2016 foi colocado na mesa de negociação. O prefeito tinha garantido, logo que retomou a gestão da prefeitura, em ato público, que cumpriria a Lei do Piso dos Professores. Ao longo de muitas reuniões com a direção da ACP, a equipe da prefeitura não apresentou nada de concreto sobre o assunto.²⁹² Ao sindicato, não restou outra alternativa que não a paralisação da categoria. Ao longo de dez dias, não aconteceram aula nas escolas da Reme de Campo Grande. Mais uma vez entraram em campo atores políticos pedindo solução para o movimento. Em 12 de maio, a prefeitura negociou aumento de 3,31%. Pelo acordo, também ficou definido que a municipalidade retiraria da justiça as ações envolvendo a ACP e a Prefeitura de Campo Grande.²⁹³ Essa iniciativa abriu perspectivas para a luta em defesa do piso de 20 horas.

O ano era 2016, foi de eleição para os poderes Executivo e Legislativo municipais. A ACP participou do pleito promovendo debate dos 11 candidatos a prefeito, em 13 de setembro, na sede da entidade. Algumas centenas de pessoas foram ouvir as propostas dos pretendentes a dirigir os destinos de Campo Grande.

O sindicato distribuiu aos candidatos um caderno com 30 propostas para a educação municipal; a educação pública foi o foco. Os principais questionamentos foram quanto ao cumprimento da Lei nº 5.411/14, que estabelece o piso nacional para 20 horas, as eleições para diretores titulares e adjuntos nas escolas e Ceinfs, a gestão democrática do IMPCG e o rombo na previdência municipal noticiado pela imprensa. Outros assuntos também importantes, como o trabalho docente e a aprendizagem dos alunos, foram levantados, bem como a descentrali-

290. Depoimento de Gilvano Kunsler Bronzoni em 13 de fevereiro de 2022.

291. *Ibid.*

292. Revista Expressão. Edição 1. Campo Grande (MS), 2016.

293. *Ibid.*

zação da merenda escolar, infraestrutura das instituições, superlotação das salas de aula, segurança nas escolas, pagamento retroativo das promoções funcionais e projetos educacionais e de esporte.²⁹⁴

Marquinhos Trad e o piso salarial

Depois dos mandatos de Bernal e Olarte, a população local elegeu Marquinhos Trad (PSD) seu novo prefeito, em 2016, vencendo a professora Rose Modesto (PSDB) no segundo turno.

Havia a expectativa de que o prefeito Bernal pagasse o salário e o 13º salário antes de deixar o governo, mas não foi o que aconteceu. O ano terminava e a gratificação natalina não caía na conta dos professores e outros funcionários públicos. A categoria decidiu protestar contra a prefeitura. Nessa perspectiva, foi redigida e enviada para a mídia uma nota pública de repúdio ao comportamento do governo Bernal:

O último mês do ano chegou e com a aproximação do 13º salário (ou gratificação natalina), a Prefeitura de Campo Grande tem gerado desassossego e preocupação nos servidores públicos municipais ao levantar a possibilidade de adiar o seu pagamento para o ano que vem. A ACP é absolutamente contrária a qualquer manobra que gere prejuízo aos profissionais da educação pública e demais servidores. Os professores, assim como todo trabalhador brasileiro, exercem sua função ao longo do ano seguros de que o salário provedor de seu sustento estará disponível nas datas estabelecidas conforme a legislação trabalhista brasileira. Distantes dos desmandos daqueles que deveriam zelar pelo bem público, esses profissionais desempenham o magistério com competência e responsabilidade e não podem ser, de maneira nenhuma, prejudicados pela má gestão dos recursos públicos. A indignação dos trabalhadores diante de tal ameaça é totalmente justificada. O atraso no pagamento da gratificação natalina muito prejudica o servidor que, pego de surpresa, tem suas contas e programações para o fim do ano lesadas, além de desrespeitar todo o ordenamento jurídico vigente no Brasil. O salário é alimento, crédito preferencial, impenhorável e irrenunciável [...]. Diante da situação, caso se confirme o atraso no pagamento do 13º salário, a ACP tomará todas as

294. Revista Expressão. Edição 1. Campo Grande (MS), 2016.

medidas cabíveis a fim de fazer valer o direito dos profissionais da educação pública de Campo Grande. “O salário é direito sagrado dos trabalhadores, e o sindicato não admitirá tamanho desrespeito. Estamos prontos para agir em defesa dos servidores públicos municipais. No entanto, esperamos que a prefeitura cumpra o seu dever, honrando todos os prazos de pagamento”, finalizou o presidente da ACP, Lucílio de Souza Nobre.²⁹⁵

No dia 16 de janeiro de 2017, a direção do Sindicato dos Professores Públicos de Campo Grande foi recebida pelo novo prefeito para tratar de temas como a Lei do Piso Salarial, gestão democrática nas unidades da Reme, pagamento do 13º salário, chamada dos aprovados no concurso dos professores e o estabelecimento de um cronograma de pagamento dos servidores ativos e aposentados. A Lei do Piso ocupou parte importante da reunião. Marquinhos Trad garantiu que se esforçaria para cumpri-la. “Eu farei tudo o que for possível e estiver dentro da legalidade. Assim que a equipe terminar os estudos financeiros, apresentaremos uma proposta sobre qual índice de correção poderemos dar para avançar no piso salarial”, declarou o prefeito.²⁹⁶

Sobre as eleições para diretores na Reme, o prefeito foi mais categórico: “Eu já conversei com a secretária Ilza Mateus e nós pretendemos concluir todo o processo de implantação da gestão democrática ainda este ano, para no início de 2018 já assumirem os professores eleitos”.²⁹⁷ Quanto ao 13º salário que estava atrasado, o prefeito prontificou-se a pagar. “Nós já pagamos metade do que faltava, agora quitaremos todo o 13º salário até o início de fevereiro”, declarou Marquinhos. Quanto ao cronograma de pagamento de salário, o gestor municipal disse que, por hora, a prefeitura vai cumprir a lei e depositar o salário até o quinto dia útil e, assim que houver possibilidade financeira, pretende adiantar o pagamento tanto dos servidores ativos quanto dos aposentados, para o 1º dia útil do mês.²⁹⁸

A primeira reunião da ACP com o prefeito foi positiva, a diretoria voltou feliz para o sindicato. Mas, em março, o caldo entornou, como falam os pantaneiros. A categoria não queria nem ouvir falar na proposta do prefeito de parcelar o aumento salarial programado para abril. O

295. Nota pública da ACP (2016). Disponível em: <http://www.acpms.com.br/nota-publica-da-acp-sobre-possivel-atraso-de-pagamento-do-13o-salario-aos-servidores-municipais/>.

296. ACP (2017b).

297. Ibid.

298. Ibid.

prefeito oferecia aumento de 7,64% dividido em 12 vezes. Os profissionais da educação rejeitaram tal proposta por unanimidade, entendendo que não contemplava a política de valorização da Lei Municipal nº 5.411/2014 (piso para 20 horas-aula).²⁹⁹ Depois de muitas negociações, a categoria aceitou a proposta da prefeitura dividida em seis vezes.

Contra a reforma da previdência e a trabalhista

A peleja da ACP não era apenas por salário e melhores condições de trabalho, a categoria lutava para tentar impedir a reforma da previdência que, entre outras maldades, conforme defendia o governo Temer, jogava para extinguir a aposentadoria por tempo de contribuição, aumentar a idade mínima para as mulheres se aposentarem, acabar com a aposentadoria especial para professores da educação básica e ainda reduzir o valor dos benefícios. Por tudo isso, os educadores públicos de Campo Grande participaram da mais importante manifestação da história da cidade. O ato aconteceu em 28 de abril e reuniu mais de 50 mil pessoas nas ruas durante a Greve Geral Nacional Contra as Reformas da Previdência e Trabalhista, a ampliação da terceirização e a retirada de direitos da classe trabalhadora³⁰⁰, enfim contra as políticas neoliberais que tanto infelicitam o povo brasileiro e os trabalhadores do mundo, aqueles que só têm a força de trabalho para vender no mercado, como uma mercadoria qualquer.

O tema reforma da previdência foi amplamente debatido na VII Conferência Estadual da Fetems, em Campo Grande, de 21 a 23 de novembro. O colóquio contou com palestras proferidas pelo presidente da Fetems, Jaime Teixeira; presidente da Cassems, Ricardo Ayache; jornalista e blogueiro Altamiro Afonso Borges, e o presidente da Confederação Sindical Internacional, João Antônio Felício, Heleno Araújo Filho; doutora em Educação e professora da Universidade Federal do Paraná, Mônica Ribeiro da Silva, e a secretária-geral da CNTE, Fátima Silva.³⁰¹

Infelizmente, o governo aprovou a reforma da previdência. As ideias neoliberais venceram, tanto que, de cara, promoveu desconto até do trabalhador que ganha um mísero salário mínimo e está aposentado. Uma coisa vergonhosa. No caso dos professores e especialistas em edu-

299. Depoimento de Geraldo Gonçalves em 13 de outubro de 2021.

300. Greve Geral (2017).

301. ACP (2017a).

cação pública de Campo Grande, o desconto da previdência se inicia com os trabalhadores que ganham três salários mínimos ou mais. Houve uma discreta suavização. Já o governo do estado, lamentavelmente, aplicou a política previdenciária na sua forma mais perversa. Ninguém escapou.

Ademais, uma celebração importante que a ACP trata com muito carinho é a recepção aos professores concursados ou convocados que ingressam nas redes de ensino. Essa é uma prática antiga. Desde a fundação da entidade, os novos professores são recebidos em atos solenes. Não é fácil conseguir da prefeitura ou do governo do estado autorização para concurso público. Também não é algo simples conquistar a sua contratação, portanto, quando isso ocorre, é motivo de muita comemoração. Vejamos o que diz a vice-presidente do sindicato dos professores da capital de Mato Grosso do Sul, Zélia Aguiar, por ocasião da efetivação desses profissionais. “É uma alegria para nós abrir as portas da ACP para a chamada dos aprovados no concurso. Essa é uma importante conquista da categoria, resultado da nossa união para cobrar os direitos dos trabalhadores”.³⁰²

Chegou 2018, que começou com reunião ampliada da diretoria para tratar das ações para aquele ano. Entre as prioridades, foi eleita a ideia de aprofundar o trabalho de formação sindical da entidade. Ficou marcado evento para março, quando cerca de 200 educadores se reuniram no Clube de Campo da entidade para debater temas vinculados à formação sindical, cujo lema geral era “Representar e resistir”. Na abertura dos trabalhos, o diretor de formação sindical da ACP, Gilvano Bronzoni, saudou os presentes com as seguintes palavras: “Esse é um evento de fundamental importância para a nossa entidade e para a educação pública de Campo Grande, é daqui que saem as agendas, o planejamento e, principalmente, esse sentimento de que nós precisamos lutar juntos para avançar”.³⁰³

Quem também participou desse evento e saudou os participantes foi o presidente da entidade, Lucílio Nobre: “Nós temos o estatuto da ACP e nele estão definidas as prerrogativas de cada secretaria. Hoje é o dia em que a categoria decide, juntamente com a direção, o que cada setor do sindicato deve fazer ao longo do ano, sempre alinhado com nosso objetivo estratégico, que é a defesa dos trabalhadores e da educação

302. ACP (2018).

303. Liderança (2018).

pública. Saímos daqui com a certeza do que será a rotina da ACP em 2018”.³⁰⁴

Gestão democrática na Reme

Marquinhos Trad havia se comprometido a implantar a chamada gestão democrática nas escolas da capital, antiga reivindicação da ACP. O Estado já praticava, desde 1992, a eleição direta, pela comunidade escolar, dos dirigentes de cada unidade escolar. O prefeito mandou fazer uma lei e enviou para a Câmara de Vereadores. A direção da ACP, por meio das diretoras Lilian Teles, Maria Aparecida do Nascimento e Zélia Aguiar, reunia-se frequentemente com os técnicos da Semed para ajudar a confeccioná-la. A ACP divulgou o seguinte material publicitário sobre o tema.

Estudos e pesquisas apontam a gestão democrática como um dos elementos recorrentes entre as redes que vêm apresentando bons resultados nas avaliações finais. A segunda edição do estudo “Aprova Brasil - o direito de aprender”, de 2007, destaca a gestão democrática como um dos cinco fatores mais importantes para garantia da aprendizagem de crianças e adolescentes. A publicação, iniciativa conjunta do Ministério da Educação (MEC) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), traz os insumos de um estudo realizado com base nos resultados da Prova Brasil, em 33 escolas, com notas acima da média nacional na avaliação.³⁰⁵

Em que pesem as discordâncias comuns do processo de discussão no parlamento, houve consenso quanto à necessidade da implantação imediata da gestão democrática nas escolas. Os atores políticos se esforçavam para que firulas políticas e jurídicas não atrapalhassem aquela conquista. Logo após a aprovação, em março de 2018, pela Câmara de Vereadores, Lucílio falou sobre a importância do ato:

Esse é um marco histórico para a educação pública da Reme. É fundamental destacar a vontade política do prefeito e da Câmara em fazer acontecer a gestão democrática em nossas escolas. Fundamentalmente em um momento tão difícil para a nossa de-

304. Ibid.

305. Com (2018).

mocracia, a eleição de diretores nas escolas é um importante instrumento pedagógico para o exercício da cidadania entre nossos alunos e toda a comunidade escolar.³⁰⁶

Novas ações no campo do esporte e do lazer na ACP

O ano de 2016 representou também grande alteração na dinâmica de funcionamento do Clube de Campo da ACP. Juntamente com a eleição da nova diretoria, manifestou-se o desejo de ampliar as atividades esportivas no sindicato. O Prof. Weld Carlos, com a saída do secretário de Esportes e Lazer, Prof. Cláudio Morinigo, para assumir a direção da Escola Estadual Joaquim Murtinho, torna-se o secretário de esportes nesta gestão. Weld fala sobre esse período:

Eronildo, o esporte sempre foi presente no clube, mas o que havia de forma regular era o futebol masculino. Além das peladas, que aconteciam às quintas à noite e aos sábados à tarde, era realizada a tradicional Copa 18 de Maio e a Copa Primavera, cujos times são montados por sorteio a cada rodada e a pontuação é individual. Quando cheguei ao clube, procurei trazer novas modalidades e novos participantes, e conseguimos colocar em prática esse projeto, graças ao apoio da presidência e da diretoria, que abraçaram a ideia. A primeira medida foi atender aos jogadores acima de 40 anos, que queriam organizar suas peladas, e as iniciamos às terças à noite.³⁰⁷

Antes de 2016, além do futebol, acontecia de forma regular o projeto de vôlei feminino, em que um professor ministrava aulas para professoras em uma quadra no centro da capital, e a “Corrida da ACP” e a “Caminhada da ACP”, que comemora o aniversário do sindicato. Para chegar ao objetivo de atrair novos participantes, a nova diretoria, primeiramente, realizou pequenas reformas para os esportes. A quadra de saibro (tênis) passou a contar com manutenção quinzenal de um profissional, a quadra de esportes foi reformada e preparada para a prática de vôlei, foram adquiridos os mastros para a piscina de biribol e área preparada; a quadra de areia foi reformada, permitindo a retomada por jogadores de vôlei e futebol. O projeto de vôlei feminino naquele mo-

306. Ibid.

307. Entrevista com o professor e secretário da ACP Weld Vicente de Carlos em 20 de junho de 2022

mento contava com pequena participação, então foi redimensionado, dando novo ânimo para seus praticantes.

E as competições começaram. Por meio de cartazes, informes nas redes sociais e o “boca a boca” dos participantes, a Secretaria de Esportes anunciava e atraía filiados para os diversos tipos de modalidades e competições. Entre estas últimas destacam-se torneios de simples e duplas de tênis, de biribol, abertos de vôlei de areia, *badminton*, *beach tennis*, truco, sinuca, “Festival de Pipas” e a “Master Cup de Futebol”, para jogadores acima de 50 anos. O evento muito especial foi o “Sport Day”, envolvendo diversas modalidades, por dois dias, e os presentes podiam se inscrever na hora e participar de diferentes modalidades.

Sobre o aumento de frequentadores no clube, Weld comentou:

Era gratificante ver “novos rostos” frequentarem o clube, os filiados participavam levando toda a família. Os cônjuges e filhos participavam e começaram também a montar torcidas para os atletas. Muitos desses participantes começaram naturalmente a participar ativamente das mobilizações sindicais por salários e das assembleias, pois sentiam-se inseridos integralmente no sindicato. Com o aumento evidente de torcedores, surgiu a ideia de montar o “Interescolares de Vôlei”, em que os times deveriam representar sua escola, com isso vários professores e até alunos vinham para a competição somente para torcer. Foi muito prazeroso.³⁰⁸

Com esse dinamismo, a diretoria começou a discutir a necessidade de construir um ginásio poliesportivo. A prática de futsal era uma cobrança antiga dos associados, mas o sindicato não tinha esse espaço. Ao fim de um estudo sério e de muita organização, foi aprovada a dotação orçamentária para a obra do renomeado “Espaço de Formação e Clube de Campo da ACP”.

Enquanto era erguido o ginásio, uma triste notícia abalou os frequentadores do clube: o professor Maxsandro da Silva Pio, querido por todos e participante de diversas competições da entidade, foi hospitalizado por causa de uma infecção e, infelizmente, depois de muita luta, faleceu.

A solenidade de inauguração ocorreu durante a “Festa dos Professores”, em 2018, contando com a presença de inúmeros associados, familiares, e de autoridades civis, como o prefeito da capital, Marcos

308. Entrevista com o professor e secretário da ACP Weld Vicente de Carlos em 20 de junho de 2022

Trad, e as secretárias de Educação do município e do estado. Todos ouviram um discurso emocionante, forte e entusiasmado da ex-prefeita de Campo Grande e ex-presidente da ACP, em que Nelly Bacha destacou a importância da entidade na história da cidade, no fortalecimento da profissão e na qualidade de vida de toda a categoria, disse ainda que essa força permite ao sindicato “não baixar a cabeça” para nenhum político e que todos devem respeitar essa grande instituição.

Ao fim do pronunciamento do presidente da categoria, os milhares de convidados viram, para surpresa de todos, o descerramento da placa do ginásio “Corujão” com o nome do saudoso professor Maxsandro da Silva Pio, o que resultou em comoção geral.

Sem perder tempo, naquele mesmo ano, iniciou-se uma série de competições, como a a 1ª Copa de Futsal da ACP, evento que abriu a agenda do recém-inaugurado ginásio, disputado por times masculinos e femininos, e uma edição do “Interescolares de Vôlei”. Esse foi um período de aprendizagem e muita luta para o esporte da ACP.

Professores reelegem Lucílio Nobre

Em outubro e novembro de 2018, elegeram-se a diretoria da ACP e o governo estadual. Reinaldo Azambuja (PSDB) foi o escolhido para administrar Mato Grosso do Sul por mais quatro anos, derrotando nas urnas o juiz federal Odilon de Oliveira (PDT). O professor Lucílio também foi reconduzido à presidência da ACP por mais quatro anos. Não houve chapa de oposição nesse pleito. Sua gestão teve como vice-presidente a professora Zélia Aparecida Aguiar, o secretário-geral Weld Vicente de Carlos, primeiro-secretário Regerson Franklin dos Santos, tesoureiro-geral Waldemar Gomes de Carvalho, primeiro-tesoureiro Claudio Morinigo Ribeiro e os ocupantes das respectivas secretarias: Socorro Maria Arguelho (cultural), Francisca Fátima de Oliveira (educacional), Lilian Herrera Teles (imprensa), Maria Aparecida do Nascimento (jurídica) e seu suplente Deroci da Silva Feitosa, Aparecida de Sousa Natividade (aposentados), Angelina de Sousa (esportes e lazer), Gilvano Kunzler Bronzoni (formação sindical) e Leda Marcia Nubia-to Oliveira (patrimônio), assim como os membros suplentes Adriana Pleutin e Marlyse Lopes. No Conselho fiscal tomaram posse Wanda Fernandes Belo, Márcia Vicente Ferreira, Mariluce Burgos Cavalheiro, Luciane Toledo Monteiro e Eudes Fagundes Ferreira. Os Suplentes do

Conselho Fiscal são Altair de Oliveira da Silva, Danilo Meira Leite, Jaqueline Pereira, Giseli Maria Bacanelli e Marcio Jose de Sousa.

Diferentemente do ano anterior, 2019 começou com muita alegria para os associados, a entidade inaugurou um projeto muito bonito, a “Virada Sindical”, que passou a acontecer uma vez por mês, geralmente na Praça dos Imigrantes, no centro da capital. A ideia do projeto é levar o sindicato aonde o povo está. Uma coisa importante é o fato de os professores e outros convidados mostrarem seus talentos. Logo que as condições sanitárias permitirem, os professores voltarão às praças com o evento cultural, diz Gilvano, diretor de formação sindical da ACP.

Ademais, a prefeitura atendeu a uma antiga reivindicação da ACP, a alteração da denominação de Centro de Educação Infantil (Ceinf) para Escola Municipal de Educação Infantil (Emei) da Reme. Foi uma vitória importante. Educação infantil é uma etapa da educação básica, estabelecida por diversas legislações, como a conhecida LDB, ou seja, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996, portanto as unidades de ensino que oferecem essa modalidade devem ser enquadradas no mesmo regime das escolas de ensino fundamental. Para o sindicato, a mudança de nome das unidades de educação infantil é fundamental porque, além de reconhecer a competência dessa etapa escolar, garante todos os direitos da carreira do magistério municipal aos profissionais que trabalham nessas instituições.

A ACP tem, por meio do diálogo e do respeito à administração municipal, cobrado incessantemente a implementação de leis que garantem a manutenção e o avanço da educação básica, além de cobrar os direitos dos profissionais da educação, como afirma a vice-presidente do sindicato, professora Zélia Aguiar.³⁰⁹

Por outro lado, o acordo coletivo para o ano de 2019, liderado pela ACP, estabeleceu o compromisso da prefeitura de proceder à correção salarial do piso salarial para professores com carga semanal de 20 horas-aula. Concretamente foi oferecido aumento salarial de 4,17%. A categoria aprovou a proposta da prefeitura e ficou deliberado também, conforme termo de compromisso, o mês de fevereiro de 2020 para o início das tratativas referentes ao cumprimento do piso salarial nacional.³¹⁰ A negociação com a prefeitura se concretizou, mas os professores de Campo Grande, ligados ao Estado, estavam incomodados com a conversa de que o governo tramava a adoção de política trabalhista que

309. Entrevista com a professora Zélia Aguiar (2019).

310. ACP (2019).

poderia prejudicar os trabalhadores públicos.

A direção da ACP procurou saber se a iniciativa procedia. Líderes da Fetems informaram que havia estudos no governo que poderiam alterar o estatuto do professor. A preocupação do magistério procedia. No dia 11 de junho, o Projeto de Lei Complementar nº 9/2019 começou a ser votado na Assembleia Legislativa. Os deputados aprovaram o texto que alterou o Estatuto do Magistério Estadual por 14 votos a 7. A mudança provocou uma série de prejuízos aos profissionais da educação, como redução no salário dos professores convocados, alteração na atribuição de aulas complementares, no piso salarial, no mandato classista e demais condições da carreira do magistério. O projeto tramitou em regime de urgência e foi aprovado em dois dias.³¹¹

As entidades sindicais reagiram. Fetems e ACP lideraram importante mobilização para evitar a votação, no entanto, mesmo sob protesto de centenas de educadores, parte hegemônica dos deputados estaduais rejeitaram todas as emendas propostas pelos sindicatos e aprovaram o texto completo.

Em função da aprovação do projeto de lei, o movimento sindical sul-mato-grossense acionou a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, que ingressou com ação de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) contestando a lei complementar aprovada em Mato Grosso do Sul por reduzir salários e ferir a isonomia do magistério.

Na esfera estadual, a Fetems protocolou ação no Tribunal de Justiça contra o governo de Mato Grosso do Sul por descumprir a decisão judicial estabelecendo a integralização da política salarial do piso de 20 horas até 2021; o governo queria estendê-la até 2025.³¹² Os professores continuam lutando nos dias atuais por essa conquista.

A pandemia chegou ao Brasil

O assunto, no início de 2020, era a propagação da covid-19 no mundo, provocando sofrimento, morte e muita destruição de riquezas. As informações diziam que logo ela chegaria ao Brasil. O governo de Jair Bolsonaro não deu a atenção que o caso exigia. Havia uma tese de que era só uma “gripezinha”. Depois surgiu a informação de que haveria imunidade de rebanho, ou seja, de toda a população. Tudo conversa fiada. Em pouco

³¹¹. ACP (2019)

³¹². Ibid.

tempo, eram milhares de pessoas mortas e outras agonizando nos hospitais por falta de oxigênio e leitos. O caos tomou conta do país. A doença trouxe muita preocupação para a categoria dos professores.

Poucos dias antes de o bicho pegar, ou seja, de a pandemia mostrar que não era uma gripezinha, como dizia Bolsonaro, ACP e Fetems, sob a orientação da CNTE, realizaram no dia 21 de fevereiro, o Carnaval da Educação Pública. Trabalhadores de todo o estado colocaram o bloco da educação nas ruas da capital para evidenciar a importância do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que garante a existência da escola pública.

O Carnaval da Educação Pública foi aprovada por unanimidade pela categoria durante Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de fevereiro. Os trabalhadores demonstraram grande preocupação com a perda de recursos por meio da principal fonte de financiamento da educação básica pública brasileira. Sem o Fundeb, a educação pública básica estaria seriamente afetada, até com o fechamento de escolas.³¹³

Inicialmente, o Sindicato Campo-Grandense dos Profissionais da Educação Pública buscou maneiras de minorar os impactos da pandemia do novo coronavírus na saúde e no trabalho dos profissionais da educação. Sem perda de tempo, o grupo se reuniu com Fórum dos Servidores de Mato Grosso do Sul para contribuir com medidas para atenuar a falta de materiais (fraldas, luvas, máscaras) na rede pública de saúde estadual.

Ainda em março de 2020, o presidente da entidade, Lucílio Nobre, cobrou da Secretaria de Educação de Mato Grosso do Sul providências urgentes para fechar as escolas estaduais. O mesmo procedimento foi adotado em relação à prefeitura de Campo Grande. Todas as unidades foram fechadas.

Por conta da pandemia, a ACP também fechou suas portas e adotou o trabalho remoto. Todas as atividades sociais foram suspensas. As grandes celebrações da entidade, como São João, Baile dos Professores, bazar de artesanato, férias das crianças no Clube de Campo, Dia do Professor, campeonatos de futebol e outras comemorações não puderam ser realizadas, o momento sanitário não permitia, embora o presidente da República, Jair Bolsonaro, alimentado por negacionistas de todas vertentes, tentasse, por todas as maneiras, promover a retomada das atividades sociais e econômicas do país.

Mesmo com as dificuldades, a ACP estendeu a mão para todos que procuraram a entidade, associados e entidades populares que desejavam trabalhar para minorar os efeitos da pandemia. A secretária social e cultural

313. ACP (2020).

recebeu autorização da diretoria para fazer o que fosse possível, com as limitações financeiras, claro, para apoiar as iniciativas voltadas para combater a pandemia. Nessa perspectiva, sem a menor necessidade de propagandear, a entidade apoiou pessoas e muitas entidades com remédios, máscaras, cesta básica e outros itens do chamado *kit* contra a covid-19. Ademais a secretaria jurídica, com os cuidados sanitários necessários, também prestou atendimento aos associados todas as terças e quintas de 07/03/2020 até 08/2021, quando os trabalhos foram retornando aos poucos.

A sociedade brasileira, apoiada pela ciência, resistiu às ideias típicas da Idade Média daqueles que se associaram à pandemia. Os professores e seus líderes estiveram na frente da luta contra o obscurantismo e a favor da vacina e das medidas de proteção sanitária.

Rapidamente a direção da entidade encontrou meios tecnológicos para se comunicar com as bases e manter o nível de pressão justo e correto para manter as conquistas da categoria. O Dia do Professor (15 de outubro) foi discretamente celebrado por meio de *live* transmitida, simultaneamente, na página do sindicato no Facebook e no canal do sindicato no YouTube. Foram horas de homenagens, música, celebração e sorteios, além de mais de 20 mil interações ao longo das transmissões nas duas redes sociais. Uma linda mensagem foi dirigida aos professores por meio do presidente Lucílio Nobre.

O Dia do Professor é dia de celebrar a nossa profissão! É a data mais importante do calendário de eventos da ACP. Neste ano, infelizmente, a pandemia da covid-19 nos impede de confraternizar da maneira que mais gostamos: revendo os amigos em nossa festa no Clube de Campo. No entanto, a ACP jamais deixaria a data passar sem homenagear e promover um momento de descontração e alegria para nossos filiados. A diretoria do sindicato promove singela comemoração que destaque a força e a importância dos nossos educadores e educadoras neste momento difícil, que tem exigido muita resistência de todos nós.³¹⁴

Havia forças sociais e políticas que defendiam a volta das aulas em plena pandemia. Os sindicatos de professores públicos foram firmes e não aceitaram nenhuma solução que não tivesse apoio da ciência. Não faltaram fóruns virtuais voltados para o debate da chamada “volta às aulas”. A posição da ACP foi clara o tempo todo.

314. Lucílio Nobre (2020).

Lucílio Nobre defendeu com firmeza que o retorno das aulas presenciais sem o controle da pandemia deveria ser totalmente descartado, enfatizando que os professores estavam abertos para debater o retorno das atividades nas escolas, no entanto, essa discussão não tinha espaço na situação que estávamos vivendo.³¹⁵ A entidade continuou defendendo a decisão da categoria de manter as aulas remotamente, até que houvesse a vacina disponível para todos.

A esperança era a ciência encontrar uma vacina, tanto que houve intensa celebração quando a Secretaria Municipal de Saúde iniciou a vacinação dos profissionais da educação. Ao longo da manhã de 30 de abril de 2021, uma sexta-feira, o presidente do sindicato, professor Lucílio Nobre, acompanhou, ao lado da secretária de Educação, professora Elza Fernandes, do secretário de Saúde, Dr. José Mauro de Castro, e da vice-prefeita Adriane Lopes, o primeiro dia da vacinação no Ginásio de esportes Guanandizão.³¹⁶

Ao longo de 2021, os professores e os demais trabalhadores lutaram em duas frentes, ou seja, procuravam caminhos para ajudar a combater o vírus, por outro lado, brigavam contra a ideia do presidente da República e sua base de apoio de aprovar a chamada Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32/2021 que, entre outras anomalias, objetivava privatizar e precarizar as atividades do setor público nacional.

Representantes da ACP participaram, em Mato Grosso do Sul e em Brasília, dessa luta, visando ampliar a pressão contra os deputados federais para que a PEC nº 32/2021, da reforma administrativa, não fosse aprovada no plenário da Câmara, depois de o texto do relator Arthur Maia (DEM-BA) passar pela comissão especial, da qual recebeu 28 votos a favor e 18 contrários.

O processo continua. A chamada direita raivosa está esperando o momento certo para votar esse projeto que desmonta por completo o alicerce do serviço público nacional. A ACP está vigilante e fará todo o esforço para, com outras entidades sindicais e partidos políticos aliados da democracia, barrar mais um absurdo daqueles que desejam viver num mundo desprovido das leis trabalhistas e das garantias individuais e coletivas.

O novo normal

Em novembro de 2021, quando as condições sanitárias melhora-

315. Lucílio Nobre (2020).

316. Lucílio Nobre (2021).

ram no Brasil, o sindicato voltou a participar, com os cuidados que a doença exige, de algumas atividades presenciais, como o Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro. A ACP tem tradição de lutar contra todas as formas de discriminação, por isso levou seus associados para a praça Ary Coelho, onde aconteceu uma grande festa cívica. O ato foi uma oportunidade para dirigentes da ACP reforçarem a luta contra a PEC nº 23, que dá calote nos precatórios; o desemprego gerado pela política econômica de Bolsonaro e Paulo Guedes; a alta dos preços e as privatizações. A turma também se lembrou de pedir “fora, Bolsonaro”.

Não menos importante foi o retorno alvissareiro do “Bazar de Natal”, uma atividade da Secretaria dos Aposentados da ACP, sob a direção da professora Aparecida Natividade. Inclusive foi usado as instalações do Clube de Campo para preparar o Bazar. A ação faz parte do Projeto Viver Melhor e marca o retorno dos eventos presenciais com professores aposentadas. O bazar objetiva a integração dos profissionais da educação pública aposentados e da ativa, além de divulgar os trabalhos produzidos pelas integrantes da oficina de artesanato do projeto. O evento aconteceu na primeira semana de dezembro de 2021.³¹⁷

As portas do Clube de Campo também se abriram para o esporte e outras formas de conagraçamento. Após dois anos interditados em função da crise sanitária, a Secretaria de Esportes e Lazer, sob a direção da professora Angelina de Souza, abriu as inscrições para a “Copa da Saudade”. A competição marcou a retomada dos eventos esportivos no Espaço de Formação do Clube de Campo.³¹⁸

A Secretaria Social e Cultural é uma das mais antigas da nossa entidade. Ela já constava no primeiro Estatuto criado em 1952. Nos últimos 4 anos a titular desta secretaria é a professora Socorro Maria Jesus Pereira Arguelho dona de uma energia inesgotável e profundamente comprometida com a defesa da cultura e das atividades sociais. Eis algumas atividades desenvolvidas sob a liderança da professora Socorro. Aliás, é ela quem conta um pouco do trabalho que faz na ACP.

A Secretaria Social e Cultural da ACP tem como objetivo oferecer projetos e ações para todos os filiados; para isso, claro, estamos buscando atividades que respondam as demandas de todos e de cada um. Cada ano procuramos aperfeiçoar ainda mais nosso trabalho. Nos últimos dois anos, em função da pandemia, não foi pos-

317. ACP (2021).

318. Secretaria de Esporte (2021).

sível fazer tudo o que queríamos. Mas logo que houve condições seguras para trabalharmos fomos à luta. Concretamente a nossa secretaria oferece as seguintes atividades ao longo do ano :Pilatos; yoga; coral para filiados e dependentes; dança de salão para filiados e dependentes; acampamento de férias; carnaval da ACP; dia da mulher; baile do trabalhador; aniversário da ACP; festa Junina; feijoada da ACP; noite Literária/cultural; oficina de cultura Sul Mato-grossense); Festimpe; dia das crianças; 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher e baile de confraternização no final de ano. Por conta da pandemia algumas dessas atividades foram prejudicadas. Mas, agora, com a melhoria das condições sanitárias vamos ofertar todo nosso portfólio de atividades.³¹⁹

A dimensão de formação sindical também voltou em 2021. A Secretaria de Formação Sindical realizou, no Espaço de Formação do Clube de Campo, o Encontro de Representantes Sindicais de 2021. A atividade foi o primeiro evento presencial do sindicato após o início da pandemia de covid-19. Cerca de 50 representantes sindicais participaram da formação. O evento debateu a PEC nº 32/2021 e analisou da conjuntura nacional. O presidente nacional do PDT, professor Carlos Lupi, e o deputado federal de Mato Grosso do Sul, Dagoberto Nogueira, palestraram sobre a atual ameaça aos direitos dos servidores públicos e à prestação de serviços à população brasileira. O presidente da ACP, professor Lucílio Nobre, e o secretário de formação sindical, professor Gilvano Bronzoni, atualizaram as informações sobre as lutas da categoria e a importância dos representantes sindicais para a organização dos trabalhadores da educação a fim de resistir à reforma administrativa.³²⁰

Não menos importante tem sido o trabalho da Secretaria de Patrimônio liderada pela professora Leda Aparecida Nubiato Oliveira. Essa secretaria nasceu em 2018, com a missão de zelar pelos bens do sindicato. Considerando sua importância foi construída uma sala, nas dependências do Clube de Campo, para agasalhar, com todo cuidado, insumos ligados a gloriosa história do nosso sindicato, que, em 2022, completou 70 anos de história e luta. Uma outra atividade importante que está sob a responsabilidade dessa secretaria é a biblioteca da ACP, em fase de reorganização, que disponibilizará centenas de livros e re-

319. Entrevista com a professora Socorro Maria Jesus Pereira Arguelho em 29 de junho de 2022

320. ACP (2021).

vistas para leitores e leitoras que querem conhecer e intervir na história de Mato Grosso do Sul. Entre as obras destacam-se os trabalhos de parte importante dos escritores do nosso estado.

A volta às aulas e os desafios para 2022

Mais um ano começou com luta, desta vez a ACP enfrentou a perseguição do Estado aos professores convocados. Com os salários reduzidos quase à metade por lei enviada pelo governador Reinaldo Azambuja à Assembleia Legislativa, e aprovada pela maioria dos deputados, os professores de Campo Grande, sob a liderança da ACP e da Fetems, manifestaram na manhã do dia 2 de fevereiro, no Parque dos Poderes. A pauta do protesto era contra a redução salarial, somada à alta inflação do último ano, que colocou os professores não concursados numa “situação-limite”, com forte impacto na sua vida por conta da drástica redução na remuneração mensal.³²¹ O professor Lucílio rebateu a política do governo:

Não é justo que pessoas que desempenham a mesma função na escola recebam salários diferentes. Hoje professores e professoras convocados recebem metade do salário de efetivos. É como se esses educadores e educadoras trabalhassem seis meses do ano de graça para o governo do estado. Essa luta pela equiparação salarial está só começando. O governo precisa reabrir o diálogo e apresentar uma proposta que resolva essa disparidade, essa vergonha, que é o salário do professor convocado da rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul.³²²

Novas batalhas com Marquinhos Trad em defesa do piso nacional

A cobrança ao prefeito Marquinhos Trad, para cumprir a promessa de pagar o piso salarial para 20 horas, é outra demanda relevante do sindicato. As conversas com o prefeito começaram em janeiro de 2022, em um primeiro momento com a vice-prefeita, Ariane Lopes. Na sequência, em fevereiro, a segunda reunião foi com o prefeito. Ele e o sindicato tinham pressa em resolver a pauta do piso salarial. Havia a notícia que o prefeito iria deixar o cargo de prefeito para se candidatar ao governo de Mato Grosso do Sul.

³²¹. Gazeta Trabalhista (2022).

³²². Ibid.

O processo não foi fácil. O Prefeito, inicialmente, não estava disposto a atender a categoria com relação ao pagamento do piso nacional. Os professores perceberam que era preciso aprofundar o debate político para tratar, com mais força, suas demandas com o governo municipal. Tanto que a categoria compareceu em peso a ACP quando foi convocada, em fevereiro, no dia 04, quando mais de 2.000 profissionais da educação compareceram à sede da ACP para conhecer e debater a proposta oferecida por Marquinhos Trad.

Foi uma das assembleias mais concorridas da entidade nos últimos anos. Inclusive foi definida a possibilidade de paralisação caso o governo municipal não atendesse a demanda da categoria. Ademais, novas rodadas de negociações aconteceram ainda em fevereiro. A categoria desde o dia 04 daquele mês estava disposta a entrar em greve. As mídias anunciavam a possibilidade de paralisação dos professores públicos de Campo Grande. Lucílio Nobre ficou relata o clima da categoria ao longo dos meses de fevereiro e março.

Foi muito emocionante a disposição da categoria. A participação foi unânime de todas as escolas. Todas tiveram representatividade, inclusive as EMEI, que antes eram os CEINFS. Essa participação foi muito efetiva da educação infantil, todas as nossas assembleias de tratativas estiveram lotadas e nossos atos, sejam paralisação, passeata em todo momento a categoria apoiou. Foram cinco assembleias e três atos de paralisação, mais uma mobilização, sendo um ato direto em frente à prefeitura, e uma passeata da ACP até a prefeitura, com a participação efetiva de toda a categoria.³²³

O prefeito não queria nem ouvir falar em greve. Ele estava arrumando as gavetas para deixar a prefeitura e enfrentar a disputa para o governo do estado como de fato aconteceu. Nessa perspectiva, depois das manifestações e passeatas que a ACP patrocinou, inclusive em frente à prefeitura, com milhares de professores e professoras e parte da sociedade civil que apoiou a luta do magistério, ele ofereceu contraproposta de reposição salarial da ordem de 67%, dividida em três parcelas. O presidente da entidade, Lucílio Nobre, conta como se deu esse processo de negociação.

O prefeito apresentou proposta de aumento salarial que contemplava tanto o ativo, valor presente, quanto o passivo que discutíamos desde 2013. Foi um avanço. Abriu um caminho novo. Ele anunciou que ia dar 67% escalonado até 2024. Não hesitamos em

323. Depoimento de Lucílio Nobre

mostrar para a categoria que era importante a proposta. Mas solicitamos a equiparação ao piso nacional, porque ele apresentou a proposta de 67% contemplando o atual e o passado como eu já disse, mas desvinculado do piso nacional. Isso significava que ficaria congelado até 2025 o salário do professor, então nós fizemos assembleia e a categoria deliberou que se fizesse a adequação no texto. Isso foi importante porque a correção que tiver nacionalmente vai incidir sobre a lei municipal 6.796. Esse ano vai ter 20,45%, escalonado em abril, novembro e dezembro. No ano que vem, maio e outubro 21%, 10,45 em maio e 10,45 em outubro, porém, o que estiver no piso nacional vai incidir sobre esses 21,45%.³²⁴

No dia 10 de março de 2022 a categoria aprovou por unanimidade a negociação que durou pouco mais de 30 dias. Ficou consagrado aumento de 67% até 2024. Foi uma grande celebração cívica. Milhares de professores levantaram seus crachás e referendaram a dura negociação que a diretoria estabeleceu entre fevereiro e março de 2022. Sobre o papel que toda diretoria da ACP cumpriu, nesse processo de negociação, ouvimos o seguinte depoimento do presidente Lucílio Nobre.

Nossa diretoria mostrou muita capacidade nessa e em outras negociações. Se fosse preciso iríamos parar por tempo indeterminado. Foi bom o resultado. O prefeito e o sindicato mostraram que podem tratar desse assunto de forma republicana. Que sabem defender seus interesses. A vida é feita de embates e logo teremos novas lutas. O mais importante é que a diretoria soube dialogar e respeitar o fator tempo. Reputo que essa foi uma das mais importantes negociações que tive o prazer de liderar na condição de presidente da entidade.

Cuidando do patrimônio da ACP

Em 2020, a diretoria da ACP iniciou uma série de reformas e ampliações em suas duas unidades. A primeira etapa das melhorias foi realizada com a construção de 16 quiosques e adequação de outras 40 unidades no Clube de Campo. A segunda fase das obras, em 2021, focou na ampliação da infraestrutura daquele espaço. O principal investimento foi a insta-

³²⁴. Depoimento de Lucílio Nobre

lação de 206 placas de energia fotovoltaica no telhado do salão de festas. Com investimento de R\$ 390 mil, os 12 mil quilowatts de energia gerados por mês representarão 95% de economia nos custos com energia elétrica do sindicato, em todas as suas unidades. Dessa forma, em três anos, todo o valor aplicado na instalação do equipamento será recuperado.

Na sequência, ainda em 2021, a sede central do sindicato passou por intensa reforma, adequação e ampliação do espaço, no auditório principal, construção de nova secretaria geral e de pavimento superior para alojar as demais secretarias, presidência, sala de reuniões, biblioteca e reforma do auditório superior. Também houve a adequação na fachada, apresentando uma arquitetura, mais moderna e futurista.

Sobre essas reformas, então, ouvimos o presidente Lucilio Nobre que falou com muito orgulho do cuidado que a diretoria tem com o patrimônio da entidade.

Nossa maior preocupação é zelar pelo patrimônio da ACP e investir em melhorias que possibilitem aos nossos filiados e filiadas o uso do nosso espaço de maneira confortável e com todas as condições de bem-estar que os profissionais da educação merecem. Tendo em vista que grande parte da categoria trabalha no período diurno, o investimento na iluminação do campo e da quadra visa oferecer mais uma opção de horário para a prática esportiva e a confraternização de professores e professoras e seus familiares. Eu fico muito feliz quando vejo aquele clube lotado de gente celebrando a vida.³²⁵

A Secretaria de Esporte e lazer, da ACP, tem uma longa história em defesa do esporte. Waldemar e Weld contaram nestas páginas a saga que enfrentaram para ofertar esporte, lazer, segurança e conforto aos sócios. O trabalho desenvolvido pela professora Angelina de Souza, Secretaria de Esporte e Lazer da ACP, desde o ano de 2018, segue o caminho pedagógicos de outros secretários, que deram importantes contribuições ao sindicato. Quem fala dos desafios dessa secretaria é a professora Angelina.

Em 2018 fui convidada a compor a chapa da atual gestão da ACP como suplente, na secretaria de esporte e Lazer do Sindicato, mas o titular renunciou; assim, assumi a pasta. O trabalho da Secretaria de Esporte e Lazer é muito dinâmico, pois além das atividades

325. Entrevista de Lucilio Nobre em 12 de abril de 2022

esportivas oferecidas aos nossos sócios, tem a gestão do Clube de Campo que demanda muito trabalho. Com a pandemia, a partir de março de 2020, as atividades do clube ficaram suspensas. No final de 2021 voltamos com muita garra e cuidado porque a pandemia ainda é uma ameaça. Tomamos as precauções e conseguimos realizar a primeira atividade pós pandemia, a Copa da Saudade, em que procuramos valorizar a vida e homenagear as pessoas que perderam a vida em decorrência da Covid 19. Outras atividades esportivas e de lazer também foram realizadas. Esse ano, 2022, iniciamos com muito trabalho. Tenho certeza que nossos associados vão voltar com força e com vontade a participar das atividades do nosso clube. A nossa meta é terminar esse mandato com trabalho de excelência e responsabilidade que é a orientação da nossa entidade.³²⁶

Sobre o futuro da ACP

Vejamos as palavras do presidente Lucílio Nobre sobre o futuro que almeja para o Sindicato dos Professores Públicos de Campo Grande.

Desejo que a ACP seja sempre arrojada e ousada. Devemos dar sequência ao belo trabalho dos pioneiros que tiveram a coragem e a inteligência de construir nossa entidade no início dos anos 1950. O momento atual requer muita segurança, não podemos perder nossas pautas. De todos que passaram aqui na ACP, nós temos a mesma pauta, que é piso, carreira, formação, concurso público, investir em patrimônio, isso é sólido na ACP, respeitar as assembleias, mas também sempre fazer as análises de conjuntura, seja nacional, internacional, municipal. Não dá para ficar em alguns momentos só analisando a conjuntura interna, temos que trazer o contexto internacional, período de guerra, período de pandemia, de um governo antidemocrático que está instalado no Brasil. Se não entendermos tudo isso, que reflete no local, regional, estadual, então fica difícil você se adaptar. O sindicato tem que ser ousado e responsável. Outras lideranças vão continuar construído o caminho da ACP. Quero saúde para, na qualidade de associado, ofertar meus trabalhos em defesa dessa grande entidade. O tempo presente e o futuro serão radiantes. De muita luta em defesa de dias melhores para nossa categoria e toda sociedade.³²⁷

326. Entrevista com a professora e secretária da ACP Angelina de Souza em 30 de junho de 2022

327. Depoimento de Lucílio Nobre



CAPÍTULO XVII

Zélia Aguiar assume a direção da ACP.

A professora Zélia Aparecida dos Santos Aguiar nasceu em Campo Grande, MS. É formada em Pedagogia e trabalhou em várias escolas da nossa capital até empossar-se, por meio de concurso público, na Rede Municipal de Ensino (Reme), como especialista em educação-orientação educacional, em 2008. Zélia já havia participado de atividades sindicais, na época em que trabalhava como bancária, assim, naturalmente, dias depois de tomar posse na Prefeitura de Campo Grande, procurou a direção da ACP para filiar-se na entidade.

Aos poucos, ainda em 2008, participou ativamente das ações realizadas pelo sindicato. Cresceu, como ela gosta de falar, a demasiada vontade de trabalhar pela melhoria da educação pública da sua cidade e do seu estado. “Eu queria levar a mensagem da ACP para os meus colegas mais acomodados ou com pouca disposição para o trabalho sindical. Logo conquistei o honroso cargo de representante sindical da escola onde eu trabalhava. Essa atividade abriu, ainda mais, minha mente para a importância do sindicato. Passei a falar ao microfone e a debater as pautas da entidade, bem como levar as informações para a escola, contrariando, muitas vezes, a vontade dos gestores e gestoras mais atrasados”.

O trabalho desenvolvido como representante sindical deu bons frutos. Zélia passou a ser convidada para todas as ações do sindicato, mesmo tendo que cumprir a carga horária na escola. Em 2014, após intensas greves e paralisações que exigiam muita determinação da direção da ACP, a professora Zélia foi convidada para participar da direção da entidade. Vejamos as suas lembranças de como desenvolveu-se esse processo.

Eu tinha vontade de participar da diretoria da ACP. Seu Geraldo, discretamente, me fazia algumas perguntas, ou seja, desejava saber se eu queria integrar a diretoria. Quando foi em 2014, por ocasião da realização das eleições da ACP, marcadas para aquele ano,

fui convidada para compor a chapa como 1ª secretária; porém, a eleição foi suspensa por ordem judicial; Sr. Geraldo ficou à frente da entidade, por mais um ano, aguardando a definição jurídica da eleição. Em 2015, depois de muitas paralisações e uma dura batalha jurídica, a eleição foi realizada. Eu integrei a chapa vitoriosa, liderada por Lucilio Nobre, na condição de vice-presidente. Eu lembro que a nossa diretoria assumiu logo após uma longa greve, muito tensa, inclusive, eu e outros colegas fomos agredidos fisicamente pela guarda municipal, no dia 4 de agosto de 2015. Aliás, essa data faz parte do calendário de atividades do sindicato.³²⁸

De 2015 até o dia 2 de junho de 2022, Zélia trabalhou na ACP na condição de vice-presidente. Participou de todas as atividades da entidade, ao lado dos demais diretores e representantes sindicais, conforme descrito no capítulo anterior. Mas a vida reservava outros desafios para a professora. O afastamento do presidente Lucilio Nobre para disputar uma vaga na Câmara dos Deputados de Mato Grosso do Sul, nas eleições de outubro de 2022, exigiu que a sindicalista assumisse a presidência da ACP, posse que aconteceu com simplicidade e tranquilidade no último dia 02 de junho.

A professora Zélia Aguiar ficará à frente da direção da ACP até o dia 2 de outubro do corrente ano. Nesse curto espaço de tempo, ou seja, a partir de 02 de junho, a entidade sob a liderança da nova presidente, já realizou muitas atividades externas e internas. Inclusive, está lutando para garantir eleição para os gestores das EMEI'S. Vejamos, nas palavras da presidente, como anda o debate sobre esse assunto.

Eis que fomos informados que não haveria eleição para diretores – Gestão democrática nas EMEI'S. Imediatamente, procuramos saber o que estava acontecendo, pois, na verdade, a Lei da Gestão democrática na REME, n. 6.023/2018, foi construída depois de muita luta do nosso sindicato. É uma conquista histórica que não abrimos mão. Muito suor e lágrimas foram derramados para garantir eleições democráticas nas escolas. Convocamos os professores das Emei's para Informar sobre o descaso da prefeitura e buscar alternativas que garantam as eleições conforme a Lei manda. Agimos também no plano político. Enviamos ofícios às autoridades competentes, pedindo audiência, inclusive, estivemos na Câmara

328. Entrevista com Zelia Aguiar

Municipal, tratando desse assunto, com a Comissão de Educação daquela Casa de Leis. Na sequência, então, tivemos audiência com a secretária de educação, Alelis Izabel Gomes, da qual participou a comissão de professoras de base formada por (Daniely Araujo, Maria Rosa Souza, Ana Lucia Gasparini e Sueleid Benevides). Ao final da audiência, pedimos um documento assinado pela prefeita Adriane Lopes, comprometendo-se a fazer as eleições nas Emei's o mais rápido possível. O sindicato está acompanhando o processo para garantir a perenidade da democracia. Esse é um direito da comunidade escolar e ninguém mexe. Estamos de olho.³²⁹

Ademais, a tão sonhada biblioteca da ACP começou a ganhar forma. A professora Lêda Nubiato, Secretária de Patrimônio, está muito empenhada nessa tarefa. Logo a biblioteca estará pronta. Outra frente de trabalho está relacionada com a saúde mental do professor e da professora. O sindicato está solicitado melhorias nos serviços da área de psicologia da CASSEMS e IMPCG. Há muita preocupação com a saúde da categoria, que vive muito pressionada, pelo momento que o país atravessa. Em tempo de pandemia e de governo genocida todo cuidado é pouco.

Outra atividade de peso foi a participação da diretoria da ACP no Programa de Formação Sindical e Políticas Educacionais, Regional de Campo Grande, realizado pela Fetems, em seu auditório, dia 24 de junho. Não menos importante foi o trabalho desenvolvido pela Secretaria Educacional, pasta da Profa. Francisca Fátima de Oliveira, que ofereceu o Curso de Primeiros Socorros, no mês de julho de 2022. O curso é fundamental para o trabalho nas escolas e foi estendido a participação aos funcionários da ACP.

O sindicato participou, ainda, da solenidade de posse dos Conselheiros no CME – Conselho Municipal de Educação, no dia 22/06/2022, para o biênio 2022 a 2024, o evento aconteceu no auditório da SEMED e contou com a presença da Secretária de Educação, Profa. Alelis Gomes, a prefeita Adriane Lopes e os conselheiros titulares e suplentes. Representando a ACP foram empossados: a professora Zélia Aguiar, titular e seu suplente Prof. Gilvano Kunzler Bronzoni; Profa. Lilian Teles da Rosa Herrera, titular, e sua suplente Profa. Francisca Fátima de Oliveira.

A Secretaria Sindical, pasta do Prof. Gilvano Kunzler Bronzoni, realizou o curso de Formação Sindical com o título “Escola pública:

Eu defendo, valorizo e participo”. O evento contou com a palestra de Ben-Hur Ferreira, ex-parlamentar e professor e de Antonio Carlos Biffi, e foi realizado no dia 27/06/2022, no período das 13:00 às 17:00 horas, na sede central da ACP, com a participação de representantes sindicais. Outros palestrantes deram sequência ao curso.

Ademais, foi realizada a 15º Feijoada 70 Anos da ACP, pela pasta da profa. Socorro Maria de Jesus Arguelho, Secretária Social e Cultural, no dia 10 de julho de 2022, no Clube de Campo da ACP, com animação do grupo de Samba Daran JR.

A presidente Zélia Aguiar está muito confiante de que dias melhores virão para o Brasil e para o Mato Grosso do Sul. Há esperanças de que o Brasil olhe para a frente e que os sindicatos voltem a conquistar seus direitos inalienáveis. Eis as suas palavras:

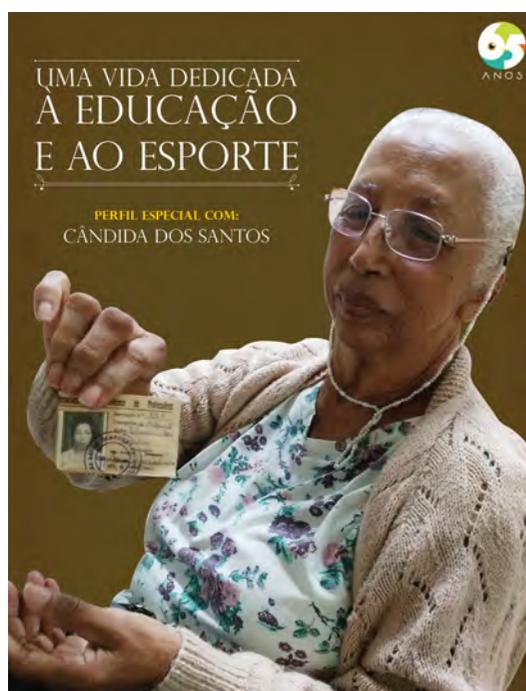
“A minha meta é seguir, nesse período de interinidade, o planejamento da entidade, que foi feito por todos os diretores sob o comando do Lucilio Nobre, um parceiro importante para o sucesso da nossa gestão. Isso não quer dizer que não colocarei um pouco da minha visão acerca da administração da entidade. Sim. O toque feminino é importante em todas as gestões e em qualquer lugar. Estou orgulhosa por comandar o sindicato mais importante do nosso estado e por contar com o apoio decisivo dos diretores da entidade. Vamos continuar cuidando, com carinho e responsabilidade, do lazer e dos direitos dos nossos filiados. Ademais, desde jovem, como humanista que sou, defendo que sindicato foi feito para lutar e defender o trabalhador. Só acredito em sindicato que vai para as ruas e praças. Que sofre a dor de todos aqueles que são massacrados pelo patrão, seja ele público e ou privado. Acredito em sindicato que se preocupa com sua base e com todos os trabalhadores vilipendiados nos seus direitos. O sindicato tem que ter uma visão macro da política e da economia do país. Estou segura que vamos enfrentar os desafios com entusiasmo e muita garra. Nenhum passo para atrás na nossa luta. Os dirigentes do passado pavimentaram o caminho para a gente continuar lutando pelo bem comum. Viva a ACP e a sua história de conquistas”.³³⁰



Viagem dos aposentados da ACP



Professora Maria Garcia, ex-presidente da ACP



Professora Cândida, aposentada



Professores Eronildo e Waldemar Gomes conversam com o ex-prefeito Nelsinho Trad



Professora Heloisa Helena Calzolaio, ex-secretária dos aposentados da ACP



Assembleia dos professores na ACP



Professora Francisca Oliveira, secretária educacional da ACP em formação para professores filiados da ACP



Professora Lilian Teles, secretária de comunicação, e Zélia dos Santos, vice-presidente da ACP



Professora Zélia dos Santos em debate sobre Gestão Democrática na Câmara Municipal de Vereadores de Campo Grande



Professora Aparecida Natividade, secretária dos aposentados da ACP



Professora Leda Nubiato, secretária do patrimônio, coordenando atendimento na ACP



Delegação da ACP em Brasília na luta contra a PEC 32



Professoras Lillian Teles, Zélia dos Santos e Francisca Oliveira em Brasília, na luta contra a PEC 32



Agressão sofrida pela professora Zélia dos Santos, na Câmara Municipal de Campo Grande, durante greve da Reme 2015



Carnaval do FUNDEB em Campo Grande



Professores Sérgio Calheiros, Zélia dos Santos, Geraldo Gonçalves, Socorro Pereira e Lucilio Nobre



Diretoria realiza a abertura de Feijoada da ACP



Delegação da ACP em Brasília



Encontro anual de representantes sindicais da ACP



Posse da Diretoria da ACP quadriênio 2018-2022



Encontro anual de Representantes sindicais



Reunião dos professores aposentados



Formação sindical na ACP



Professor Waldemar Gomes de Carvalho Júnior, tesoureiro da ACP



Greve de 2015



Greve em 2016



Greve de 2015



Professores na luta pela Educação Pública



Professores na Praça Ary Coelho



Negociação salarial com o prefeito Marquinhos Trad



Passeata dos professores da ACP



Passeata dos professores na rua 14 de julho



Debate Eleições municipais para prefeito de Campo Grande, 2016, promovido pela ACP



ACP participa de Greve Geral contra Reforma da Previdência em 2017



Inauguração do Ginásio de Esportes Professora Nelly Bacha no Espaço de Formação e Clube de Campo da ACP



Lançamento da campanha Gestão Democrática da Reme



Apresentação dos professores filiados a ACP candidatos a vereadores nas eleições 2016



Encontro Anual do Aposentados da ACP



Eronildo, autor do livro, entrevistando professores Gilvano Bronzoni e Lucilio Nobre



Almoço no Clube de Campo da ACP



Ex-prefeito Alcides Bernal e os professores Waldemar Gomes e Geraldo Gonçalves



Costelada no Clube de Campo da ACP



Dia de lazer no Clube de Campo da ACP



Futebol no Clube de Campo da ACP



Premiação da Copa dos Veteranos no Clube de Campo da ACP



Vôlei na ACP



Esporte feminino no Clube de Campo da ACP



Palestra na ACP para os professores aposentados com o Professor Helder Molina



Professores aposentados da ACP cuidando do corpo e da mente



Diretores da ACP visitam obras no Espaço de Formação e Clube de Campo da ACP



Diretoria em visita às obras do Espaço de Formação e Clube de Campo da ACP



Reunião da Diretoria no Espaço de Formação e Clube de Campo da ACP



Moderno sistema de geração de energia solar do Espaço de Formação e Clube de Campo da ACP



Integrantes do Conselho Fiscal da ACP em visita às obras do novo salão de eventos



Professor Lucilio Nobre e as secretárias Lillian Teles e Maria Aparecida do Nascimento inspecionando as obras do Espaço de Formação e Clube de Campo da ACP



Reforma da Sede da ACP



Novos quiosques do Espaço de Formação e Clube de Campo da ACP





Greve Geral da Reme



Greve Geral da Reme



Greve Geral da Reme



Greve Geral da Reme



Greve Geral da Reme



Greve Geral da Reme



Funcionários da ACP



Funcionários da ACP



Funcionários da ACP



CAPÍTULO XVIII

Gilvano Bronzoni conquista a presidência da ACP

O ano de 2022 abrigou importantes disputas políticas no plano nacional e estadual, além da eleição para a ACP, de Campo Grande, que aconteceu na mesma quadra histórica das eleições para presidente, governo do Estado e escolha dos parlamentares para o Congresso Nacional e a Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul.

Para a presidência do Brasil foi eleito Luiz Inácio Lula da Silva, que concorreu, no segundo turno, contra Jair Bolsonaro, líder da extrema direita brasileira.

Para o governo do estado de Mato Grosso do Sul sagrou-se eleito o empresário do agronegócio, Eduardo Riedel, que disputou, no segundo turno, contra o candidato Renan Barbosa Contar, mais conhecido como Capitão Contar. Riedel contou com o apoio de uma parte importante dos professores de Campo Grande, sendo muitos deles ligados ou influenciados pelos sindicatos cutista e ou ligados politicamente ao PT e outras siglas com raízes no campo da esquerda. Capitão Contar também recebeu muitos votos dos professores e professoras de Campo Grande e outras cidades do estado.

A eleição da ACP, por sua vez, expressou parte da polarização política que ocorreu nas eleições para presidente da República e governo dos estados. O resultado do pleito de 2022 mostrou que existem no Brasil dois campos políticos profundamente radicalizados, um liderado por Lula e as lideranças de centro-esquerda e outro por Bolsonaro e as lideranças ligadas ao pensamento conhecido como de direita.

A disputa política no interior da categoria dos professores da Cidade Morena foi profundamente democrática, porém tensa e muito bem disputada. Tanto que quatro chapas foram registradas e participaram do pleito, sendo sem dúvida uma das eleições mais concorridas da história da entidade.

A eficiente rapidez que a diretoria da ACP adotou para terminar a bela reforma do edifício sede da entidade, no centro da capital, ao longo daquele ano, estava em contradição com as vagarosas costuras para se construir uma chapa que contemplasse as mais diversas forças políticas do colegiado de diretores. As reformas do Clube de Campo da entidade andavam a toda velocidade. Mas o consenso entre os dirigentes capengava.

Parte dessas dificuldades podem ser creditadas à saída provisória de Lucílio Nobre, presidente da entidade na época. Lucílio explicou para os diretores, ainda em maio de 2022, que não tinha interesse em participar da nova diretoria da ACP, que seria eleita em novembro daquele ano, pois ia perseguir outros desafios. De fato, Lucílio saiu candidato a deputado estadual, conforme explicamos mais atrás, e a legislação eleitoral exige o afastamento do candidato da instituição que preside ou é diretor. O seu afastamento aconteceu na data de primeiro de junho de 2022.

Sem a presença de Lucílio na dinâmica da entidade, cargo que passou a ser exercido pela vice-presidente, professora Zélia, o espaço para que as forças políticas presentes na diretoria sonhassem em ocupar a sua presidência foi aberto. Esse é um direito albergado nos sagrados estatutos do sindicato. Todo sócio, da ACP, tem direito a montar uma chapa e concorrer à eleição. Basta estar em dia com as obrigações da entidade.

Quem adentrava ao sindicato, ainda no mês de setembro, percebia facilmente que aquela diretoria caminhava para um racha. A ideia de uma chapa de consenso ficava cada vez mais distante. O presidente, Lucílio, foi informado que o quadro era de disputa aberta entre os diretores, mas, pelo jeito, nada podia fazer, pois estava drenando toda sua energia para a disputa política em que estava participando. Como o grupo de diretores era adulto, ele deixou que encontrasse uma saída para aquela crise.

Em que pese a disputa, claro, as atividades administrativas não tiveram solução de continuidade. Os diretores cumpriam fielmente com suas obrigações. A entidade continuava ofertando seus serviços aos associados com zelo e presteza. Tanto que o sindicato continuou os contatos formais com a prefeitura de Campo Grande objetivando conquistar concurso público e eleição para as Emei's, sem se descuidar da negociação coletiva da categoria e da reparação do piso para 20 horas aulas, que estava judicializado desde o ano de 2015.

Aos poucos foram se formando dois grupos na ACP, que, com o passar do tempo, foram se distanciando dentro dos parâmetros democráticos e de urbanidade que a entidade exige. A professora Zélia, que dirigia a ACP na ausência de Lucílio, anunciou em reunião de diretoria que era candidata a presidente da entidade. Nessa oportunidade, início de setembro de 2022, o professor Gilvano, experiente sindicalista com raízes no movimento estudantil secundarista de Campo Grande, também anunciou que seria candidato a presidência do sindicato. O racha da diretoria foi selado naquela oportunidade.

Enquanto a diretoria da ACP batia cabeça, outras forças do movimento

dos professores de Campo Grande se mexiam para também disputar a direção da entidade. Professor Chiquinho, articulador da política de oposição à diretoria da ACP, sem muito alvoroço costurava discretamente uma chapa com bandeiras claramente oposicionistas. Vejamos as palavras de Chiquinho sobre as articulações para tentar conquistar a direção da ACP.

A ideia surgiu a partir de muita conversa com um grupo de professores e professoras que tem atuação no movimento sindical. Inicialmente montamos um grupo amplo e difuso politicamente. Mas não foi possível fechar chapa com base em um debate voltado para as questões do mundo do trabalho moderno. Era uma composição com o professor Joaquim. Depois, conversei com Zélia e Gilvano, que lideraram outras chapas, porque no movimento sindical tem que caber todo mundo. Aos poucos montei uma chapa tendo a professora Lazara Lopes da Costa como vice. Nossos pilares de trabalho eram a defesa de um sindicato de base radical e fortalecimento da organização do trabalho nas escolas. Eu não concordava com o rebaixamento da nossa condição de trabalho. Houve um ataque brutal sobretudo no governo Marquinhos, com fechamento das salas de tecnologia e laboratórios. Eram essas as razões que me levaram para aquela disputa.¹

De fato, Joaquim se afastou das articulações com Chiquinho e montou uma chapa com o nome fantasia de “Alternativa”, tendo como vice a professora Maria de Jesus Echeverria Nimer Gatto. De acordo com Joaquim, em linhas gerais a chapa “Alternativa” tinha como objetivo:

Trazer os professores para dentro do Clube de Campo e para dentro da ACP. “Era uma costura política que já durava em torno de dois anos. Eu, simplesmente, no início, era um dos articuladores daquela chapa. Tinha o desejo de trabalhar na parte jurídica que é também minha área profissional. Nosso grupo debateu em um encontro em Três Lagoas a possibilidade de participarmos da chapa encabeçada pelo professor Chiquinho. Tudo caminhava para sairmos juntos, mas em função de problemas ideológicos um integrante do nosso grupo foi vetado pelo grupo de Chiquinho. Assim, ainda em outubro, paramos a negociação e fui instado a encabeçar uma chapa, que juntava uma parte dos professores que queriam mudar a ACP.”²

1. Francisco Givanildo dos Santos (Chiquinho) em 12/12/2023

2. Joaquim Soares de Oliveira Neto

A eleição estava marcada para a data de 11 de novembro

A eleição, da ACP, estava marcada para acontecer na data de 11 de novembro de 2022. No dia 15 de outubro, portanto 14 dias depois do primeiro turno da eleição geral daquele ano, Lucílio Nobre retornou à presidência da entidade, após quatro meses de afastamento. Uma das primeiras providências de Lucílio foi procurar pacificar as disputas entre os diretores que havia ganhado muita densidade.

Todos diziam que havia passado do ponto de retorno. “Eu queria reunificar o grupo de diretores. São companheiros de luta de muitos anos. Testados na luta contra a extrema direita e os gestores que não querem atender as demandas dos professores. A ruptura no sindicato era algo muito ruim para a defesa dos interesses da categoria; mas, infelizmente, não consegui. Tanto Zélia, como Gilvano, estavam decididos a bater chapa”, lembra Lucílio Nobre.³

Coube a Lucílio, como presidente da entidade, administrar os conflitos e preparar as condições para que todas as chapas concorressem com plena liberdade democrática, ou seja, ele não apoiou nenhuma das chapas. Isso inclusive trouxe alguns problemas, pois os candidatos diziam que ele estava apoiando discretamente uma ou outra chapa, só que não havia materialidade.

Aliás, vejamos a explicação de Lucílio para agir como juiz. “Eu acho que o sindicato tem que garantir a democracia no processo eleitoral. Eu agi como árbitro. Não deixei que a estrutura do sindicato fosse usada por nenhuma chapa. Não partidarizei a disputa. Deixei, claro, como manda o estatuto, que a categoria escolhesse, por meio do voto universal e livre, o novo grupo que iria gerir o sindicato nos próximos quatro anos”, declarou Lucílio.⁴

O certo foi que, nos primeiros dias de outubro, as quatro chapas estavam formadas e pedindo votos nas escolas. A chapa de número I, liderada pela professora Zélia Aparecida, ganhou o nome fantasia de “Um Novo Tempo, Um Novo Olhar” e teve como candidato a vice-presidente o professor Regerson Franklin dos Santos.

A professora Zélia tentou ampliar sua diretoria com nomes como o professor Chiquinho e outros, porém face ao clima de disputa acirrada não teve êxito. O essencial da sua chapa foi composto por diretores do sindicato ou professores que tinham cargo na estrutura ampliada da ACP. Isso quer dizer que Zélia conseguiu trazer para sua campanha um grupo importante de sindicalistas que, há anos, dirigiam a entidade. Pelo resultado do pleito ficou claro

3. Lucílio Nobre em 22/03/2023

4. Lucílio Nobre em 22/03/2023

que havia fadiga, ou seja, a categoria queria alguma mudança na direção da entidade. Há mais de 15 anos, o mesmo grupo se revezava à frente do sindicato, entre eles o professor Gilvano que saiu e foi para a oposição.

Ademais, a chapa liderada por Gilvano mostrou-se mais plural, contando com professores que faziam oposição à direção da ACP há vários pleitos, inclusive vinculados a partidos políticos como PSB, PT e PCdoB, entre eles Marlene, Josefa dos Santos e Renato Pires, sem excluir outros integrantes da gestão passada, as professoras (o) Leda Nubiato, Marlyse, Danilo Meira, Giselle Bacanelli, Adriana Banar, Aparecida Natividade e Marcio.

Vejamos nas palavras da professora Josefa dos Santos, vice-presidente na chapa II, liderada por Gilvano, como se processou a costura política da chapa, cujo nome de fantasia foi “ACP Para Todos”.

Gilvano, certo dia, me perguntou se eu tinha interesse em participar da sua chapa. Falei que ia consultar meu grupo político e daria uma resposta. Então, ficamos quase um ano nessa conversa. Depois aceitei e fomos para a campanha, que foi muito intensa porque nós tivemos que construir uma proposta de chapa na qual a estrutura organizacional da ACP não abrigava. Mas como a gente precisava ampliar e criar novos espaços para trazer mais professores para o grupo, a alternativa foi a criação dos coletivos. Depois, chamamos o pessoal da educação infantil e outros grupos sociais. Aos poucos fizemos um movimento que contou com muitos apoios da cena sindical e política de Campo Grande. A ampliação das nossas ações garantiu o sucesso da nossa chapa.⁵

Não menos importante são as palavras de Gilvano sobre as conversas, que culminaram com a formação da chapa II.

O grupo da antiga diretoria da ACP ficou duas gestões na frente da entidade. Algumas pessoas já vinham desde antes. Era um grupo heterogêneo no ponto de vista dos valores políticos. O professor Lucílio nos informou que não seria mais candidato, achei um erro, porque abriu uma fenda para rachar a diretoria. Um grupo liderado por Zélia começou a trabalhar para substituir Lucílio. Não havia clareza naquele movimento. Eu comecei a pensar que era hora de tomar uma decisão. Não estava confortável vendo aquela costura. Havia receio que a entidade caminhasse para uma posição mais conservadora politicamente. O ambiente ficou mui-

5. Josefa dos Santos em 15/01/2024.

to tensionado. Ai, no limite, começamos a articular uma chapa com gente daquela diretoria e outros da oposição. Eu tenho uma boa relação com os diretores de escolas, uma boa relação com os aposentados, uma boa relação com os diversos setores da ACP, aí começamos a trabalhar. Formamos a maior chapa da história da entidade: foram 18 diretores e mais dez do conselho fiscal. Era tanta gente que queria participar do nosso projeto que tivemos que criar coletivos para abrigar mais sessenta profissionais da educação, educação infantil, adaptados, enfim, professores que por algum motivo estavam afastados da vida concreta da entidade.⁶

Outro professor que participou ativamente das costuras que materializaram a chapa II, foi Renato Pires, dirigente do PCdoB e dono de imenso conhecimento da luta dos professores de Mato Grosso do Sul. Vejamos suas reflexões.

O PCdoB sempre teve presença no movimento sindical da educação pública do Estado. A gente avalia quando tem eleições nos sindicatos dos professores se é possível participar. Já encabeçamos várias chapas na ACP. Estamos representados na Fetems. Na eleição da ACP de 2022 avaliamos se íamos lançar chapa ou compor com alguma força política da entidade. Conversamos com Zélia, Chiquinho e Gilvano. Falamos com todas as chapas, incluindo a liderada por Joaquim. Concluímos que a chapa que mais dialogava com a tática de frente ampla para derrotar estrategicamente o nosso principal adversário, a extrema direita, era a chapa encabeçada pelo professor Gilvano, assim, integramos o grupo e fizemos uma disputa muito bonita. Agora estamos à frente da entidade até 2026.⁷

Ademais, o presidente, Lucílio Nobre, ainda em outubro, constituiu um grupo de professores indicados pelas chapas e pela a ACP para realizar o processo eleitoral, composto pelos professores e professoras: Ezerral Bueno, Solange Ferreira, Cira Clair Nantes, Adriana Banar da Silva e João Mena Barreto. A coordenação executiva do grupo ficou com o professor Ezerral Bueno.

A eleição foi marcada para o dia 11 de novembro, uma quinta-feira, na sede social da ACP, no horário das 8 às 18 horas. Quatro mil e quatrocentos professores estavam aptos a votar para a escolha da nova diretoria e do Conselho Fiscal.

6. Gilvano Kunzler Bronzoni em 16/12/2023.

7. Renato Pires em 12/01/2024.

O clima eleitoral era o melhor possível. A campanha aconteceu dentro da normalidade. A apresentação das chapas, informalmente, aconteceu no dia 15 de outubro, Dia do Professor, quando a ACP realizou uma grande festa no clube de campo para comemorar a data dos professores e promover lançamento do livro “ACP 70 anos – História da organização sindical dos professores de Campo Grande”, de autoria do professor doutor Eronildo Barbosa da Silva.

Naquela oportunidade, as chapas buscaram caminhos alternativos para divulgar suas propostas de forma ainda improvisada. “Mostraram a cara” como disse Gilvano. Assim, parte da categoria ficou informada que quatro chapas disputavam a eleição do seu sindicato.

Para cuidar exclusivamente da realização da eleição, foi criada uma comissão eleitoral formada pelos professores Newton Cosme, Glauber Runkel, Acácia Aparecida, Vinicius Mena, Edson dos Santos, Jovina Alves e Rubia Jucie, além da advogada da ACP, Maria Teresa.

Já no dia 10 de novembro centenas de pessoas estavam na frente da sede da ACP para acompanhar o pleito e votar. Havia cabos eleitorais e muita propaganda das chapas, inclusive com o uso de som ambiente para animar a militância e curiosos. Às 18 horas, a votação foi encerrada. 1.746 eleitores compareceram às urnas. A noite caía quando os primeiros resultados começaram a ser divulgados. A chapa II, liderada por Gilvano, disparou na frente.

Ao final da apuração, por volta das 20 horas, o professor Ezerral Bueno convocou os representantes das chapas para anunciar o resultado do pleito. A chapa II teve 767 votos. Ganhou em todas as urnas. A chapa I, então, teve 452 sufrágios. A chapa III, por sua vez, 289 votos, e a chapa IV obteve 210 votos.

Na sequência, foi anunciado o resultado para o conselho fiscal da ACP, que é eleito junto com os diretores. O Conselho Fiscal apresentado pela chapa II teve 654 votos. Já o conselho ligado à chapa I teve 333 sufrágios. A chapa III, por sua vez, 254 e a chapa IV 180 votos.

Encerrados os trabalhos do pleito eleitoral da ACP houve uma discreta comemoração na sede social da Fetems, em Campo Grande, para onde parte importante dos apoiadores da chapa liderada por Gilvano e Josefa se dirigiram. Parte importante dos diretores da Fetems apoiaram e trabalharam em prol da chapa II.

Posse da diretoria

A posse da nova diretoria da ACP e do Conselho Fiscal aconteceu na noite do dia 13 de dezembro, no salão social do Clube de Campo da entidade,

situado no bairro Santa Emília, em Campo Grande, com a presença de centenas de professores e representantes de outros sindicatos. Foi uma celebração muito bonita e discreta em que os convidados puderam beber e comer ao som de boa música. No evento, o novo presidente da entidade falou sobre os caminhos da ACP.

Queridos professores e professoras: fiquem certos que faremos uma ACP voltada ainda mais para a base, para aqueles que pisam o cimento da escola, para aqueles e aquelas que doam suor e sangue para a nossa educação. Vamos tratar das grandes demandas, mas, confesso, que vamos dar atenção também aos detalhes, que muitas vezes passam despercebidos da gestão, mas que muito afligem os professores que estão, faça chuva ou sol, dentro da sala de aula. Nossa ACP continuará sendo de todos e todas. Esse é o nosso desafio para os próximos quatro anos de mandato. Confio nos meus diretores e na força da nossa categoria. Por um novo tempo para os professores de Campo Grande e de todo estado de Mato Grosso do Sul.⁸

Algo que não pode deixar de ser citado, neste capítulo, é o fato de que a posse dos novos diretores aconteceu dois dias antes de uma paralisação que havia sido decidida pela categoria, em função da prefeita de Campo Grande, Adriane Lopes, ter se negado a conversar com o sindicato sobre o cumprimento da Lei do Piso 20 horas e a sua correção no valor de 10,39%.

A nova Diretoria, Conselho Fiscal e os coletivos tiveram as seguintes composições

DIRETORIA EXECUTIVA – QUADRIÊNIO 2022/2026

FUNÇÃO	NOME
Presidente	Gilvano Kunzler Bronzoni
Vice-presidente	Josefa dos Santos Silva
Secretário Geral	Renato Pires de Paula
1º Secretário	Luciane Garcia Fortes
Tesoureira Geral	Leda Márcia Nubiato Oliveira
1º Tesoureiro	Gisele Maria Bacanelli

8. Gilvano Kunzler Bronzoni em 16/12/2023.

Secretário Educacional	Madalena Pereira da Silva
Secretário de Esporte e Lazer	Leandro Colombo Pedrini
Suplente Esporte e Lazer	Tony Alvarenga da Silva
Secretário de Comunicação	Flavio Peixoto de Moura
Secretário de Formação Sindical	Danilo Meira Leite
Secretária Social e Cultural	Sueleid de S. Benevides Cabreira
Secretário Jurídico	Leonel Alves do Bonfim
Suplente Jurídico	Valdenir dos Santos
Secretário dos Aposentados	Tânia Maria Ferraciolli
Secretário de Patrimônio	Marlyse Shiroma Lopes
1ª Suplente	Lucimeiry Silva Borges
2º Suplente	Denise Freitas de Oliveira

CONSELHO FISCAL – TITULAR

- 01 Fernando Araújo Leigue Júnior
- 02 Daniely Rodrigues Araújo
- 03 Judith Ferreira da Silva
- 04 Olinda Conceição da Silva
- 05 Cleverton Duarte Gonçalves

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

- 01 Maisa Vargas Veiga
- 02 Jaconias Cardoso de Souza Filho
- 03 João Antonio de Oliveira
- 04 Ronie Trajano Roriz
- 05 Maicon Moreno da Costa

RELAÇÃO DOS COLETIVOS ACP 2022/2026

Coletivo Alfabetização

- Acácia Aparecida Orejana Bertelli
Aparecida de Souza Natividade

Coletivo Convocados

- Daniele Cristine Santos da Cruz
Valfrido Leite Rolim

Coletivo Inclusão

- Alaide Maria de Melo Lopes

Coletivo Educação Especial

Eliane Pereira Regis Santos
Maria das Graças Monteiro

Coletivo Cultural

Ádemir Barbosa dos Santos

Coletivo Diversidade

Cristiane Pereira Lima
Lantieri de Souza Jovino

Coletivo Juventude

Sara Haubert Santiago

Coletivo Educação Infantil

Rosileide Lima da Silva
Maria Rosa Souza Boeno

Coletivo Ensino e Pesquisa

Eugênia Portela Siqueira Marques

Coletivo Escola do Campo

Ataide Oliveira Conceição

Coletivo Mulheres

Mozana Raquel José Moisés Melo
Maristela Ferreira Borges

Coletivo Saúde do Trabalhador

Márcio José de Souza e Silva
Jamir Costa Gomes

Coletivo Readaptados

Gilmara Couto de Oliveira

Coletivo de Combate ao Racismo

Roselene Aparecida Assis de Souza
Eva Luciane Assis de Souza

Coletivo Educação de Jovens e Adultos - EJA
Wagner de Oliveira Moraes
Adriana Banar S. Pleutin



CAPÍTULO XIX

Novos capítulos na longa luta da ACP pelo cumprimento da Lei do Piso 20 horas

A eleição da ACP aconteceu em uma conjuntura em que a direção da entidade tinha que cuidar da organização da eleição e, ao mesmo tempo, da negociação coletiva com a prefeitura de Campo Grande sobre o pagamento do piso de 20 horas, judicializado em 2015, mas que o prefeito Marquinhos Trad tinha acertado com a categoria o pagamento desse débito até o ano de 2024. Assim, em outubro 2022 seria quitada uma parcela da negociação.

Entretanto, em primeiro junho de 2022, Marquinhos Trad renunciou ao comando da prefeitura de Campo Grande para ser candidato ao governo do estado de Mato Grosso do Sul. Por força da Lei Eleitoral, assumiu a direção da prefeitura Adriane Lopes, sua vice-prefeita. Lucílio, então presidente da ACP, tentou entabular conversas com a prefeita sobre essa demanda, que tinha o mês de outubro como data básica. Não teve sucesso. A titular da prefeitura não queria tratar do assunto. No limite, então, Adriane anunciou que só conversaria com a nova diretoria eleita para o período de 2022 a 2026.

Na verdade, o magistério cobrava que a lei 6.796/2022, que disciplinou o reajuste salarial, fosse cumprida conforme acerto entre a prefeitura e o sindicato. Em síntese era esse o acordo: os 64% para o piso de 20 horas seria escalonado até 2024, sendo 10,06% retroativo a fevereiro; 10,39% em novembro de 2022; 11,67% em maio/2023; 11,67% em outubro/2023; 11,67% em maio/2024; e 11,67% em outubro/2024.

Como não havia uma resposta concreta da parte da prefeitura e a folha salarial de outubro não anunciava qualquer remuneração referente ao piso 20 horas, coube ao sindicato convocar a categoria para proceder paralisação dos trabalhos em sala de aula. Assim, com o apoio da categoria dos professores, ficou decidido que no dia 13 de dezembro a categoria decretaria paralisação das atividades.

De fato, apenas dois dias após a eleição da nova diretoria, a categoria decretou estado de greve. A ideia era esperar algum aceno do poder público até o final de novembro. Caso não houvesse qualquer contato, a greve aconteceria conforme decidido pela categoria em duas assembleias gerais convocadas exatamente para debater o assunto.

Antes, então, os sindicalistas procuraram apoio junto aos vereadores

de Campo Grande, para que ajudassem no processo de negociação. A resposta foi positiva. A Câmara passou a participar dos debates com a prefeitura. Ademais, os professores protestaram em frente à prefeitura, levando cartazes e outras formas de comunicação, pedindo abertura de diálogo com o poder público. Nas escolas, por sua vez, os mestres procuravam explicar aos pais dos alunos as razões que justificavam as paralisações das aulas ou as operações tartarugas.

Aliás, um boletim com informações sobre a demanda dos professores, feito para chegar aos pais e a população de Campo Grande, pedagogicamente muito eficiente, com gráficos referentes às perdas salariais, informava que se a categoria não fosse recebida pela prefeita, lamentavelmente, haveria greve geral a partir do dia primeiro de dezembro, bem na época reservada para a entrega dos boletins e início das férias.

O sindicato, ainda em dezembro, procurou a prefeita. Depois de muita pressão, no dia 17 de dezembro, já no período de férias escolares, a prefeita recebeu a nova direção da ACP. Na oportunidade, fez uma proposta para os professores que não foi aceita. Em linhas gerais, ela assumia o compromisso de parcelar o pagamento de 10,39% do piso referente ao mês de outubro, em duas vezes, sendo 3,42% em janeiro de 2023 e 6,97% em março de 2023. Essa proposta já havia sido rejeitada pela categoria, porque não incluía os professores aposentados. Nova reunião ficou marcada para o mês de janeiro de 2023.

Gilvano, novo presidente da entidade, explicou como foram os primeiros dias de gestão e as duras tratativas com o poder público.

Nós assumimos com uma paralisação em andamento. Um quadro difícil porque era final de ano e os pais dos alunos queriam as notas. Muitos iam viajar de férias. Os professores também. Era preciso encontrar um caminho que não prejudicasse a categoria e as famílias. Não era só o piso. Havia problemas na folha de pagamento dos convocados. As promoções estavam congeladas desde o ano de 2019. Tudo estava muito difícil, principalmente o debate sobre a parcela referente ao piso. Havia muita intransigência. Fomos para cima. Não havia tempo a perder. O professor não podia pagar pela ineficiência do gestor público.⁹

Enquanto a nova diretoria se preparava para as conversas que deveriam acontecer com os gestores municipais no início de janeiro, foi realizado um

9. Gilvano Kunzler Bronzoni em 16/12/2023.

seminário, de dois dias, com a diretoria ampliada da ACP, objetivando construir um calendário de atividade para a entidade. O documento foi sintetizado em cinco pontos básicos: negociação coletiva, campanha de filiação de novos sócios, retorno das visitas às escolas, oficina de aposentados e ações para comemorar o Dia da Consciência Negra, tema que tem muito peso na história recente da entidade. A isso se somam, claro, as ações de rotina que acontecem no Clube de Campo e na Sede Social do sindicato.

As iniciativas culturais, políticas, educacionais e outras, conforme a proposta de trabalho estabelecida pela diretoria, foram mapeadas para acontecer mensalmente como parte das iniciativas de cada secretaria. Tanto que, o mês de janeiro de 2023, por exemplo, começou a todo vapor com as atividades no Clube de Campo para adultos, jovens e crianças dentro do espaço de recreação. Ademais, cursos de primeiros socorros e reunião para debater a aplicação do EJA foram outras iniciativas.

Conforme acertado, no dia 12 de janeiro a diretoria da ACP enviou ofício ao gabinete da prefeita pedindo agenda para dar sequência às conversas sobre o piso 20 horas e outras demandas. A reunião aconteceu no dia 16 daquele mês. De acordo com informações do site Midiamaxnews, de 16/01/2023, a prefeitura de Campo Grande e a ACP (Sindicato Campo-grandense dos Profissionais da Educação Pública) voltaram à mesa de negociação. O tom da conversa desta reunião foi diferente do posicionamento da prefeita em dezembro, que terminou 2022 questionando a constitucionalidade da Lei 6.796, sancionada pelo ex-prefeito Marquinhos Trad (PSD).

O professor Renato Pires, secretário geral da ACP, lembra do momento histórico que forçou a ACP, pressionada pela falta de diálogo, a decretar seguidas paralisações com o objetivo de sensibilizar o poder público a sentar na mesa de negociação.

O município já tinha extrapolando o limite prudencial da Lei de responsabilidade fiscal. Era quase impossível pagar o Piso 20 horas sem uma negociação prudente. Estudamos as contas da prefeitura e vimos que havia problemas sérios. Por isso, começamos a trabalhar com a ideia de uma repactuação ampliando os prazos de pagamento. Foi uma decisão correta. Nesse processo trouxemos os vereadores para nossa luta. A repactuação garantiu, por exemplo, o pagamento de um percentual que tinha ficado para traz, referente a 2023; depois veio a verba indenizatória. Acertamos com a prefeitura um calendário de pagamento que vai até 2028. Nele,

o Piso 20 horas está contemplado. Nosso esforço é garantir que ele seja cumprido, sem prejuízos de outras reivindicações que a categoria tem direito.¹⁰

A engenharia política que envolveu diretamente a Câmara Municipal, por meio do seu presidente Carlão, que liderou um grupo importante de vereadores ligados ao campo da educação, representou a primeira grande vitória da chapa que assumiu o sindicato em 2022. Mas outras demandas também importantes desafiavam as lideranças dos professores de Campo Grande. Entre elas, o piso; a proposta de intensificar o processo democrático nas escolas, em especial com a eleição direta dos diretores das Emei's; concurso público; equacionamento das aulas complementares; projeção da carreira de professor, entre outras.

Produto dos debates entre as partes ficou acertado que o sindicato e a prefeitura continuariam conversando, por meio de uma comissão formada pela diretoria da ACP e secretários municipais. As tratativas que, em 2022, estiveram congeladas, em 2023 ganharam energia. Tanto que a prefeita enviou proposta para a Câmara Municipal, em fevereiro, proposição aprovada por unanimidade em regime de urgência. A matéria concedia verba indenizatória em caráter temporário para os professores da rede pública municipal de ensino, ativos e inativos, e apontava para a resolução da pendência do piso 20 horas.

Em 4 de abril de 2023, a prefeita de Campo Grande, Adriane Lopes, sancionou na sede da Secretaria Municipal de Educação a Lei que permitiu o reajuste dos professores para 20 horas.

A proposta aprovada previu 5% em outubro de 2023, 5% em janeiro de 2024 e 4,95% em maio de 2024. Em setembro de 2024, haverá a reposição de 30% da correção anual do piso e, em dezembro, outros 70%. O projeto autoriza ainda o Poder Executivo, entre 2025 e 2028, a operacionalizar a repactuação com reajustes de 12%, 14%, 15,79% e 10,39% nos meses de setembro de cada ano, além da reposição de 100% da correção anual do piso nos meses de maio. A prefeita garantiu que iria cumprir o combinado com a categoria.

Secretarias sindicais em ação

Entre uma luta e outra, sem esmorecimento, o sindicato começava a implantar a proposta que apresentou ao longo da campanha realizada em 2022. A secretaria de finanças, dirigida pela professora Leda Nubiato, militan-

10. Renato Pires em 12/01/2024.

te antiga das lutas dos professores de Campo Grande, com larga folha de serviços prestados à ACP, providenciou, logo nos primeiros dias de gestão, algumas mudanças objetivando melhorar a dinâmica da sua secretaria. Vejamos:

Olha, Eronildo. Achamos importante ajustar algumas coisas para melhorar a performance financeira da entidade. Entre as mudanças destacam-se: abolição de pagamento de prestadores de serviços e outros em espécie. Todo pagamento é feito diretamente por meio da rede bancária. Até os pagamentos em cheques acabaram. Outra novidade foi a introdução do pagamento por meio de pix. Algumas máquinas foram disponibilizadas no Clube de Campo e na tesouraria da sede no centro da cidade. Isso aumentou a transparência que todo associado deseja. Ademais, alguns colaboradores quiseram, por motivos pessoais, deixar o sindicato para buscar novos projetos. Todos foram devidamente atendidos nas suas demandas formais. Na medida do possível estamos aumentando o uso de tecnologias digitais para suprir parte da mão de obra. As finanças da entidade estão sob controle, com o apoio do conselho fiscal, inclusive a arrecadação está aumentando porque diminuímos os gastos e aumentamos as receitas com a filiação de novos sócios. Cada centavo exige critérios objetivos para sair do nosso caixa. O nosso lema é fazer mais com menos.¹¹

Não menos importante foi o trabalho da secretaria jurídica, dirigida pelo professor e advogado Leonel, que logo no início do mandato teve que lidar com paralisações, que demandaram ações na Justiça do Trabalho para garantir o direito líquido e certo da categoria dos professores. Só que as tarefas iniciais no campo jurídico, notadamente contra a prefeitura, eram só o começo. Nos escaninhos da Justiça repousavam demandas históricas da categoria que exigiam energia e determinação para fazer voltar para o bolso do trabalhador as perdas salariais e outros ativos que o poder público se negava a apagar por meio de chicanas jurídicas.

Eis as considerações de Leonel Alves sobre os primeiros dias de trabalho da nova diretoria.

Quando assumimos o sindicato tudo era novo. Mas, aos poucos, conseguimos conhecer e entender a dinâmica do sindicato, notadamente a secretaria jurídica, que lida com questões técnicas sensíveis. A professora Aparecida, que me antecedeu no jurídico

11. Leda Nubiato em 15/02/2024.

da ACP, me deu muita segurança na transição, pois passou todas as informações. Minha equipe, formada pela secretária Maiara e a advogada Maria Tereza, ambas com bastante experiência na pasta, me deu muita força. A nossa ideia era desburocratizar as coisas. Apostamos numa comunicação popular em que nossos associados saibam tudo sobre os seus processos. Assim, na medida do possível, até porque sou advogado, estamos abolindo todo juridiquês. Os processos e as nossas ações são implementados de forma simples e clara como deve ser tudo na vida. Não são poucos os processos que estamos prestes a converte-los em dinheiro para o bolso dos nossos associados. Logo teremos boas notícias.¹²

A secretaria de comunicação da ACP vivenciou novidades importantes. Deu continuidade ao que já havia, claro, mas buscou imprimir a marca da nova gestão, cuja principal bandeira defende que toda diretoria esteja nas escolas, como parte do calendário de atividades direcionadas para o chão da unidade escolar, ou seja, parte das iniciativas políticas e culturais devem acontecer no ambiente escolar com a participação de alunos(a), pais e mães e professores.

Assim, nesse sentido, a secretaria de comunicação passou a divulgar parte das iniciativas que acontecem nas escolas. Concretamente, como informa o secretário de comunicação da ACP, Flavio Peixoto de Moura, “a equipe de comunicação vai à escola para conhecer e gravar determinada ação cultural e ou educacional. O material coletado (imagem e áudio) é editado e divulgado no ‘PodQuest’ do sindicato. Essa é uma ação de muito sucesso”.

Outra iniciativa relevante são as entrevistas que estão sendo realizadas com atores da educação, da ciência, da cultura e da política de Mato Grosso do Sul com o intuito de preservar a memória. O processo de gravação das entrevistas é feito na sede da ACP. Depois de editado, o material fica disponível nas redes sociais. Outra iniciativa, segundo o secretário Flavio Peixoto de Moura, tem sido o fortalecimento da ação comunicativa da ACP com as mídias sociais. “O fato de Gilvano, nosso presidente, ter uma ação midiática ativa, exige da nossa comunicação maior interação com todas as mídias sociais formais e informais; isso aumentou muito a visibilidade do sindicato na chamada mídia espontânea”.

Por outro lado, a secretaria social e cultural é uma das pastas mais importantes da ACP. Ela carrega uma longa tradição de ofertar cultura de qualidade aos associados, além de manter um moderno curso de pilates (queridi-

12. Leonel Alves em 15/02/2024.

nho principalmente das associadas) e também oferta curso de dança. O Coral continua fazendo imenso sucesso onde se apresenta. Em 2023, a secretaria social e cultural investiu maciçamente nas atividades típicas do período de férias. De acordo com a secretária, Sueleid de Souza Benevides Cabreira, eis algumas das atividades referentes ao ano de 2023.

Começamos com o acampamento realizado no período do carnaval, em março, que foi um sucesso. A garotada e os pais se divertiram seguros na Sede Social do sindicato. Ademais, em março comemoramos com muita alegria e reflexões o Dia da Mulher. Elas estavam belas na nossa Sede Social do centro. Disponibilizamos massagem estética, embelezamento, além de palestras sobre bem-estar, beleza e violência contra a mulher. Ainda em 2023, claro, tivemos a tradicional festa do trabalhador no Clube de Campo. Foi show. Já as comemorações das festas juninas arrasaram. Mais de quatro mil pessoas estiveram no Clube de Campo e foram recebidas com barracas, comidas típicas e outras iguarias típicas dessa festa. O detalhe é que as escolas montaram suas barracas. Já em julho, organizamos a famosa e tradicional feijoada da ACP oportunizada para filiados, dependentes e convidados trocarem bons papos e saborear feijoada. Esse foi outro grande evento. Esperávamos um determinado número de pessoas e fomos surpreendidos com uma quantidade maior. Podemos destacar também o lançamento do nosso livro de poesia, em novembro, escrito pelos professores da rede municipal. O salão da nossa sede central ficou lotado de gente que veio aplaudir nossos poetas e poetisas. Ainda quero falar, Eronildo, da festa do professor que aconteceu no dia 15 de outubro. Com detalhes em cor de rosa na decoração, muitas flores e tapete vermelho, filiados e filiaidas foram recepcionados pelos diretores e pelas diretoras da ACP. Outro evento lindo e participativo. No final de ano fechamos com o baile de confraternização da ACP, o já famoso Baile do Vermelho, uma festa maravilhosa em que milhares de professores puderem dançar e celebrar a vida acompanhados de boa música e excelente gastronomia.¹³

Outra pasta importante na estrutura da ACP, entre outras não menos fundamentais, é a secretaria de educação, liderada pela professora Madalena Pereira da Silva, militante importante da cena política e sindical de Mato Grosso do Sul.

13. Sueleid de Souza Benevides Cabreira em 13/03-2024.

Dois projetos ousados, do sindicato, estão subordinados a essa pasta. Trata-se, inicialmente, do processo de preparação técnica de mais de 240 professores para se submeterem ao concurso de professores ofertado pela prefeitura. O curso começou em janeiro e objetivava atender uma cláusula exigida pelo poder público, ou seja, todo candidato precisa apresentar certificado de que possui conhecimentos formais sobre primeiros socorros.

Outro, então, foi o curso preparatório com oferta dos conteúdos que poderiam cair nas etapas do concurso da prefeitura. Foram mais de 700 inscritos. De acordo com Madalena, o cursinho preparatório aconteceu a partir de abril de 2023. “Inicialmente ele atendeu uma turma de 150 professores, depois vieram outros grupos, a coisa cresceu e tivemos que levar todo mundo para o Clube de Campo, pois algo como 700 alunos passaram pelo nosso cursinho. As aulas aconteceram durante a semana e aos finais de semana, em especial aos sábados”.¹⁴

Vamos falar sobre o trabalho com aposentados e aposentadas associados à ACP. Essa secretaria é antiga e tem imensa relevância. Ela desenvolve atividades para manter a agilidade física e intelectual dos associados. É muito bonito entrar na Sede Social do sindicato e ver dezenas de mulheres e alguns homens, claro, da melhor idade, envolvidos com atividade física e ou construindo, sem pressa, alguma peça artesanal para ser vendida no local ou nas feiras que a secretaria dos aposentados organiza.

Ademais, como ninguém é de ferro, o grupo dos aposentados adora viajar. O sindicato tem uma política voltada para apoiar os encontros deles, geralmente numa cidade que ofereça conforto, cultura e boa gastronomia. Quem ver as fotos disponíveis no sindicato se encanta com a organização e beleza das viagens dessa turma mais do que animada.

A secretária desta pasta é a professora Tânia Ferracioli. Ela nos conta um pouco das atividades desenvolvidas no ano de 2023.

Eronildo, geralmente a gente monta uma plenária com os aposentados, aí eles definem quais as prioridades para o ano considerando os recursos do sindicato. Aí uma equipe é eleita para ajudar na execução do calendário de eventos. O centro do nosso trabalho são as oficinas de artesanato como: bordados, pintura e outras que funcionam toda quarta e sexta. O sindicato fornece os professores. Os insumos ficam por conta dos sócios. São quase 90 professores/artesões, que, notadamente no dia dos Pais e da Mães, fazem uma grande festa porque toda sua produção é apresentada para venda

14. Madalena Pereira da Silva em 18/03/2024.

na sede do sindicato. Soma-se a isso, claro, as viagens de bate e volta para algum balneário perto de Campo Grande. As cidades de Ponta Porã e Rio Verde são as mais escolhidas. Sim: o Maturishow é uma maravilha, ou seja, trata-se de uma viagem de 04 dias para alguma cidade turística do estado e do Brasil. O evento acontece geralmente no mês de abril. Em 2023 o grupo foi curtir as belezas de Foz do Iguaçu. Ainda como parte do Maturishow, nossos aposentados mostram, em vários lugares ao longo do ano, suas danças e coreografias com figurino exclusivo. A turma está muito bem treinada em dez danças diferentes. É energia que não acaba mais.¹⁵

A secretaria de esportes e lazer está a cargo do professor de Matemática, Leandro Colombo Pedrini. Nos últimos anos houve muitos investimentos na área de lazer do sindicato. O Clube de Campo recebeu investimentos o que melhorou muito o conforto e a segurança dos associados, mas conforme identificou a nova diretoria há necessidade de atrair mais associados para desfrutar do lazer ofertado pelo referido. Assim, nessa perspectiva, a grande tarefa do secretário de esportes, Leandro, e do seu vice, o professor Tony Alvarenga da Silva, é continuar ampliando os esportes e o lazer da entidade aumentando a participação das famílias e seus dependentes.

O plano de aquecimento da praça esportiva tem sido implantado com eficiência. A ampliação da oferta de esportes com aula de tênis, aula de futsal para as crianças, natação e hidroginásticas tem feito muito sucesso. Ademais, as competições históricas do sindicato como a Copa 18 de Maio, além dos torneios de truco, basquete, tênis, pedalada e outras modalidades ganharam mais densidade, tendo como consequência mais associados no clube.

Nos finais de semana e feriados, por exemplo, quem chegar depois das 09 horas pode correr o risco de não encontrar um quiosque disponíveis, conforme explica o secretário.

Olha, Eronildo. O clube, hoje, principalmente nos finais de semanas e feriados está ficando superlotado, o que exige novos investimentos físicos. Aliás, já estamos mexendo em algumas áreas para facilitar o acesso dos sócios, inclusive com uma guarita nova. O próximo passo é melhorarmos o aquecimento da piscina e aumentar a produção de energia solar. Tudo isso está no orçamento que foi aprovado pela diretoria. Vejo com muito carinho o aumento

15. Tânia Ferraciolli em 14/03/2024.

da quantidade de sócios que procuram o clube. Isso é muito bom. Mostra que estamos dirigindo o sindicato no caminho certo. Que cada centavo descontado do salário do professor volta em forma de esporte, cultura e lazer.¹⁶

A secretária desta pasta é a professora Tânia Ferraciolli. Ela nos conta um pouco das atividades desenvolvidas no ano de 2023.

Eronildo, geralmente a gente monta uma plenária com os aposentados, aí eles definem quais as prioridades para o ano considerando os recursos do sindicato. Aí uma equipe é eleita para ajudar na execução do calendário de eventos. O centro do nosso trabalho são as oficinas de artesanato como: bordados, pintura e outras que funcionam toda quarta e sexta. O sindicato fornece os professores. Os insumos ficam por conta dos sócios. São quase 90 professores/artesões, que, notadamente no dia dos Pais e da Mães, fazem uma grande festa porque toda sua produção é apresentada para venda na sede do sindicato. Soma-se a isso, claro, as viagens de bate e volta para algum balneário perto de Campo Grande. As cidades de Ponta Porã e Rio Verde são as mais escolhidas. Sim: o Maturishow é uma maravilha, ou seja, trata-se de uma viagem de 04 dias para alguma cidade turística do estado e do Brasil. O evento acontece geralmente no mês de abril. Em 2023 o grupo foi curtir as belezas de Foz do Iguaçu. Ainda como parte do Maturishow, nossos aposentados mostram, em vários lugares ao longo do ano, suas danças e coreografias com figurino exclusivo. A turma está muito bem treinada em dez danças diferentes. É energia que não acaba mais.¹⁷

A secretaria de esportes e lazer está a cargo do professor de Matemática, Leandro Colombo Pedrini. Nos últimos anos houve muitos investimentos na área de lazer do sindicato. O Espaço de Formação e o Clube de Campo melhoraram muito o conforto e a segurança dos associados, mas conforme identificou a nova diretoria há necessidade de atrair mais associados para desfrutar do lazer ofertado pelo referido. Assim, nessa perspectiva, a grande tarefa do secretário de esportes, Leandro, e do seu vice, professor Tony Alvarenga da Silva, é continuar ampliando os esportes e o lazer da entidade aumentando a participação das famílias e dependentes.

16. Leandro Colombo em 09/02/2024.

17. Tânia Ferraciolli em 14/03/2024.

O plano de aquecimento da praça esportiva tem sido implantado com eficiência. A ampliação da oferta de esportes com aula de tênis, aula de futsal para as crianças, natação e hidroginásticas tem feito muito sucesso. Ademais, as competições históricas do sindicato como a Copa 18 de Maio e os torneios de truco, basquete, tênis, pedalada e outras modalidades ganharam mais densidade, tendo como consequência mais associados no clube.



CDia de eleição sindical na ACP



Solenidade de posse da nova diretoria da ACP quadriênio 2022-2026



Formação sindical na ACP



Posse da Diretoria da ACP quadriênio 2022-2026



Solenidade de assinatura do documento para implementação das Eleições nas EMEIs



Eleições na ACP



Professor Gilvano Kunzler Bronzoni, presidente da ACP e a vice-presidenta professora Josefa dos Santos Silva



Integração entre ACP e a Câmara de Vereadores de Campo Grande



Lucílio Nobre, Gilvano Bronzoni e Josefa Silva



Posse da nova diretoria da ACP liderada pelo professor Gilvano Kunzler Bronzoni



CAPÍTULO XX

Importantes conquistas: eleição direta para Emei's e concurso público para professores

Com a repactuação conquistada em abril de 2023, o sindicato drenou seu trabalho na direção de conquistar a eleição direta para as Emei's. Assim, após muita pressão política e diálogo com o poder público, inclusive com a Câmara Municipal, no dia 4 de outubro de 2023 o projeto de eleição direta para Emei's foi aprovado, passando a valer para todas as escolas infantis do município.

Foram 23 votos dos vereadores (a) favoráveis e apenas um voto contrário, prevalecendo, assim, o bom senso dos edis. O Condaem (Conselho de Diretores e Diretores Adjuntos das Escolas Municipais) cumpriram papel muito importante nessa empreitada.

O sindicato dos professores fez um grande evento para comemorar essa vitória. Mais de 100 professores e diretores da Secretaria Municipal de Educação estiveram no sindicato para celebrar a conquista, que foi anunciada pela prefeita Adriane Lopes. Algo como 106 unidades viveram a emoção de escolher seus diretores pelo voto direto e secreto da comunidade escolar.

As eleições para as Emei's (Escolas de Educação Infantil) de Campo Grande aconteceram em 14 de dezembro de 2023, em todas as unidades escolares da Reme (Rede Municipal de Ensino). O acontecimento mobilizou desde cedo os pais e/ou responsáveis e os servidores nas sete regiões da cidade. Das 105 eleições, 75 apresentaram candidato único, 28 unidades dois candidatos e duas escolas três candidatos a diretores. “A Comissão Eleitoral foi composta por servidores de cada unidade, eleita em novembro, sendo professores, um pai/mãe, membro administrativo, membro da equipe pedagógica e membro do Conselho Escolar. Votaram professores, grupo administrativo e os pais ou responsáveis dos alunos. O mandato tem duração de quatro anos, a partir de 2024”.

Face a importância dessa conquista achamos importante transcrever os depoimentos de duas professoras que participaram ativamente dessa luta.

“Nós, do Coletivo da Educação Infantil, tivemos a honra de presenciar e contribuir para que a democracia ganhasse forma e alcançasse lugares que até então eram invisíveis aos olhos de muitos”, destaca a professora Daniely

Araujo, membro do Conselho Fiscal e da Educação Infantil da ACP.

Para a coordenadora do Coletivo Infantil, professora Rosileide Lima da Silva, “as eleições nas Emei’s representam uma conquista histórica para o sindicato e para todos(as) os(as) professores(as) que estão em sala de aula, pois demonstra a valorização da educação infantil”.

Concurso público

A demanda por concurso público é antiga e fundamental. O sindicato defende que todos os professores sejam concursados para gozarem de uma carreira formal definida no organograma da prefeitura. Essa é uma meta que a ACP persegue há décadas. Mas, claro, não é um problema fácil, nem sempre há recursos na estrutura pública para uma mudança dessa. Assim, a conta gotas, a prefeitura libera alguns concursos para professores, o que é importante porque mitiga parte da demanda por profissionais na rede de educação da prefeitura de Campo Grande.

Para resolver esse problema, o Sindicato dos Professores Públicos de Campo Grande tem ido à luta há décadas. Nas primeiras conversas entre a entidade e a prefeitura, agora em 2023, o pedido de abertura de concurso para professores foi colocado sobre a mesa. Quem liderou essa pauta foi o presidente da entidade, Gilvano, que conta como se processaram as tratativas.

Deixe eu falar, Eronildo. Tratamos da eleição das Emei’s, primeiro, depois, entramos com a questão dos concursos. A prefeita explicou as dificuldades de atender a demanda. Nós insistimos. Demos um prazo. Aí ela ficou de nos dar uma resposta. Continuamos tratando do assunto. Toda reunião com a prefeitura o tema era abordado. Até que a prefeita e sua equipe técnica se convenceram que a abertura de concurso para novos professores era uma decisão correta. O último concurso em Campo Grande foi aberto em 2016. Depois de muita tensão e debates, a prefeita Adriane Lopes anunciou que atenderia nossa reivindicação. De fato, ela assegurou formalmente 323 vagas para professores concursados para vigorar no exercício fiscal de 2024. Uma coisa importante é que podem se classificar até dez vezes o número de vagas ofertadas, ou seja, 3.230 professores que podem ser chamados em um período de dois anos. Inclusive já aconteceram as provas.¹⁸

18. Gilvano Kunzler Bronzoni em 16/12/2023.

A Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande cumpriu com o combinado. Na data de 15 de janeiro de 2024 anunciou a oferta de 3.230 vagas para o cargo de professor, em várias disciplinas, destinados a candidatos de nível superior de formação. O edital informava que haveria as seguintes etapas: prova objetiva - eliminatório e classificatório; prova discursiva - eliminatório e classificatório; e prova de títulos - classificatório. O certame se realizou em fevereiro de 2024. Quase 20 mil professores se inscreveram, destes, 2.934 foram aprovados.



CAPÍTULO XXI

O futuro desejado pela ACP

O quadro do sindicalismo brasileiro e do Mato Grosso do Sul exige muito trabalho e cuidado nessa etapa histórica que atravessamos. As políticas neoliberais, que ganharam força e densidade a partir da década de 1990, continuam fazendo estragos nas relações de trabalho.

É preciso que os trabalhadores fiquem atentos, para garantir a manutenção de direitos e ampliar suas conquistas, mesmo em um quadro desfavorável. Os adversários da escola pública estão apenas esperando uma oportunidade para fazer valer suas teses antidemocráticas, entre elas a chamada escola sem partido e outras iniciativas destinadas a favorecer o capital, aumentando a distância entre a escola pública e a educação privada.

É verdade que os professores da escola pública de Mato Grosso do Sul conquistaram vitórias importantes. Não há como comparar as relações de trabalho do passado com as de hoje. São tempos diferentes e os atores são outros.

O magistério público de Campo Grande, liderado pela ACP, sabe do esforço que as lideranças sindicais fizeram para chegar ao estágio do tempo presente. Tanto em relação aos salários, como na qualidade de trabalho nas escolas e projeção funcional. Mas, claro, é possível avançar mais. E a atual direção da entidade está profundamente comprometida com a causa da valorização dos profissionais da educação.

Nessa perspectiva, conforme falado em outros capítulos, a entidade continuará seu esforço para que o plano de carreira de todos os professores da base da ACP siga incorporando novos avanços, nas mais diversas etapas da carreira do professor. O plano, então, deve expressar o processo de modernização que a sociedade vivencia. Seguir avançando nessa questão é uma bandeira cara da ACP.

Ademais, inclusive como base para enfrentar os adversários da escola pública, a ACP tem desenvolvido um trabalho perene e sistematizado voltado para o processo de formação permanente das suas lideranças sindicais e outras. Vejamos nas palavras do professor Danilo Meira Leite, Secretário de Formação da entidade, as iniciativas nesse campo.

Desde o início do nosso trabalho convidamos professores preparados cientificamente e críticos para conduzirem as ações de formação sindical da ACP. A nossa ideia é trabalhar questões centrais das relações de trabalho do tempo presente. Nessa linha, claro, ofertamos ciclos de debates e palestras focados na perspectiva clasista. Para apoiar o trabalho de formação, inclusive, convidamos o Centro de Estudos Sindicais de Campinas, São Paulo, instituição com larga tradição no campo da formação sindical. Pouco mais de 200 professores, em seis seções, passaram por nossos cursos. A meta é aumentar o número de vagas e diversificar ainda mais os conteúdos. Consta do cronograma de atividades do sindicato, para 2004, por exemplo, a realização de uma semana de atividades de formação, tendo como tema central - o direito e as relações de trabalho-. Aliás, no último dia 13 de maio foi realizado no Espaço de Formação do Sindicato - um Dia de Formação Sindical - tendo como palestrante o advogado Mario Fonseca profissional muito ligado ao trabalho sindical de Mato Grosso do Sul.

Por outro lado, não menos importante para o fortalecimento da categoria do magistério público é a defesa da democracia, em todas as instâncias. Ou seja, na escola, nos conselhos, nos coletivos e nas atividades da entidade. Defender e ampliar o processo democrático é uma tarefa sagrada para aqueles que trabalham na defesa intransigente da escola pública de qualidade.

Qualquer deslize que fragilize a democracia que conquistamos, mesmo com problemas como se sabe, representa um prejuízo enorme para a educação e seus trabalhadores. A história mostra os horrores que a educação viveu quando o autoritarismo do passado assumiu a direção política do Brasil. Por isso, então, todos devem ficar atentos a qualquer investida contra a democracia que logramos construir.

Por último, achamos importante fechar esta obra com uma reflexão do presidente da ACP, Gilvano Bronzoni, que expressa o pensamento da diretoria que ele lidera:

Quero dizer que fortalecer a democracia nos espaços da escola pública e fora dela é uma tarefa fundamental do tempo presente. Incentivar concretamente a formação continuada da nossa base é uma bandeira atual e muito justa. Continuar lutando por melhores salários e condições de trabalho adequadas é a missão sagrada da nossa diretoria e de outras que passaram pela ACP. Entretanto, face a ação deletéria do capitalismo selvagem sobre a

escola pública, continuo acreditando que investir na consciência de classe dos nossos professores e professoras, alunos, pais e todos que convivem no ambiente escolar é algo mais do que necessário. A consciência política é um instrumento importante de luta contra todas as formas de autoritarismo que tentam fragilizar o espaço público. Ter consciência social é conhecer seu passado, construir o presente e projetar um futuro radiante para todos. Encerando, quero agradecer à nossa diretoria, que não tem hora para trabalhar. Pisar, todo dia, no chão da escola para ouvir as bases é a missão principal. Agradecer aos coletivos e ao conselho fiscal, e, por último, a todos os atores que fazem a escola pública de Campo Grande. Desejo que este livro continue sendo uma ferramenta para todos aqueles e aquelas que desejam conhecer e participar da vida concreta da escola pública. Com fé, foco e muita disposição para trabalhar.
Boa Leitura e sucesso sindical!



Apoio ao ciclismo na ACP



Baile do Vermelho na ACP



Baile do Vermelho na ACP



Coletivo dos aposentados da ACP



Coral da ACP

AULA DANÇA LABORAL

Todas as quartas e sextas-feiras das 17h às 18h Sede da ACP

Para professores aposentados filiados da ACP

ACP
DESDE 1992
Telefone: 3324-7014

ACP Para Todas e Todos

Aula de dança laboral na sede da ACP



Festa das crianças no Espaço de Formação e Clube de Campo da ACP



Festa das crianças na ACP



Equipe da Tesouraria da ACP



Plenária dos aposentados na ACP



Futsal na ACP



Equipe da Secretaria Geral da ACP



Coletivo de Cultura da ACP na noite literária



Baile do Vermelho na ACP



Bazar dos aposentados



Campeonato de futevôlei na ACP



Passeio da secretaria dos aposentados ao Bioparque Pantanal



Tânia Ferracioli, Gilvano Bronzoni, Deumeires Morais, Josefa Santos, Jaime Teixeira e Olinda Conceição da Silva



Na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul



Formação sindical na FETEMS



Reunião da ACP com a prefeita Adriane Lopes



Secretaria Social e Cultural e Coletivo de Cultura da ACP



Presidente Gilvano durante ato na semana nacional em defesa da educação pública



Secretaria Social e Cultural e Secretaria Educacional da ACP



Dirigentes da ACP visitam EMEI Menino Jesus de Praga



Dirigentes da ACP visitam a Escola Municipal Prof. Fauze Scaff Gattas Filho



Secretaria dos Aposentados e Secretaria do Esporte e Lazer



Cursinho da ACP



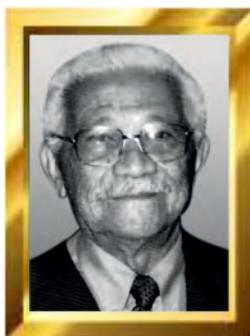
Equipe da Secretaria Jurídica da ACP



Presidente Gilvano durante assembleia na ACP



Alinor de Lima Bastos
primeiro presidente da ACP



José Pereira Lins
ex-presidente da ACP



Maria Glória Sá Rosa
ex-presidente da ACP



Nelson de Souza Pinheiro
ex-presidente da ACP



Ernesto Garcia de Araujo
ex-presidente da ACP



Marina Couto Fortes
ex-presidente da ACP



Múcio Teixeira Junior
ex-presidente da ACP



Maria Garcia Pereira
ex-presidente da ACP



Acinayla Antonia Queróis
ex-presidente da ACP



Nelly Elias Bacha
ex-presidente da ACP



Ieva Garcia da Silveira
ex-presidente da ACP



Quintina Bueno
ex-presidente da ACP



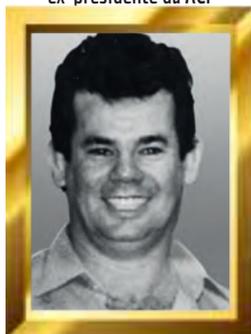
Onilda Ourives
ex-presidente da ACP



Amarilio Ferreira Junior
ex-presidente da ACP



Sergio Auer
ex-presidente da ACP



Vanderlei Rosa
ex-presidente da ACP



Elto Valério
ex-presidente da ACP



Sérgio Ferreira Calheiros
ex-presidente da ACP



Ronaldo Souza Franco
ex-presidente da ACP



Jaime Teixeira
ex-presidente da ACP



Geraldo Alves Gonçalves
ex-presidente da ACP



Lucilio Nobre
Presidente da ACP



Gilvano Kunzler Bronzoni
Presidente da ACP



REFERÊNCIAS

BARRIO, Eusebio Garcia. Uma história a ser preservada: FEPROSUL: fundação e crescimento do sindicalismo magisterial de Mato Grosso do Sul 1979 a 1982. Campo Grande: FETEMS, 2015.

BIASOTTO, Wilson Valentim; TETILA, José Laerte Cecílio. O movimento reivindicatório do magistério público estadual de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, editora: UFMS, 1991.

BIGARELLA, Nadia. Divisão do estado de Mato Grosso do Sul e o movimento de municipalização do ensino na década de 1980. Campo Grande (MS): UCDB, 2004.

CABRAL, Paulo. Campo Grande: 100 anos de construção. Campo Grande – MS, 1999.

JUNIOR, Amarílio Ferreira. Professores e Sindicalismo em Mato Grosso Do Sul: 1979-1986. Campo Grande (MS): Editora UFMS, 2003.

MARTINS, Demosthenes. A poeira da jornada: memórias. São Paulo: Resenha Universitária, 1980.

SANTOS, Alzira da Silva. Coletânea documentário “ testemunhos de mestres”. Campo Grande (MS), 2002.

Silva, Eronildo Barbosa. Sindicalismo no Sul de Mato Grosso -1920/1980. Campo Grande - MS, Editora Uniderp, 2005.

SILVA, Eronildo Barbosa; MIRANDA, Giancarlo Corrêa. Sinpol MS 30 Anos: Servindo e Protegendo o Policial Civil. Campo Grande (MS): Life Editora, 2021.

SILVA, Robson Santos Camara. O Sindicalismo docente da educação básica no Maranhão: da associação à emergência do sindicato. Brasília, 2013.

WEINGARTNER, Alisoete dos Santos. Operário nas indústrias da construção civil: Participação e luta por direitos sociais. Uma história do sindicalismo em Campo Grande/MS, 1928–1979. Dissertação de Doutorado. Franca – SP, 2001.

Secretaria de Esporte e lazer realiza Copa da Saudade. ACP MS. Campo Grande (MS). 18 nov. 2021. Disponível em: <http://www.acpms.com.br/secretaria-de-esporte-e-lazer-realiza-copa-da-saudade/>.

Vacina já: ACP acompanha 1º dia de imunização contra Covid-19 para profissionais da educação. ACP MS. Campo Grande (MS). 30 abr. 2021. Disponível em: <http://www.acpms.com.br/vacina-ja-acp-acompanha-10-dia-de-imunizacao-contra-covid-19-para-profissionais-da-educacao/>

Depoimentos

Depoimento de André Puccinelli em 22 de janeiro de 2022.

Depoimento de Antônio Carlos Biffi em 22 de dezembro de 2021.

Depoimento de Elto Valério em 12 de novembro de 2021.

Depoimento de Geraldo Gonçalves em 13 de outubro de 2021.

Depoimento de Gilvano Kunzler Bronzoni em 13 de fevereiro de 2022.

Depoimento de Jaime Teixeira em 22 de novembro de 2021.

Depoimento de Lucílio Souza Nobre em 13 de fevereiro de 2022.

Depoimento de Maria Aparecida do Nascimento em 11 de novembro de 2021.

Depoimento de Nelson Trad Filho em 12 de fevereiro de 2022.

Depoimento de Ronaldo Franco em 15 de outubro de 2021.

Depoimento de Sergio Calheiros em 18 de outubro de 2021.

Depoimento de Valter Pereira em 18 de janeiro de 2022.

Depoimento de Waldemar Gomes de Carvalho Junior em 10 de outubro de 2021.



*História,
Lutas e
Fortalecimento*

www.lifeeditora.com.br

Adquira mais livros agora mesmo em nosso site.



Esta obra foi composta em Electra e impressa
em Papel Pólen em julho de 2024.

